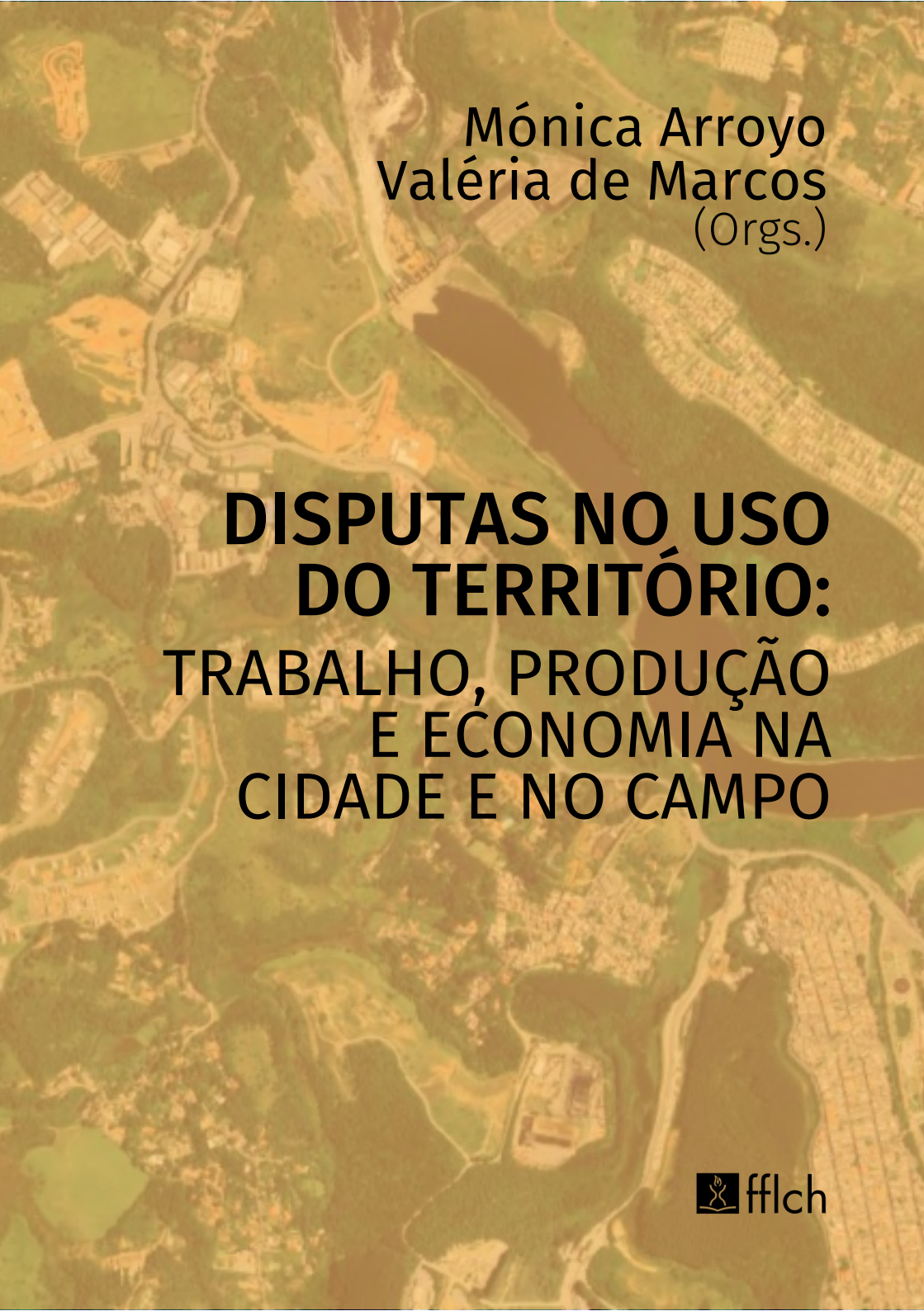




Mónica Arroyo
Valéria de Marcos
(Orgs.)

**DISPUTAS NO USO
DO TERRITÓRIO:
TRABALHO, PRODUÇÃO
E ECONOMIA NA
CIDADE E NO CAMPO**

DISPUTAS NO USO DO TERRITÓRIO
TRABALHO, PRODUÇÃO E ECONOMIA
NA CIDADE E NO CAMPO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Organização

Mônica Arroyo
Valéria de Marcos

Projeto editorial, revisão, capa e diagramação

Henrique Pasti | Lapidar Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Sonia Maria Vanzella Castellar (FEUSP- PPGH)
Reinaldo Paul Pérez Machado (DG/FFLCH/USP)
Rita de Cássia Ariza da Cruz (DG/FFLCH/USP)
Wanderley Messias da Costa (DG/FFLCH/USP)
Ângelo Serpa (UFBA)
Iná Elias de Castro (DG/UFRJ)
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior
(NAEA/UFPA)
Fabio Betioli Contel (DG/FFLCH/USP)
Rodrigo Ramos H. Valverde (DG/FFLCH/USP)

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

D612

Disputas no uso do território [recurso eletrônico]: trabalho, produção e economia na cidade e no campo / Organizadores: Mônica Arroyo, Valéria de Marcos. -- São Paulo: FFLCH, 2024.
1.150 Kb; PDF.

ISBN 978-85-7506-509-9

DOI: 10.11606/9788575065099

1.Geografia – estudo e ensino. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Agronegócio. 4. Território - Conflitos. 5. Comércio. 6. Planejamento Urbano.
I. Arroyo, Mônica, coord. II. Marcos, Valéria de, coord.

CDD 338.9



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e o autor e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.



Mônica Arroyo
Valéria de Marcos
(Orgs.)

**DISPUTAS NO USO
DO TERRITÓRIO:
TRABALHO, PRODUÇÃO
E ECONOMIA NA
CIDADE E NO CAMPO**

Sumário

Introdução

Mônica Arroyo e Valéria de Marcos 9

I TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DISPUTAS NOS USOS DO TERRITÓRIO

Problemas de políticas públicas para cidades inteligentes sob hegemonia do neoliberalismo urbano

Dante Pezzin 20

As grandes firmas nacionais de comércio eletrônico na emergência do meio técnico-científico-informacional

Fernando Soares de Jesus 36

A breve e recente história dos Centros de Inovação em Santa Catarina

Guilherme Cardoso Estevão 53

A mídia e a criação de uma psicosfera em torno da comida ultraprocessada: Uma primeira aproximação

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan 68

II FINANÇAS COMO CHAVE INTERPRETATIVA DO ESPAÇO

Fundos de investimentos e gestores de capitais no segmento de distribuição do setor elétrico brasileiro

Lucas Coutinho Marcelino da Silva 85

O Banco do Nordeste do Brasil: Uma leitura geoeconômica

Ana Karina Gomes Alencar 97

A rede de correspondentes das financeiras no território: Círculos de cooperação no espaço e a penetração do crédito na economia pobre	
Juliana Santos de Oliveira	112
Investigando os padrões da financeirização da habitação no Brasil e na Espanha: Evidências a partir dos casos de São Paulo e Madri	
Bruno Pereira Reis	130
Rugosidades no centro da cidade de São Paulo: Uma chave interpretativa da inter-relação entre produção habitacional de mercado e financeirização (2014-2023)	
Rodrigo Altair Pinho	147
A PPP habitacional do Programa Casa Paulista no Bairro da Luz: Aspectos da modelagem e expedientes da especulação fundiária	
Mariana Queiroz Guimarães	167
 III AGRONEGÓCIO, LOGÍSTICA E MOBILIDADE DO TRABALHO	
A expansão da atividade sucroenergética na mesorregião de São José do Rio Preto (SP) entre 2000 e 2023	
Alessandro Fagundes Lima	187
A reprodução crítica mundial do capital e a modernidade do trabalho abstrato no agronegócio citro-canavieiro paulista: Crise, mobilidade e precarização do trabalho no campo no município de Itápolis, São Paulo	
Anderson Pereira dos Santos	206
Migração e trabalho na esteira da agroindústria: Uma análise do caso da BRF em Lucas do Rio Verde/MT e Toledo/PR.	
Emerson Marques de Santana	224

Ferrogrão e Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) em Itaituba-PA: Impactos no ordenamento do território a partir da implantação de infraestruturas logísticas

Victoria Chaves Ribeiro 239

IV CIRCUITOS ECONÔMICOS, COMÉRCIO E CONSUMO

A produção de ouro ético na Colômbia: Análise da articulação de comunidades étnicas dos departamentos de Chocó e Antioquia (Colômbia) no mercado global de minerais

Carlos Andrés Pachón Pinzón 255

Corporação, espaço e território: Apontamentos sobre a rede corporativa da COFCO International

André Anuatti Reis 266

A dimensão espacial da rede comercial de plantas ornamentais em Embu das Artes (SP)

Felipe Alves Leão 283

O circuito inferior na cidade de São Paulo: Dinâmicas e estratégias das empresas de confecção de vestuário

Vanir de Lima Belo 295

V PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCALA MUNDIAL E LOCAL

O jogador de futebol no Brasil: Da estruturação de um mercado global à venda da força de trabalho local

Rodrigo Accioli Almeida 312

Papéis do trabalho na formação do município de Jandira e seus limites históricos

Evellyn Nogueira de Almeida 329

A precarização do trabalho e o urbano: Um estudo a partir dos entregadores de comida em São Paulo	
Lucas Andrade Alves de Lima	345

Informalidade e apropriação do espaço: Uma análise do trabalho informal numa centralidade periférica	
Mariane Carvalho	357

VI INFRAESTRUTURAS URBANAS E PRODUÇÃO DE CENTRALIDADES

As lutas pelo direito à cidade em Altamira-PA: O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	
Iago Dias dos Santos	375

A contradição centro-periferia e suas atualizações: A expansão imobiliária sob a forma de condomínios de galpões na Baixada Fluminense	
Gabriel Souza Alves	388

Assalto à mão letrada: O papel do planejamento urbano na produção e reprodução da periferia no extremo leste da cidade de São Paulo	
Jhonny Bezerra Torres	402

Transporte metroviário e organização espacial: Uma análise sobre o Metropolitano de São Paulo	
Lúcio Cerri Guimarães	417

Sobre os autores e as autoras	
	430

Introdução

Mônica Arroyo e Valéria de Marcos

O presente livro, **Disputas no uso do território: trabalho, produção e economia na cidade e no campo** traz reflexões acerca das transformações em curso, na cidade e no campo, nesse início do século XXI. Temas como financeirização, tecnologias de informação, precariedade do trabalho, novas configurações centro-periferia, agronegócio, circuitos econômicos, comércio e consumo, infraestruturas urbanas e de logística estão no centro das análises que compõem esta coletânea. Trata-se de assuntos diversos e complexos que tentam captar as dinâmicas que ocorrem no território, em suas diferentes manifestações, a partir de distintos enfoques e conceitualizações. Reside aqui, no nosso entender, sua principal contribuição, dada a riqueza de olhares que buscam desvendar o mundo contemporâneo, suas dinâmicas e contradições.

Os vinte e seis capítulos que compõem esta obra encontram-se distribuídos em seis partes, agrupados por afinidades temáticas. A primeira parte, intitulada “*Tecnologias de informação e disputas nos usos do território*”, propõe discutir as exigências impostas pela informação, que ganha um status central na dinâmica atual dos territórios e imprime uma permanente modernização e precisão nos processos produtivos e na vida.

Dante Pezzin questiona criticamente o tema das chamadas “cidades inteligentes” e convida à reflexão sobre o uso das novas tecnologias de informação. Expõe os problemas apontados pela literatura da teoria urbana crítica em relação ao processo de institucionalização das políticas públicas de cidades inteligentes. O autor não ignora o fato de que as novas tecnologias de informação e as políticas públicas em curso eventualmente promovam melhorias para as cidades, mas adverte que,

enquanto tais mecanismos não romperem com as dinâmicas impostas pelo neoliberalismo, seus resultados permanecerão bastante modestos.

A transformação do comércio com a emergência da internet é o tema abordado por **Fernando Soares de Jesus**. O autor examina a organização geográfica do comércio eletrônico no Brasil, compreendendo a formação dos principais conglomerados nacionais, sua dinâmica de operação, o comando de seus fixos e fluxos espaciais pelo território para, assim, apontar suas áreas de concentração e de rarefação. Observa a dispersão das lojas e dos centros de distribuição das firmas analisadas e salienta a seletividade espacial desses agentes, que buscam, na sua localização, aqueles lugares que reúnem as melhores condições para a circulação de mercadorias e de informação.

Guilherme Cardoso Estevão discorre sobre o processo histórico de formação dos Centros de Inovação em Santa Catarina, suas fontes de inspiração, objetivos e ações concretas no território. Analisa as semelhanças e diferenças entre a experiência catarinense e as políticas de inovação desenvolvidas em Catalunha. O pesquisador ressalta o ímpeto de mudança cultural/institucional que os centros catarinenses aspiram e realizam a partir de ações com a classe empresarial, estudantes universitários e do ensino básico, além da população e comunidade em geral.

A discussão sobre o papel da grande mídia na construção de uma psicosfera favorável ao consumo de ultraprocessados, combinada à análise de pesquisas do setor da saúde dedicadas a alertar sobre os riscos desse tipo de consumo e a legislação correlata, é a contribuição trazida por **Ruth Alexandre de Paulo Mantoan**. A autora investiga notícias e propagandas veiculadas na mídia nacional e mostra que as informações jornalísticas sobre os alertas são insuficientes para fazer contraponto ao marketing da comida ultraprocessada realizado pelos conglomerados da alimentação.

Na segunda parte do livro, intitulada “*Finanças como chave interpretativa do espaço*”, os problemas são esmiuçados a partir de outra variável importante para discutir o período histórico contemporâneo:

as finanças e seus processos correlatos na organização espacial, expressa de maneiras diversas e com uma capilarização crescente.

Lucas Coutinho Marcelino da Silva analisa os fundos de investimento, vértice privilegiado de realização financeira do capital contemporâneo, em especial aqueles que são acionistas relevantes na propriedade do segmento de distribuição de eletricidade do país, onde é possível encontrar representantes do capital nacional e internacional. O autor elenca as empresas atuantes no setor, diferenciando-as entre abertas e fechadas, nacionais e estrangeiras; identifica os principais acionistas — fundos de investimento e gestores de capitais, sediados no Brasil e também internacionais —, e destaca os efeitos da governança corporativa subordinada à lógica financeira, caracterizada pela redução de custos para ampliar o caixa e assim tornar-se boa pagadora de dividendos.

Uma leitura geográfica para a investigação da história do Banco do Nordeste do Brasil é o tema da discussão realizada por **Ana Karina Gomes Alencar**. O banco faz parte de um conjunto de órgãos que contribuíram para a institucionalização da Região Nordeste — e de projetos de desenvolvimento via incentivos fiscais —, num momento em que a ordem posta no país era a integração do território brasileiro em mercado único e articulado. A autora analisa a articulação do Banco com a SUDENE e a forma de atuação para promoção do desenvolvimento regional por meio de incentivos finais concretizados no Sistema 34/18-Fino, e as consequências dessa prática.

Juliana Santos de Oliveira discute os usos do território realizados pelas Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento conhecidas como “Financeiras”, cuja estratégia centra-se na ampliação do crédito desburocratizado e voltado às populações de baixa renda, ofertado por intermédio de uma rede de correspondentes. A capilaridade dessa rede aprofunda o processo de creditização do território, entendido como a difusão do crédito a partir da diversificação dos agentes e consolidação de um macrossistema técnico financeiro cada vez mais presente em todas as cidades e regiões.

A financeirização da habitação é discutida por **Bruno Pereira Reis**, que identifica padrões desse processo no Brasil e na Espanha e avalia como as articulações entre política urbana, mercado imobiliário e financeiro influenciaram a (re)produção dos espaços metropolitanos de São Paulo e Madri na última década. O autor observa que as políticas habitacionais em ambos os países impulsionaram o crescimento econômico, muitas vezes à custa do papel social da habitação, e que priorizaram interesses do mercado imobiliário, focando na construção de novas moradias em vez de integrar os imóveis existentes.

Rodrigo Altair Pinho investiga a participação dos agentes que atuam na recente produção imobiliária habitacional no centro de São Paulo e mostra a complexidade dos instrumentos financeiros utilizados para a capitalização de seus empreendimentos. Investiga, também, a articulação dos diferentes capitais na transformação do ambiente construído. O autor pondera que os agentes imobiliários, associados ao poder público e às finanças, impulsionam uma embrionária frente de valorização imobiliária no centro de São Paulo, estruturada na recuperação do patrimônio arquitetônico presente na área.

O processo de renovação urbana em curso no bairro da Luz, em São Paulo, com ênfase na execução do Lote 1 da PPP Habitacional que compõe o programa estadual Casa Paulista, está no centro das preocupações de **Mariana Queiroz Guimarães**. A autora fundamenta sua pesquisa a partir da compreensão das ações de reestruturação urbana na metrópole como disparadoras de processos de especulação fundiária e gentrificação que, por esta via, têm sinalizado a apropriação da parcela diferencial da renda fundiária (*rent gap*) como determinante para a obtenção de lucros extraordinários do capital investido no setor imobiliário em áreas de renovação urbana.

A terceira parte, intitulada “*Agronegócio, logística e mobilidade do trabalho*”, coloca em evidência as transformações no campo nestas duas primeiras décadas do século XXI decorrentes da atuação do agronegócio em diferentes setores produtivos.

Alessandro Fagundes Lima analisa as profundas transformações ocorridas no setor sucroenergético no período compreendido entre os anos 2000 e 2023, partindo da grande expansão da cana na referida mesorregião. O autor elenca, entre os fatores dessa expansão, as transformações no papel do Estado, de interventor a regulador; as transformações técnico-científicas, com a substituição da colheita manual pela mecanizada, o incentivo à produção de etanol a partir da introdução dos carros flex, o aumento da presença de capital estrangeiro na composição societária das Usinas e a retração de outras culturas como a laranja, café, a soja e o milho decorrentes desta expansão.

Ao estudar o agronegócio citro-canavieiro paulista, **Anderson Pereira dos Santos** parte da análise das atuais relações sociais de produção e trabalho no campo paulista, tomando por base o município de Itápolis, na porção centro-norte do estado de São Paulo, para explicar como a forma crítica da reprodução mundial capitalista neste início do século 21 determina novas contradições no espaço do campo que se manifestam e produz, paralelamente, transformações profundas nas relações sociais de produção e trabalho e impactos sobre a mobilidade do trabalho.

Emerson Marques de Santana preocupa-se com a relação entre migração e trabalho na agroindústria. Estuda o caso da incorporação de haitianos em Toledo/PR e venezuelanos em Lucas do Rio Verde/MT no trabalho nos frigoríficos da Sadia, destacando o que leva esses trabalhadores a migrarem, as dificuldades do trabalho nos frigoríficos e as condições de reprodução da vida nestas condições de distanciamento de seus países de origem.

Com o foco na implantação de infraestruturas logísticas, **Victoria Chaves Ribeiro** analisa os impactos causados por grandes projetos no território, dando especial destaque para as contradições presentes na área urbana, onde de um lado grandes carretas de soja circulam transportando enorme quantidade de riqueza, dificultam o deslocamento da população local, ao mesmo tempo em que boa parte da população

local não possui, em meados da segunda década do século XXI, acesso a saneamento básico. Também dá atenção ao impacto que a previsão de construção da ferrovia já está causando àqueles que habitam o território como ribeirinhos e indígenas, que têm seu modo de vida comprometido.

A quarta parte do livro, intitulada “*Circuitos econômicos, comércio e consumo*”, explora o movimento econômico gerado nas diferentes fases do processo geral de produção, bem como discute a ação multiescalar dos sujeitos sociais envolvidos e as dinâmicas espaciais decorrentes.

Carlos Andrés Pachón Pinzón analisa as mediações políticas, econômicas e culturais que regem a política ambiental global com relação ao comércio internacional do ouro e, nessa perspectiva, considera os interesses dos agentes sociais envolvidos, com ênfase na articulação das comunidades étnicas dos departamentos de Chocó e de Antioquia, da Colômbia, no mercado dos minerais. O chamado ouro ético é mobilizado estrategicamente no campo retórico pelos agentes sociais que atuam nos diferentes elos da cadeia produtiva do ouro e interagem em diferentes escalas geográficas.

André Anuatti Reis propõe a investigação dos usos do território projetados a partir dos escritórios centrais das corporações, em particular as maiores empresas com sede na Operação Urbana Água Espraiada, no município de São Paulo. Para tal, o autor escolhe o caso da *Cofco International*, empresa chinesa com sede em Hong Kong, com atuação no mercado mundial de commodities agrícolas. Ao analisar a sua topologia, com numerosas unidades dispersas pelo território brasileiro, destaca-se usos distintos em regiões diferentes sob as ordens de uma mesma unidade corporativa, cujo centro de controle é a capital paulista.

O trabalho de **Felipe Alves Leão**, por sua vez, investiga o comércio de plantas ornamentais, jardinagem e floricultura, especialmente no município de Embu das Artes, na Região Metropolitana de São Paulo; para contextualizar seu estudo, apresenta um panorama histó-

rico do desenvolvimento do município. Observa as transformações nas dinâmicas espaciais e econômicas e comenta que as floriculturas têm perdido seu espaço para gardens e afins. Sugere a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos para embasar a sua pesquisa.

Vanir de Lima Belo traz uma reflexão sobre o circuito inferior associado ao ramo de confecção de vestuário na cidade de São Paulo, revelando a importância do território para a sua manutenção e seu desenvolvimento. A autora discorre acerca dos níveis de capital, tecnologia, trabalho e organização que distinguem os circuitos da economia urbana. Observa que o circuito inferior é afetado por fatores ligados às variáveis dominantes do período como a técnica, a informação, o consumo e as finanças, influenciando as relações de complementaridade e subordinação entre os circuitos da economia urbana.

A quinta parte, *“Precarização do trabalho na escala mundial e local”*, coloca como centro da análise as transformações no mundo do trabalho que têm levado a um aumento cada vez maior da precarização do trabalho nem sempre compreendidas pelos trabalhadores. O tema é tratado a partir de diferentes enfoques, o que nos permite compreender sua dimensão local e mundial.

Rodrigo Accioli Almeida parte do conceito de espaço geográfico e da relação totalidade-unicidade com o local, para entender a articulação de uma economia política do futebol em diferentes escalas, ao considerar que estes formam circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação. Assim, o autor examina o processo de preparação do jogador no mercado local até sua chegada, à medida que adquire as aptidões necessárias para tal, ao mercado global.

Compreender as transformações do trabalho no município de Jandira, partindo da análise das transformações das relações de trabalho dos moradores do município de Jandira, é a proposta de **Evellyn Nogueira de Almeida**. Para tal ela acompanha o cotidiano dos trabalhadores, como vendedores ambulantes, motoristas de aplicativo e proprietários de pequenos empreendimentos de bairro. A autora coloca em evidência como os processos vem se complexificando, visto

que a relação dos trabalhadores com o trabalho no processo produtivo se transformou totalmente, e a presença da financeirização e o aumento do crédito colocaram a periferia em uma posição não vista antes.

Para entender a dinâmica dos entregadores de comida em São Paulo, **Lucas Andrade Alves de Lima** discorre sobre como o trabalho mediado por plataformas digitais inaugurou novas formas de exploração laboral, cada dia mais precárias e intensas, revelando conteúdos inéditos da cidade e do urbano que ainda estão sendo compreendidos. Nesse capítulo, o autor busca compreender o que essas novas formas de trabalho, mediadas por plataformas digitais, revelam sobre o espaço urbano.

Mariane Carvalho analisa o trabalho informal na centralidade periférica Sapopemba-São Mateus, no município de São Paulo, em especial aquele que ocorre nas imediações da estação e terminal de ônibus homônimos. A autora discute a vulnerabilidade do trabalho informal visto pelos trabalhadores como empreendedorismo, a necessidade de, para poder conseguir vender, disputar as melhores localizações e oferecer mercadorias facilmente adquiridas no curto tempo do trabalhador de passagem, bem como o quanto estas atividades estão inseridas no circuito bancário por meio da venda por meio das maquininhas, no geral à crédito.

“Infraestruturas urbanas e produção de centralidades” é o título da sexta e última parte do livro, que reúne textos preocupados em estudar diferente tipos de infraestruturas, seus impactos e, especialmente, sua capacidade para a produção de centralidades e a reestruturação espacial associada a este processo.

Iago Dias dos Santos analisa o impacto da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ocorrida apesar de toda a organização contrária a ela, destacando a imposição de uma lógica de modelo de desenvolvimento predatório para a Amazônia e, destacando as desigualdades que tais movimentos acentuam, em especial no espaço urbano, centra sua atenção na atuação do Movimentos Xingu Vivo para Sempre e dos Atingidos por Barragens na luta pelos direitos à reprodução da vida, à

cidade e à justiça social daqueles que sofrem o impacto direto, no seu cotidiano, dessa construção.

A infraestrutura de galpões modulares em condomínios constitui o foco da análise empreendida por **Gabriel Souza Alves**. O autor busca compreender as novas determinações socioespaciais correlatas à expansão imobiliária atualmente em curso em municípios historicamente produzidos como periferia metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente na região da Baixada Fluminense, a partir de variáveis como localização dos galpões (em geral próximos a vias expressas), serviços prestados, infraestrutura, dando origem a novas centralidades e reestruturando a relação centro-periferia.

Jhonny Bezerra Torres, ao analisar o traçado original dos trilhos de trem na zona leste da cidade de São Paulo e posteriormente o prolongamento da avenida Radial Leste, questiona o papel do planejamento urbano. A infraestrutura, indutora da produção dessa parte da periferia, intensifica o empobrecimento e a privação do urbano em Itaquera e São Miguel Paulista. Revela-se a produção do espaço segundo a necessidade de reprodução do capital, e, dessa forma, a própria manutenção da condição de isolamento com relação ao centro e empobrecimento dos habitantes desses bairros.

Lúcio Cerri Guimarães propõe entender a rede metroviária do município de São Paulo enquanto um sistema técnico, sua organização espacial, distribuída de forma desigual pelo território, e suas relações com o espaço urbano paulista à luz das diferenciações espaciais entre as áreas do município, no que concerne à localização das atividades urbanas. Apresenta o perfil da demanda de passageiros das linhas e das estações, com foco especial nas linhas 2-Verde e 5-Lilás, que possuem inserção nas áreas centrais do município de São Paulo, destacando a dinâmica das centralidades e subcentralidades dentro da rede.

Os textos desta coletânea, assinados por jovens estudantes do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, expõem os diversos momentos em que as pesquisas se encontram e evidenciam os ricos debates que atravessam a vida

acadêmica, em permanente movimento. Denotam, ao mesmo tempo, a importância da universidade pública que estimula a construção de um pensamento crítico e comprometido na discussão dos problemas contemporâneos. Assim, o conjunto de indagações que se explicitam neste livro são um convite ao diálogo, sempre salutar e necessário.

Boa leitura!

Parte I

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DISPUTAS NOS USOS DO TERRITÓRIO

Problemas de políticas públicas para cidades inteligentes sob hegemonia do neoliberalismo urbano

Dante Pezzin

Introdução

O discurso de uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para promover melhorias nas cidades e nos serviços públicos urbanos adquiriu novos contornos ao longo da década de 2010. Com a introdução e generalização do *big data*, da computação em nuvem e da internet das coisas, o tema das “cidades inteligentes”¹ ganhou forma de política pública específica, exigente de estratégia de longo prazo nas diferentes áreas e escalas de atuação de governos em todo o mundo². No entanto, a persistência das práticas relacionadas ao neoliberalismo urbano e a predominância da lógica rentista-financeira como fator crucial de dinamização do desenvolvimento urbano parecem implicar em limitações às possibilidades de transformação do meio urbano abertas por aquelas tecnologias.

Este capítulo apresenta, de forma sucinta, uma síntese dos dez principais problemas apontados pela literatura da teoria urbana crítica em relação ao processo de institucionalização das políticas públicas

-
1. O termo “cidades inteligentes” (*smart cities*) surge nos anos 1990, como expressão derivada do movimento urbanístico pelo crescimento inteligente das cidades, uma das vertentes do Novo Urbanismo (Söderström et al., 2014; Anthopoulos, 2017; Donádio, 2023).
 2. No Brasil foram lançadas diversas políticas públicas relacionadas ao tema: Plano Nacional para Cidades Digitais (2011), a Estratégia Nacional para a Transformação Digital (2018; 2022), a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2019) e a Política Nacional para Cidades Inteligentes (PL 976-B/2021) ainda em tramitação no Congresso Nacional.

de cidades inteligentes quando tais políticas não rompem com ou buscam a conciliação com a hegemonia do discurso e a prática do neoliberalismo urbano. O objetivo do trabalho é apresentar ao leitor um panorama geral das limitações desse caminho e apontar para a necessidade do redirecionamento e desalienação teórico-prática da compreensão sobre o termo “cidade inteligente”, convidando à reflexão sobre o uso das novas tecnologias que priorize a sua finalidade social, ou ainda, da necessidade de desenvolvimento de tecnologias sociais para a luta pelo direito à cidade.

Cidades inteligentes sob hegemonia do neoliberalismo urbano: exposição de problemas

Söderström et al. (2014) afirmam que o geógrafo Hollands (2008) produziu o primeiro texto crítico às políticas urbanas de cidades inteligentes conduzidas por grandes empresas de tecnologia. Após mais de quinze anos daquele texto, diversos autores da teoria urbana crítica têm investigado a origem, o processo e os resultados dessa perspectiva sobre as cidades inteligentes. A seguir apresenta-se uma síntese não-exaustiva da crítica encontrada:

a) Ausência de combate à tendência de cercamento, expropriação e mercantilização generalizada nas cidades (neoliberalismo urbano)

Os projetos de cidades inteligentes que negligenciam a força da hegemonia do receituário neoliberal na cidade (ou buscam uma conciliação de interesses) limitam-se às soluções baseadas na dinâmica própria da economia de mercado, não ultrapassando a visão corporativa do que se entende por “inteligência”.

Agências multilaterais e organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) defendem explicitamente a provisão de serviços públicos urbanos direcionada por agentes de mercado, por meio da ampliação de terceirizações, concessões e parcerias público-privadas, condicionando

o financiamento de projetos às suas diretrizes. A transformação de uma política pública em modelagem de negócio desestimula a visão de longo prazo sobre os projetos e ignora a participação social nas etapas de formulação e implementação. No caso dos projetos e planos de cidades inteligentes, o diálogo com o receituário do neoliberalismo coloca em segundo plano iniciativas “inteligentes” mais simples, menos dependentes de recursos tecnológicos e, por isso mesmo, muitas vezes, mais eficientes. Quando se realizam contratações paralelas e sucessivas de pacotes tecnológicos de grandes empresas, os recursos de TIC na cidade podem ficar prejudicados pela falta de interoperabilidade e redundâncias de trabalho, armazenamento e processamento de dados (Kon; Santana, 2016).

Mesmo quando as políticas públicas de cidades inteligentes apresentam um discurso orientado ao bem-estar da população e à sustentabilidade ambiental, os projetos conciliadores com as práticas do neoliberalismo urbano mantém uma perspectiva voltada à promoção de um ambiente de negócios na cidade e de estímulo ao crescimento econômico, como mecanismos últimos de promoção do bem-estar nas cidades, eximindo-se de atuar sobre problemas estruturais da cidade engendrados pela economia de mercado, como a gentrificação, os imóveis subutilizados (*vacant lands*), a exploração dos trabalhadores por aplicativo, a desigualdade social ou a favelização urbana (Cardullo; Kitchin, 2019; Morozov; Bria, 2019).

b) Estímulo à economia comportamental (behaviourismo) do sujeito neoliberal

A perspectiva neoliberal sobre o cidadão compreende-o na posição de agente egoísta, que busca maximizar a satisfação de suas próprias necessidades a partir de um cálculo racional. Para Barr et al. (2021), os projetos de “cidades inteligentes” em boa medida são favoráveis a essa compreensão e, muitas vezes, são utilizados seus programas e aplicativos para premiar os comportamentos orientados por esta dimensão ontológica, sob o discurso de promover a otimização

da demanda por serviços e infraestruturas na cidade. Esses *softwares* também podem educar as pessoas para uma mudança comportamental filiada a essa perspectiva, buscando torná-las mais eficientes em suas práticas cotidianas sob o ponto de vista da escolha racional.

O estímulo a esse “behaviourismo neoliberal” é problemático porque desempodera os cidadãos, homogeneizando as condutas, reduzindo as possibilidades de ação e individualizando as ações coletivas necessárias para mudanças mais estruturais, o que afasta as pessoas de processos decisórios sobre o planejamento e de uma reflexão abrangente sobre os problemas da cidade. Cardullo e Kitchin (2019) afirmam que, nesse mecanismo de economia comportamental, os cidadãos são disciplinados, controlados e induzidos em formas de governamentalidade neoliberal baseadas em competitividade e performance. Além disso, o sujeito e suas aspirações são resumidos a uma definição bastante limitada e aquém das potencialidades previstas numa dimensão ampla de direito à cidade, resultando em expectativas decrescentes sobre os serviços, a infraestrutura e a vida cotidiana na cidade.

c) Promoção de um novo capítulo da “guerra dos lugares” entre as cidades

O exemplo do programa “*Smart City Marketplace*” da Comissão Europeia (European Commission, 2016) demonstra que os fundos de financiamento público e privado do continente europeu costumam condicionar o investimento em projetos de cidades inteligentes a uma série de critérios e indicadores das cidades candidatas, visando a identificação do potencial de competir para atrair capitais e “classes criativas” na dinâmica da “guerra dos lugares”. Tais condicionantes reduzem a complexidade do processo urbano, as necessidades de seus habitantes e a participação política a dados monitoráveis e controlados, disponibilizados por meio de *rankings* de cidades, o que força a disputa por investimento em condições de austeridade fiscal e exigências de empresariamento urbano, planejamento estratégico e promoção de fluidez territorial (Grossi; Pianezzi, 2017). Com o aperfeiçoamento de métri-

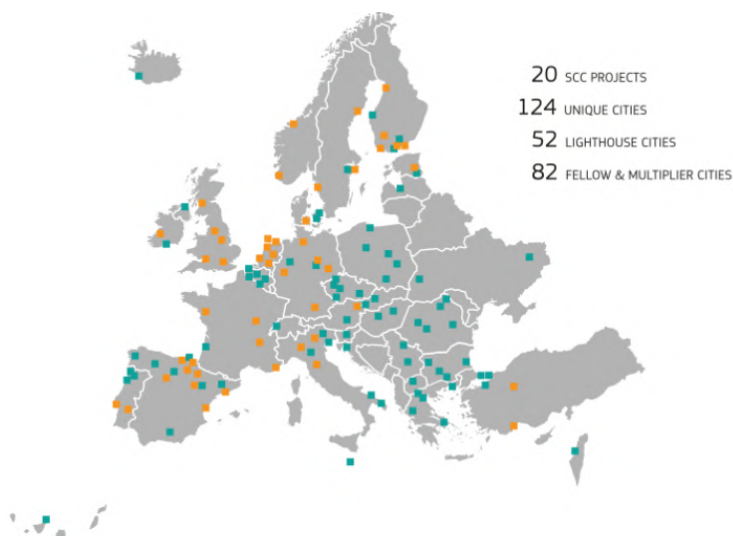
cas e indicadores de *rankings* comparativos permitidos também pelo avanço das TIC, tais *rankings* já não identificam apenas o atendimento ou não de quesitos para o investimento privado, mas possibilitam comparações refinadas de performance entre cidades (Tambelli, 2018; Donádio, 2023).

Santos (2009 [1994]) já observava que a exigência geral pela adequação das cidades ao empresariamento urbano decorre tanto das necessidades imediatas das grandes empresas globais em se beneficiar da fluidez territorial (produtividade espacial), como também, de forma complementar, da formação de um “exército reserva de lugares”, tornado possível pelo avanço das tecnologias de transportes e comunicações (TIC) que reduzem cada vez mais as distâncias entre as localidades, acirrando a competição entre cidades.

d) Desprezo sobre escalas, situações e complexidades urbanas

Iniciativas de cidades inteligentes baseadas nas soluções de grandes empresas de tecnologia costumam definir “casos de sucesso” para a aplicação de pacotes tecnológicos: cidades com um perfil adequado à replicagem e à escalabilidade necessárias para que as soluções necessárias sejam compatíveis à modelagem de negócios como produtos (mercadorias) comercializáveis nos mais diversos contextos urbanos do mundo, possibilitando o aumento nas margens de retorno sobre o investimento daquelas empresas (Cardullo; Kitchin, 2019). Nesse sentido, a aplicação de recursos tecnológicos customizados para a escala, a situação e a complexidade de uma cidade ou de diretrizes específicas definidas via participação social torna-se tarefa indesejável para essas empresas, pois, em sua dinâmica de mercado, o cuidado com a identificação dos problemas locais, processos participativos, adaptações culturais e definição de soluções não limitadas aos produtos já oferecidos pelas grandes empresas de tecnologia são fatores que implicam em maiores custos de transação para as empresas nos contratos governamentais.

Mapa 1: Smart City Marketplace: Programa “Cidades Escaláveis” (scalable cities) (Cidades Farol e Cidades Seguidoras)



Fonte: <https://smart-cities-marketplace.ec.europa.eu/scalable-cities>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Novamente a Comissão Europeia serve de exemplo desse fenômeno, como é o caso do “Programa Cidades Escaláveis” (Cardullo; Kitchin, 2019). Esse programa busca “casos de sucesso” em iniciativas de cidades inteligentes no continente, que passam a ser tratados sob o rótulo de “cidades farol” ou “iluminadoras” (*lighthouse cities*), exemplos a ser replicados por “cidades seguidoras” ou “multiplicadoras” (*follower cities*).

Observa-se no Mapa 1 que a maior parte das “cidades farol” (cor laranja) está concentrada na Europa Ocidental, enquanto as “cidades seguidoras” (cor verde) situam-se na Europa Oriental, refletindo divisão clássica entre as duas regiões e a perspectiva de que a última

deve seguir as recomendações da primeira para alcançar as melhores práticas de “cidades inteligentes”, por meio de financiamento condicionado à continuidade de medidas de austeridade fiscal e avaliação de indicadores de *benchmarking*, assim forçando a adaptação mimética de soluções orientadas pelo mercado.

Alizadeh e Prasad (2023) fazem uma reflexão interessante sobre o impacto dessa característica “colonialista” de imposição de uma racionalidade de mercado presente no conceito neoliberal sobre as “cidades inteligentes”. Defendendo a construção de uma agenda sobre o tema desde a perspectiva do Sul Global, as autoras partem de uma compreensão específica à Índia sobre o direito à cidade e às cidades justas, com foco nos problemas da informalidade urbana, desigualdade social, pessoas em situação de vulnerabilidade e perseguição às minorias. Portanto, se o objetivo de escalabilidade e replicação de soluções para “cidades inteligentes” não se adequar às escalas, situações e complexidades urbanas específicas, seu resultado será algo pouco além de uma mercadoria adquirida pela gestão pública, com resultados pouco relacionados aos principais problemas de uma cidade, com algum efeito publicitário de curto prazo.

e) Formação de novos efeitos perversos, acirrando desigualdades urbanas e não combatendo os problemas do “capitalismo de plataforma”

Hollands (2008) identificou ainda antes da década de 2010 que as práticas de cidades inteligentes estavam acirrando os processos de fragmentação urbana, na medida em que se apresentavam como uma atualização do discurso do neoliberalismo urbano, agora sob narrativa tecnológica.

Sem compromisso de longo prazo, as políticas de promoção de cidades inteligentes têm gastado recursos públicos com a compra de pacotes e dispositivos tecnológicos que, muitas vezes, não ultrapassam propostas de projetos-piloto, caindo em descontinuidade ou sendo substituídas com as alternâncias políticas de governo. Quando aplicadas,

muitas vezes essas propostas não possuem uma política transparente sobre o uso de dados dos cidadãos e governos, tendo ocorrido por diversas vezes denúncias de vendas de dados e práticas de vigilância ilegal ou arbitrária por meio de câmeras e monitoramento do uso de redes de internet.

Outro efeito perverso que exemplifica esse problema é que a cada novo ciclo de digitalização de serviços públicos, menor parece ser a preocupação dos governos com a população não familiarizada com dispositivos tecnológicos ou em situação de vulnerabilidade. As exigências de letramento sobre o uso de *smartphones* — tirar fotos, baixar aplicativos, utilizar *chatbots*, fazer transações financeiras digitais, diferenciar notícias verdadeiras de notícias falsas (imagens, vídeos, textos) — têm provocado situações novas de exclusão da cidadania, aprofundando de forma não esperada divisões sociais nas cidades (Donádio, 2023).

Os projetos de “cidades inteligentes” têm sido utilizados também como fator adicional para novos processos de “gentrificação”, servindo de discurso para expropriações arbitrárias de moradores em situação vulnerável, como em alguns empreendimentos de projetos urbanos e condomínios fechados dotados de dispositivos tecnológicos para classes de alta renda.

É no mínimo inusitado também observar que boa parte dos projetos de cidades inteligentes não apresentam soluções para os problemas urbanos decorrentes do “capitalismo de plataforma”, tais como as condições de trabalho precárias de colaboradores de aplicativos de táxi ou entrega de mercadorias, a especulação imobiliária decorrente dos aplicativos de aluguel de imóveis para temporada, etc.

f) Criação de um mercado de compras governamentais, favorecendo *big techs* e restringindo iniciativas simples e gratuitas do poder público e da sociedade civil

Atualmente existem dezenas de milhares de projetos de cidades inteligentes no mundo todo. De alcance abrangente, setorial ou

ainda como projetos-piloto, a maior parte dessas experiências tem sido realizada por meio de contratos e parcerias entre o setor público e o privado, com perspectiva de movimentar até US\$ 8,89 trilhões em 2032, conforme estudos do setor (Mendes, 2020).

Esses valores indicam que a austeridade fiscal não parece ser empecilho para a criação de um mercado de compras governamentais para políticas públicas de cidades inteligentes, favorecendo grandes empresas de tecnologia³. O nicho de mercado segue em crescimento, na medida em que o setor está ganhando um capítulo específico nas políticas públicas de cidades, regiões e países em todo o mundo. Além disso, há um processo contínuo de atualização de *hardware*, programas e aplicativos, que demandam contratos de operação e manutenção.

Hollands (2008) e Söderström et al. (2014) afirmam que as grandes empresas de tecnologia atuaram fortemente por meio de *lobby* ao longo dos últimos anos. Nesse cenário, as empresas de TIC se apresentam como únicos agentes com conhecimentos, recursos e capacidades para oferecer soluções eficientes aos governos, quando, muitas vezes, programas e infraestruturas de recursos digitais soberanas podem ser desenvolvidos pelo próprio poder público ou em parceria com a sociedade civil, de forma colaborativa e com baixo valor de investimento (Morozov; Bria, 2019).

g) Falta de transparência e controle social das grandes empresas de tecnologia atuantes no mercado de compras governamentais e na economia urbana

Scholz (2013), Morozov e Bria (2019) e Galic e Schuilenburg (2021) alertam para o fato de que os pacotes tecnológicos de recursos de gestão de cidades inteligentes oferecidos ao setor público (assim como os aplicativos voltados para a economia urbana do “capitalismo de

3. Um exemplo foi o valor de R\$ 588 milhões pago no contrato entre a Prefeitura de São Paulo e o consórcio Smart City SP para a instalação da Central de Operações “Smart Sampa”. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/08/14/smart-sampa-denunciada-por-corrupcao-capturar-seu-rosto-em-sp/>. Acesso em: 29 out. 2024.

plataforma”) possuem códigos, algoritmos e mecanismos de tomadas de decisão baseados em inteligência artificial, com vieses e estereótipos sobre o padrão de comportamento e o interesse das pessoas. Assim, além de reduzir a diversidade da experiência urbana em seus modelos, esses *hardwares* e *softwares*, na maioria das vezes, não disponibilizam sua programação ao público, não abrem para o debate público os princípios que regulam tais vieses e estereótipos e também não realizam prestação de contas sobre o modo como capturam e utilizam os dados obtidos de seus usuários e do setor público. Com essa falta de transparência, as empresas do setor ficam livres de controle social e, em desrespeito ao direito à privacidade, adotam práticas espoliativas de uso de dados, realizando sua captura indiscriminada (mineração de dados) para comercialização e outros propósitos não esclarecidos nos seus termos de uso e em contratos governamentais, como por exemplo a vigilância de atividades particulares para terceiros e a identificação de padrões comportamentais para estratégias profundas de publicidade.

O projeto “*Safe City Initiative*” encomendado pelo governo de Myanmar à Huawei, por exemplo, entregou um circuito integrado de 335 câmeras de vigilância distribuídas pela capital do país. Por meio de processamento de imagens por inteligência artificial, o sistema consegue escanear o rosto dos transeuntes e as placas de carros na cidade, identificando pessoas ou carros eventualmente procurados pelas autoridades de um regime autoritário denunciado por genocídio contra a minoria étnica Rohingya.

h) Solucionismo Tecnológico (discurso tecnocrático)

Hollands (2008) e Söderström et al. (2014) são alguns dos autores geógrafos que apontam que a perspectiva neoliberal sobre as “cidades inteligentes” exerce a função de “utopia discursiva”. Tal perspectiva recupera o discurso inaugurado pelo positivismo, que trata a ciência e a técnica como recursos neutros que, ao serem aplicados de forma conjunta, vão possibilitar o progresso da sociedade e do bem-estar social, sem vieses ou direcionamentos políticos.

Desde os anos 1970 esta perspectiva já havia recuperado sua força, implicando na formação dos campos de pesquisa da Geografia Teorética (*New Geography*) e da Ciência Regional, retomando análises econométricas sobre as cidades e o meio urbano. Kitchin (2014) demonstra o ressurgimento desse discurso na década de 2010, a partir de autores que passam a defender a aplicação do *Big Data* como método único de pesquisa, capaz de dispensar a análise do processo histórico, a hermenêutica ou a evolução das instituições e práticas culturais, por sua capacidade avançada de processamento de informações, inclusive em termos qualitativos.

A utopia discursiva do solucionismo tecnológico produz um imaginário no qual o urbanismo dominado pelo capital intensivo em tecnologia da informação e comunicação (TIC) é apresentado como neutro, objetivo, racional e baseado em evidências, capaz de resolver quase que por si mesmo os problemas da cidade (Hollands, 2008; Cardullo; Kitchin, 2019; Grossi; Pianezzi, 2019; Galic; Schuilenburg, 2021). Nesse imaginário desaparece o problema da equação entre os objetivos de competitividade de mercado, sustentabilidade ambiental e bem-estar social dos cidadãos. Os pacotes tecnológicos oferecidos pelas grandes empresas de tecnologia são apresentados como solução desenvolvida por especialistas e baseadas em melhores práticas, constrangendo o debate público e despolitizando a aplicação e o uso das ferramentas de TIC para a melhoria da vida nas cidades.

i) Desprezo sobre a participação social efetiva e o engajamento comunitário

Cardullo e Kitchin (2019) apontam a perspectiva empobrecida da participação social nos projetos de “cidades inteligentes” vinculados ao neoliberalismo urbano não apenas pela comodidade dessa visão, que inibe a customização dos pacotes tecnológicos escaláveis e replicáveis aos problemas e necessidades locais levantados pelas populações locais, mas também pela defesa que esses projetos assumem sobre o comportamento humano baseado em preceitos da escolha racional

(princípio da utilidade marginal, escolha racional e individualismo na ação).

Agindo sob essa perspectiva, as grandes empresas de tecnologia tendem a apresentar meios de participação social limitados e que não se antecedem à definição do foco, objetivo e soluções necessárias na etapa de planejamento das políticas de cidades inteligentes. As empresas apresentam ferramentas subordinadas à hierarquia do discurso tecnocrático, “de cima para baixo” (*top-down*), limitadas às consultas individuais, enquetes fechadas (ênfase na escolha individual), *feedbacks* (grau de satisfação de serviço) ou acolhidas na forma de consulta. Cardullo e Kitchin (2019) vão definir a participação cidadã nesses projetos como uma prática de “tokenismo”, processo que busca a reafirmação de propostas de cunho corporativo, por meio da coleta de dados sobre a opinião da população, buscando a exposição de um pretenso consenso da população local sobre as soluções adotadas de forma publicitária. Galic e Schuilenburg (2021) e Donádio (2023) reforçam que nesse processo a participação social é excluída das etapas de formulação e implementação da política pública e as pessoas acabam assumindo papéis passivos, como *usuárias* de dispositivos (sensores, aplicativos de serviços, unidades de grids geradores de energia, por exemplo), muitas vezes sendo tratadas como mais uma entre as partes interessadas nos projetos, assumindo a posição de *cliente* ou *consumidor*, ainda que nos últimos anos o discurso das cidades inteligentes tenha se inclinado para uma orientação às pessoas e ao meio ambiente

j) Reificação da cidade

No processo de troca da mercadoria, Marx (1983 [1867]) comenta sobre a curiosa inversão de valores propiciada na economia de mercado, implicando na “relação coisificada entre pessoas” e a “relação social entre coisas”. Nessa dinâmica, as mercadorias são objetos dotados de um conteúdo de valor social (processo de trabalho), que se afirma sobre a utilidade ou às considerações culturais e políticas influenciadoras de seu processo de produção. No contexto do neoliberalismo urbano

contemporâneo, as políticas públicas voltadas para a promoção de “cidades inteligentes” não fogem a essa dinâmica da mercadoria — aliás, convertem-se em metáfora viva desse processo.

A tecnologia da “Internet das Coisas”, possibilitada pela geolocalização e a tecnologia 5G⁴, é um dos pilares da infraestrutura necessária para políticas de cidades inteligentes (Kon; Santana, 2016). Tal tecnologia permite interações máquina à máquina, como no exemplo de veículos urbanos autônomos, e é baseada na captação de dados distribuídos pela cidade por meio de sensores e telefones inteligentes (*smartphones*) conectados entre si, possibilitando a transmissão e o processamento de informações de forma automatizada por meio de algoritmos e aprendizado de máquina.

Massonetto et al. (2020) comentam que a natureza da alienação engendrada pelo avanço da aplicação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas cidades se dá pela apropriação do meio urbano, via digitalização de suas experiências concretas e sua redução a valores limitados (dados e posições) a partir de uma racionalidade binária e unilateral. Assim, os dispositivos de TIC reorganizam a cidade sob uma lógica própria, buscando a dissolução do heterogêneo e das experiências individuais, substituindo-as pela lógica cartesiana capitalista da troca de equivalentes formais, retornando às pessoas na forma de um suporte técnico estranhado. Assim, a “inteligência” possível na organização da forma-conteúdo, na produção do espaço e no direito à cidade torna-se bastante limitada.

Considerações Finais

A economia de mercado exige a regulação dos recursos por meio da sua escassez. Sua generalização para toda a sociedade implica, inclusive, em criar artificialmente essa condição. Se, no início do século XXI, diversos autores projetavam a possibilidade do avanço das tecnologias de informação e comunicação reduzirem drasticamente os custos

4. A tecnologia 5G apresenta velocidade média de transmissão de 100Mbps, com suporte de até um milhão de dispositivos conectados por quilômetro quadrado.

produtivos e, por consequência, as jornadas de trabalho e a escassez de recursos, a persistência das práticas próprias à economia capitalista e de sua dinâmica de mercado como projeto político e ideológico acabou por frear essas expectativas. Para Benanav (2023), em vez de nos lançar em um mundo pós-escassez, os avanços da tecnologia estão destruindo empregos qualificados e desenvolvendo formas de vigiar e gerir os trabalhadores — em empregos instáveis e de baixa qualidade — e manipular os consumidores em seus desejos e necessidades.

Os projetos de cunho neoliberal, ainda, desestimulam a construção de tecnologias soberanas, o engajamento coletivo e o questionamento sobre os principais problemas da cidade. Persistem os problemas estruturais das cidades capitalistas no Norte e Sul Global: as mudanças climáticas, especulação imobiliária, expansão de favelas, desinformação política, envelhecimento populacional, desemprego estrutural, migrações de refugiados... Como garantir proteção social aos trabalhadores por aplicativo? Como diminuir a desigualdade social nas metrópoles? Como promover maior engajamento comunitário e sentido de pertencimento nas cidades? Como garantir serviços públicos de qualidade no longo prazo? De que forma os recursos de TIC podem ser combinados com outras práticas “inteligentes” para fazer as pessoas trabalharem menos, ter mais qualidade de vida e fruir as potencialidades da vida urbana?

Este capítulo não ignora o fato de que as novas TIC e as políticas públicas em curso eventualmente promovam melhorias para as cidades, mas busca apresentar um resumo do debate sobre o tema a partir da teoria urbana crítica, apontando que, enquanto tais mecanismos não romperem com a dinâmica do neoliberalismo urbano, seus resultados permanecerão bastante modestos.

Referências Bibliográficas

ALIZADEH, T.; PRASAD, D. The Right to the smart city in the global south: a research agenda. **Urban Studies**, v. 61, n. 3, p. 426-444, 2023.

- BARR, S.; LAMPKIN, S.; DAWKINS, L.; WILLIAMSON, D. Smart cities and behavioural change: (Un)sustainable mobilities in the neo-liberal city. **Geoforum**, v. 126, p. 140-149, 2021.
- BENANAV, A. Em busca de uma técnica para o pós-capitalismo. **Outras Palavras**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/em-busca-de-uma-tecnica-para-pos-capitalismo/>. 2023. Acesso em: 26 fev. 2024
- CARDULLO, P.; KITCHIN, R. Smart urbanism and smart citizenship: the neoliberal logic of “citizen-focused” smart cities in Europe. **Politics and Space**, v. 37, n. 5, pp. 813-830, 2019.
- DONÁDIO, T. Theorising social justice within the smart city: expanding urban paradigms by the notion of the right to the city. **Public Policy Portuguese Journal**, v. 8, n. 1, p. 10-20, 2023.
- EUROPEAN COMMISSION. **The Marketplace of the European Innovation Partnership on the Smart Cities and Communities (EIP-SCC)**. European Commission, 2016.
- GALIC, M.; SCHUILENBURG, M. Reclaiming the smart city: toward a new right to the city. In: Augusto, J.C. (ed.). **Handbook of Smart Cities**. Springer Nature Switzerland, 2020, p. 1419-1436
- GROSSI, G.; PIANEZZI, D. Smart cities: utopia or neoliberal ideology? **Cities**, v. 69, p. 79-85, 2017.
- HOLLANDS, R. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? **City**, v. 12, n. 3, p. 303-320, 2008. Acesso em: 20 abr. 2023.
- KITCHIN, R. Big data, new epistemologies and paradigm shifts. **Big Data & Society**, p. 1-12, abr-jun. de 2014.
- KON, F.; SANTANA, E. Cidades Inteligentes: conceitos, plataformas e desafios. In: Maldonado, J. C.; Viterbo, J.; Delamaro, M. E.; Marczak, S. (orgs.). **Anais do XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Computação**, Porto Alegre, 2016.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: processo de produção do capital. São Paulo: Editora Abril, 1983 [1867].

- MASSONETTO, L.F.; BACHUR, J.P.; CARVALHO, E. M. Reificação da experiência na cidade inteligente: notas para uma crítica da economia política do espaço urbano. **Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 591-611, 2020.
- MENDES, T. C. Smart cities: solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais? **Observatório das Metrópoles – Textos para discussão**, n. 11, 2020.
- MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].
- SCHOLZ, T. **Platform cooperativism: challenging the corporate sharing economy**. New York: Rosa Luxemburg Stiftung, 2013.
- SÖDERSTRÖM, O.; PAASCHE, T.; KLAUSER, F. Smart cities as corporate storytelling. **City**, v. 18, n. 3, p. 307-320, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2014.906716>.
- SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- TAMBELLI, C.N. Smart Cities: Uma Breve Investigação Crítica sobre os Limites de uma Narrativa Contemporânea sobre Cidades e Tecnologia. **ITS Rio**, 2018.

As grandes firmas nacionais de comércio eletrônico na emergência do meio técnico-científico-informacional

Fernando Soares de Jesus

Introdução

Experimentamos, nas últimas décadas, a emergência do meio técnico-científico-informacional em porções do território brasileiro, caracterizado pela união entre técnica, ciência e informação. Esse novo momento histórico engendra transformações no território que, por sua vez, adquire novos conteúdos e impõe novos comportamentos graças às possibilidades de circulação de produtos, dinheiro, ordens e informações. Tais mudanças ocorrem em função de acréscimos técnicos que renovam a sua materialidade, o resultado e a condição dos processos sociais e econômicos em curso. Nesse ínterim, podemos destacar o caso das inovações provenientes da revolução das telecomunicações que, gestada na década de 1970, colaborou com a reticularização do território, transcorrendo em novos recortes espaciais e em uma nova divisão territorial do trabalho (Santos; Silveira, 2006 [2001]).

Essa reorganização territorial impôs rearranjos à produção e à realização de diferentes atividades econômicas, dentre elas, a atividade varejista, que, no passado, mudou com os impactos da ferrovia, da rodovia e da telefonia, e na contemporaneidade se transforma com a emergência da internet. A maior difusão dessa inovação resultou em novas possibilidades de mercado, que logo refletiram no seu uso econômico por firmas de comércio eletrônico.

A análise do mercado brasileiro, na elaboração desse estudo, por sua vez, indicou um predomínio de empresas nacionais no segmento. Nesse ínterim, este capítulo objetiva analisar a organização geográfica

do comércio eletrônico no Brasil, compreendendo a formação dos principais conglomerados nacionais, sua dinâmica de operação, o comando de seus fixos e fluxos espaciais pelo território e, assim, analisar suas áreas de concentração e de rarefação.

Gênese e evolução do setor: origem das empresas e concentração do capital

O comércio eletrônico no Brasil começou a se desenvolver no final dos anos 1990 e início dos 2000, apesar da baixa difusão da internet no país. A BookNet, fundada por Jack London com R\$ 400 mil e 18 funcionários, foi uma das pioneiras (Livraria..., 1997). Em 1999, recebeu um aporte de US\$ 12 milhões da GP Investimentos, ligada ao trio de empresários Lemann, Sicupira e Telles, mudando o seu nome para Submarino. Em 2001, liderava o mercado com 423.993 usuários mensais, seguida pela Shopping.bol (374.213), ShopFácil (336.793) e Americanas.com (252.132) (Webshoppers, 2001).

No contexto da expansão do número de usuários de internet no país, que alcançava 21,02% da população em 2005 (Banco Mundial, 2022), o segmento embarcou em um processo de concentração de capital. Em 2005, a Submarino abriu seu capital na Bolsa e adquiriu os sites Ingresso.com, especializado na venda de ingressos para eventos, e Travelweb, focada na venda de passagens, diárias em hotéis e locação de automóveis. No mesmo ano, a Americanas.com adquiriu o controle majoritário da TV Sky Shop, proprietária da Shoptime. Finalmente, em 2006, ocorreu a fusão entre a Americanas.com e a Submarino, formando a B2W Companhia Global de Varejo. A empresa originada passou a concentrar 55,8% do faturamento total do setor no ano da fusão (Jesus, 2023).

A concentração de faturamento pela B2W foi perdendo força até o fim da década, atingindo 30,6% em 2010 (Jesus, 2023). Em 2009, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) adquiriu o controle majoritário da Globex Utilidades S/A, que atuava no varejo pela bandeira Ponto Frio, e integrou seus negócios com a Casas Bahia. Após uma série de reorga-

nizações internas, que envolveu inclusive a atuação do grupo francês Casino, controlador do GPA, foi criada a Via Varejo, que em 2019 passaria a controlar os negócios do varejo presencial e de comércio eletrônico da empresa. Nesse mesmo ano, a família Klein, que fundou as Casas Bahia na década de 1950, passou a ser a sócia majoritária da empresa, após a compra de ações pertencentes ao GPA.

Entre 2010 e 2019, o setor foi marcado por um crescimento desacelerado em faturamento, concomitante a uma continuidade da expansão de usuários ativos. É nesse contexto que a Magazine Luiza inicia um agressivo processo de aquisições. Nesse ano, comprou a Netshoes, que controlava também, além do e-commerce próprio, a Shoestock e a Zattini. No ano seguinte, adquiriu a Estante Virtual, pertencente à Livraria Cultura. Em 2021, finalmente, comprou a Kabum!, e-commerce especializado na linha *gamer*. Esses sites somaram-se ao magazine-luiza.com.br e à Época Cosméticos, adquirida em 2013.

Esse quadro evolutivo do segmento nos auxilia a compreender sua dinâmica atual. A B2W (atualmente Americanas SA) foi líder em faturamento do setor (1p)¹ até 2018, quando foi superada pela Magazine Luiza. A ambas, segue-se a Via. Quando consideramos a venda via *marketplace*, chama atenção o Mercado Livre, que lidera em Volume Bruto de Mercadores (GMV)², com uma movimentação de R\$ 68 bilhões, superior ao valor da Americanas (R\$ 23,1 bi.), da Magazine Luiza (R\$ 13,1 bi.) e da Via (R\$ 6,3 bi.). A Tabela 1 a seguir resume a situação do e-commerce 1p no país.

Com base em nosso levantamento, realizado em Jesus (2023), iremos, no próximo item, aprofundar nos fixos espaciais e nas estratégias territoriais das principais empresas do setor na época (Magazine

1. Venda de produtos próprios. Se diferencia do método 3p, também conhecido como *marketplace*, em que a empresa disponibiliza sua plataforma para a venda por firmas terceiras.

2. Dados das empresas Americanas SA, Magazine Luiza e Via obtidos dos relatórios trimestrais das empresas. Dados do Mercado Livre estimados pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC, 2022).

Tabela 1: Dez maiores empresas de comércio eletrônico que atuam no Brasil (exceto marketplaces), em bi. de reais (2021)

Empresas	Faturamento
Magazine Luiza	26,69
Americanas	19,11
Via	16,83
GFG LatAm - Dafiti	4,32
Amazon	3,83
Raia Drogasil	2,11
Grupo Boticário	1,79
Grupo SBF	1,69
Privalia	1,65
Lojas Renner	1,29

Fonte: SBVC (2022)

Luiza, Americanas, Via e Mercado Livre), objetivando compreender as desigualdades espaciais do segmento.

Os fixos espaciais e as estratégias territoriais

Desde seus primeiros anos de existência, o comércio eletrônico brasileiro já dava indícios da tendência de concentração espacial. No primeiro trimestre de 2005, a região Concentrada era responsável por 79% do faturamento do setor, sendo que 43% correspondiam apenas ao estado de São Paulo (Webshoppers, 2005). Nos últimos anos, podemos observar uma persistência desse quadro, embora com uma expansão expressiva do Nordeste (Tabela 3).

Em partes, essa disparidade é resultado da distribuição desigual dos fixos espaciais de armazenamento e das redes de entrega no território brasileiro. Tais fixos, por sua vez, são utilizados de diferentes maneiras pelas principais empresas do segmento. Enquanto os três conglomerados nacionais contam com seus centros de distribuição, aliados

Tabela 2: Participação (%) no faturamento total do setor de comércio eletrônico brasileiro, por região

Região	2005	2017	2020
Concentrada	79	78	70,9
Nordeste	10	11,6	18,5
Centro-Oeste e Amazônia	11	10,5	10,6

Fonte: Webshoppers (2005; 2019; 2021)

a uma capilarizada rede de lojas de diferentes formatos e tamanhos³, na qual se incluem lojas convencionais, lojas de pequena superfície e de conveniência, o Mercado Livre, pelo seu modelo de negócios, aposta na operação de alguns centros de distribuição e estruturas de logística em localizações-chave no território nacional.

A Americanas apresentou uma grande expansão em seus fixos espaciais: em 1999, ano em que passou a vender pela internet, constituíam-se de apenas 90 lojas na Região Concentrada e Nordeste, além de MS, GO, DF e PA, e, em 2015, já eram 1.041 unidades em todos os estados brasileiros. Os centros de distribuição (CD) passaram de 3 para 15 no mesmo período, localizados em SP, RJ, PE, SC e MG (Americanas, 1999). Em 2019, a empresa contava com 1.700 lojas distribuídas em 739 municípios e 18 centros de distribuição, incluindo novos estados como PA e RS. Em 2020, foram abertos mais CDs na BA, CE, PR, ES, e DF, totalizando 22.

A expansão das lojas refletiu-se na redução da participação da Região Concentrada, que passou de 72% em 1999 para 66% em 2015

3. A Magazine Luiza, por exemplo, se utiliza, além das lojas tradicionais, as chamadas “lojas virtuais”. Modelo pioneiro criado em 1992 para balizar a expansão da marca, são unidades com pouca superfície (geralmente cerca de 150m), que operam sem estoque. As compras são realizadas através do suporte de terminais multimídia, que exibem os itens disponíveis a venda a partir de fotos e vídeos. Mais sobre as “Lojas Virtuais Luiza” em Machado Neto, Pretto, Donzelli e Merlo (2004).

e 60% em 2022. Nesse ano, a Americanas estava presente em 765 municípios de todos os estados, incluindo todas as metrópoles e capitais regionais, com exceção de algumas áreas em Santa Catarina⁴. Nos centros sub-regionais, a cobertura foi maior na Amazônia (95,7%) e menor na Região Concentrada (70,4%), especialmente pelas ausências em SC, no RS e no PR. Nos níveis mais baixos, a cobertura é reduzida, embora ainda relevante, em estados como PE, CE, PA e SP⁵.

Até a associação entre a Casas Bahia e a Ponto Frio em 2009, ambas em empresas seguiram trajetórias independentes, expandindo a partir do seus *cores*: o Rio de Janeiro (RJ) no caso da Ponto, e São Paulo (SP) no caso das Casas Bahia. Em 1997, quando passou a vender pela internet, a Ponto tinha lojas nos estados da região Sul, no RJ, no DF, em GO, em MG e em SP. Em 2000, a empresa fez aquisições da rede gaúcha J.H. Santos e da rede paranaense Disapel, expandido seus fixos espaciais na região Sul, somados à Casas Buri, comprada em 1992. Já as Casas Bahia, no fim dos anos 1990, atuavam em SP, MG, RJ, MS, PR e SC. No ano 2000 entrou no mercado da região Centro-Oeste, com inaugurações em GO e no DF. A partir de 2009, passou a operar no Nordeste, com abertura de unidades na BA e em SE e, nos anos seguintes, em outros estados como CE, AL e PE (Via, 2017). A partir de 2020 chegou ao AM e ao PA, evidenciando sua maior cobertura espacial em relação à Ponto.

A concentração espacial das lojas, à exemplo do caso da Americanas, é alta. Em 2016, 81% das unidades da Via estavam na região Concentrada, índice que passou para 69% em 2019. Em 2022, a empresa operava 1.314 unidades em 558 municípios brasileiros espalhados em 23 unidades da federação (não estava presente nos estados do AC, RO, RR e AP). Tem lojas em todas as 15 metrópoles brasileiras e em todas as capitais regionais das regiões Concentrada, Nordeste e Centro-Oeste,

4. Exceção das capitais regionais de Caçador (SC) e do Arranjo Populacional de Joaçaba-Herval d'Oeste (SC).

5. 67% dos centros de zona apresentam pelo menos uma unidade de Lojas Americanas nessa unidade da federação.

exceto Caçador (SC) e Arranjo Populacional de Joaçaba-Herval d'Oeste (SC). Dentre os Centro Sub-regionais, a cobertura ainda é elevada, em particular no Centro-Oeste e no Nordeste, em que supera os 75%. Na região Concentrada, o índice é menor pelas ausências no RS, em SC, no PR e no ES, embora SP e RJ apresentem proporções próximas aos três quartos de cobertura. Na Amazônia, apesar dos números tímidos, destaque ao estado do Pará, em que a empresa opera em todos os centros sub-regionais (Jesus, 2023).

Sobre a malha de centros de distribuição⁶, destaca-se que, em 2013, a empresa contava com oito fixos do tipo, sendo três em SP (Jundiaí, São Bernardo do Campo e Ribeirão Preto), um no RJ (Duque de Caxias), um no PR (São José dos Pinhais), um em MG (Betim), um no MS (Campo Grande), e um na BA (Camaçari). Além disso, funcionavam seis entrepostos⁷, nos estados de SC, PR, MT, GO, DF e ES.

A Magazine Luiza apresenta uma difusão territorial impulsionada pelas aquisições feitas pela empresa ao longo de sua história, dentre as quais se destacam as lojas Mercantil (1976), Wanel (2001) e Líder (2003), do interior de São Paulo, Arno (2004), Base, Madol e Kilar (2005), atuantes no Sul do Brasil, e Maia (2010), instalada no Nordeste. Assim, em meados de 2014, a empresa operava 755 lojas em todos os estados da região Nordeste, em GO, no MS, no DF e nos estados da região Concentrada, com exceções do RJ e do ES. A região Concentrada detinha, nesse ano, 75% das lojas da empresa. Em 2020, esse número já era de 1.301 unidades, chegando ao RJ, ES, MT e PA, e o índice da região Concentrada encolheu para 65%.

Do ponto de vista da hierarquia urbana, a Magazine Luiza estava, em 2022, presente em todas as metrópoles das regiões Concentrada e Nordeste, em todas as capitais regionais do Nordeste e em 58 das

6. Mais informações sobre os centros de distribuição da empresa estão presentes no trabalho de Fonseca (2014).

7. Na operação logística da empresa, é comum mercadorias saírem dos centros de distribuição e seguirem aos entrepostos, onde são embarcadas em caminhões menores que realizam a distribuição em nível estadual.

59 capitais regionais da região Concentrada⁸. No nível de Centros Sub-regionais, a presença ainda era forte, com índices acima de 90% no Nordeste e na Concentrada. A rede ainda estava presente em 46% dos Centros de Zona da região Concentrada (90 dos 197 totais), enquanto, no Nordeste, esse índice cai substancialmente para 22% (30 dos 135 totais). A menor cobertura da rede é na Amazônia, tendo em vista que o único estado da região com atuação da rede é o Pará (Jesus, 2023).

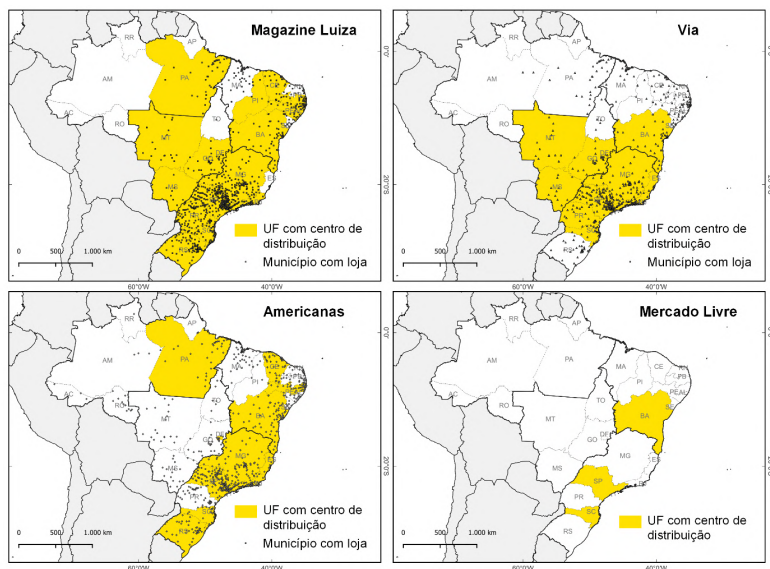
Sobre os centros de distribuição, podemos destacar que, até 2013, a empresa contava com fixos do tipo nos estados do RS, em SC, no PR, em SP, em MG, na BA e na PB. Entre 2014 e 2018, inaugurou estruturas em GO, CE e PI. Finalmente, entre 2019 e 2020, alcançou o RJ, AL, PE, DF, MT, MS e PA. Em 2020, já eram 21 fixos espaciais do tipo espalhados em todas as regiões.

Devido ao seu modelo de negócios diferenciado, o Mercado Livre ingressou no mercado brasileiro sem o apoio de uma rede de lojas físicas, por isso a criação de um sistema de armazenamento e entrega ágil de produtos tornou-se essencial para fortalecer a sua posição no mercado. Até 2020, o Mercado Livre mantinha centros de distribuição apenas no estado de São Paulo, com unidades em Louveira e Cajamar. Nesse ano, a empresa inaugurou seu primeiro centro de distribuição no Nordeste, em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador (BA), com uma área de aproximadamente 35 mil m. Posteriormente, foram abertas estruturas semelhantes em Extrema (MG), Guarulhos (SP) e Governador Celso Ramos (SC), totalizando 7 centros de distribuição no país. Além dos centros de distribuição convencionais, o Mercado Livre opera um *receiving center* em São Paulo para receber produtos de vendedores (*sellers*), 96 *service centers* e 17 centros de *cross docking*, galpões menores dedicados à última etapa de entrega. Em 2022, a empresa começou a operar um *sortation center* em seu centro de distribuição em Cajamar (SP), responsável por separar pacotes antes do envio aos consumidores finais ou aos *service centers* (Loureiro, 2022).

8. Ausência somente em Cachoeiro do Itapemirim (ES), capital regional situada no sul do estado do Espírito Santo.

A Figura 1⁹ resume o quadro espacial explicado anteriormente.

Figura 1: Dispersão das lojas e dos centros de distribuição das firmas analisadas



Fonte: Elaboração própria com base em Americanas (2022), Via (2022), Magazine Luiza (2022) e Fonseca (2014)

Podemos chegar a algumas considerações gerais sobre a difusão dessas estruturas pelo território. Observou-se que as três principais firmas nacionais de comércio eletrônico utilizam das lojas físicas como nó na rede de distribuição de mercadorias adquiridas pela internet, servindo como um trunfo espacial. A capilaridade dessas estruturas, assim, garante a cobertura de amplas porções do território nacional,

9. Dados sobre lojas retirados dos sites oficiais das empresas em levantamento realizado em 2022. Sobre os centros de distribuição: dados das Americanas, da Magazine Luiza e do Mercado Livre de 2020, dos relatórios oficiais das empresas; dados da Via de 2014 com base em Fonseca (2014).

ao mesmo tempo que criam uma relação de confiança entre marca e consumidor. Apesar disso, verificou-se uma concentração territorial das lojas nos estados da região Concentrada, ao mesmo tempo em que o Nordeste apresenta um crescimento e na Amazônia a presença ainda é rarefeita, com a exceção do estado do Pará. Além disso, as cidades de maior nível da hierarquia urbana são as que prioritariamente recebem esses fixos espaciais. Do ponto de vista das estruturas de armazenagem, há um peso maior no estado de São Paulo, em especial no entorno da capital (Cajamar, Franco da Rocha, Barueri e Louveira), embora alguns centros secundários estejam ganhando força: Cabo de Santo Agostinho (PE), Extrema (MG), Lauro de Freitas e Simões Filho (BA), Duque de Caxias e Nova Iguaçu (RJ), Benevides e Ananindeua (PA) e o Arranjo Itajaí – Balneário Camboriú (SC).

Os fluxos de entrega e demais serviços correlatos

A celeridade dos fluxos de entrega é um fator importante para o sucesso das empresas de comércio eletrônico. Por isso, as principais firmas do setor se utilizam de mecanismos de entrega rápida. É o caso do “Entrega Rápida”, das Lojas Americanas que, segundo os relatórios oficiais da empresa, realizou, no quarto trimestre de 2020, 11,5% de suas entregas em até 3h após a compra, e 40% em até 24h. A Via disponibiliza o serviço “Same Day Delivery” (SDD), com operações que partem do centro de distribuição da empresa em Jundiaí (SP). O Mercado Livre opera o “Mercados Envio Full”, que promete a chegada de determinados itens em prazos mais curtos, de até 48h a depender da região do Brasil (Americanas, 2022; Via, 2022; Magazine Luiza, 2022).

Uma característica desses serviços é a seletividade espacial. Utilizando como exemplo o caso do Mercado Livre, percebemos que, no ano de análise (2022), a cobertura era exclusiva dos estados da região Concentrada (exceto RS), GO e DF. A Metrópole de São Paulo destacava-se com os fluxos mais rápidos, seguido pelo interior deste mesmo estado, e depois pelas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e Goiânia (Quadro 3).

Tabela 3: Cobertura do serviço “Mercado Envios Full”

Pedidos feitos	Prazo de entrega	Cobertura
Até as 22h	24h	Metrópole de São Paulo
Até as 21h	24h	Interior do estado de São Paulo
Até as 14h	24h	Cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e Goiânia.
Até as 16h	48h	Estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Fonte: Envios Full (2022)

Além desse serviço, o Mercado Livre¹⁰ também promete a entrega no mesmo dia, para itens comprados até as 11h da manhã. Novamente, a seletividade espacial é evidente, já que tal celeridade é exclusiva de cidades que se concentram a um raio de 160km da capital paulista, e das metrópoles de Florianópolis (SC) e Salvador (BA), onde situam-se CDs da companhia.

Nos últimos anos, as empresas de comércio eletrônico vêm buscando a aquisição de pequenos negócios altamente tecnológicos (*startups*), com destaque às áreas de logística e finanças. Venceslau (2020) explica que essas aquisições respondem a uma necessidade de correção de debilidades internas dos negócios para a rápida expansão no contexto da pandemia da Covid-19 (2019-2022).

10. Essa empresa tem buscado estratégias para encurtar os prazos de entrega, em especial para o Nordeste e a Amazônia através de parcerias com companhias aéreas, como a Azul Cargo, a Sideral e a GolLog (Madureira, 2022).

Em 2013, a Americanas SA adquiriu a transportadora Click-Rodo, e, nos anos seguintes, integrou empresas do setor de entregas, como Direct Express e Vialog, além das *startups* Pedala e Courri, voltadas para entregas por bicicleta (Setti, 2021; Via, 2022). No setor financeiro, lançou a carteira digital Ame em 2018 e, em 2020, adquiriu empresas de tecnologia financeira como Bit Capital, Parati e Nexoos, ampliando sua atuação no setor de pagamentos e soluções financeiras digitais (Americanas, 2022).

Em paralelo, a Via também ampliou sua atuação logística e financeira. Em 2020, adquiriu a AsapLog, empresa de entregas com mais de 200 mil entregadores, que contribuiu para o aumento da entrega de mercadorias por malha própria, reduzindo a dependência dos Correios (Via, 2022). No mesmo período, a Via adquiriu o banco digital banQi, uma plataforma de serviços financeiros integrados às lojas Casas Bahia, alcançando 1,8 milhões de clientes ativos até o final de 2020. Outras aquisições incluíram a *fintech* Celer e a i9XP, empresa voltada à tecnologia para o comércio eletrônico.

Por sua vez, o Magazine Luiza investiu na aquisição da LogBee, da GFL Logística e da SincLog (2018), no setor de logística, e da Hub Fintech (2020), na área das finanças, integrando-a ao Magalu Pay para expandir os serviços financeiros digitais, como cartões, empréstimos e *cashback* (Magazine Luiza, 2022). Em linha com essa estratégia, o Mercado Livre também fortaleceu seu ecossistema com a compra da Kangu¹¹ em 2021, plataforma de entrega que utiliza pequenas lojas de bairro como pontos de coleta, e expandiu as operações da Mercado Pago, sua conta digital licenciada para operações de pagamento desde 2019, que atende 36 milhões de usuários na América Latina.

11. “Mercado Livre compra 100% da plataforma de entregas Kangu”. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/mercado-livre-compra-100-da-plataforma-de-entregas-kangu/>.

Considerações finais

A análise do quadro geoeconômico do comércio eletrônico no Brasil é reveladora de importantes atributos visíveis a partir da ótica geográfica: um uso do território marcado pela ampliação da velocidade das trocas, pela reprodução mais intensa e segura do capital, pelo controle cada vez mais racional de fixos e fluxos espaciais, pela concentração territorial e financeira, e pela apropriação desigual dos lugares em prol da maximização do lucro.

As empresas que formam as três principais companhias nacionais lançaram sites para a venda de produtos via internet entre 1997 e 2000. A partir do início do século XXI, passam por processos de fusões e de aquisições, que deram origem aos conglomerados de firmas de comércio eletrônico. Atuam a partir de uma rede própria de centros de distribuição e contam com o apoio das lojas físicas como *minihubs*, o que reforça o peso da infraestrutura construída a um só tempo como aporte à operação online e como trunfo para sua penetração no território. E esta não seria possível sem a intensa busca pela celeridade dos fluxos, que garantem trocas monetárias instantâneas e o deslocamento ágil de mercadorias – daí a busca pela correção das debilidades internas das firmas analisadas através da compra de *startups*, notadamente nas áreas de logística e de finanças. As lojas apresentam similaridades quanto à localização, já que se observa uma cobertura nacionalizada e mais intensa quanto maior for o nível de hierarquia urbana considerado, com concentração territorial de unidades na região Concentrada, e um avanço proporcional contínuo da região Nordeste. Na Amazônia, no entanto, há maior rarefação na quantidade de lojas e de centros de distribuição, o que se traduz nos mais lentos fluxos de entrega.

Esse quadro aponta para a seletividade espacial das firmas analisadas, que buscam, na sua localização, aqueles lugares que reúnem as melhores condições para a circulação de mercadorias e de informação, pois estas são tão importantes quanto as condições de produção: garantem uma transformação do produto em consumo, em mercadoria, enfim, em trabalho realizado. Buscam aqueles espaços mais comple-

xos, que apresentam maior divisão social e técnica do trabalho, que, em última análise, detém as melhores condições para sua reprodução (Arroyo, 2018). O destaque à região Concentrada não é, logo, uma coincidência, pois essa porção do território brasileiro é caracterizada pela “implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação” (Santos e Silveira, 2006 [2001], p. 280).

O cenário analisado, assim, evidencia a força com que as firmas nacionais atuam no segmento. Afinal, como explica Santos (2014 [1988]), toda variável externa, em seu processo de integração, depende que o interno tenha as condições indispensáveis para seu estabelecimento: a ação de internalização das grandes corporações esbarra no conteúdo interno dos lugares, que não são âmbitos vazios ou inertes, pelo contrário, são territórios usados por agentes em constante situação de conflito e cooperação.

Referências bibliográficas

- AMERICANAS. **Relatório Anual**, 1999. 54p. Disponível em: [https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/941b74a9-5cce-4537-ba90-97973226b3f3/51a9a0c1-f8fd-01a3-8499-fded803e24dc?origin=](https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/941b74a9-5cce-4537-ba90-97973226b3f3/51a9a0c1-f8fd-01a3-8499-fded803e24dc?origin=1) 1. Acesso em: 22 out. 2022.
- AMERICANAS. **Central de Resultados**. Disponível em: <https://ri.americanas.io/informacoes-aos-investidores/central-de-resultados/>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- ARROYO, Mónica. A circulação da mercadoria na redefinição dos usos do território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 20, n. 1, p. 3, 2018.
- BANCO MUNDIAL. Individuals using the Internet (% of population). **World Bank Data**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ENVIOS FULL. **Mercado Livre**. Disponível em: <https://www.mercadolivre.com.br/l/envios-full>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- FONSECA, Rafael Oliveira. Circulação territorial e circuitos espaciais da produção: Uma análise sobre as operações logísticas em Jun-

- diaí/SP. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 1, p. 133-152, 2014.
- JESUS, F. S. **As firmas globais e nacionais no comércio eletrônico brasileiro: concorrência, estratégias territoriais e disputas**. 2023. 237 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247795>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- LIVRARIA virtual carrega estoque zero. **Folha de S. Paulo** [online]. São Paulo. 10 jul. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj100732.htm>. Acesso em: 07 jun. 2022.
- LOUREIRO, R. Na guerra da última milha, Mercado Livre prepara “tiro certo”. **Sociedade brasileira de varejo e consumo**. 04 ago. 2022. Disponível em: <https://sbvc.com.br/na-guerra-da-ultima-milha-mercado-livre-prepara-tiro-certo/>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- MACHADO NETO, A. J.; PRETTO, F. N.; DONZELLI, C. R; MERLO, E. M. Canais alternativos de distribuição: as “lojas virtuais” do Magazine Luiza. **FACEP Pesquisa**, v. 7, n. 1, 2004.
- MADUREIRA, D. Gol e Mercado Livre fazem acordo de 10 anos para entrega de encomendas. **Folha de S. Paulo** [online]. São Paulo. 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/gol-e-mercado-livre-fazem-acordo-de-10-anos-para-entrega-de-encomendas.shtml/>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- MAGAZINE LUIZA. Central de Resultados. **Magazine Luiza**. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/ListResultados/Central-de-Resultados?=0WX0bwP76pYcVx+vXUnvg==/>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- SANTOS, M. (1988) **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].
- SBVC. **Ranking 300 maiores empresas do varejo brasileiro**. 8 ed. São Paulo: SBVC, 2022. 162 p. Disponível em: <https://sbvc.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Ranking-SBVC-2022-versao-digital.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- SETTI, R. B2W, dona dos sites americanas e submarino, coloca tuk-tuks elétricos para fazer entregas. **Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo**. 30 mar. 2021. Disponível em: <https://sbvc.com.br/b2w-tuk-tuks-eletricos-entregas/>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- VENCESLAU, I. O comércio eletrônico e a pandemia da Covid-19 no território brasileiro: tecnoesfera e psicoesfera na expansão do consumo. In: ARROYO, M.; ANTAS JUNIOR, R. M.; CONTEL, F. B. (org.). **Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico-informacional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 123-149.
- VIA VAREJO. Central de Resultados. **Via Varejo**. Disponível em: <https://ri.via.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- VIA VAREJO. **Relatório Anual 2017**. 84p. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/ce9bff9f-fb19-49b9-9588-c4c6b7052c9c/01da28d9-2554-69b7-e0a9-028507cc4fb2?origin=1>. Acesso em: 08 nov. 2022.
- WEB SHOPPERS. 4. ed. Rio de Janeiro: Ebit, 2001. 30 p. Disponível em: <https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- WEB SHOPPERS. 11 ed. Rio de Janeiro: Ebit, 2005. 34 p. Disponível em: <https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- WEB SHOPPERS. 39 ed. Rio de Janeiro: Ebit, 2019. 41 p. Disponível em: <https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>. Acesso em: 13 ago. 2022.

WEB SHOPPERS. 43 ed. Rio de Janeiro: Ebit, 2021. 40 p. Disponível em:
<https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>.
Acesso em: 13 ago. 2022.

A breve e recente história dos Centros de Inovação em Santa Catarina

Guilherme Cardoso Estevão

Introdução

Desde a ascensão do atual meio geográfico técnico-científico-informacional nos anos 1970 nos EUA, principalmente com o sucesso de empresas do Vale do Silício, várias foram as tentativas de reproduzir a experiência em outros lugares do mundo, buscando criar novas técnicas informacionais através da promoção de tecnopolos (Castells; Hall, 1994).

Muitos teóricos buscaram entender essas experiências e tirar lições delas. Enquanto alguns privilegiavam elementos como a cultura e as redes sociais para explicar as vantagens competitivas do Vale do Silício (Saxenian, 1990; 1994), outros buscavam entender como determinados Estados-Nação, principalmente o Japão, construíram um Sistema de Inovação capaz de influenciar virtuosamente suas empresas para obterem vantagens competitivas em mercados internacionais (Freeman, 1987).

No Brasil, foram fundados em 1951 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambos em contexto de industrialização e urbanização nacional.

Na década de 1990 foi implementada a política de Arranjos Produtivos Locais (APLs), com uma perspectiva territorial, buscando criar *clusters* de desenvolvimento tecnoeconômico e levando em conta a governança e a coordenação de atores (Cassiolato; Lastres; Stallivieri, 2008).

As tentativas iniciais de promover a inovação em Santa Catarina datam de pelo menos 1975, quando o Governo do Estado criou a Secretaria de Estado de Tecnologia e Meio Ambiente para promover, mesmo que de forma incipiente, a experimentação tecnológica no estado. Porém, foi só em 1987 que a Ciência e Tecnologia ganhou mais robustez no corpo do Estado, passando a ser institucionalizada através da criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Minas e Energia (Souza, 2019).

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) foi criada em 1990, então com o nome de Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica (FUNCITEC). A primeira iniciativa de construção de um parque tecnológico no estado data de 1991, com o Polo Tecnológico da Grande Florianópolis (Tecnópolis). O Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da região de Blumenau (Blusoft) é de 1992, assim como a Fundação Softville, fundada na mesma época. Já o início do projeto do Parque de Inovação de Florianópolis (Sapiens Parque) é de 2002.

A Lei de Inovação de Santa Catarina (Lei n 14.328) é datada de 2008 e estabelece incentivos à pesquisa científica e tecnológica e aos ambientes de inovação no estado. Além de regulamentar questões de propriedade intelectual, a Lei estabelece que o Estado destinará anualmente 2% de suas receitas correntes à pesquisa científica e tecnológica, sendo que metade desse montante deverá ser destinado à pesquisa agropecuária.

Já a Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação foi desenvolvida no final de 2009, com uma segunda edição lançada em 2010, ainda no governo de Luiz Henrique da Silveira. O documento é uma espécie de baliza que direciona as ações e estabelece propósitos para a ciência, tecnologia e inovação no estado, tais como diminuir as desigualdades regionais, conectar os ambientes de inovação com a base tecnoeconômica local, entre outros.

Quanto aos ambientes de inovação que o estado possui, segundo Kanitz (2013) e VIA (2021), são nove parques científicos e tecnológicos

e mais de 30 incubadoras de empresas em todo o território catarinense. Assim, os Centros de Inovação (CI) representam uma nova tentativa de Santa Catarina cumprir estes objetivos através da inovação.

Este texto tem o objetivo de apresentar brevemente a história dos Centros de Inovação em Santa Catarina, suas fontes de inspiração, missões, objetivos e ações concretas no território. Para além desta introdução, o texto traz uma seção sobre os Centros de Inovação que abordará o processo histórico pelo qual os Centros se originaram. Na sequência, encontra-se uma seção sobre o Centro de Inovação do Orion Parque, dedicada a averiguar as ações que o Centro realiza. O capítulo é finalizado com considerações finais a respeito desses Centros em Santa Catarina.

Centros de Inovação

Em 2011, o governo do estado de Santa Catarina, na figura do governador e reitores das universidades do estado, foi à região da Catalunha, na Espanha, em missão técnica para ouvir o que estava sendo feito por lá para superar a crise de 2008. Eles esperavam ouvir sobre política macroeconômica, porém, tudo o que eles ouviram foi sobre as políticas de inovação que estavam sendo realizadas a partir do projeto 22@ Barcelona.

Esse projeto havia sido lançado em 2000 e consistia num plano de reestruturação urbana em torno da inovação da cidade de Barcelona, principalmente o distrito de Poblenou, que sofria de um processo de decadência urbana decorrente da desindustrialização de setores antigos de média-baixa tecnologia (Morisson, 2014; 2019).

Ao regressar da viagem, a equipe do governo estadual buscou realizar em Santa Catarina algo parecido com o que tinha sido feito na Espanha. Assim nasceu, em 2011, o Plano SC@2022, uma política pública que buscava criar, entre outras coisas, Distritos de Inovação pelo estado. Várias ações do Plano foram realizadas, porém, os distritos, que, por envolver grandes obras, eram a parte mais cara do projeto, não foram construídos.

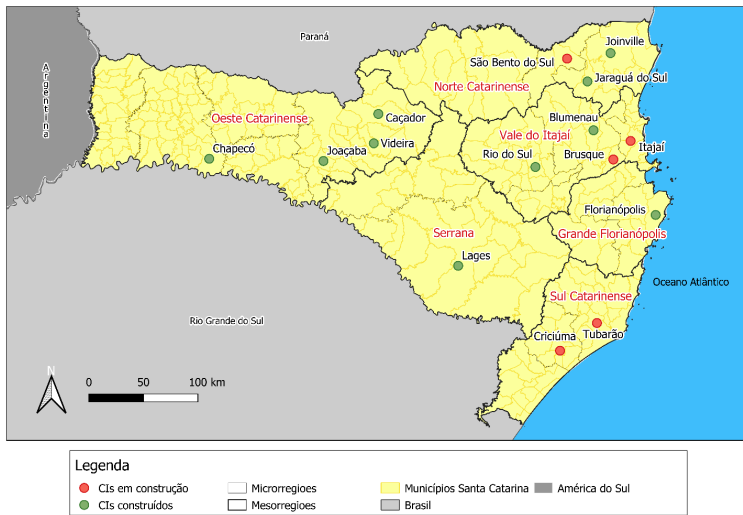
Assim, o plano de construir distritos foi alterado. Ao invés de construir um distrito inteiro, começou-se a planejar a construção de Centros de Inovação, um projeto mais barato e enxuto, já que o Centro de Inovação foi arquitetado para ser um prédio de 3 andares. A intenção era de que o Centro funcionasse no modelo “*one-stop shop*”, isto é, uma central de atendimento ao empreendedor na qual seria possível realizar toda a trajetória empreendedora, desde cunhar uma ideia e montar um negócio até alavancar a empresa.

Os centros foram mencionados pela primeira vez em 2014, no lançamento do Programa Catarinense de Inovação (PCI). O Programa era estruturado em três partes: (i) capacitação de pessoas e empresas para a inovação; (ii) atração de empreendimentos inovadores; e (iii) expansão da infraestrutura. A construção dos Centros de Inovação estava dentro do terceiro item.

Inicialmente era planejada a construção de dez Centros de Inovação. Após a pressão de alguns prefeitos, que também desejavam um Centro em sua cidade, foram adicionados mais cinco Centros, totalizando o número atual de 15 Centros de Inovação. Desses, dez já foram construídos e outros cinco ainda estão em construção. A seguir (Mapa 1) é possível ver a distribuição dos Centros pelo território do estado.

Eles foram planejados para estarem presentes em todas as regiões do estado, seguindo as diretrizes da Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação para a diminuição das desigualdades regionais em Santa Catarina. O Centro de Inovação possui três objetivos: (i) ativar o ecossistema de inovação; (ii) criar uma cultura inovadora e empreendedora; e (iii) gerar e escalar negócios inovadores.

Existem semelhanças e diferenças entre o Centro de Inovação catarinense e o seu modelo inspirador catalão. Uma semelhança importante é que, em ambos os casos, o Centro de Inovação é um nó central de uma rede de atores do Sistema Regional de Inovação, congregando atores dos setores produtivos, da universidade e do governo, promovendo a governança para a inovação.

Mapa 1: Distribuição territorial dos Centros de Inovação em Santa Catarina

Fonte: Elaborado pelo autor

A primeira diferença é que a grande reforma urbana realizada no contexto espanhol não foi feita em Santa Catarina. Uma segunda é que o CI catarinense foi projetado para ser especializado em certos setores de acordo com a vocação regional, como ocorre no caso catalão, porém, em Santa Catarina, isso pode não ocorrer, como é o caso da região Serrana, que não seleciona setorialmente as empresas ingressantes. Na Figura 1, a seguir, é possível ver os setores dentre os quais os CIs de cada região poderiam se especializar.

Uma outra diferença — crucial — entre os dois modelos de Centro é que somente em Santa Catarina o CI procura promover uma cultura do empreendedorismo e da inovação. Foi argumentado em Estevão e Costa (2023) que essa é a principal diferença entre os Centros e que

Figura 1: Setores portadores de futuro por mesorregião

Fonte: retirado de Gomes et. al. (2014, p. 17)

a sua conceituação deveria se dar a partir dela. Assim, pode-se ver a seguinte proposta de conceituação do Centro de Inovação catarinense:

[...] em Santa Catarina, o Centro de Inovação é uma organização (forma-conteúdo) flexível no tempo, e adaptada ao espaço geográfico (território e sociedade) que ocupa, abrigando diversas tipologias de espaços promotores de inovação (como pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras etc.) e outros atores do Sistema Regional de Inovação (como Universidades, Empresas, Associações Empresariais, Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento etc.), sendo o nó central de uma rede de atores do Sistema Regional,

onde fomenta o networking, a interação, a colaboração e o compartilhamento de conhecimento, mas que, principalmente, promove a cultura da inovação (normas, valores e visões de mundo) entre os atores do sistema e também entre a comunidade, para gerar um tipo de comportamento social desejado, no presente e no futuro, que leve à inovação. (Estevão, 2023, p. 123)

É o próprio governo do estado que indica quais são os valores a serem promovidos pelos Centros de Inovação:

Tolerância ao erro e ao risco; inovação, criatividade e experimentação; colaboração acima de ganhos individuais de curto prazo; enaltecimento, reconhecimento e inspiração com os empreendedores (status social); histórias de sucesso (visibilidade/geração de valor/riqueza, reputação internacional). (SDS, 2017, p. 38)

Sendo assim, observa-se que o Centro de Inovação catarinense, apesar de ser inspirado no modelo catalão, passou por adaptações em seu desenho institucional. O Centro catarinense foi projetado para realizar 10 funções e 61 subfunções, que podem ser vistas a seguir, no Quadro 1.

Na próxima seção será visto o primeiro Centro de Inovação em Santa Catarina promovido pelo Programa Catarinense de Inovação, o CI do Orion Parque.

Centro de Inovação do Orion Parque

Para entender o que são os Centros de Inovação em Santa Catarina é necessário entender como foi o processo que deu origem ao primeiro deles, o Centro de Inovação do Orion Parque, já que o desenho institucional do CI, seus objetivos e missões foram desenvolvidos enquanto ele era construído, e os demais Cis do estado foram baseados e inspirados nesse primeiro.

Primeiro, é importante fazer uma diferenciação entre o Orion Parque e o Centro de Inovação do Orion Parque. O primeiro é um

Tabela 1: Funções e Subfunções do Centro de Inovação catarinense

Funções	Subfunções
Governança do ecossistema	Coordenação e Articulação; Mapeamento; Compartilhamento de Serviços; Compartilhamento de Infraestrutura; Padronização de Serviços; Monitoramento
Informação	One Stop Shop; Eventos; Agenda Única; Networking; Comunicação interna e externa; Show Room
Inovação	Coworking; Pré-Incubadora; Incubadora Física e Virtual; Aceleradora; Scalerator; Espaço Maker Projetos Inovadores de Empresas Estabelecidas; Transferência Tecnológica; Propriedade Intelectual; Open Innovation; Projetos de P&D; Socialização de Ideias
Talentos	Formação; Orientação; Estágio; Atração e Retorno; Marketplace Talentos; Línguas Estrangeiras
Capital	Acesso a Investidores; Acesso a Crédito; Aval e Garantias; Intermediação de Negócios; Marketplace Investimentos;
Atração de Investimentos	Observatório dos Setores Estratégicos; Planejamento de Atração de Investimentos; Missões Nacionais e Internacionais; Landing Empresarial; Internacionalização de Empresas;
Especialização Inteligente	Plano de Especialização Inteligente; Governança de Clusters; Encontros de Inovação Crosseccorial; Projetos Impulsionadores Setoriais; Agendas Setoriais;
“Conexão internacional”	Redes Acadêmicas; Redes de Infraestrutura; Redes Institucionais; Redes de Parques e Incubadoras; Programa de Redes;
Desenvolvimento urbano	Marketplace Espaços; Living Lab; Inventário de Imóveis Disponíveis; Mapa Urbanístico para Expansão Empresarial; Mapas de Infraestruturas de Ecossistema; Cidades Inteligente
Comunidade	Inovação Social; Preparação de Novas Gerações de Inovadores; Formação de Pais e Mães; Inclusão Digital de Vovôs e Vovôs; Desafios Sociais;

Fonte: SDS (2017, p. 65)

terreno de cerca de 90.000 m, que atualmente abriga o Centro de Inovação e a sede de uma empresa de software em construção. O segundo é um prédio de três andares que fica dentro do parque tecnológico. Assim sendo, o Centro de Inovação do Orion Parque foi resultado do encontro de duas trajetórias paralelas, uma que se iniciou na região Serrana e outra que ocorreu no governo do estado.

Já havia tentativas na região Serrana de se construir um parque tecnológico a fim de aproveitar os ativos científicos que as universidades da região (principalmente a UDESC, mas também a Uniplac) produziam naquele território, porém, essas tentativas não tinham obtido sucesso. A partir de 2007, um grupo de empresários da Associação Empresarial de Lages (ACIL), ligados ao setor de tecnologia da informação, criou um núcleo de tecnologia com o desejo de criar um “Centro Tecnológico” para fomentar, principalmente, o setor de software na região. Em 2011, a associação conseguiu acesso a um terreno de 90.000 m doado pela Prefeitura Municipal de Lages. Ainda em 2011, a Fundação CERTI, de Florianópolis, foi contratada para fazer um estudo estratégico e um projeto arquitetônico para o Orion Parque.

Em 2011, ano da ida do governo do estado à Catalunha, o presidente da ACIL, que tinha interesse em criar um Parque em Lages, estava fazendo seu doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a respeito de parques tecnológicos na Catalunha, e foi na viagem junto com o governo e os reitores. Ele também tinha laços fortes (no sentido de Granovetter, 1973) com o governador, que era lageano.

Após a visita, os empresários de Lages, ao tentarem buscar recursos com o governo do estado para construir seu “Centro Tecnológico”, descobriram que o governo também estava com um projeto para promover inovação no estado. Assim, há a confluência das duas trajetórias e, já que Lages já tinha o terreno e um projeto arquitetônico, decidiu-se começar por lá.

Em 2012, a Lei n 3934/2012 criou o Orion Parque com o objetivo de promover os setores de tecnologia da informação e comunicação,

biotecnologia, automação, economia verde e ensino, dispondo sobre os incentivos fiscais (redução do ISS para o mínimo de 2%) para empresas inovadoras que se localizassem dentro do Parque.

Em 2013, antes mesmo do lançamento do Programa Catarinense de Inovação, foi iniciada a construção do Centro de Inovação e, em 2016, inaugurou-se o primeiro Centro de Inovação promovido pelo Programa Catarinense de Inovação.

Como dito anteriormente, o terreno em que o Centro se localiza fora doado pela Prefeitura Municipal de Lages; já a verba para a construção do prédio viera do governo do estado, via Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR-Lages), no montante de R\$ 6,45 milhões de reais. Além disso, desde 2019 a Prefeitura de Lages e o Centro de Inovação do Orion Parque tem um termo de cooperação, no qual a Prefeitura repassa R\$ 45 mil reais mensais ao Centro em troca de cursos, desafios com as empresas para desenvolverem soluções para a Prefeitura e um *coworking* público como contrapartida.

Entre 2013 e 2016 foram feitas diversas reuniões entre o governo do estado, na figura da Rede de Centros de Inovação, e os atores da região Serrana para alinhar a missão, objetivos, metas, planos e funções dos CIs do estado. Assim, foram lançados dois Guias de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação que balizam a construção e o desenvolvimento dos CIs no estado. Portanto, para entender os CIs do estado, é preciso compreender onde cada um deles foram idealizados e realizados, pois as necessidades percebidas da região que foram impressas no Guia também são implementadas em outras regiões.

Esse desenho institucional do CI se dá muito em função da avaliação dos atores regionais e do governo estadual de que a região Serrana passava por um problema estrutural de falta de empreendedorismo. Esses atores argumentavam que as pessoas na região não eram empreendedoras e inovadoras, devido ao que chamam de “cultura de fazenda”, decorrente do longo período de pecuária pelo qual a economia da região passou, no qual essa atividade econômica organizava a estrutura e as relações sociais.

Assim, mudar a cultura regional para a inovação tornou-se uma missão do CI e, com sua difusão pelo estado, essa missão começou a ser realizada em todo o estado. Todos os CIs têm alguma ação de promoção de cultura de inovação e empreendedorismo, quer através de visitas em escolas, eventos culturais para a comunidade do entorno ou ainda programas de comunicação, como podcasts.

O principal exemplo, o Centro de Inovação do Orion Parque, tem quatro ações nesse sentido: o Projeto Reuni, a StartupWeekend, o Rolê Empreendedor e o ChimaTalks. O primeiro, direcionado para universitários, promove competições entre estudantes de universidades de Santa Catarina, para ver quem tem a melhor ideia e projeto de negócio inovador.

O segundo faz parte de uma rede de eventos internacional homônima, que foi realizada pela primeira vez em Lages em 2019. O evento reúne empresários estabelecidos, novos empreendedores e um concurso, avaliado por um comitê, de projetos de empresas no qual os vencedores são premiados com benefícios, dentre os quais está passar pelo processo de incubação na incubadora do CI.

O terceiro é um projeto que ocorre nas escolas de ensino básico (fundamental e médio) de toda a região Serrana. Pessoas do Centro de Inovação do Orion Parque vão até essas escolas para palestrar e fazer rodas de conversa com estudantes falando de empreendedorismo e inovação. Escolas da região também fazem visitas técnicas no CI, nas quais os estudantes conhecem as empresas, o auditório, as salas de reuniões, enfim, o espaço físico como um todo.

O quarto e último consiste em um podcast que conta com a participação dos empresários do CI e da região. Ali ocorre uma roda de conversa sobre empreendedorismo e inovação não só em âmbito regional, mas também nacional e internacional. São comentadas as novas soluções, novas ferramentas, novos modos de organizar a empresa etc.

O objetivo dessas ações é aculturar antigos empresários, estudantes do ensino superior, estudantes do ensino básico e a população em

geral visando a promoção de novos valores de empreendedorismo e inovação na região.

Como argumentado em Estevão e Costa (2024), o que ocorre na região Serrana é um processo que se denominou demiurgia de classes, isto é, o CI busca criar nas regiões uma nova classe empresarial, com uma nova subjetividade (novos valores, normas e visões de mundo) alinhada ao empreendedorismo e à inovação, para, a partir dela, criar um novo meio geográfico (novas técnicas), isto é, novas trajetórias de desenvolvimento em setores mais sofisticados tecnologicamente, tentando fugir da dependência dos setores de média-baixa tecnologia que estão na região.

Considerações finais

Como visto, os Centros de Inovação em Santa Catarina são resultado de um processo que se inicia em 2011, com a viagem do governo à Catalunha. Esse curso se insere, porém, em um processo histórico de construção das bases institucionais e tecnológicas para a inovação no estado que já estava em andamento a contar das décadas de 1970 e 1980, desde a criação de secretarias estaduais para o tema até a criação de instituições como a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), a Fundação CERTI e a incubadora Celta, passando pelas décadas de 1990 e 2000, com a criação dos primeiros Parques Científicos e Tecnológicos, a promulgação da Lei de Inovação e Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, até a década de 2010, quando o processo dos Centros de Inovação foi posto em marcha. Atualmente, há dez CIs já construídos e cinco ainda em construção.

Esses Centros de Inovação foram inspirados no modelo catalão, no qual o Centro cumpria um papel dentro de um contexto específico de reforma urbana para a criação de uma cidade do conhecimento. Assim, adaptou-se esse modelo para um contexto periférico, no qual não há investimento suficiente para grandes reformas urbanas. Com um modelo mais enxuto — e mais barato —, foi possível tirar do pa-

pelos Centros de Inovação em Santa Catarina, mantendo algumas características do modelo, mas com diferenças cruciais.

A mais importante delas é o ímpeto de mudança cultural/institucional ao qual o CI catarinense aspira e o qual ele realiza. Ele o faz a partir de ações com a classe empresarial, estudantes universitários e do ensino básico, além da população e comunidade em geral. O objetivo é criar uma nova classe empresarial, com novas subjetividades ligadas ao empreendedorismo e inovação na região, com a esperança de que essa nova classe empreenda em setores, criando novas trajetórias de desenvolvimento para a região. Esse processo foi denominado “demiurgia de classes”.

Referências bibliográficas

- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. Introdução: Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. In: CASSIOLATO, J.; LASTRES, HMM; STALLIVIERI, F. (Org.) **Arranjos Produtivos Locais: Uma alternativa para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: e-papers, v. 2, 2008. p. 11-38.
- CASTELLS, M.; HALL, P. **Technopoles of the World: the making of 21st century industrial complexes**. New York: Routledge, 1994.
- ESTEVÃO, G. C.; COSTA, J. O. P. Centros de inovação no Brasil — Um novo tipo de arranjo técnico e institucional: O caso de Santa Catarina. In: VII Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação (ENEI). **Anais...** Porto Alegre (RS): ABEIN, 2023. Disponível em: <http://https://www.even3.com.br/anais/vii-enei/642992-CENTROS-DE-INOVAÇÃO-NO-BRASIL---UM-NOVO-TIPO-DE-ARRANJO-TECNICO-E-INSTITUCIONAL--O-CASO-DE-SANTA-CATARINA>. Acesso em: 5 de nov. de 2024.
- ESTEVÃO, G. C.; COSTA, J. O. P. DA. A mudança institucional realizada pelo centro de inovação catarinense: O processo de demiurgia de classes. In: V Simpósio Internacional de Geografia do Co-

nhecimento e da Inovação. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2024. Disponível em: <https://sigci.com.br/>. Acesso em: 5 de nov. de 2024.

ESTEVÃO, G. C. **Centros de Inovação em Santa Catarina: para além da criação de trajetórias no desenvolvimento regional – o caso de Lages e a região Serrana**. 2023. 182 p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/14506>. Acesso em: 3 set. 2024.

, C. **Technology, Policy, and Economic Performance: lessons from Japan**. London: Pinter Publishers, 1987.

GOMES, A. C. et al. Programa de desenvolvimento industrial catariense ? PDIC 2022: instituições e política industrial. **Tecnologias para competitividade industrial**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 7-22, 2014.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio de 1973

KANITZ, A. F. **Parques tecnológicos e incubadoras constituídos no estado de Santa Catarina: Um estudo geográfico**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) ? Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103543>.

MORISSON, A. **Innovation districts: an investigation of the replication of the 22@ Barcelona's Model in Boston**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Internacional) – FGV – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/13135>.

MORISSON, A. Innovation centres as anchor spaces of the 'knowledge city'. **Global Business and Economics Review**, v. 21, n. 3/4, p. 330-345, 2019.

- SAXENIAN, A. **Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- SAXENIAN, A. Regional Networks and the Resurgence of Silicon Valley. **California Management Review**, v. 33, n. 1, p. 89–112, 1990.
- SDS. **Guia de Implantação dos Centros de Inovação: Livro II - Plano de Implantação**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, v. II, 2017.
- SDS; FAPESC; SEBRAE; FIESC. **Programa Catarinense de Inovação. Governo do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2014. Panfleto lançado pelas entidades responsáveis. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8947197-Programa-catarinense-de-inovacao.html>. Acesso em: 14 de out. de 2021.
- SOUZA, L. R. D. **Instituições, redes e governança: O caso do sistema catarinense de inovação**. 2019. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214908>.
- VIA. Mapas da VIA. **VIA Estação Conhecimento**, 2021. Disponível em: <https://via.ufsc.br/mapas-da-via/>. Acesso em: 2 de nov. de 2024.

A mídia e a criação de uma psicosfera em torno da comida ultraprocessada: Uma primeira aproximação

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan

Introdução

Até os dias atuais guardo na memória uma doce imagem... eu e meu pai na venda do “Seu Didi” para comprar pão, eu com quatro ou cinco anos de idade. Ainda me vejo segurando na perna da calça do Antônio Alexandre de Paula, o cesto de pães ao meu lado parecia enorme, um pouco maior que eu. Posso sentir o cheiro bom daquele ambiente. As lembranças, plagiando Veríssimo, são “música ao longe”...

Eu poderia continuar contando histórias deliciosas da cultura alimentar da minha família, falar do frango da Margarida Pinheiro, que reuniu filhos e netos naquela cozinha barulhenta por décadas, até as feijoadas que continuam nos reunindo, com muito barulho, agora ao pé do fogão à lenha que tenho no quintal de casa. Mas, infelizmente essa prosa não é mais sobre a alegria dos alimentos que nutrem corpo e emoções, mas sobre comidas formuladas para durar longos períodos nas prateleiras, comidas que atraem com embalagens coloridas e viciam para fidelizar o consumo, vender muito e aumentar os lucros, comidas que estão sendo apontadas pela Ciência da Saúde como fatores de adoecimento e morte.

Cabe esclarecer que os ultraprocessados não serão tratados por nós com o filtro de alimentos, cunhado pelas publicidades, mas como “comida”, uma vez que “não são propriamente alimentos, mas, sim, formulações de substâncias [...] frequentemente adicionados de corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos”, de acordo com o Estudo do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em

Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), em 2009, o qual reafirmou a necessidade da redução da produção e consumo de ultraprocessados pelo impacto gerado à saúde humana. São inúmeras as pesquisas apontando riscos de doenças e mortes pelo consumo de comida ultraprocessada. Como afirmam Martinez Steele et al. (2018, p. 2), “grandes estudos [...] realizados em diferentes países mostraram que o aumento da participação de [...] ultraprocessados está associado a um maior risco de doenças cardiovasculares, coronarianas [...]”. Essas informações, entretanto, não vêm recebendo o devido destaque nos meios de comunicação.

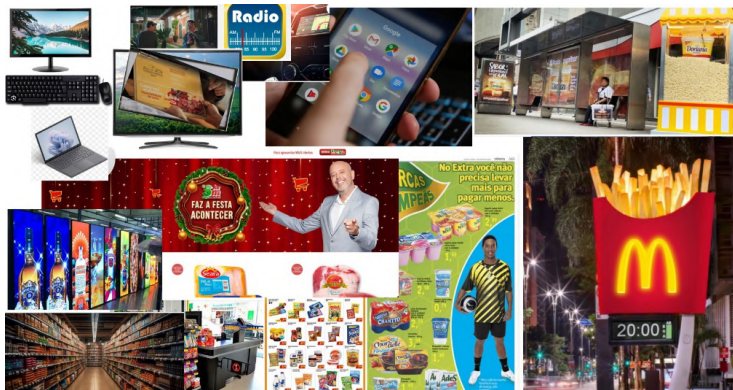
Nesse contexto, pretendemos discutir o papel da grande mídia na construção de uma psicosfera favorável aos ultraprocessados através da publicidade, e por outro lado, analisar as pesquisas e análises do setor da saúde, dedicados a alertar sobre os riscos de consumo desse tipo de comida, e a legislação que garante informação ao consumidor sobre a composição química dos alimentos. Investigamos se esses assuntos têm sido apresentados nas notícias veiculadas pela mídia nacional, em particular no Jornal Nacional, Jornal da Record, Folha de S. Paulo e o Globo, com espaço suficiente para esclarecimento.

Tecnologia para levar informação publicitária a todo o território

A propaganda de comida industrializada no Brasil conta com inúmeras ferramentas para se oferecer e seduzir consumidores, com apoio de atores, cantores, jogadores “testemunhando” que consomem, com mensagens coloridas, veiculadas pela TV aberta, TV fechada, rádio, jornais, revistas, displays em paradas de transporte público, etc. (Figura 1). Por sua vez, a internet consegue concentrar todas essas peças publicitárias, as quais podem ser acessadas nos computadores e principalmente nos celulares, que entregam o recado na palma da mão.

Nossa abordagem está fundamentada na teoria do espaço de Milton Santos (1994, p. 32), a qual alerta para o fato de que, diariamente,

Figura 1: Tecnologias disponíveis para convencimento (Tecnosfera/Psicosfera)



Fonte: Fotomontagem com material pesquisado nas peças publicitárias de comida industrializada

enxergamos as relações no espaço habitado através de um filtro, com discursos e imagens, imposto por diferentes interesses. “Assim feito, o espaço pode ser entrevisto através da tecnosfera e da psicosfera [...] resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos [...] e a comunhão com o Universo”. A capacidade de transmissão de mensagens que as tecnologias espalhadas pelo território oferecem por meio da tecnosfera contribui para a criação da psicosfera, potencial para manter pessoas envolvidas em uma atmosfera que constrói vontades e direciona ações. Nesse espaço reconstruído pela publicidade, comida que adoece ganha roupagem de alimento e, como demonstra a Figura 1, a publicidade massiva é a grande aliada na construção de uma psicosfera positiva para as comidas industrializadas.

Dados do CENP (Conselho Executivo das Normas Padrão), banco de informações de mídia, informam que, em 2023, os diferentes veículos receberam cerca de R\$ 15 bilhões pelo uso de suas inúmeras

Tabela 1: Investimentos em publicidade em cada tipo de mídia

Mídia	Investimento (R\$)
TV aberta	4.193.874 (bi)
Internet	4.051.137 (bi)
Display e outros	2.598.807 (bi)
OOH/Mídia externa	1.182.949 (bi)
Social	848.503 (mi)
TV por assinatura	555.792 (mi)
Rádio	416.863 (mi)
Busca	329.001 (mi)
Vídeo	263.969 (mi)
Jornal	145.656 (mi)
Revista	38.225 (mi)
Cinema	24.322 (mi)
Áudio	10.857 (mi)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados publicados em 2024 pelo CENP. Banco de informações de mídia.

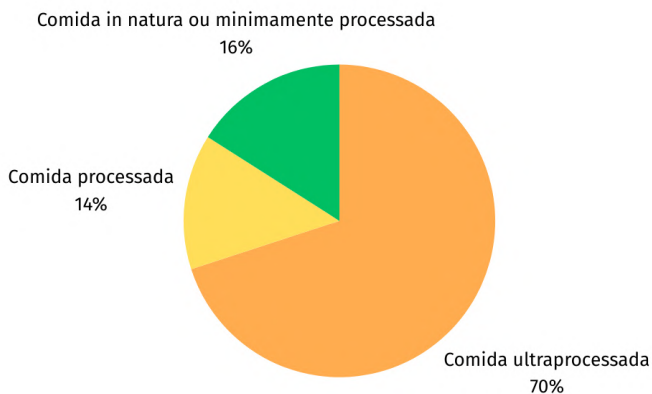
ferramentas que hipnotizam os consumidores. A tabela a seguir¹ (Tabela 1) detalha os valores investidos em publicidade em diferentes veículos, como TV aberta, TV fechada, rádio, jornais, revistas, displays em paradas de transporte público e internet, etc., no Brasil:

De acordo com o relatório desenvolvido pela comunidade “Novas Fronteiras da Nutrição do Fórum Económico Mundial” em colaboração com a Accenture (World Economic Forum, 2024), nos Estados Unidos, US\$ 14 bilhões são gastos todos os anos em marketing de alimentos, 80% dos quais promovem fast food, bebidas açucaradas, doces e lanches não saudáveis. Aqui no Brasil, análise de 432h de programação de três canais da TV aberta brasileira em busca da extensão e da natureza

1. Investimentos em mídia, realizados por 325 agências participantes (263 matrizes e 62 filiais).

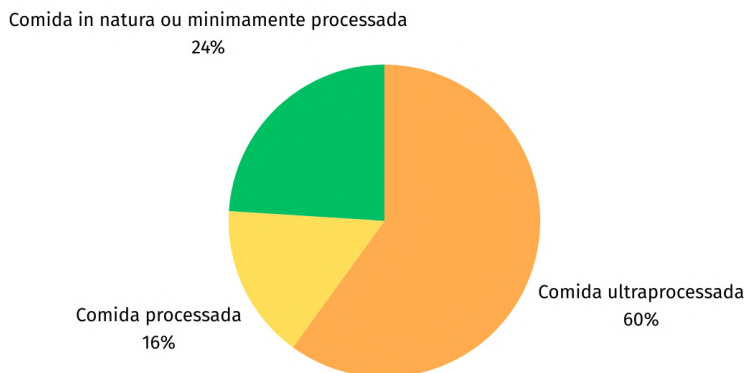
da propaganda de alimentos e bebidas, feita por Soares et al., (2020), apontaram que “aproximadamente 61% dos anúncios de alimentos incluíam alimentos ultraprocessados”. Levantamento feito por nós nos dois impressos mais importantes do país corrobora com esses dados. Nas 366 edições da Folha de S. Paulo analisadas (em 2006), a comida ultraprocessada obteve espaço equivalente a 82 páginas (Gráfico 1). No jornal O Globo, em 2006, as 366 edições trouxeram publicidade de comida em cerca de 104 páginas, com o maior espaço também reservado à comida ultraprocessada (Gráfico 2).

Gráfico 1: Resumo da publicidade de comida na Folha de S. Paulo em 2006



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados levantados na Folha de S. Paulo (2006)

Levantamento da YouGov, grupo internacional de dados de pesquisa on-line e tecnologia analítica, trouxe um Top 5 que demonstrou que “Nestlé e setor de alimentos dominam a publicidade no Brasil em

Gráfico 2: Resumo da publicidade de comida no O Globo em 2006

Elaboração da autora com base nos dados levantados no Jornal O Globo (2006)

2023”. A pesquisa pergunta sobre a recordação de ter visto um anúncio nas últimas semanas: “No ranking anual de 2023, o setor de alimentos se destacou substancialmente acima do restante das marcas analisadas no Brasil” (Chavez, 2024), com a Nestlé encabeçando os cinco maiores anunciantes do ano, seguida pela manteiga Qualy, e as empresas Sadia, Perdigão e Seara.

A relação entre consumo de ultraprocessados com depressão e outras doenças

O relatório publicado no site do Fórum Económico Mundial citado acima (World Economic Forum, 2024) divulgou dados importantes sobre a relação entre comida ultraprocessada e saúde, dos quais elenca-

mos alguns: (1) a incidência de doenças não transmissíveis relacionadas à dieta (DNTs), como doenças cardíacas, hipertensão, diabetes e câncer, mais que dobraram no mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial (p. 3); e (2) há evidências crescentes de que dietas ricas em consumo de alimentos ultraprocessados estão ligadas a um maior risco de depressão (p. 10).

É importante apontar que, no Brasil, essa discussão já vem sendo desenvolvida de forma sistemática desde 2006, quando o Ministério da Saúde publicou o Guia Alimentar para a População Brasileira. Em 2009, o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP) publicou um documento reafirmando a necessidade da redução da produção e consumo de comida ultraprocessada devido ao impacto gerado à saúde humana e propondo uma nova classificação, denominada NOVA (Nupens/USP, 2009). Segundo os pesquisadores do núcleo, “há vários componentes nos ultraprocessados que explicam a sua relação com doença. A NOVA é uma classificação de alimentos que nosso grupo aqui na USP propôs em 2009 pra classificar os alimentos, segundo o processamento que eles receberam”.

O uso de aditivos nas comidas industrializadas tem sido bastante questionado pela ciência da saúde pela possibilidade de relação com:

(a) **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade.** Estudo de Trasande, Shaffer e Sathyanarayana (2018) destaca a relação dos aditivos químicos utilizados pela indústria da comida com transtornos em crianças: “Nas últimas décadas, estudos levantaram preocupações com relação ao efeito de AFCs (artificial food colors) no comportamento infantil e seu papel na exacerbação do déficit de atenção/transtorno de hiperatividade.” O estudo indica que a “Eliminação de AFCs da dieta pode trazer benefícios para crianças com déficit de atenção/ transtorno de hiperatividade”. O estudo afirma, ainda, que “uma AFC, Azul 1, pode cruzar o barreira hematoencefálica.” Os autores chamam a atenção para a necessidade de mais estudos “para entender melhor as implicações da exposição AFC e resolver as incertezas em todo o mundo científico”

e pedem cautela: “A literatura disponível deve ser interpretada com cautela por falta de informação sobre os ingredientes para uma série de razões, *incluindo a proteção de patentes*” (tradução e grifo nossos) (p. 4);

(b) **Frutose: distúrbios nos sistemas nervoso autônomo, cardiovascular e metabólico.** Notícia publicada pela Agência Fapesp, em 18 de janeiro de 2024 informa que crianças cujos pais ingeriram frutose em excesso, apresentam “precocemente distúrbios nos sistemas nervoso autônomo, cardiovascular e metabólico — o que aumenta o risco de desenvolverem doenças crônicas, como diabetes, aumento da pressão arterial e obesidade, na fase adulta”. A frutose é conhecida apenas como “açúcar natural das frutas”, mas está também na composição do xarope de milho, amplamente utilizado pelas indústrias alimentícia e de bebidas na produção de bolachas recheadas, doces e refrigerantes. Adoça entre 20% e 80% a mais do que a glicose pura:

Ao ser metabolizada no fígado, a frutose ingerida em grande quantidade pode aumentar a produção de ácidos graxos, promovendo o acúmulo de triglicérides e o ganho de peso corporal, que está associado à elevação de moléculas inflamatórias envolvidas no desenvolvimento de outras doenças.

(c) **Corantes artificiais ou conservantes e a hiperatividade em crianças.** Estudo de McCann et al. (2007), publicado no *The Lancet*, com 153 crianças de três anos e 144 com oito e nove anos testou se a ingestão de corantes e aditivos alimentares artificiais afetavam o comportamento infantil. A interpretação do resultado da pesquisa afirma que “Corantes artificiais ou conservante de benzoato de sódio (ou ambos) na dieta resultam em aumento da hiperatividade em crianças de 3 e 8/9 anos na população em geral”.

(d) **Emulsificantes e as doenças inflamatórias intestinal.** Chassaing, et al., (2015) pesquisaram a relação entre os emulsificantes adicionados à comida ultraprocessada, o desequilíbrio da microbiota intestinal e a relação com doenças inflamatórias intestinal e o grupo de doenças associadas. Com nossa tradução:

O intestino é protegido de sua microbiota através de estruturas de muco de várias camadas que cobrem a superfície intestinal, permitindo assim que a grande maioria das bactérias intestinais seja mantida a uma distância segura das células epiteliais que alinham o intestino... Consequentemente, foi levantada a hipótese de que emulsificantes, moléculas semelhantes a detergentes que são um componente onipresente dos alimentos processados e que podem aumentar a translocação bacteriana em todos os epitélios in vitro, pode estar promovendo o aumento da doença inflamatória intestinal [...]. (p. 92–96).

A ANVISA informa que “[...] aditivos alimentares são ingredientes adicionados intencionalmente aos alimentos com intuito de exercer finalidades tecnológicas e que seu uso é regulado de forma rígida, conforme parâmetros harmonizados internacionalmente”. Por seu lado, o Guia Alimentar da População Brasileira, nas páginas 41 e 42, alerta para prestar atenção na lista de ingredientes da comida embalada, pois os ultraprocessados sempre têm muitos ingredientes, “(frequentemente cinco ou mais) e, sobretudo, a presença de ingredientes com nomes pouco familiares” (como gordura vegetal hidrogenada, óleos interesterificados, xarope de frutose, isolados proteicos, espessantes, emulsificantes, corantes, aromatizantes, realçadores de sabor)”. Assim, o Guia (2014, p. 43) reforça o alerta:

embora cada aditivo utilizado nesses produtos tenha que passar por testes e ser aprovado por autoridades sanitárias, os efeitos de longo prazo sobre a saúde e o efeito cumulativo da exposição a vários aditivos nem sempre são bem conhecidos.

Tecnologia para levar informação de interesse da saúde pública

Perante essas iniciativas do setor da saúde, propomos jogar luz nas notícias publicadas sobre o Guia Alimentar, rotulagem frontal e

alertas da saúde a respeito da relação de comida ultraprocessada com doenças não transmissíveis, no *Jornal Nacional*, *Jornal da Record*, *Folha de São Paulo* e o *Globo*.

No banco de dados da *Folha de S. Paulo*, no recorte temporal entre 1 de janeiro e 28 de dezembro de 2006, buscamos saber o que fora informado sobre o Guia, através da busca com a frase: “Guia alimentar da população brasileira”. Obtivemos como resposta: “Nenhum registro encontrado para sua pesquisa: “Guia alimentar da população brasileira”. Por outro lado, no tocante à publicidade de comida, pesquisamos 366 (trezentas e sessenta e seis) edições do jornal *Folha de S. Paulo*, no mesmo período e encontramos espaço equivalente a 82 (oitenta e duas) páginas. No acervo do jornal *O Globo*, as 366 edições de 2006 trouxeram publicidade de comida em cerca de 104 páginas, com o maior espaço reservado à comida ultraprocessada. Também no *Jornal O Globo*, não encontramos informações sobre o Guia em 2006.

Em 2014 o Guia Alimentar para a População Brasileira foi atualizado e, novamente, pesquisamos o site da *Folha de S. Paulo* e recebemos as respostas: “Nenhum registro encontrado para sua pesquisa: alimentos ultraprocessados” e “Nenhum registro encontrado para sua pesquisa: Guia alimentar da população brasileira”. No acervo do jornal *O Globo* também não foram encontradas notícias com informações sobre ultraprocessados ou sobre o Guia no período.

Em 9 de outubro de 2022, quando aconteceu a entrada em vigor das novas normas da Anvisa para rótulos de bebidas e alimentos industrializados, o *Jornal Nacional* apresentou apenas uma matéria sobre a mudança na rotulação, com patrocínio da Seara, na abertura do telejornal, no dia 4 de outubro de 2022. No *Jornal da Record*, nem uma menção sobre a nova lei nesse período.

Também analisamos notícia de 2 minutos e 40 segundos do dia 16 de outubro de 2024 sobre comida industrializada no *Jornal Nacional*. O veículo tem a maior capacidade de atingir todo o território com informação em tempo real, com cerca de 23 pontos de audiência (Kantar/Ibope), o que significa falar a uma plateia de cerca de 15 milhões de

pessoas. O apresentador leu a manchete: “O Brasil tem sido inspiração científica em vários países do mundo, quando o assunto é alimentação saudável” (correto). Inicialmente, imagens de crianças comendo frutas na hora do lanche numa escola. O repórter diz: “A cena é cada vez mais comum no país.” Entra a fala de uma criança: “A diferença é que *o industrializado passa por fases antes de chegar na nossa mesa e o natural vem direto da natureza*” (faltam informações). Com imagem do professor Carlos Monteiro, entra a voz do repórter informando: “Quem deu início a essa revolução foi a equipe liderada pelo pesquisador Carlos Monteiro da USP” (correto). A seguir, imagens de frutas e verduras e a informação, na voz do repórter: “No início dos anos 2000, os cientistas brasileiros dividiram os alimentos em quatro grupos, que fazem uma enorme diferença na nossa nutrição.” Agora aparece uma tabela com imagens dos quatro grupos de classificação com a voz do repórter explicando: “A chamada nova classificação separa os alimentos *in natura* ou minimamente processados, os ingredientes culinários, os processados e os ultraprocessados” (correto). Imagens de prateleira com ultraprocessados e o repórter continua explicando: “Um levantamento recente mostra que a má alimentação custa mais de 9 bilhões de reais por ano ao sistema único de saúde, porque ela *provoca doenças como diabetes, obesidade e hipertensão*” (informações de domínio público). Passa para imagem e explicação do Professor Carlos: “Os alimentos naturais, eles são combinações de carboidratos, proteínas, fibras, vitaminas, minerais que a natureza faz, que ela constrói e que são esses os alimentos adequados pro nosso sistema biológico. Por isso que cozinhar é tão importante. Preparar os alimentos é muito importante.” Imagem do repórter no recreio de uma escola: “Há dez anos as recomendações dos pesquisadores da USP foram adotadas pelo Guia Alimentar da População Brasileira do Ministério da Saúde. A medida teve impacto em políticas públicas que levaram as escolas a oferecer alimentos mais saudáveis aos alunos. Cantinas em todo o país passaram a oferecer mais frutas e verduras no cardápio. Além disso, os alunos dessa escola aprendem sobre a *importância dos bons hábitos*

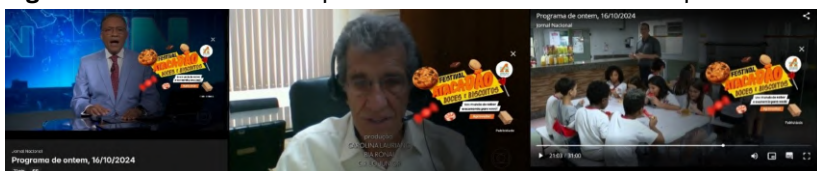
alimentares” (de domínio público). Seguem imagens de comidas sendo preparadas. A seguir, a imagem de Chris Van Tulleken, entrevistado, e a voz do Repórter: “O Estudo brasileiro mudou o paradigma da alimentação no mundo, diz o pesquisador e médico britânico [...] Ele está no Brasil e faz parte de comissões sobre alimentação da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cris diz que no reino Unido, 60% das calorias consumidas por crianças vem de produtos que não alimentam adequadamente e que as maiores universidades do mundo passaram a pesquisar o tema nos últimos anos, graças ao Brasil. E conclui, temos que aprender com os cientistas brasileiros”. As imagens que fecham a reportagem são de embalagens de biscoitos industrializados.

É de conhecimento de todos que comida saudável faz bem à saúde, e todos têm alguma ideia de que seja bom consumir frutas e verduras. O que a maioria das pessoas ainda desconhece são informações objetivas sobre:

- O que são comidas ultraprocessadas? O que é misturado nessas fases de produção?
- Quais questionamentos a ciência de saúde faz aos aditivos químicos?

Aditivos químicos aparecem com cara de alimento, mas a cor é de corante artificial, o sabor é artificial, a textura é um espessante artificial, o cheiro é artificial... Substâncias químicas adicionadas aos alimentos pela indústria, as quais, segundo estudos de Aun et al (2011, p. 182), são “capazes de desencadear reações adversas como qualquer outra droga”.

A notícia do JN demonstrou o poder maximizado da publicidade frente à informação insuficiente do jornalismo. No momento de transcrever a íntegra da notícia assistida na TV aberta, que fica arquivada no site do telejornal, a cada pausa do vídeo para digitar, era oferecida, na tela, uma publicidade de biscoitos, considerados ultraprocessados, conforme a imagem capturada do site, a seguir (Figura 2):

Figura 2: Publicidade de ultraprocessado na notícia sobre ultraprocessados

Fonte: Site do Jornal Nacional do Grupo Globo de Televisão (acesso no dia 16 de outubro de 2024)

Considerações Finais

É extremamente evidente que as informações jornalísticas sobre os alertas das pesquisas em saúde são insuficientes para fazer contraponto ao marketing da comida ultraprocessada realizado pelos conglomerados da alimentação que mantém publicidade massiva e constante nos diversos veículos de comunicação. Diante dessa condição, é imprescindível que os meios de comunicação garantam debate com espaço suficiente para as diferentes vozes representantes de uma sociedade plural, de acordo com os preceitos da Constituição Federal de 1988, de direitos e garantias fundamentais no Artigo 5, § XIV — “É assegurado a todos o acesso à informação” — ou no artigo 6 — “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação”.

Alguns meios de comunicação alternativos têm feito esforços para ampliar o debate, mas a tecnosfera alternativa não têm abrangência territorial igual à da mídia corporativa. Pasti (2022) acrescenta que:

É indispensável notar que na atual conjuntura diversas ações de resistência à lógica dominante, de denúncia e de construção de alternativas aos sentidos hegemônicos na psicofera convivem com as práticas hegemônicas. Destacam-se, ainda, lutas pela transformação e democratização do sistema de mídia — buscando articular ações sociais coletivas e incidência sobre políticas de comunicação que

potencializem o direito à comunicação no território e as vozes dos lugares e grupos silenciados. (Pasti, 2022, p. 256)

O cumprimento dos preceitos constitucionais pelos detentores das concessões públicas no rádio e na TV e a democratização dos meios de comunicação são imprescindíveis e urgentes para que a população esteja esclarecida sobre os riscos existentes no consumo de comida ultraprocessada e sobre todo tipo de informação.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA FAPESP. Alto Consumo de frutose pelos pais eleva risco de doenças cardiometabólicas nos filhos, aponta estudo. **Agência FAPESP**. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/alto-consumo-de-frutose-pelos-pais-eleva-risco-de-doencas-cardiometabolicas-nos-filhos-aponta-estudo/50663>. Acessado em: 03/11/2024.
- AUN, M. V. et al. Aditivos em alimentos. **Revista Brasileira de Alergia e imunopatologia**, v. 34, n 5, p 177-186, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2 ed., 1 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CENP – Conselho Executivo das Normas Padrão. **Banco de informações de mídia**. Disponível em: <https://www.cenp.com.br/cenp-meios-relatorios/painel-janeiro-a-junho-2024>. Acessado em: 26/09
- CHASSAING, B. et al. Dietary emulsifiers impact the mouse gut microbiota promoting colitis and metabolic syndrome. **Nature**, v. 519, n. 7541, p. 92-96, março de 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature14232>.
- TAILLIE, L. S. Chile Provides a Convincing Case for Mandatory Warning Labels on Processed Food. **Health Policy Watch**, 16 de out. de 2024. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/chile-provides-a-convincing-case-for-mandatory-warning-labels-on-processed-food/>.

- KANTAR/IBOPE. Disponível em: <https://kantariibopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-de-tv-pnt-top-10-23-09-24-a-29-09-24/>. Acessado em: 22/10/2024.
- STEELE, E. Martinez et al. Potential reductions in ultra-processed food consumption substantially improve population cardiometabolic-related dietary nutrient profiles in eight countries. **Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 32, n. 12, p. 2739-2750, 2022. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0939475322003647>, <https://doi.org/10.1016/j.numecd.2022.08.018>.
- MCCANN, D. et al. Food additives and hyperactive behaviour in 3-year-old and 8/9-year-old children in the community: a randomised, double-blinded, placebo-controlled trial. **The Lancet**, v. 370, n. 9598, p. 1560-1567, 2007. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61306-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61306-3)
- NUPENS - Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo. **A Classificação NOVA**. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>. Acessado: 14 set. 2022.
- PASTI, A. O novo e o velho na organização da mídia no território brasileiro: contribuições para a leitura da conjuntura atual a partir de Milton Santos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 238-264, 2022. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21080>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- GUIMARÃES, Julia Soares et al. Ultra-processed food and beverage advertising on Brazilian television by international network for food and obesity/non-communicable diseases research, monitoring and action support benchmark. **Public health nutrition**, v. 23, n. 15, p. 2657-2662, 2020.

- TRASANDE, L.; SHAFFER, R. M.; SATHYANARAYANA, S. et al. Food additives and child health. **Pediatrics**, v. 42, n 2, 2018. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article/142/2/e20181410/37583/Food-Additives-and-Child-Health>.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **Transforming the Global Food System for Human Health and Resilience**. Insight Report. Dez. de 2023 Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/transforming-the-global-food-system-for-human-health-and-resilience/>. Acessado em 18/01/2024.
- CHAVEZ, A. J. Anunciante do Ano: Nestlé e setor de alimentos dominam a publicidade no Brasil em 2023. **YouGov**, BrandIndex. 11 de jan. de 2024. Disponível em: <https://business.yougov.com/pt/content/48323-nestle-anunciante-ano-2023>. Acesso em: 22 de out. de 2024.

Parte II

FINANÇAS COMO CHAVE INTERPRETATIVA DO ESPAÇO

Fundos de investimentos e gestores de capitais no segmento de distribuição do setor elétrico brasileiro

Lucas Coutinho Marcelino da Silva

Introdução

O Brasil hoje passa por um aprofundamento da lógica de financeirização da economia, representado pela força de chantagem da chamada “Faria Lima”. Um dos setores em que isso mais se evidencia é o setor elétrico, que submerge na lógica de maneira acelerada.

Neste trabalho exploraremos apenas parte do fenômeno: os fundos de investimento, vértice privilegiado de realização financeira¹ do capital contemporâneo. Os fundos são bolsões onde frações de capital depositam seu capital acumulado, com a expectativa de que esses fundos operem-nos no mercado financeiro com uma taxa de lucro. Embora as operações realizadas sejam diversas, em geral, são expedientes tipicamente “financeiros”, como empréstimos, especulação e gestão de riscos.

O recorte foi identificar os fundos que são acionistas relevantes na propriedade do segmento de distribuição de eletricidade do país. Sendo o setor elétrico brasileiro um dos maiores do mundo, com uma infraestrutura fundamental (nódulos de acumulação), não foi por acaso que apareceram os nomes de grandes representantes do capital acumulado nacional e internacional interessados nele.

Este trabalho é parte do esforço de pesquisa do doutorado do autor, e a metodologia aqui empregada será replicada no estudo de

1. D-D' — Lucro sem passar pelo processo produtivo. “Geração” de valor sem produzir nada (Marx, 2017).

outros segmentos do setor. A pesquisa se ampara nos marcos teóricos do imperialismo e sua interpretação de capital financeiro².

O segmento de distribuição do setor elétrico brasileiro

Em 2022, o setor elétrico brasileiro possuía 226 GW de capacidade instalada, a sétima maior do mundo, gerando 677 TWh, a sexta maior geração. Possuía 165.495 km de linhões de transmissão e consumiu 586 TWh (sétimo maior consumo). Do consumo, 60% estava em mercado cativo (aquele que recebe a eletricidade via empresa de distribuição) e 40% em mercado livre (aquele que compra direto com a empresa geradora), com tarifa média de R\$ 637,02/MWh (EPE, 2024).

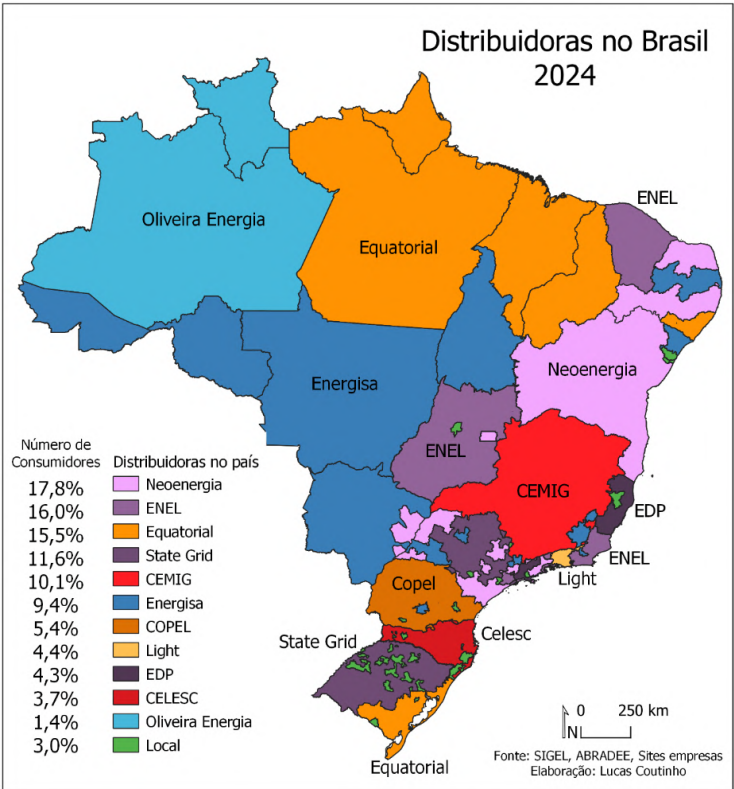
O segmento de distribuição de eletricidade atende ao mercado cativo, com 90.543.274 unidades consumidoras no país, divididas em 70 agentes de distribuição (EPE, 2024). Contudo, 97% desse mercado está nas mãos de apenas 11 distribuidoras, como podemos observar no mapa a seguir.

A escolha das cores já representa um tratamento dos dados, procurando classificar as empresas com capital fechado x aberto e nacionais x estrangeiras:

- **Tons vermelhos:** empresas que possuem capital aberto, mas cujo controle ainda permanece na mão do estado — a CEMIG, no estado de MG, e a Celesc, no estado de SC;
- **Tons azuis:** empresas com capital aberto, mas cujo controle é hegemonizado por um capital privado nacional (Oliveira e Energisa);
- **Tons roxos:** empresas estrangeiras (State Grid – China, EDP – Portugal, ENEL – Italiana, Neoenergia – Espanha);
- **Tons laranjas:** Empresas sem grupo de controle, nas quais nenhum grupo possui mais de 50% das ações. As ações dessas

2. A tradição teórica marxista — Hilferding (1910), Luxemburgo (1913), Lênin (1917), Harvey (2003).

Mapa 1: Distribuidoras no Brasil (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor.

empresas disponíveis para livre negociação nas bolsas de valores (*Free Float*) estão acima de 50%. A gestão da empresa ocorre pela eleição de diretores em assembleias que devem seguir um estatuto de *Governança Corporativa* e apresentar relatórios detalhados trimestralmente ao mercado (Equatorial, Copel e Light);

- **Verde:** Empresas públicas, privadas e cooperativas de atuação local.

O processo de privatização do setor elétrico brasileiro se iniciou na década de 1990 nas reformas neoliberais do período. O segmento que mais foi privatizado foi o mais lucrativo do setor — o de distribuição.

No Quadro 1, abaixo, estão discriminados os grupos que controlam as empresas e seus principais acionistas.

Abaixo uma pequena caracterização dos acionistas relevantes encontrados: constatou-se a presença de sete fundos de investimento e seis gestores de capitais, sendo oito sediados no Brasil e cinco internacionais.

- **BlackRock. Inc.:** É a maior gestora de capital do mundo, com gestão de U\$ 11,5 trilhões³. A empresa é norte americana e também possui ações abertas em bolsa de valores. Em 2023, foram distribuídos U\$ 20 bilhões em dividendos. A América (à exceção dos EUA) representa apenas 3,5% de seus ativos geridos. No Brasil possui 28 funcionários e gere R\$ 25,1 bilhões;
- **Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB):** Grupo criado em 1997 com o papel de supervisionar e investir os fundos contribuídos e mantidos pelo Plano de Pensão do Canadá (CPP), referente a 22 milhões de aposentados do país. Gere um patrimônio de U\$ 646 bilhões⁴. Tem foco em realizar investimentos em empresas públicas, imóveis e *private equity*. A América latina representa apenas 6% de seu patrimônio;
- **Capital World Investors:** Pertencente ao Capital Group Companies, sendo um dos braços do grupo dedicado a gerir ações,

3. <https://ir.blackrock.com/financials/annual-reports-and-proxy> e <https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/FormBuscaPartic.aspx?TpConsulta=16>

4. <https://www.cppinvestments.com/the-fund/our-performance/financial-results/>

Quadro 1: Grupo de controle e principais acionistas do setor de distribuição de eletricidade do Brasil – Outubro 2024

Empresa	Grupo de controle	(%)	Free Float ON (%)	Outros acionistas principais
Light	Corporativa	-	100,0	FI WNT (35%); FI Samambaia (20%); FI Santander (10%)
Copel	Corporativa	-	72,4	Estado PR (27,5%); BNDES (10%); BlackRock (0,2%); FI Radar (5%)
Equatorial	Corporativa	-	67,9	GIC (4,6%); BlackRock (4,5%); FP Canada (4,6%); FI Capital World Investors (4,7%); FI Opportunity (9,2%); FI Squadra (4,6%)
Cemig	Estado MG	51,0	49,0	BNDES (11%); FIA Dinâmica Energia (32%)
Celesc	Estado SC	50,2	41,2	EDP (33%); Eletrobrás (0,03%); FP Celesc (8%); FI Geração L. (3%)
Energisa	Família Botelho	62,4	36,9	BNDES (3,6%); FI Samambaia (4%); FI Squadra (4%)
CPFL (China)	State Grid	83,7	16,3	ESC Energia S.A. (China) (20%)
Neoenergia (Espanha)	Iberdrola Corp.	53,5	16,1	Caixa (30%)
Oliveira Energia	Família Oliveira	91,1	-	
EDP (Portugal)	EDP Corp.	100	-	
ENEL (Itália)	ENEL Corp.	100	-	

Fonte: Ministério de Minas e Energia, ABRADDE e Demonstrações Financeiras das Empresas. Elaboração do autor.

foi fundada em 1931, sendo uma das mais antigas empresas de serviços financeiros do mundo, gerindo investimentos na casa de U\$ 2,7 trilhões⁵;

- **FIA Dinâmica Energia:** É um fundo de gestão de ações do Banco Clássico, que, por sua vez, é controlado pela família Abdalla. O fundo foi constituído em 2006 e tem o objetivo de obter ganhos a partir de ações de empresas ligadas ao setor de energia e de serviços públicos. Possuía, em 2024, um patrimônio líquido de R\$ 25 bilhões, sendo 18% Cemig ON, 6% Cemig PN, 8% Eletrobrás, 34% Petrobrás, dentre outros⁶;
- **Fundação Celesc De Seguridade Social (CELOS):** A CELOS está entre os maiores Fundos de Pensão do Brasil, gerindo em torno de R\$ 4 bilhões. Possui ações na Celesc, mas suas receitas financeiras têm origem, principalmente, em títulos da dívida pública, representando 54% de seu patrimônio⁷;
- **Geração L. Par Fundo de Investimento:** O Geração L. Par Fundo de Investimento foi constituído em 2007 e tem o objetivo de atuar prioritariamente em ações. É gerido pela Plural Investimentos Gestão de Recursos Ltda, controlado pela Holding Plural S.A, cuja sociedade está em nome de Andre Schwartz, Bernardo Nolasco Rocha e Rodolfo Riechert. Possui patrimônio líquido de R\$ 4,2 bilhões, contudo, as ações da Celesc representam apenas 4% de suas ações, no valor de R\$ 190 milhões⁸;
- **GIC:** O Government of Singapore Investment Corporation (GIC) é uma empresa estatal de Cingapura designada para administrar

5. <https://www.capitalgroup.com/advisor/about-us>

6. FIA Dinâmica Energia - <https://sistemas.cvm.gov.br/>

7. <https://www.celos.com.br/investimentos/resultados-de-investimentos/>

8. Demonstrações Financeiras – <https://sistemas.cvm.gov.br/>, <https://www.jucesp online.sp.gov.br/>

o fundo soberano do país, com o objetivo de realizar investimentos de longo prazo. Os cingapurianos se beneficiam dos retornos financeiros de suas aplicações pelo mundo, estimada em US\$ 23,5 bilhões em 2024. O GIC tem aproximadamente US\$ 400 bilhões em ativos sob gestão, e apenas 4% de seus ativos estão na América latina. Para se protegerem de ataques especulativos contra o dólar de Cingapura, o fundo não divulga relatórios detalhados de lucros⁹. No Brasil operam via uma conta do Citibank;

- **Opportunity Asset Administradora de Recursos de Terceiros Ltda.:** O grupo Opportunity foi fundado em 1994 por Dorio Ferman e Daniel Valente Dantas (herdeiro de uma das mais antigas famílias da elite da Bahia). A empresa é dedicada à gestão de recursos de terceiros no mercado financeiro global. Esse fundo em específico gere R\$ 1,85 bilhões, mas o grupo gere mais de R\$ 50 bilhões¹⁰;
- **Radar Gestora de Recursos Ltda.:** É pertencente ao grupo 3G Radar, com sócios comuns (Pedro Batista) à 3G Capital de Lemann, Telles e Sicupira. Gere R\$ 2,84 bilhões, atuando em fundos de cotas e ações¹¹;
- **Samambaia Master FIA:** Iniciou suas atividades em 2009 e destina-se exclusivamente a um único cotista, o ex-banqueiro e ex-deputado federal do PSDB Ronaldo Cezar Coelho. O fundo possui R\$ 4,2 bilhões de patrimônio líquido¹²;
- **Squadra Investimentos:** A Squadra é uma empresa de gestão independente, responsável pela gestão de fundos de investimentos em ações, constituída em 2007. Os principais sócios são

9. <https://www.gic.com.sg/who-we-are/> e <https://www.investopedia.com/>

10. <https://www.opportunity.com.br/> e <https://maisretorno.com/>

11. <https://radarasset.com/>; <https://griclub.org> e <https://salveaenergia.com.br/>

12. <https://sistemas.cvm.gov.br/> e <https://www.sun0.com.br/tudo-sobre/ronaldo-cezar-coelho/>

Guilherme Mexias Aché, Luiz Maurício de Miranda e Silva e Eduardo Valentim de Araújo. Os recursos financeiros sob sua administração se somam em R\$ 8,4 bilhões em março de 2024¹³;

- **WNT Gestora de Recursos Ltda.:** A WNT é constituída em 2017, com a finalidade de prestar serviços de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários de terceiros. Conta com 21 funcionários, tendo como acionistas Pedro Baumeier, Ana Flávia Goulart, Mario Sergio Garcia Neto e Valério Marea Junior e possui patrimônio líquido de R\$ 12,3 bilhões¹⁴; e
- **Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1:** O Fundo é um dentre as centenas de fundos criados pelo banco espanhol. O capital deste fundo é quase que exclusivamente em suas ações na Light. “O Fundo é destinado a receber aplicações de um grupo reservado de investidores profissionais, [...] integrantes do segmento Private Banking do Santander, a critério do Administrador”. Em novembro de 2024, o patrimônio desse fundo estava em R\$ 214 milhões¹⁵.

Os fundos de investimentos, como outras organizações que gerem capital acumulado em busca de valorização, são tipos de capital que procuram sua valorização prioritariamente por mecanismos financeiros, isto é, transformar-se em lucro sem passar pelo processo produtivo. Atualmente, existem diversas maneiras disso ocorrer, como através do fornecimento de crédito, da especulação com derivativos e com a oscilação dos preços de ações e câmbio, seguros, debêntures e títulos de dívidas — principalmente a dívida pública.

Sob a lógica financeira, aderem aos modelos de estatutos da “ilíbada” *governança corporativa*, na qual se busca continuamente a redução dos custos de produção independentemente de suas consequências

13. <https://www.squadrainvest.com.br/>

14. <https://maisretorno.com/>; <https://www.wntcapital.com/>; <https://www.institucional.jucesp.sp.gov.br/>

15. <https://sistemas.cvm.gov.br/>

— resultantes da redução da quantidade de funcionários, aumento da jornada de trabalho, redução da quantidade de manutenção dos equipamentos, redução dos salários, demissão dos funcionários antigos que possuíam salários mais altos concomitante com a substituição por funcionários com baixos salários para a mesma função, mas com falta de experiência, dentre outros. A redução constante dos custos tem um objetivo — aumentar o caixa. Com a propriedade da empresa sob os interesses das diversas frações de capital acumulado, o caixa da empresa é muitas vezes objeto de cobiça, pois, através do controle da assembleia da empresa, é possível tornar o caixa em dividendo e, portanto, deslocar o lucro da empresa para a apropriação privada de seus acionistas. A consequência é que a empresa perde a capacidade de investimento, pois não guarda, e se vê obrigada a ampliar seu endividamento diante de qualquer projeto de investimento. Caso a empresa chegue a um limite contábil e demonstre insustentabilidade no pagamento de dividendos, todos esses capitais podem se desfazer de suas ações, sem compromisso nenhum com a empresa. Harvey (2010, p. 49) assim comenta esse movimento:

aquisições, fusões e compra da maioria das ações de uma empresa com capital emprestado também têm sido um grande negócio. Atividades desse tipo podem acarretar novas rodadas de acumulação por desposseção. Nos últimos tempos, grupos privados de capital (como Blackstone) normalmente adquirem empresas públicas, reorganizam-nas, tiram-lhes ativos e demitem funcionários antes de vendê-las de volta para o domínio público com um lucro substancial.

A lógica é discutida por Machado (2022), que observa nesse padrão de gestão uma “maximização do valor para acionista”, isto é, retorno no curto prazo através de alguns mecanismos de drenagem dos recursos da empresa. Um dos desdobramentos desse processo é que, quando olhamos para essa prática agregada, ocorre uma redução substancial do poder produtivo na economia como um todo. Paulani (2015, p. 46) aponta que

Os fundos [...] funcionam como braço auxiliar da dívida pública, no papel de retirar da esfera da acumulação produtiva parcelas substantivas de renda real que poderiam, de outro modo, transformar-se em capital produtivo.

Portanto, o capital financeiro, em suas diversas facetas, se instala no seio das grandes empresas dos países periféricos e operam um verdadeiro parasitismo que possui a

ideia de extração de renda: receber sem produzir. Permitir que o preço de mercado exceda o valor de custo intrínseco permite que proprietários de terras, monopolistas e banqueiros cobrem mais pelo acesso a terras, recursos naturais, monopólios e crédito do que o necessário para cobrir o custo de seus serviços. Economias não reformadas são obrigadas a sustentar o que jornalistas do século XIX chamavam de ricos ociosos. (Hudson, 2015, p. XV)

Conclusão

A diferença do avanço das privatizações/financeirização do setor elétrico da década de 1990 para o período atual é que naquele momento as privatizações ocorreram majoritariamente sobre a distribuição e parcialmente sobre a transmissão. A partir do governo Temer, houve a retomada das privatizações com vistas aos ativos da geração e transmissão de energia que ainda estavam majoritariamente sob controle do poder público, principalmente na Eletrobrás. Outra prática relativamente nova é o uso de derivativos de energia, que vem tomando impulso a partir de 2018 e que também representa um marco no processo de financeirização do setor elétrico brasileiro. Ambos os fenômenos não foram trabalhados neste artigo, mas serão futuramente.

A financeirização do setor elétrico manifesta-se de diversas maneiras, quando atividades tipicamente financeiras, como empréstimos, especulação e gestão de riscos, vão tomando proporções cada vez maiores no cotidiano da gestão das empresas. A lógica financeira e a sua busca infinita pela redução dos custos é uma delas. A redução constante

dos custos tem um objetivo — aumentar o caixa, pois a empresa com um bom caixa se torna em uma boa pagadora de dividendos, meio pelo qual divide-se o lucro e apropria-se privadamente por todos aqueles que possuem suas ações, mecanismo chamado de renda variável.

Este trabalho é ainda exploratório. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica e levantamento de dados, não foram abordados os fundamentos teóricos, mas aqui estamos vendo a manifestação do capital financeiro contemporâneo, em sua busca por se realizar via mecanismos financeiros.

Referências Bibliográficas

- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2024—Ano base 2023**. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia, 2024.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985 [1910].
- LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021 [1917].
- LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2 ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1913].
- MACHADO, J. V. **Maximização do valor para o acionista na indústria mundial do petróleo**. 2022. 191 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/7592>.
- MARX, K. **O Capital**, livro III: O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAULANI, L. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. Boitempo Editorial, 2015.

O Banco do Nordeste do Brasil: Uma leitura geoeconômica

Ana Karina Gomes Alencar

Introdução

De acordo com o sítio eletrônico do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ele é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, possuindo a missão de atuar como banco de desenvolvimento da Região Nordeste e do Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se de uma instituição financeira múltipla, uma sociedade anônima de economia mista, com capital aberto, sendo mais de 90% controlado pelo Governo Federal; desde sua criação, em 1952, com sede na capital do Ceará, a cidade de Fortaleza (BNB, 2024).

No site principal é possível ainda encontrar muitas informações importantes sobre essa instituição financeira. No entanto, ao elaborarmos o presente texto, decidimos por buscar mais informações em materiais extra-institucionais ao Banco, i.e., em textos que abordassem, direta ou indiretamente, o contexto histórico e político que conduziu à criação de um banco de desenvolvimento para a Região Nordeste. Essa opção deveu-se à necessidade de pensarmos para além da história oficial do Banco, o que nos possibilitou encontrar nuances muito peculiares, quase impossíveis de serem captadas pelo discurso da própria instituição — como, por exemplo, a relação muito articulada dessa instituição financeira com outros órgãos públicos na Região Nordeste, a exemplo da Sudene, principalmente.

Dessa forma, chegamos à importância que uma política de incentivos fiscais à implantação empresarial no Nordeste teve desde a segunda metade do século XX, o chamado Sistema 34/18-Finor. A partir de sua criação e posteriores reformulações, esse foi um dos

principais mecanismos de integração da Região Nordeste ao mercado nacional que se gestava e que foi se configurando ao longo das décadas seguintes.

Nesse contexto, destacamos a importância da leitura geográfica para a investigação da história dessa instituição financeira, dado que ela foi parte de um conjunto de órgãos que contribuíram para a institucionalização da Região Nordeste num momento em que a ordem posta no país era a integração do território brasileiro em mercado único e articulado. Outrossim, por sua permanência, que se tornou onipresente em todo o Nordeste, seja pela sua rede de agências e pontos de atendimento ou pelos empreendimentos de todos os portes, pelos quais é possível verificar sua presença subliminar na paisagem da Região, como sugere esse trecho de reportagem recente, publicado no próprio site do BNB (2024):

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) autorizou, em 2022, o Banco do Nordeste (BNB) a liberar R\$ 128,9 milhões para 58 empresas adquirirem máquinas e equipamentos utilizando recursos que essas pessoas jurídicas iriam pagar em Imposto de Renda (IR). O redirecionamento dos valores faz parte do benefício de Reinvestimento do IR oferecido aos negócios instalados na área da Sudene. Em 2021, a liberação para esse tipo de compra foi de R\$ 108,4 milhões¹.

1. Ainda segundo o site: “Pelo benefício, esses empreendimentos podem utilizar até 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro real, na compra de equipamentos e modernização de seu parque. Com isso, os valores que seriam pagos à Receita Federal podem ser usados pela própria empresa em um projeto de modernização ou aumento de eficiência. Em contrapartida, elas também precisam investir recursos próprios no mesmo projeto, no valor de 50% do imposto a ser reinvestido. Do valor a ser reinvestido, a organização poderá destinar até 50% para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado a máquinas e equipamentos novos que façam parte de seu processo produtivo” (notícia de 13/03/2023, disponível na página https://www.bnb.gov.br/imprensa/noticias/-/asset_publisher/QGdgGhvxRtMv/content/empresas-aproveitam-incentivo-fiscal-oferecido-pelo-bnb-e-reinvestem-r-129-milhoes-em-sua-atividade-produtiva/44540. Consulta em outubro de 2024).

Ante o exposto e como se verá, os incentivos fiscais, principalmente às grandes empresas, na forma de renúncia fiscal e outros tipos de benefícios, é um dos dados mais comuns da atuação do Banco do Nordeste do Brasil quase que desde sua criação. Nosso objetivo principal neste texto é estabelecer uma leitura geoeconômica preliminar da atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Aspectos e Condições da Criação do BNB

De acordo com o Professor Francisco de Oliveira ([1977] 2008), em seu clássico livro *Elegia para uma Re(li)gião*, forjou-se um consenso entre os estudiosos do Nordeste de que o combate às secas se configura como a primeira experiência de intervenção e planejamento do Estado brasileiro em questões regionais. Para tanto, comumente aponta-se a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)², instalado ainda na primeira década do século XX, como exemplo principal dessa constatação.

No entanto, o autor explica que o problema das secas não era entendido como exclusivamente do Nordeste semiárido, e que o Dnocs, originalmente, como órgão nacional, deveria combater esse fenômeno onde quer que se apresentasse no país. Na verdade, o fato de jamais ter realizado obras além do Nordeste expõe muito mais a captura do órgão pela oligarquia regional do que comprova a inauguração de um planejamento regional. Na mesma toada crítica está o seu entendimento a respeito da fundação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que “pode ser considerado [...] a última instituição estatal capturada pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária do Nordeste” (Oliveira [1977] 2008, p. 223).

2. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) por meio do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu, ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.486, de 28/12/1945) [...] (DNOCS, 2024).

Fato é que, ao longo do século XX, alguns órgãos nacionais de atuação regional foram criados para atuar na Região Nordeste — assim como em outras regiões do país —, assinalando ações de planejamento regional por parte do Estado brasileiro e dos governos em exercício em cada período; além do Dnocs e do BNB, consta ainda a criação da Comissão Vale do São Francisco (CVSF) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

De acordo com Tavares (1991), durante o segundo governo Vargas, sua Assessoria Econômica foi o grupo responsável por ser a base técnica de linha nacionalista; seus projetos incluíram a idealização de um banco público federal com atuação na Região Nordeste³. O autor nos explica que, desde o início do seu segundo Governo, o Presidente Getúlio Vargas deparou-se com um grande período de estiagem, a seca de 1950-1952, a maior em dezenove anos, e com a incapacidade de a máquina pública dar respostas satisfatórias à situação:

[...] a incapacidade do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) em enfrentar a questão, a corrupção da velha máquina burocrática evidenciaram, mais uma vez, a falácia da política de açudagem então colocada em prática. A pressão nacional, partindo de diversos setores, cobrava do Governo central mudanças efetivas no encaminhamento de sua ação no Nordeste. Neste cenário, uma nova concepção para a política do Estado na região foi sendo gestada (Tavares, 1991, p. 11-12).

Nessa Assessoria Econômica, composta quase que totalmente por nordestinos, produziram-se os trabalhos que deram base à política re-

3. Além do BNB, destacam-se os seguintes trabalhos da Assessoria Econômica: projetos de constituição da Petrobrás, do Fundo Nacional de Eletrificação, da Eletrobrás, o Plano Nacional do Carvão, a Capes, a Reforma administrativa, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, a Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, o Plano Nacional do Babaçu, planejamento para indústria automobilística, através da Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis (Tavares, 1991).

gional do período. Tavares (1991, p. 12) destaca seus pontos principais para a Região Nordeste, na sequência elencados resumidamente:

a) Crítica à política de obras públicas no combate às secas, com deslocamento da preocupação para os fatores econômicos;

b) Atribuição de importância ao financiamento, sobretudo o financiamento público de médio e longo prazos, como indutor do desenvolvimento;

c) Crença na prática de planejamento como instrumento para o desenvolvimento da Região nordestina, sob a orientação do Estado; e

d) Percepção da desvantagem do Nordeste no processo de desenvolvimento nacional, dada a sua condição de exportador de produtos primários e consumidor de produtos industrializados de outras regiões do país.

A partir dessas premissas, há o registro de uma viagem do Ministro Horácio Lafer ao Nordeste e de sua correspondência oficial com o Presidente Vargas ainda em abril de 1951. Nessa carta, o Ministro relata que o combate às secas apenas por obras de engenharia e de emergência, como são feitas, não é capaz de fortalecer a economia regional, e que falta amparo econômico, referindo-se, ainda, à carência de crédito bancário para atender as necessidades básicas da produção, sugerindo então a criação do Banco do Nordeste. Não tardou muito para que a ideia tivesse curso: o Presidente acatou e sua proposta e a mensagem chegou ao Congresso Nacional em novembro de 1951, tendo tramitado em tempo relativamente curto para as práticas de então. Dessa forma, o Banco do Nordeste do Brasil foi criado em 1952, começando a operar efetivamente em 1954 (Tavares, 1991). De acordo com o autor, entre outros motivos, a rápida tramitação do Projeto se deu em virtude do interesse que os bancos de fomento geravam à época.

A exposição acima converge para o entendimento elaborado por Contel (2011) a respeito da criação de bancos regionais no período. De acordo com esse pesquisador, a instalação de bancos de desenvolvimento regional, assim como outras empresas estatais, está relacionada

a pelo menos dois movimentos característicos do território nacional que ocorreram a partir de meados da segunda metade do século passado: (1) a difusão no território brasileiro do meio técnico-científico informacional⁴, e por isso a maior necessidade de participação de instituições estatais no financiamento de grandes infraestruturas e projetos de desenvolvimento em todos os lugares da nação; e (2) no período de difusão desse tipo de meio geográfico, outrossim, inicia-se um processo de preocupação mais sistemática em relação às chamadas “regiões-problema”. Destarte, são criadas instituições com o objetivo de desenvolver a Amazônia⁵ e o Nordeste brasileiros: “A formação do mercado interno, portanto, acaba por aumentar a tomada de consciência das desigualdades regionais que se gestavam” (Contel, 2011, p. 72). Em termos geográficos, trata-se exatamente disso: a configuração do Brasil enquanto mercado integrado impôs que o planejamento nacional e regional fossem postos a cabo com o intuito de preparar o território brasileiro para a integração nos termos do capital.

A escolha da sede do Banco do Nordeste é história à parte; Barbalho (2020) é quem fala: desde a proposta oficial, cada deputado tentou emplacar seu estado: Armando Correia (PSD-CE) argumentou por Fortaleza, a “capital da seca”; Paulo Sarasate (UDN-CE) publicou em jornal local (*O Povo*) em favor dessa mesma cidade; da Assembleia Legislativa de Pernambuco partiu telegrama ao Ministro, pleiteando o Recife para cidade-sede; Ernani Sátiro (UDN-PB) defendeu que a sede ficasse na Paraíba. “Como era de se esperar, este debate ganhou maior amplitude [...], com os deputados e senadores de quase todos os estados nordestinos passando a defender suas respectivas capitais como possíveis sedes” (Barbalho, 2020, p. 6). Até dezembro de 1951, várias emendas sugeriam diferentes cidades para a sede do BNB: Maceió, Salvador, Campina Grande e Recife. Entretanto, a escolha final por

4. Categoria da periodização dos meios geográficos a partir da técnica, segundo Santos (1996).

5. Para atender à demanda dessa Região, é criado, em 1942, o Banco de Crédito da Borracha (Contel, 2011).

Fortaleza deveu-se, ainda de acordo com esse mesmo autor, à ação mais coesa da bancada do estado do Ceará, principalmente pela atuação do relator da Comissão de Finanças, Paulo Sarasate (UDN-CE), assim como da articulação dos deputados cearenses, independentemente da filiação partidária, e do próprio governo estadual. Dessa forma, e com apenas alguns poucos pronunciamentos contrários entre deputados e senadores, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O embate principal se deu na disputa pela localização da sede e acerca do formato da instituição.

É necessário destacar ainda que a criação do BNB estava associada a um evento anterior, a Constituição de 1946, que, em seu Artigo 198, determinava a aplicação de não menos que 3% das receitas tributárias da União e dos estados da Região a obras, serviços e assistência econômica e social ao Nordeste (Costa Neto, 2004). Tavares (1991) afirma que um terço de todos os recursos auferidos por essa rubrica deveriam ser direcionados a situações de emergências do flagelo da seca e ao financiamento da agricultura e indústria da Região, tanto que, em sua proposta original, o BNB tinha como área de atuação apenas a circunscrita ao fenômeno das grandes estiagens, de acordo com Andrade (2004, p. 34): “[...] em 1952, criou[...] o chamado Polígono das Secas, compreendendo trechos de Estados nordestinos e de Minas Gerais, como área de ação do então criado Banco do Nordeste”.

Outro detalhe importante é que, na própria lei que instituiu o BNB, foi autorizada a criação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Sua função era a de promover estudos para a orientar as atividades do Banco na questão do desenvolvimento econômico regional. E, de acordo com a história oficial, o Etene recomendou ao então Presidente da República a criação de um órgão colegiado para planejar o desenvolvimento da Região Nordeste — o Grupo de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que ficou sob liderança de Celso Furtado e que deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), uma autarquia federal de atuação regional com sede na cidade de Recife (PE) (Tavares, 1991).

Tal proposição, que correlaciona as criações do BNB, da Etene, do GTDN e da Sudene, é veementemente rechaçada por Oliveira ([1977]2008), que indica que não houve essa relação causal entre os órgãos. Ademais, ele analisa que a escolha de Fortaleza para sede do Banco em detrimento de Recife expõe a fraqueza dos representantes da burguesia industrial no Nordeste; em seus termos: “A própria questão da sede do BNB ilustra sua captura pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária: sua sede em Fortaleza, uma das duas capitais do Nordeste no Polígono da Secas, e exatamente uma das menos industrializadas” (Oliveira [1977]2008, p. 224).

Seja como for, a Sudene foi criada em 1959 e seu funcionamento se dá desde então em relação ao BNB; este, dentre outras funções próprias de um banco comercial, cumpre a função de banco de desenvolvimento regional do Nordeste e por isso realiza a intermediação financeira dos projetos demandados por aquela. Essa relação será interrompida quando da extinção da Sudene (Medida Provisória n. 2146-1/2001)⁶, substituída parcialmente em suas funções pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Entretanto, de acordo com Cano (2008), a reabilitação da Sudene foi pleiteada por movimentos nacionais regionais durante a campanha eleitoral de 2002, tendo sido recriada, porém, apenas em 2007 (Lei Complementar n. 124/2007).

O Sistema 34/18-Finor

Nos seus primeiros anos de atuação, o Banco do Nordeste destinou a maior parte de seus recursos, no que diz respeito a programas de desenvolvimento, ao setor agrícola, em duas principais vias: o crédito rural supervisionado e o empréstimo a cooperativas. Quanto às funções de banco de investimento e comercial, estas ficaram defasadas em decorrência, entre outros motivos, da incongruência nas normatizações que limitavam que apenas se pudesse oferecer empréstimos de curto

6. Que também encerrou as atividades da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e que criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Consultar Cano (2008).

prazo, da inexistência de projetos de longo prazo a serem financiados, assim como da própria ausência da cultura, entre os empresários da região, de se realizarem empréstimos de longo prazo (Tavares, 1991).

Mais tarde, já com a Sudene implantada, foram criados os sistemas de incentivos fiscais à implantação industrial no Nordeste. De acordo com a síntese de Garcia (1999), a partir da inspiração de um mecanismo legal adotado na Itália para fomentar sua região menos dinâmica, no Plano Diretor da Sudene (Lei n. 3.995 de 1961), em seu artigo 34, pessoas jurídicas de capital 100% nacional poderiam aplicar até 50% do imposto de renda devido em investimentos industriais considerados de interesse para o Nordeste. Na sequência, o segundo Plano Diretor da Sudene (Lei n. 4.239 de 1963), em seu artigo 18, estendeu esses termos às empresas estrangeiras e também aos empreendimentos agrícolas; era o que ficou conhecido como Sistema 34/18.

Ao longo dos anos e de acordo com os interesses do Estado brasileiro e dos governos que se seguiram — não esqueçamos que, na sequência, houve o Golpe Militar de 1964 —, o Sistema 34/18 passou por várias reformulações até deixar de vigorar. Em sua substituição foi criado, em 1974, o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor)⁷ (Garcia, 1999), com a mesma lógica de promoção de desenvolvimento regional pela via dos incentivos fiscais. Essa sequência de normatizações da Sudene e os estudos que se seguiram a respeito consolidaram a expressão *Sistema 34/18-Finor* na literatura acadêmica que trata da Região Nordeste⁸.

Conforme explicitado, esses mecanismos de incentivo fiscal ao incremento da economia nordestina, principalmente no que diz respeito ao estímulo à implantação industrial, foram amplamente pesquisados. Sobre o Sistema 34/18, ainda na década de 1970, Oliveira ([1977] 2008, p. 268) teceu críticas não só ao formato, mas aos resultados obtidos

7. Decreto-Lei n. 1.376/1974. Para atender à demanda da Região Norte foi criado também o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e, com uma amplitude diferente, foi criado o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset). Cf. Garcia (1999).

8. Cf. Andrade ([1963] 1980), Oliveira ([1977] 2008), entre outros.

pela industrialização resultante do Sistema 34/18. O autor comparou a estrutura industrial do Nordeste de antes e depois da política de incentivo:

A primeira é evidentemente função do mercado regional, em primeiro lugar, e das fracas participações da indústria do Nordeste nos totais nacionais do setor, enquanto a segunda reflete inegavelmente o processo de redivisão inter-regional do trabalho entre os setores industriais do país como um todo [...] (Oliveira, 2008 [1977], p. 268).

O Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), como sequência do Sistema 34/18, possuía uma metodologia mais complexa. De acordo com Campos (2008, p. 39): “A estrutura do Finor abrangia [...] uma gama muito grande de órgãos e agentes”; além da Sudene e do BNB, havia as empresas optantes e as empresas incentivadas, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Comissão de Valores Mobiliários e escritórios de consultoria que produziam as cartas-consulta e projetos das empresas beneficiadas (Campos, 2008).

Os recursos do Finor, tal qual o Sistema 34/18, adivinham, principalmente das deduções de imposto de renda de pessoas jurídicas como forma de incentivo fiscal a projetos aprovados pela Sudene, que era responsável por definir prioridades, fiscalizar e aprovar a liberação de recursos, ficando o BNB como operador dos recursos. Quando da extinção da Sudene, explicada no tópico anterior, o Banco acumulou também a função de administrar os recursos do Finor, “[...] tendo como objetivo regularizar a carteira de projetos incentivados” (Campos, 2008, p. 41).

É ainda esse autor que explica que a participação do Finor poderia corresponder a até 75% dos recursos necessários para a implantação do projeto aprovado. Também diz ele que, na prática, além do incentivo do Finor, a firma também podia acumular (e muito comumente o fazia, dadas as vantagens explícitas) outros benefícios, tais como a isenção ou a redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, o reinvestimento do Imposto de Renda a recolher,

financiamentos ou avais concedidos por outros bancos públicos (até do próprio BNB), além de incentivos estaduais ou municipais: “[...] havia, portanto, um pacote razoavelmente articulado de incentivos fiscais e financeiros no âmbito do Sistema Finor” (Campos, 2008, p. 43).

A esse respeito, explicita-se em outro texto (Alencar, 2019) que, na Região Nordeste, o Sistema 34/18-Finor constitui um paradigma para os diversos formatos de incentivos e benefícios fiscais aplicados e diversificados pelos governos dos estados nordestinos. Essas políticas de incentivo à implantação empresarial na Região, inclusive privilegiando os empreendimentos extrarregionais (nacionais e estrangeiros), podem ser analisadas sob um ponto de vista geográfico como alterações nos “conteúdos normativos” do território, e são matéria própria do que se convencionou chamar “guerra dos lugares”.

“Guerra dos lugares” é um termo criado por Santos e Silveira (2001) para identificar, entre outros fenômenos, essa disputa entre os entes da Federação por investimentos. Para tal, no caso da Região Nordeste, além dos incentivos fiscais, como foi o Sistema 34/18-Finor, outras instâncias e escalas do poder público, como estados e municípios, estão diretamente envolvidas nas alterações do ambiente construído em favor do grande capital, na forma de implantação industrial/empresarial.

No trabalho de Alencar (2019) consta o conjunto, bastante representativo, de benefícios obtidos por uma empresa de fabricação de calçados sintéticos, originada do Rio Grande do Sul, ao se estabelecer no interior do Ceará em meados da década de 1990. A lista de benesses é enorme: para se estabelecer em uma cidade distante da capital, esta firma recebeu isenção de percentual do Imposto de Renda sobre o lucro de exportação — tanto mais interessante quanto mais distante se localiza a empresa da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) —, vários incentivos fiscais estaduais com validade de 15 anos (com possibilidade de renovação), condições de abastecimento de água, pavimentação, esgotamento sanitário, transporte, levantamento planialtimétrico, desapropriação e terraplanagem, isenção de uma série de

impostos municipais, cessão do terreno para a fábrica, treinamento da mão de obra e generosos financiamentos junto aos bancos públicos.

De fato, entre as críticas ao Sistema 34/18 desde o seu estabelecimento na década de 1960, nos Planos Diretores da Sudene, sempre constou o descontentamento quanto ao favorecimento implícito ou explícito do capital extrarregional, como apontado por Oliveira (2008 [1977]). Mais recentemente, criticou-se também o fato de o Finor favorecer apenas empresas de grande e médio porte, na medida em que, para obter recursos, as empresas beneficiárias deveriam ser necessariamente sociedades anônimas (Campos, 2008).

Na década de 1990, no entanto, o Finor foi objeto de uma série de auditorias por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), que resultaram numa apuração da inventariança da Sudene, na qual foi identificado que, dos 653 projetos cancelados, apenas 8% estavam sendo cobrados judicialmente por irregularidades consideradas mais graves. A auditoria e, depois, uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Finor que foi instaurada apuraram outras questões irregulares: a ausência de acompanhamento dos projetos incentivados, pendências administrativas e financeiras com mais de dez anos e grande concentração de projetos incentivados em poucos estados e municípios (Campos, 2008).

A ingerência no Finor resultou em seu desmonte; as irregularidades apuradas redundaram em implicações para a Sudene e para o BNB. Como resultado, e em paralelo ao período de extinção da Sudene, como mencionado acima, o Finor teve a sua permanência limitada ao ano de 2013, com redução gradativa dos percentuais de incentivo. Em sua substituição foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), que, de acordo com Cano (2008) — até a data desse texto —, não havia sido aplicado.

Ao consultarmos o sítio eletrônico do BNB constatamos a existência de uma página ainda relacionada ao Finor. Mas, apesar de alguma informação a respeito, o conteúdo encontrado trata apenas das orientações para resolução de pendências junto ao Fundo, que deverá ser completamente extinto em breve.

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), nas informações obtidas no próprio site do BNB consta que ele foi criado pela Medida Provisória n. 2.156-5/2001, sendo regido atualmente pelo Decreto n. 7.838/2012 (e atualizações posteriores) e pelo Decreto n. 6.952/2009 (para as operações contratadas até 03 de abril de 2012). Como ocorria com o Finor, o FDNE é gerido pela Sudene e intermediado financeiramente pelo BNB. Assim consta: “Por meio do FDNE o Banco do Nordeste financia investimentos em infraestrutura e serviços públicos, em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas na área de atuação da Sudene” (BNB, 2024). Entre as empresas incentivadas destacam-se, pelo número de projetos, as de geração e comercialização de energia e, pelo porte e envergadura do projeto, a empresa Transnordestina Logística S/A (BNB, 2024).

Considerações Finais

O Banco do Nordeste do Brasil foi criado e passou a funcionar num contexto de disputa entre a captura, pelas elites tradicionais, dos órgãos públicos no Nordeste, a política desenvolvimentista, que, entre outros, impulsionou a criação da Sudene, e a integração do território num mercado efetivamente nacional, com centro na Região Centro-Sul do país.

Para tanto, ao longo dessa trajetória, que se estende desde a década de 1950, vários mecanismos de desenvolvimento com vistas a promover um maior equilíbrio entre as diversas porções nacionais foram experimentados. Neste texto, destacamos alguns aspectos do mecanismo de incentivos fiscais que se convencionou chamar Sistema 34/18-Finor, administrado pela Sudene e intermediado financeiramente pelo BNB.

Nesse sentido, a exposição sobre o Sistema 34/18-Finor exemplifica, em nosso entendimento, as políticas territoriais que acompanharam a atuação desses dois órgãos, na medida em que configurou mecanismo que contribuiu com o processo de modernização da eco-

nomia nordestina, no sentido de favorecer a integração com outras regiões do país — com todas as contradições postas.

Destarte, o longo histórico de relações com as elites regionais, a resposta ao interesse da política desenvolvimentista em voga no país à época de sua criação, assim como ao processo de desconcentração produtiva relativa operado na segunda metade do século XX, são marcas do funcionamento do Banco do Nordeste do Brasil. Instituição essa que, somente, a partir do fim do século, e com inspiração em políticas de microfinanças experienciadas em outros países subdesenvolvidos, criou programas de microcrédito urbano e rural para atender mais diretamente a população pobre.

Bibliografia

- ALENCAR, A. K. G. **Guerra dos lugares e circuitos da economia urbana: a instalação da Grendene S.A. em Crato (CE)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4 edição, São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1980.
- ANDRADE, M. C. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem no Nordeste do Brasil**. São Paulo, Global, 2004.
- BARBALHO, A. A criação do banco do Nordeste e o Congresso Nacional: momento de disputa inter e intra elites ou de consenso regional? **Rev. Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, pp. 161-174, 2020.
- CAMPOS, H. S. O. O Finor e o desenvolvimento do Nordeste: processos de distribuição e de concentração de renda. **Revista Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 37-57, jan.-jun. de 2008.
- CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil, 1970-2005**. São Paulo, Ed. Unesp, 2008.

- CONTEL, F. B. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2011.
- COSTA NETO, Y. C. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- GARCIA, C. **O que é nordeste brasileiro**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1999.
- HARVEY, D. **A justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**, n 6, 1982.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião - SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014 [1996].
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- TAVARES, H. M. A questão regional no segundo governo Vargas. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 1, p. 4 a 24, 1991.

Sites Consultados

- Banco do Nordeste do Brasil**. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/>. Acesso em setembro de 2024.
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Disponível em <https://www.gov.br/dnocs/pt-br>. Acesso em setembro de 2024.

A rede de correspondentes das financeiras no território: Círculos de cooperação no espaço e a penetração do crédito na economia pobre¹

Juliana Santos de Oliveira

Introdução

As complexidades das redes de intermediação financeira no contexto recente, na esteira do processo de desintermediação financeira (Dow, 1999; Braga, 1993), associadas à expansão e à banalização das técnicas da informação e do acesso ao crédito, revelam uma dimensão importante da aceleração do fenômeno das finanças que permeia, com grande ímpeto, os territórios e avança sobre a economia pobre. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir os usos do território realizados pelas Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFIs), conhecidas como “Financeiras”, por meio da análise da topologia² de suas redes de correspondentes no país, investigando as estratégias utilizadas por essas firmas para permear a economia pobre, tendo em vista suas lógicas espaciais³, os instrumentos de crédito ofertados e a

1. As discussões aqui empreendidas apresentam resultados da pesquisa em nível de doutorado intitulada: “As “financeiras” e os novos nexos dos circuitos da economia urbana: técnicas do crédito e endividamento da população pobre no Brasil”, financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Processo n: 2020/06723-8.
2. “Cada empresa, cada ramo de atividade, produz uma lógica territorial cuja manifestação mais visível é uma topologia, isto é, esse conjunto de pontos e áreas de interesse para a operação da empresa que, certamente, ultrapassa a própria firma e se projeta sobre outros atores sociais” (Silveira, 2009, p.69).
3. Segundo Beltrão Sposito e Sposito (2017), as lógicas espaciais das empresas, em interface com suas lógicas econômicas, são mecanismos que visam diminuir custos e ampliar as bases territoriais de atuação, portanto, são fundadas em princípios mais gerais de funcionamento e orientação dos objetivos econômicos dessas empresas.

densa psicofera voltada aos públicos de menor renda (Oliveira, 2024). Em outras palavras, discutiremos o papel das Financeiras no processo de creditização do território, entendido como a difusão do crédito a partir da diversificação dos agentes e consolidação de um macrossistema técnico-financeiro cada vez mais presente em todas as cidades e regiões do país (Santos e Silveira, 2001; Contel, 2009).

O surgimento das SCFIs ocorre em um contexto de transformação e aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional, sendo a Portaria MF n 309, de 30 de novembro de 1959, o instrumento regulador da constituição, funcionamento e atribuições dessas novas entidades (BRASIL, 1959). Segundo definição desse órgão, as SCFIs são instituições privadas que concedem empréstimos e financiamento para compra de bens, serviços e capital circulante, especializadas na oferta de crédito direto ao consumo, ou seja, as Financeiras ocupam uma posição específica na divisão financeira do trabalho no Brasil.

Apesar desse conjunto de normativas que buscaram padronizar a atuação das SCFIs no Sistema Financeiro Nacional, as 68 firmas que atualmente compõem esse ramo de intermediação são heterogêneas e atuam de maneira diversificada no mercado nacional e com distintas especializações⁴. Algumas operam de maneira independente (ex: Agoracred S.A e Facta Financeira S.A), sendo que algumas dessas Financeiras independentes, em razão de seu elevado nível de capitalização, atuam como líderes de seus próprios conglomerados (Ex: Crefisa S.A, Nu Financeira S.A). Já outras são ligadas a conglomerados bancários (ex: Aymoré – Santander), grandes redes de varejo (ex: LuizaCred S.A – Magazine Luiza; Midway S.A – Riachuelo), bem como outros gru-

4. Propomos a seguinte classificação para as Financeiras (Oliveira, 2024): (i) Financeiras independentes, cuja atuação dá-se de maneira independente de empresas, conglomerados ou grupos econômicos; (ii) Financeiras independentes líderes de conglomerados, classificadas como SCFIs que são líderes de seus próprios conglomerados; (iii) Financeiras dependentes de grupo empresarial, que atuam como “braços” financeiros de suporte às atividades empresariais de diversas finalidades; e (iv) Financeiras dependentes de conglomerados, que participam de conglomerados liderados por outros agentes.

pos empresariais, industriais e agroindustriais (Ex: AL5 S.A – Grupo Amaggi; Negresco S.A – Grupo Credipar), as quais denominamos, de forma geral, de Financeiras dependentes. Essa grande diversidade de agentes revela a complexidade do estudo desse ramo de intermediação no Brasil e, ao mesmo tempo, permite identificar traços comuns de sua atuação, como a especialização na oferta de crédito ao consumo, particularmente aos grupos de menor renda, e a importante capilaridade de suas redes de atendimento no território, sobretudo através dos correspondentes.

A centralidade da análise das redes de correspondentes em nossa abordagem se justifica, portanto, em razão da relevância dessa estratégia operacional de oferta de crédito para as SCFIs, em que os correspondentes representam uma participação de 80% no total dos pontos de atendimento destas firmas. Os correspondentes podem ser definidos como estabelecimentos não bancários, na forma de pessoa jurídica, que mantém um acordo de prestação de serviços com uma entidade financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil. Como veremos adiante, a hipercapilaridade da rede de correspondentes das Financeiras no país, bem como as características dos estabelecimentos que operam em nome dessas Financeiras, como pequenos concessionários veiculares, casas de construção, escritórios, clínicas médicas e odontológicas, entre outros, demonstram como os usos do território realizados pelas Financeiras se aproximam da economia pobre nas cidades, conformando amplos e complexos círculos de cooperação entre agentes dos circuitos superior e superior marginal, feição basilar do circuito espacial das Financeiras no país.

Assim, no próximo item deste capítulo analisaremos mais detalhadamente a topologia das Financeiras em escala nacional, com o objetivo de compreender os complexos círculos de cooperação no espaço conformados, sobretudo, entre as Financeiras e seus correspondentes.

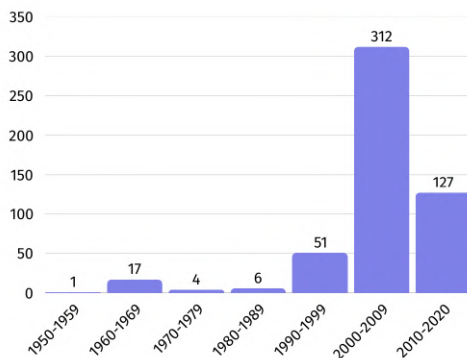
As financeiras e os círculos de cooperação no espaço: Os correspondentes como peças-chave da hipercapilaridade do crédito

Apreender a topologia da rede de correspondentes das Financeiras, como destacamos anteriormente, é uma proposta de interpretação fundamental de nossa abordagem, a medida em que é a partir dela que se explicita o papel dos agentes na constituição do espaço geográfico, ou seja, na composição dos sistemas de objetos e ações no território (Santos, 1996). Isso é assim porque a grande densidade e capilaridade das redes de correspondentes das Financeiras revelam a principal lógica espacial desses agentes no processo de creditização do território.

Se analisarmos a evolução da rede de atendimento direta e indireta das Financeiras no território brasileiro (Gráficos 1 e 2), observamos uma clara redução da rede de atendimento direta em detrimento da rápida expansão da rede indireta formada pelos correspondentes. Até 1970 as SCFIs em operação possuíam redes de atendimento bastante reduzidas, chegando a 17 postos de atendimento e filiais até 1979 e, em 2009, a um número máximo de 312 postos e filiais em todo território nacional, contingente que teve nova redução em 2020, chegando a um total de 127. Por outro lado, se observarmos a evolução dos correspondentes notamos um grande aumento do número de estabelecimentos já na década de 1990 muito maior que a rede direta das Financeiras, alcançando um total de mais de 1600 correspondentes. Contudo, é na década de 2000 que há uma verdadeira “explosão” do número de estabelecimentos operando como correspondentes das Financeiras, chegando ao patamar de mais de 82 mil correspondentes em todo o território nacional, número que aumenta na década seguinte para mais de 12 mil correspondentes.

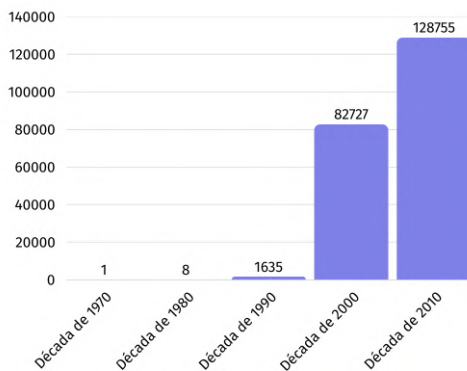
A capilaridade das Financeiras no território nacional, portanto, é garantida por uma ampla rede de estabelecimentos comerciais e de serviços conectados às SCFIs por sistemas de objetos que permitem o provimento de diversos serviços financeiros, principalmente para

Gráfico 1: Brasil. Evolução da rede de atendimento direta das Financeiras (1950-2020)



Fonte: Banco Central do Brasil (2020). Elaboração própria.

Gráfico 2: Brasil. Número de correspondentes das Financeiras com vínculo iniciado entre as décadas de 1970 e 2010



Fonte: Banco Central do Brasil (2020). Elaboração própria.

oferta de crédito e financiamento, conhecidos como POS (*point of service*), terminais, em geral computadores, interligados aos servidores da instituição contratante via rede de Internet (Diniz, 2010). Referimo-nos, portanto, a uma base técnica e informacional que viabiliza a capilaridade da rede de correspondentes no território nacional sob o comando centralizado das Financeiras, ou seja, a ação desses intermediadores no período recente é dependente da expansão do próprio meio técnico-científico-informacional (Santos e Silveira, 2001).

Destacamos que os correspondentes das Financeiras podem operar, basicamente, sob duas condições: (i) a de intermediador direto dos produtos e serviços financeiros oferecido pelas SCFIs, notadamente empréstimos pessoais como os ofertados em lojas de crédito; e (ii) a partir de parcerias de crédito, ou seja, isso ocorre quando o estabelecimento comercial ou de serviços permite que seus clientes paguem pelos produtos ou serviços por meio de crédito oferecido por Financeiras, geralmente na forma de crediário ou financiamento, sendo que algumas Financeiras também realizam a gestão de cartões *private label* para redes de correspondentes mais capitalizadas.

Desse modo, a estruturação de uma ampla rede de correspondentes das Financeiras, que se consolida, sobretudo, a partir da década de 1990, ocorre em um contexto no qual grupos econômicos buscam incrementar suas economias de escala e escopo, ampliando “[...] seu alcance espacial numa escala sem precedentes por meio de correspondentes bancários, reafirmando assim o quanto o domínio do espaço constitui fonte de poder para instituições bancárias e financeiras” (Dias, 2017, p. 390). Essa dinâmica evidencia como a estrutura organizacional das Financeiras e sua topologia no território requerem relações de cooperação entre diferentes firmas, pertencentes tanto ao circuito superior da economia urbana, quanto ao circuito superior marginal⁵, notadamente

5. Segundo a teoria dos circuitos da economia urbana, proposta por Santos (1979 [1975]), os agentes econômicos podem ser classificados segundo nível de capital, nível da técnica e organização, sendo que o *circuito superior* é composto por agentes com elevados níveis de capital, adoção de técnicas modernas e complexa organi-

entre as Financeiras e os grupos empresariais e conglomerados dos quais algumas são dependentes — agentes hegemônicos pertencentes ao circuito superior da economia urbana — e os correspondentes — firmas com diferentes finalidades e portes que constituem um amplo circuito superior marginal. Tratamos, portanto, dos círculos de cooperação no espaço que derivam das inter-relações estabelecidas entre empresas, bem como entre os lugares, de modo que, através desse conceito, pretende-se captar as dinâmicas do território (Santos, 1986; Santos e Silveira, 2001; Moraes, 2017). Em outras palavras, como destacado por Arroyo (2017, p. 54), “A escala geográfica de ação dos diferentes circuitos constitui um princípio de organização espacial, criando um tecido cuja forma, extensão e complexidade estão mudando permanentemente”.

Tendo em conta essas ponderações, nosso objetivo é compreender o circuito espacial das Financeiras e seus círculos de cooperação no espaço, principalmente ao analisar a topologia de suas redes de atendimento indiretas, tendo em conta as complexas relações de cooperação que se estabelecem entre as SCFls e seus correspondentes, dimensão que possibilita a articulação da teoria dos circuitos espaciais à teoria dos circuitos da economia urbana, à medida em que, como ressaltam Castillo e Frederico (2010, p. 463)

Os conceitos de circuito espacial da produção e de circuitos da economia urbana podem ser trabalhados de maneira complementar, uma vez que tanto o circuito inferior quanto o superior fazem parte de circuitos espaciais produtivos de tamanho e características técnicas e organizacionais distintas

zação, enquanto o *circuito superior marginal* caracteriza-se por formas mistas, ou seja, apesar de reproduzir técnicas ligadas ao circuito superior, dispõem de menores níveis de capital, bem como formas de organização menos sofisticadas (Silveira, 2013), exercendo funções alinhadas aos graus de racionalidade dos atores hegemônicos, buscando alcançar as atividades do circuito inferior da economia urbana, caracterizado pela baixa capitalização, sendo intensivo em trabalho, dispondo de baixo nível tecnológico e organizando-se localmente.

No caso da rede indireta das Financeiras, evidencia-se a existência de solidariedades entre grandes e pequenas firmas, ainda que sob uma lógica puramente instrumental, conformando um amplo circuito superior marginal composto por diversos estabelecimentos, como lojas de revenda de veículos usados, “lojas” de crédito, lojas de materiais de construção, lojas de móveis, clínicas médicas e odontológicas, lojas de roupas, pequenos comércio de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, estabelecimentos de manutenção de equipamentos, dentre outros⁶.

Neste sentido, os circuitos são como vasos comunicantes (Silveira, 2013), ou seja, diante das variáveis do período atual — destacadamente a banalização dos sistemas técnicos, a onipresença das variáveis financeiras, bem como a diversificação e aprofundamento dos consumos modernos —, as relações entre os circuitos são redefinidas e ganham novos contornos, de modo que os mais diferentes agentes se articulam através do movimento de inúmeros fluxos de produtos, ideias, ordens, informação, dinheiro, excedente (Arroyo, 2008).

Portanto, a existência de um amplo circuito superior marginal, a exemplo do circuito espacial das Financeiras, deriva do fato de que são diversas as tarefas imprescindíveis ao circuito superior que não interessam a esses agentes, sendo delegadas às firmas de capitais reduzidos subordinadas às técnicas, normas e organização comandadas pelos agentes do circuito superior, de modo que “é a porção marginal do circuito superior, capaz de contribuir a unificar as etapas da divisão territorial do trabalho hegemônica” (Silveira, 2013, p. 65).

Essa formatação própria dos círculos de cooperação entre Financeiras e correspondentes possibilitou a capilarização dos serviços de oferta de crédito e financiamento por todo território nacional, notavelmente nas capitais e cidades médias, mas também alcançando as cidades pequenas do interior do país, como podemos observar nos

6. O levantamento sobre os tipos de estabelecimentos que atuam como correspondentes de Financeiras no Brasil foi realizado a partir das relações de redes de correspondentes disponibilizados nas páginas web de algumas das Financeiras estudadas na pesquisa, os dados são referentes ao ano de 2024.

mapas a seguir. Do ponto de vista do histórico de difusão espacial da rede indireta das Financeiras (Figura 1)⁷, podemos observar que até 1970 havia presença de correspondentes apenas no estado de Minas Gerais, pertencentes à rede da Financeira Aymoré, precursora desse modelo operacional de oferta de serviços de crédito e inicialmente especializada em crédito e financiamento rural. Já em 1980, houve ampliação para outros estados da Região Sudeste (SP e RJ) mas, principalmente, Centro-oeste (GO, MS e MT), movimento que indica uma importante relação das SCFIs como financiadoras das atividades agropecuárias e agroindustriais no país, o que fica evidente ao analisarmos as normativas que regulavam as atividades desses intermediadores, com orientações claras de fomento às políticas de incentivo ao crédito rural (Oliveira, 2024).

Já a década de 1990 foi marcada pela grande expansão geográfica da rede de correspondentes, que se torna nacional, inclusive com a adoção desse modelo por muitas das Financeiras em operação, alcançando todos os estados da Região Sul, bem como estados do Sudeste, Nordeste e Norte do país, processo que explicita o ímpeto de “modernização” do sistema financeiro nacional pelo viés da creditização do território, ou seja, viabilizando a ampliação de acesso a serviços financeiros a nível nacional. Por fim, a década de 2000 foi o último horizonte de expansão significativa dessas redes de correspondentes, que chegou a todos os estados de norte a sul do país, sendo que os estados do Acre, Alagoas, Tocantins e Pernambuco foram os últimos a serem alcançados pelos “tentáculos” dessa ampla rede de oferta de crédito.

Do ponto de vista da topologia atual da rede indireta das Financeiras (Mapa 1), destacamos a hipercapilaridade dos correspondentes a nível municipal, especialmente na Região Sul, onde estão presentes em 57% dos municípios, com ênfase nos estados de Santa Catarina e Paraná. Em seguida vem a Região Sudeste, com a rede de correspon-

7. Apresentamos aqui a difusão espacial dos correspondentes das financeiras por década, ou seja, em cada década indicamos em quais estados a rede de correspondentes estavam presentes.

dentes presente em 51% dos municípios, com destaque para Espírito Santo e Rio de Janeiro. A Região Centro-Oeste conta com cobertura em 30% dos municípios, especialmente em Mato Grosso do Sul e Goiás. Por fim, as regiões Nordeste e Norte têm a rede presente em 23% e 19% dos municípios, respectivamente, com destaque para Ceará, Pernambuco, Rondônia e Acre.

Assim, observamos que a rede de correspondentes é muito mais densa nos espaços luminosos e rarefeita nos espaços opacos⁸ do território, de modo que, em todas as capitais da região concentrada (Santos e Silveira, 2001) — destacadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória —, há uma densa rede de correspondentes, acima de 1000 estabelecimentos. Além disso, o interior desses estados também conta com grande número de estabelecimentos correspondentes, em maior proporção nas cidades médias⁹, em patamares entre 100 e 500 estabelecimentos, mas, também, em cidades pequenas¹⁰ que, majoritariamente, encontra-se nos patamares entre um e dez estabelecimentos. Vale destacar aqui que, principalmente nos estados da Região Sul, a capilaridade dos correspondentes se deve, em grande medida, à presença de Financeiras ligadas a importantes redes de varejo regionais, como a Financeira Becker S.A, ligada ao grupo Becker, e a Crediare S.A, ligada ao grupo Colombo¹¹, para ficar em dois exemplos.

-
8. Os primeiros são aqueles onde encontramos as maiores densidades técnicas e informacionais, sendo, portanto, os espaços mais atrativos aos grandes capitais, enquanto os segundos são aqueles mais orientados pelos fluxos domésticos e próprios aos lugares, com menores densidades técnicas (Santos e Silveira, 2001).
 9. “[...] são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois como já destacado, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos.” (Sposito, 2010, p. 6)
 10. Com base nos procedimentos metodológicos propostos na Região de Influência das Cidades (REGIC, 2007), consideramos cidades pequenas aquelas de até 50 mil habitantes.
 11. Ambas as redes de varejo são especializadas na comercialização de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e outras utilidades.

Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal também se encontra no patamar mais alto em relação ao número de correspondentes, contudo, a densidade dessa rede nas outras capitais da região é menor, enquadrando-se no patamar entre 500 e 1000 correspondentes. Além disso, há uma maior rarefação da rede de atendimento indireta no interior dos estados, com maior participação das cidades médias, ainda que em patamares menores em comparação com as cidades médias da Região Concentrada, e pouca capilaridade em cidades pequenas. Situação bastante similar ocorre na Região Nordeste, onde a maior densidade da rede está nas capitais, notadamente em Salvador, Recife e São Luís, que se enquadram no patamar entre 500 e 1000 estabelecimentos, com presença importante também nas cidades médias e com pouca penetração nas cidades pequenas no interior dos estados.

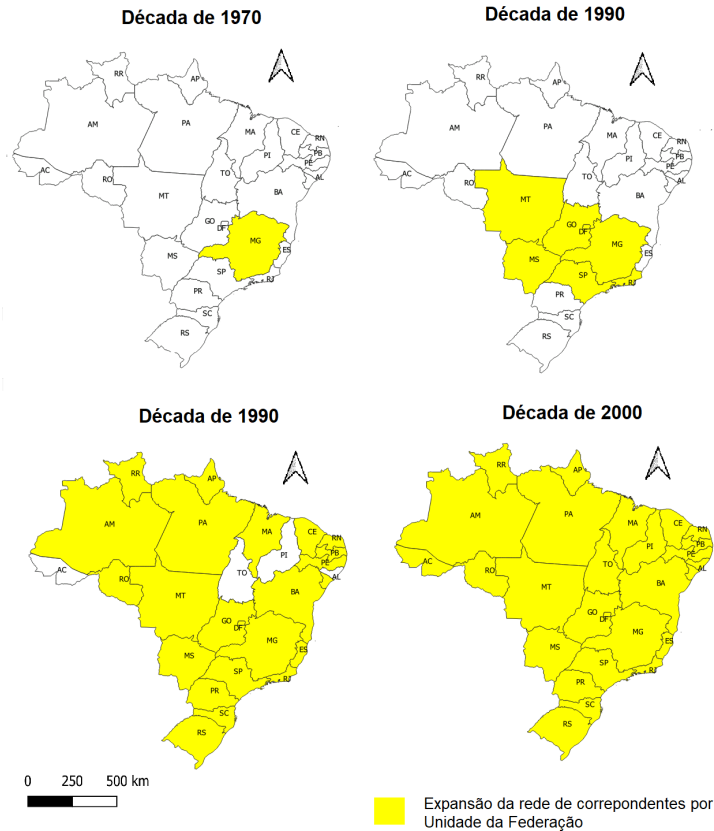
Por fim, a Região Norte é aquela que apresenta a maior rarefação dos fixos da rede indireta de atendimento, privilegiando a presença nas capitais, em especial Belém, Manaus e Porto Velho, em patamares bastante menores se comparado às capitais das outras regiões, variando entre 100/500 e 11/100 correspondentes. Também notamos que a esparsa rede de correspondentes fora das capitais privilegia as cidades médias e, no caso dessa região, inexistente nas cidades menores.

Assim, para aumentar sua capilaridade no território com menor custo operacional e nível de investimento, as Financeiras estruturaram uma ampla rede de correspondentes, composta por um denso circuito superior marginal, que impulsionou as estratégias de oferta de crédito, alcançando públicos de menor renda e com acesso limitado a serviços financeiros em bancos tradicionais. Como assevera Dias (2009, p. 501),

Os correspondentes bancários são responsáveis pela maior capilaridade do sistema financeiro em quase todos os 5.665 municípios do território nacional. Isso significa dizer que quase todo país possui fixos geográficos que permitem a fluidez de informações e serviços financeiros.

Nesse sentido, esses agentes do circuito superior marginal são capazes de criar mercados (Bicudo, 2006), bem como são produtores

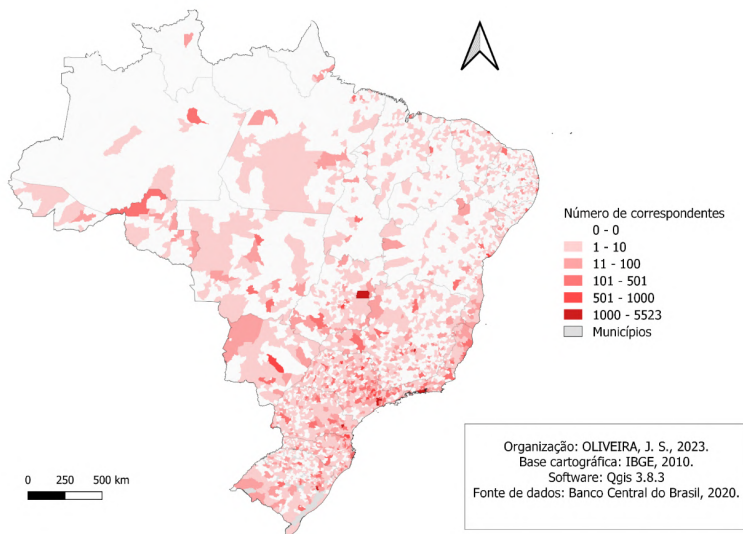
Figura 1: Brasil. Difusão espacial da rede de correspondentes das Financeiras (1970-2000)



Organização: OLIVEIRA, J. S., 2023
Base cartográfica: IBGE, 2010
Software: Qgis 3.8.3
Fonte dos dados: Banco Central do Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria

Mapa 1: Brasil. Número de correspondentes de Financeiras por município brasileiro (2020)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2020)

de uma psicosfera própria afinada às densidades comunicacionais dos lugares onde se instalam e às demandas específicas da população que atendem. Desse modo, as Financeiras se utilizam das estratégicas localizações dos estabelecimentos correspondentes, bem como da formação dos mercados locais e das relações de confiança que esses agentes estabelecem nos lugares, como um recurso de máxima eficiência para a oferta de crédito e de financiamento, alterando as práticas financeiras dos correspondentes ao estabelecer normas de prestação de serviços sob o seu comando.

Assim, essa difusão do crédito pelas Financeiras, por um lado, tem o potencial de incrementar o consumo de bens e serviços nos municípios nos quais atuam, sobretudo dos grupos de menor renda e,

por outro lado, intensificam as relações de subordinação e dependência entre o circuito superior e o superior marginal, bem como entre agentes pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, que se tornam, em muitos casos, tomadores de crédito ou, ainda, recorrem ao uso de “maquininhas”, bem como outros instrumentos ofertados pelas Financeiras¹², com potenciais riscos de endividamento (Oliveira, 2024).

Os intermediadores não bancários, como as SCFIs, portanto, são fortemente beneficiados ao substituir, a partir do capital financeiro, o capital bancário e o capital comercial, fazendo ampliar a participação do circuito superior nas parcelas mais vulneráveis da sociedade mediante a oferta de crédito para compra de bens de consumo básicos como roupas, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, bem como com oferta de seguros pessoais, cartões de crédito e empréstimos, “invadindo” e redefinindo as práticas financeiras no circuito inferior da economia urbana a partir de novos objetivos técnicos, uma segmentada psicosfera do crédito e renovados instrumentos de pagamento, operando como verdadeiros canais de drenagem da renda popular (Silveira, 2009; Creuz, 2013; Montenegro, 2013).

Em suma, a topologia da rede de correspondentes das financeiras revela aspectos da posição ocupada por essas firmas na divisão financeira do trabalho no Brasil, os usos do território realizados por elas, bem como sua importante participação na creditização do território, alcançando os espaços opacos e penetrando a economia pobre.

Considerações Finais

Consideramos que a complexificação do sistema financeiro brasileiro, sobretudo na esteira dos processos de desintermediação, fez emergir novos atores que incrementam o mercado de crédito, atuando em segmentos específicos a partir da especialização de certos produtos de crédito voltados às populações de menor renda, como é o caso das Financeiras, cuja estratégia centra-se na ampliação do crédito des-

12. Em relação à oferta de “maquininhas”, a Stone S. A. é o exemplo mais evidente desse processo no ramo de intermediação das Financeiras.

burocratizado ofertado por intermédio de uma capilarizada rede de correspondentes em todo território nacional.

Desse modo, constatamos que a topologia da rede de correspondentes das Financeiras explicita os usos do território realizados por essas firmas que buscam ampliar sua rede de atendimento presencial, sobretudo em busca das rendas populares, com o menor nível de investimento possível. Dito de outro modo, a formação de círculos de cooperação com um amplo circuito superior marginal, composto pela maior parte dos estabelecimentos correspondentes, é condição fundamental para a oferta de crédito voltada a um público de menor renda, motivo pelo qual essa rede alcança os espaços opacos do território, ainda que com menor densidade se comparado aos grandes centros urbanos, diferenciando-se da topologia e das estratégias espaciais de outros agentes financeiros, como os bancos por exemplo.

Em suma, a onipresença das variáveis financeiras, através de complexas teias de atores, reforça o uso corporativo do território (Santos e Silveira, 2001) e o instrumentaliza de modo que, por intermédio de um amplo e capilarizado circuito superior marginal, muitas vezes perde-se de vista o conhecimento sobre a identidade e intencionalidade dos atores hegemônicos (Silveira, 2009; Creuz, 2013) e é sob essa lógica corporativa e ambígua que operam as complexas redes das Financeiras no território nacional, viabilizando a *hipercapilaridade* do crédito (Contel, 2009) por meio de práticas que se ocultam nas operações realizadas, em última instância, pelos correspondentes. Daí a relevância de investigar a topologia destes agentes no território, bem como os circuitos de cooperação que conformam um intrincado circuito espacial das Financeiras no país.

Referências bibliográficas

- ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 15, out. de 2008, p. 30-31.
- ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M (Org.) **Dos circuitos da economia**

urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. 1. ed. Natal-RN. Sebo Vermelho, 2017.

- BICUDO JUNIOR, E. C. **O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17072007-104024/pt-br.php>.
- BRAGA, J. C. S. A financeirização da riqueza. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 25-57, ago. de 1993.
- CASTILHO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: DANTAS, A.; ARROYO, M; CATAIA, M (Org.) **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos.** 1. ed. Natal-RN. Sebo Vermelho, 2017.
- CONTEL, F. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, 2009, p. 119-134.
- CREUZ, V. Renovadas articulações entre os circuitos da economia urbana através das finanças: especificidades de Buenos Aires e São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 3, 2013.
- DIAS, L. C. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, ago. de 2017, p. 384-396.
- DIAS, L., LENZI, M. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Cadernos CRH**, v. 22, n. 55, 2009, p. 97-117.
- DINIZ, E. H. Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: Tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. **Relatório GV Pesquisa.** 2010. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesqu>

isa.fgv.br/files/publicacoes/capa%20-%20Eduardo%20Henrique%20Diniz.pdf.

- DOW, S. “The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems”. In: MARTIN, R. (ed.). **Money and the Space Economy**. Sussex. John Wiley and Sons, 1999, p. 31-48.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- MONTENEGRO, M. R. Dinamismos atuais do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo: Expansão e Renovação. **GEOUSP — Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial
- MORAES, A. C. R. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, A.; ARROYO, M; CATAIA, M (Org.) **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. 1. ed. Natal-RN. Sebo Vermelho, 2017.
- OLIVEIRA, J. S. As “financeiras” e os novos nexos dos circuitos da economia urbana: técnicas do crédito e endividamento da população pobre no Brasil. **Relatório Fapesp 3**. 2024.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Gabinete do Ministro. **Portaria n 309, de 30 de novembro de 1959**. Regula a constituição, o funcionamento e as atribuições das sociedades de crédito, financiamento e das de investimento e institui regime de fiscalização. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/acordos_e_convenios/Portaria_MF_309-1959.pdf.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Editora Hucitec. 1996.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora. 1979.

- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, M. L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A. C.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 59-71.
- SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.
- SILVEIRA, Maria. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, v. XVII, p. 63-70, 2013.
- SPOSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias In: Seminário Internacional De La Red Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalización y Territorio, 11, 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUIYO — Universidad de Cuyo, 2010. p. 1-18.
- SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 462-479, agosto. 2017.

Investigando os padrões da financeirização da habitação no Brasil e na Espanha: Evidências a partir dos casos de São Paulo e Madri¹

Bruno Pereira Reis

Introdução

Os estudos urbanos que tratam das interações entre Estado, mercado imobiliário e financeiro sob uma perspectiva crítica têm ganhado destaque acadêmico, especialmente nas duas últimas décadas. Parte significativa dessas pesquisas evidenciam como a crise financeira internacional de 2007-2008, originada nos EUA, representa um ponto de inflexão na compreensão das conexões entre finanças, habitação e cidade no capitalismo contemporâneo.

Considerando as recentes transformações econômicas e políticas no Brasil e na Espanha, este artigo visa identificar padrões do processo de financeirização da habitação em ambos os países, avaliando como as articulações entre política urbana, mercado imobiliário e financeiro influenciaram a (re)produção dos espaços metropolitanos de São Paulo e Madri na última década, com foco na produção residencial do período recente.

O trabalho está estruturado em dois principais itens, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas. O primeiro item discute o caso brasileiro, abordando a criação de instituições e instrumentos de financiamento habitacional sob uma perspectiva historiográfica, seguido da análise das características da produção residencial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

1. Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado realizada no PPGH/FFLCH/USP, financiada com recursos do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES (Processo n 88887.801284/2023-00).

na última década. O segundo item discute o caso espanhol, também em perspectiva histórica, considerando o processo de formação e estouro da bolha imobiliária nesse país, seguido da avaliação do processo de privatização de moradias sociais na Comunidade de Madri. Nas considerações finais, buscamos aproximar os dois casos apresentados, destacando aspectos gerais e particulares do processo de financeirização da habitação em diferentes formações socioespaciais.

Política habitacional e mercado imobiliário no Brasil: Características da produção residencial da metrópole de São Paulo no contexto do Programa Casa Verde e Amarela (2020-2022)

O início do século XX marca um momento crucial para discutir o papel do Estado na economia e a criação de instrumentos de financiamento habitacional. No Brasil, a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, viabilizou a primeira experiência significativa de habitação social no país. Esse sistema facilitou o financiamento, construção e venda de apartamentos, reduzindo a importância do mercado de aluguéis (Fix, 2011). Em 1946, no governo de Eurico Dutra, a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) buscou estabelecer o primeiro sistema nacional de habitação, além de criar uma alternativa para captação de recursos. Nas décadas de 1950 e 1960, o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek fortaleceu ainda mais a relação entre o Estado e os agentes imobiliários, promovendo uma “urbanização explosiva” (Cano, 1989) que consolidou importantes empresas do setor. À medida em que o processo de urbanização se intensificava no país, o uso de fundos públicos passou a ser justificado para combater o déficit habitacional, conectando Estado, agentes imobiliários e sociedade dentro do projeto nacional-desenvolvimentista. Segundo Santos (2015), a criação do Banco Nacional da Habitação² e do Sistema Financeiro da Habitação (BNH/SFH) em 1964 buscou normatizar as relações entre o setor de

2. Lei n 4.380, de 21 de agosto de 1964.

construção e o Estado. No entanto, Royer (2016) observa que o sistema BNH/SFH enfrentou dificuldades iniciais para construir habitações em larga escala, principalmente devido à falta de recursos. A introdução de fundos paraíscais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966 e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), aumentou a disponibilidade de recursos, permitindo a expansão da produção habitacional pela iniciativa privada. Fix (2011) aponta que esse período foi decisivo na redefinição das alianças e das bases da produção do espaço urbano. Santos (2015) destaca que o sistema BNH/SFH funcionou mais como um dispositivo de política econômica do que como um programa habitacional propriamente dito.

A partir da década de 1980, o financiamento habitacional baseado nos fundos do FGTS e do SBPE entrou em crise devido ao aumento do desemprego e à queda salarial, resultando na retração do Estado e maior elitização do mercado imobiliário. A Constituição de 1988, por sua vez, promoveu uma relativa descentralização política, fortalecendo a autonomia de estados e municípios. Instituições como a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbanismo do Estado de São Paulo (CDHU), passaram a desempenhar papéis importantes na gestão das demandas habitacionais em nível local e regional.

Na década de 1990, conforme Santos (2015), o padrão crítico de urbanização instaurado exigiu novas articulações entre o poder público e o capital. Embora faltasse uma política nacional de habitação, a construção civil continuou sendo um setor importante para a absorção de excedentes econômicos, aproximando cada vez mais os mercados financeiro e imobiliário. Os fundos de pensão inicialmente financiaram as atividades imobiliárias, mas sua contribuição diminuiu na segunda metade da década, o que levou ao surgimento dos Fundos de Investimento Imobiliário³ (FIIs) como uma nova alternativa de cap-

3. Lei n 8.668 de 25 de junho de 1993 e I.N. 472/2008 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

tação de recursos para o setor. Diante da ausência de uma política habitacional nacional, a solução foi aumentar o financiamento privado e criar o Sistema Financeiro Imobiliário⁴ (SFI), que posicionou o mercado financeiro como a principal fonte de capital. O SFI regulamentou instrumentos como Certificados de Recebíveis Imobiliários⁵ (CRIs), Alienação Fiduciária⁶ e Ofertas Públicas Iniciais⁷ (IPOs) de empresas incorporadoras. A abertura de capital foi uma das inovações mais relevantes na segunda metade dos anos 2000, mas seus resultados iniciais foram limitados. A dinâmica de lançamento, venda de novos imóveis, quitação de dívidas e remuneração de acionistas comprometeu a expectativa expansionista superestimada das incorporadoras (Santos e Sanfelici, 2015). Somente com o Programa Minha Casa Minha Vida⁸ (PMCMV) em 2009, durante o governo Lula, houve uma retomada do Estado na produção habitacional. Essa medida, que injetou um volume significativo de recursos públicos, “[...] restaurou, em um curto espaço de tempo, o interesse dos investidores nas empresas brasileiras de incorporação imobiliária, ajudando a realizar o capital fictício cristalizado na empresa expansionista” (Santos, 2015, p. 266). Na primeira década do século XXI, as conexões entre empresas incorporadoras e o capital financeiro transformaram o mercado imobiliário em um foco de captura de rendas, mesmo durante a crise internacional. O PMCMV atuou como uma política anticíclica, funcionando como uma “porta corta-fogo” e revitalizando a lógica expansionista do setor, es-

4. Lei n 9.514 de 20 de novembro de 1997.

5. De acordo com Royer (2016, p. 39), “[...] O CRI é um título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em créditos imobiliários constituindo promessa de pagamento em dinheiro.

6. Lei n 10.291 de 2004. Instrumento que mantém o imóvel sob a propriedade do credor até o pagamento integral da dívida, conferindo maior segurança jurídica e econômica aos agentes envolvidos no financiamento e na produção imobiliária (Santos, 2015).

7. Do inglês “*Initial Public Offering*” (IPOs). É achegada, por parte de uma empresa, ao mercado financeiro (Bolsa de Valores) para a venda ações.

8. Lei n 11.977 de 7 de julho de 2009.

pecialmente a partir da habitação social de mercado⁹ (Shimbo, 2010). As mudanças econômicas e políticas desse período influenciaram as estratégias das incorporadoras e a dinâmica do mercado, resultando em um ciclo de expansão que transformou a forma e o conteúdo das cidades.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o estudo de Santos e Carvalho (2024) mostra um aumento significativo na média anual de lançamentos residenciais, passando de 33 mil unidades entre 1998 e 2006 para 61 mil entre 2007 e 2014. A distribuição espacial dessa expansão imobiliária foi desigual: no município de São Paulo, os lançamentos aumentaram 40% e os valores reais cresceram 50%; na região metropolitana (excluindo SP), os lançamentos mais que dobraram e os valores reais triplicaram nesse mesmo período. A pesquisa de Rolnik et al. (2015) indica que, até 2012, nenhum projeto da Faixa 1 do PMCMV foi contratado no centro expandido da capital, concentrando-se em áreas periféricas de alta vulnerabilidade, como a sub-região leste da metrópole, o extremo leste de São Paulo, o entorno oeste do Rodoanel, o Jardim Ângela ao sul e a região do ABCD. As moradias das faixas 2 e 3 do PMCMV estão principalmente na periferia do centro expandido e ao longo de eixos ferroviários a leste de São Paulo. Esse período expansivo, segundo os autores, intensificou o processo de periferização e reforçou a segregação socioespacial historicamente construída na metrópole.

Em 2014, a crise econômica no Brasil impactou significativamente a política habitacional, resultando em uma redução de recursos para habitação social e um aumento no financiamento através do FGTS. Santos e Carvalho (2024) identificam 2015 como o início de um período crítico para o mercado imobiliário da RMSP, com mudanças em relação ao ciclo anterior. A crise afetou temporariamente o preço da terra nas áreas centrais, foram feitos ajustes nos valores dos imóveis financiados pelo PMCMV e o Plano Diretor Estratégico da cidade São Paulo de 2014 flexibilizou a verticalização de áreas centrais. Isso levou os

9. Para mais informações, cf. Shimbo (2010).

agentes imobiliários a atuarem em área de urbanização já consolidada na capital, com uma queda de lançamentos nos demais municípios da RMSP (de 43% em 2015 para 15% em 2019). As residências lançadas nesse período são predominantemente verticais, sendo 58% edifícios de mais de 15 andares, majoritariamente compostos por unidades de um quarto de aproximadamente 30m. A análise, portanto, sugere uma nova tendência de investimento e ajustes na política habitacional e urbana que reorganizaram o mercado imobiliário local.

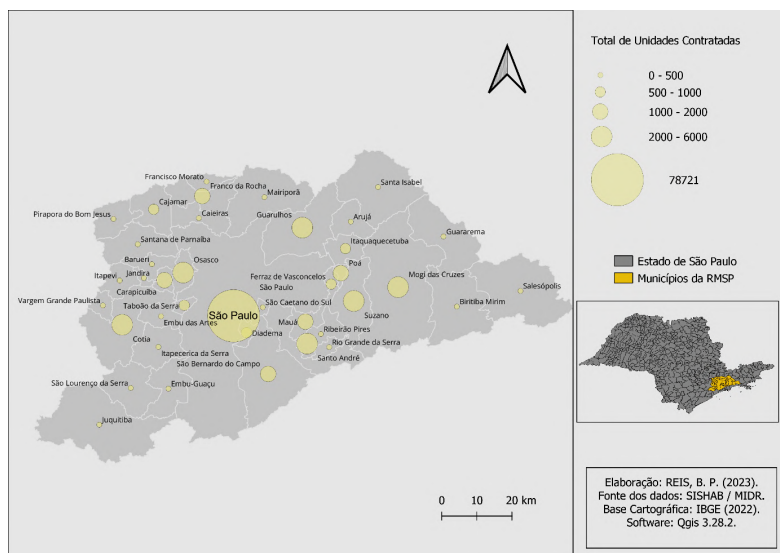
Uma década após o lançamento, o governo de Jair Bolsonaro encerrou o PMCMV e introduziu o Programa Casa Verde e Amarela¹⁰ (PCVA), que eliminou a habitação de interesse social, alterou as faixas de renda dos grupos e ampliou o prazo de financiamento de 30 para 35 anos, elevando ainda mais o preço dos imóveis financiados. Como vimos, o financiamento habitacional no Brasil esteve apoiado em: (i) recursos do Orçamento Geral da União (OGU), cujo montante foi fortemente reduzido após 2015; (ii) recursos do FGTS, essenciais nesse contexto; e (iii) recursos do SBPE, utilizados de forma variável. Os dados disponibilizados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) indicam um aumento dos empréstimos do SBPE a partir de 2019, enquanto os do FGTS se mantiveram estáveis¹¹. Em 2020, embora a pandemia da Covid-19 tenha afetado a economia nacional, o mercado imobiliário, por outro lado, teve resultados positivos, impulsionados pela redução da Taxa Selic que aumentou a demanda por financiamentos e a captação da caderneta de poupança (Faustino e Royer, 2022).

Os dados sobre a dinâmica imobiliária da RMSP destacam a relevância deste segmento, especialmente a partir de 2017, quando houve

10. Lei n 14.118 de 12 de janeiro de 2021.

11. Uma das razões para esse aumento na utilização dos recursos do SBPE para financiar a política habitacional é a regulamentação aprovada em 2018 para atender às demandas do mercado imobiliário, incluindo a Resolução n 4.676 do Banco Central do Brasil, que alterou a forma de direcionamento dos recursos da poupança para o mercado imobiliário a partir de janeiro de 2019.

Mapa 1: RMSP (2020-2022): Unidades Habitacionais contratadas no âmbito do PCVA.

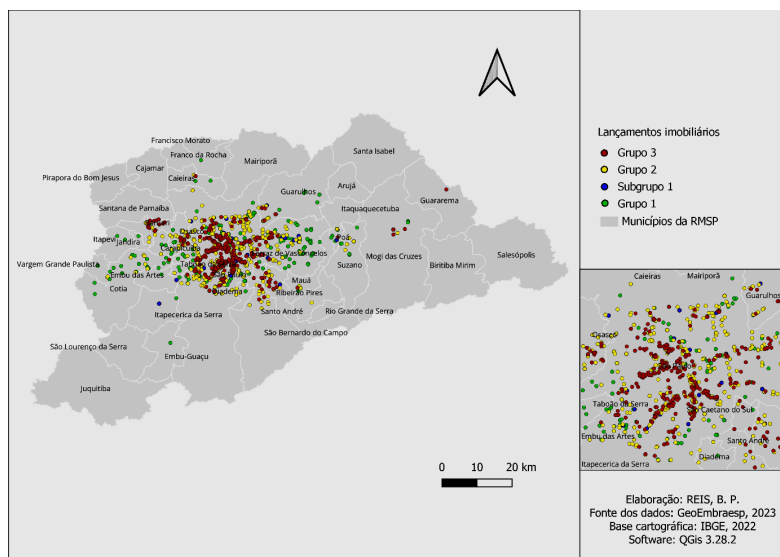


Fonte: Elaborado pelo autor.

um aumento nos lançamentos residenciais¹². Apesar dos efeitos negativos da pandemia, o mercado imobiliário de São Paulo teve um crescimento contínuo, alcançando seu pico em 2021. Considerando o período de implementação do PCVA, a cidade de São Paulo foi responsável por 92%, 93% e 96% dos lançamentos residenciais entre 2020 e 2022 (Mapa 1). Ao todo, foram contratadas 834.523 unidades habitacionais no âmbito do PCVA, dos quais 13% representam a RMSP. Deste total, 9% correspondem apenas a cidade de São Paulo, em outras palavras, das 109.400 moradias contratadas na RMSP, 78.721 estavam na capital. Mais detalhadamente, em 2020, das 16.963 unidades contratadas na

12. Dados disponibilizados pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRA-ESP).

Mapa 2: RMSP (2020-2022): Lançamentos imobiliários residenciais por grupo do PCVA.



Fonte: Elaborado pelo autor

RMSP, 12.031 estavam na capital; em 2021, das 45.946 unidades, 34.249 foram em São Paulo; e em 2022, das 46.491 unidades, 32.441 estavam em São Paulo¹³. A espacialidade dos lançamentos residenciais no contexto da política habitacional implementada aponta para um reforço da tendência que já estava em curso (Mapa 2). O grupo e subgrupo 1 concentram-se, majoritariamente, nas bordas da metrópole e periferias da capital, sem registros de lançamentos nas áreas centrais. Já os grupos 2 e 3 concentram-se espacialmente no centro expandido da capital e em outros importantes eixos de valorização imobiliária.

13. Dados disponibilizados pelo Sistema de Habitação (SISHAB), do Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional (MIDR).

A análise da seletividade espacial dos lançamentos residenciais na RMSP durante o PCVA revela uma forte concentração na cidade de São Paulo, com poucos lançamentos nos demais municípios, em contraste com o período expansivo. Os investimentos se concentram no centro expandido da capital e no eixo sudoeste, evidenciando que o grupo social de renda média/alta foi o público-alvo do programa. Observa-se, ainda, um aumento na verticalização, uma redução na área útil média dos apartamentos e um crescimento vertiginoso no lançamento de apartamentos de um dormitório. Desde 2018, os lançamentos horizontais caíram para menos de 10% do total, atingindo apenas 1% nos últimos dois anos. A área útil média dos apartamentos de um quarto diminuiu de 44m em 2012 para 28m em 2022, uma tendência acentuada durante o PCVA, com a proliferação de *studios*, especialmente no centro expandido da capital.

Do estado de bem-estar social à urbanização neoliberal na Espanha: Desdobramentos do processo de privatização de moradias sociais em Madri

Como discutido, o início do século XX representou um período importante para se discutir o papel do Estado na economia e os instrumentos de financiamento habitacional. Na Espanha, as políticas urbanas implementadas passaram de uma forte participação estatal até o século XX para um modelo que prioriza o mercado, criando, ao longo do tempo, uma “cultura proprietarista”. O primeiro modelo focava em moradias sociais e alugueis, enquanto o segundo estigmatizava o aluguel em favor da construção e venda de novas unidades habitacionais, impulsionando a urbanização (Colau e Alemany, 2012; Capel, 2013).

Nas décadas de 1940 e 1950, em um contexto de crise pós-guerra civil, o mercado imobiliário do país era ainda pouco consolidado, produzindo cerca de 50.000 unidades habitacionais. Neste período, cerca de 51% da população morava em imóveis alugados (Vilagrassa, 1997).

Em 1957, o primeiro-ministro da habitação José Luis Arrese¹⁴ promoveu um projeto proprietarista vinculado ao franquismo¹⁵, visando transformar a “população de proletários em proprietários”, utilizando a habitação como mecanismo de controle social. A redução da intervenção estatal e o aumento da participação do setor privado resultaram em mudanças significativas na legislação habitacional, como o Plano de Urgência Social de Madri¹⁶, que permitiu maior envolvimento privado na oferta habitacional e promoveu o “primeiro auge” da atividade construtiva na Espanha, favorecendo a consolidação de grandes imobiliárias e a complexidade do setor, com diretores de construtoras integrando conselhos de bancos e *cajas de ahorro*¹⁷ (González, 2016).

Entre 1964 e 1973, os investimentos em imóveis na Espanha cresceram 17%, superando o PIB (13,2%) e os investimentos totais (12%) (Vilagrassa, 1997). No entanto, a partir de 1976, uma crise política e econômica levou ao fim do primeiro ciclo imobiliário, resultando em uma drástica redução na produção de novas habitações. Colau e Alemany (2012) destacam que o marco desse período expansivo foi o aumento da taxa de proprietários, que subiu de 50% nas primeiras décadas do século XX para 70% em 1985, com 7 em cada 10 pessoas se tornando proprietárias. Durante a transição democrática, a habitação permaneceu crucial na política econômica, favorecendo a propriedade sobre o aluguel. A reforma da Lei de Arrendamentos Urbanos¹⁸ de 1985 liberalizou os aluguéis, elevando seus preços e instabilidade, consolidando a cultura proprietarista e alinhando o mercado imobiliário

14. Arquiteto e político espanhol que teve participação direta nas políticas do franquismo.

15. O franquismo foi um regime político ditatorial que vigorou na Espanha entre os anos de 1939 e 1975.

16. Lei de 13 de novembro de 1957.

17. *Cajas de ahorro* são entidades de crédito plenas, com liberdade operativa semelhante às demais instituições que compõem o sistema financeiro espanhol. Constituem-se sob a forma jurídica de natureza privada, atuando sob critérios de mercado, mas possuindo uma finalidade social. Para mais informações, cf. Fernandez (2014).

18. Real Decreto-lei 2/1985, de 30 de abril, sobre Medidas de Política Económica.

aos interesses financeiros, preparando a Espanha para sua integração na União Europeia durante as décadas de 1980 e 1990. De acordo com Calvo et al. (2014), esse processo resultou em uma abertura econômica guiada pela lógica neoliberal. Houve, portanto, um alinhamento nos interesses do Banco da Espanha, do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, de modo que o aumento dos fluxos de capital possibilitaram a formação de um circuito imobiliário ligado a interesses financeiros globais, elevando a produção habitacional em resposta à demanda interna e externa, especialmente por segundas residências na costa mediterrânea. Essa “onda de liquidez” incentivou a aquisição de imóveis e estabeleceu um ciclo de crescimento econômico sob o lema “Espanha vai bem” que, segundo Gonzalez (2016), intensificou a influência de lobbies entre proprietários, imobiliárias, bancos e construtoras, levando a um aumento de novas hipotecas.

As mudanças na esfera financeira impulsionaram a atividade construtiva na Espanha, mas isso ocorreu após a flexibilização da legislação urbanística, que liberou terrenos para a construção demandada pelo mercado. O discurso econômico conservador atribuiu os altos preços imobiliários à baixa oferta de solo, promovendo a liberalização como solução para o crescimento econômico. Nesse contexto, a Lei de Solos¹⁹ de 1998, aprovada pelo Partido Popular (PP), classificou milhares de hectares de áreas protegidas como urbanizáveis, estabelecendo controle limitado sobre esse processo (Burriel de Orueta, 2008; Naredo, 2009).

A flexibilização das leis urbanas e a liberalização das hipotecas na Espanha impulsionaram o mercado de capitais, mas também elevaram os preços dos imóveis e comprometeram os salários, levando ao endividamento das famílias. Colau e Alemany (2012) apontam que percentual de renda destinada ao pagamento de hipotecas subiu de 37,6% para 51,2% e o endividamento familiar subiu de 55% para 130% entre 1997 e 2007. Já Naredo (2004), afirma que, em 2002, os ativos imobiliários representavam 80% dos ativos financeiros. Embora relató-

19. Lei 6/1998, de 13 de abril, que dispõe sobre regime de solo e valorações.

rios da OCDE e FMI alertassem para uma sobrevalorização entre 30% e 40%, esses avisos eram desacreditados. Durante o *boom* imobiliário, o aumento dos investimentos estrangeiros no país fez com que a Espanha obtivesse mais moradias per capita no continente e o aumento dos preços dos imóveis acentuou o *efeito riqueza*. Mas a crise de 2007-2008 revelou os limites desse modelo, afetando severamente o território a partir da queda abrupta dos preços imobiliários, dos inúmeros projetos urbanos inacabados e da ampliação dos despejos no país. Enquanto outros países apoiaram financeiramente suas instituições, a Espanha inicialmente confiou em seu marco regulatório. Missé (2016) observa que o governo espanhol confundiu a crise com o problema de liquidez, quando era de solvência. Sob orientação do Eurogrupo, a Espanha adotou medidas para estabilizar o setor bancário: a criação do FAAF e do FROB para compra e reestruturação de ativos, reformas na lei sobre *cajas*, e a criação da SAREB, ou “banco ruim”, para gerir ativos de risco, nacionalizando as perdas²⁰.

Em resumo, as medidas adotadas para enfrentar a crise, alinhadas à política de austeridade da União Europeia, priorizaram interesses financeiros e desencadearam inúmeros conflitos sociais. O desemprego subiu de 1,4 milhão em 2008 para 6,2 milhões em 2013, tornando a Espanha o país com maior taxa de desemprego na Europa (Missé, 2016; Caravaca et al., 2017). Esse cenário resultou no aumento da inadimplência, em uma onda de despejos e no fortalecimento de movimentos sociais, como a Plataforma dos Afetados pela Hipoteca (PAH)²¹. Assim, a crise impactou a economia, as cidades e a população, aprofundando a financeirização da habitação e ampliando desigualdades socioespaciais, criando desafios adicionais para o direito à cidade.

A regulamentação em 2009 das Sociedades Anônimas de Investimento Imobiliário listadas na bolsa (SOCIMIs)²², voltada para aumentar

20. Ver Morell (2013).

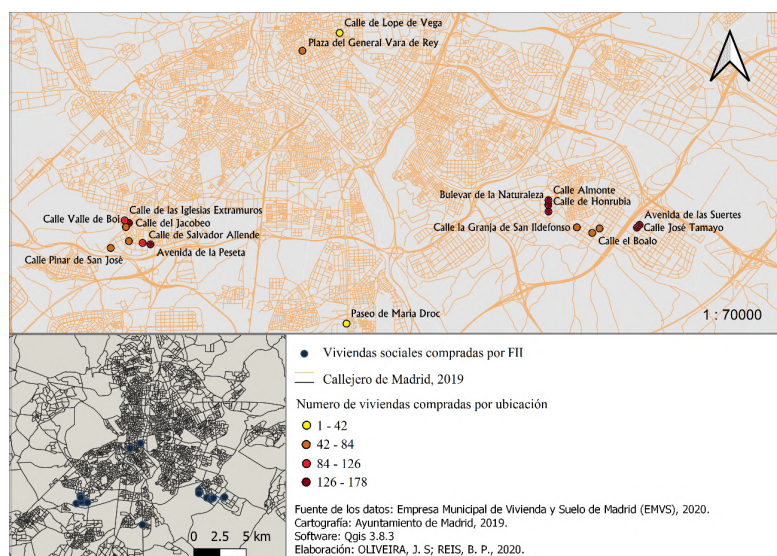
21. A PAH foi criada em fevereiro de 2009, em Barcelona, com a intenção de dar uma resposta cidadã à situação das pessoas que, já naquela época, não conseguiam pagar suas hipotecas.

22. *Socimi* são empresas imobiliárias listadas na Bolsa de Valores.

a liquidez do mercado imobiliário, não produziu os resultados esperados até 2012. Em resposta, novas medidas foram adotadas, como a isenção do Imposto Corporativo que, de acordo com García e López (2023), gerou uma perda anual de 200 milhões de euros ao tesouro público, além da redução do período mínimo de posse de ativos de sete para três anos, incentivando investimentos especulativos. Para Janoschka, et al. (2020), a reforma da Lei de Arrendamento Urbano em 2013 flexibilizou ainda mais o mercado de aluguéis do país, reduzindo a duração dos contratos e eliminando direitos de preferência para inquilinos facilitando, assim, a entrada de investidores institucionais. Esse processo, seguido pela desvalorização dos ativos, levou à privatização em massa de moradias sociais, com Madri apresentando-se como “modelo” para políticas neoliberais em outras cidades.

Em março de 2013, a Empresa Municipal de Solo e Habitação de Madri contratou a PwC para desenvolver um Plano de Viabilidade Econômica, recomendando a venda de moradias públicas para equilibrar as finanças. Em junho, a prefeita Ana Botella (Partido Popular) vendeu 1.860 dessas moradias ao Grupo Fidere (Blackstone) por 128,5 milhões de euros, em uma transação criticada pela falta de transparência e preços abaixo do mercado, além de ligações suspeitas entre PwC e Fidere. Localizadas na periferia sul de Madri (Mapa 3), essas moradias passaram ao controle do Grupo Fidere, que, ao abrir o seu capital em 2015, anunciou medidas para maximizar retorno aos acionistas, incluindo critérios rigorosos de seleção de inquilinos.

As ações do Grupo Fidere, vendidas por cerca de 21 euros, apresentaram uma valorização potencial de 165%, convertendo os 128,5 milhões pagos à Prefeitura de Madri em 212 milhões. Esse caso revelou as contradições da financeirização, que favoreceu interesses financeiros às custas dos inquilinos. Após essa transação, outras grandes cidades passaram a reproduzir negociações imobiliárias desse tipo, impactando os aluguéis sociais. Investidores elevaram os aluguéis e promoveram despejos para revender imóveis valorizados. Desde 2014, em Madri,

Mapa 3: Madri (Espanha): Moradias públicas adquiridas pelo FII Blackstone

Fonte: Elaborado pelo autor

os aluguéis subiram, em média, 47%, e inquilinos relatam contínuas ameaças de despejo.

A legislação de 2013 resultou na criação de 73 novas SOCIMIs, tornando a Espanha o segundo maior mercado global para esse tipo de investimento. Cerca de metade das SOCIMIs focam no mercado de aluguéis, com 41% dos investidores sendo estrangeiros. Entre 2014 e 2018, o mercado imobiliário espanhol atraiu mais investimentos estrangeiros do que qualquer outro segmento. Neste contexto, a Blackstone/Fidere liderou a financeirização da habitação, adquirindo moradias sociais não apenas em Madri, mas também ativos de bancos resgatados a preços reduzidos. Em cinco anos, acumulou mais de 120.000 imóveis, totalizando cerca de 23 bilhões de euros, consolidando-se como o maior agente do mercado imobiliário espanhol.

Considerações finais

A análise dos casos revela que as políticas habitacionais no Brasil e na Espanha impulsionaram o crescimento econômico, muitas vezes à custa do papel social da habitação. Essas políticas priorizaram interesses do mercado imobiliário, focando na construção de novas moradias em vez de integrar os imóveis existentes. No Brasil, o fundo público e a política habitacional, juntamente com empresas de capital aberto e novos instrumentos financeiros, moldaram esse processo, reforçando padrões de segregação socioespacial na RMSP. Em contrapartida, na Espanha, as políticas de flexibilização durante o *boom* e de austeridade pós-crise favoreceram os agentes econômicos ligados tanto ao financeiro quanto ao imobiliário no país, impactando negativamente a habitação social, como demonstrado no caso de Madri. Portanto, ao discutir a economia política da financeirização, é essencial considerar seus efeitos nos territórios, uma vez que essa dinâmica está enraizada na produção do espaço, tornando-o vulnerável a instabilidades financeiras e rentistas.

Referências bibliográficas

- BURRIEL DE ORUETA, E. La década prodigiosa del urbanismo español (1997- 2006). **Scripta Nova**, Barcelona, v. XII, n. 270, 2008.
- CALVO, A. et al. **Manual del Sistema Financiero Español**. 24. ed. Barcelona: Ariel Economía y Empresa, 2014.
- COLAU, A; ALEMANY, A. **Vidas Hipotecadas: de la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda**. Barcelona: Angle Editorial, Cuadrilátero de libros, 2012.
- CANO, W. Urbanização: crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 09, n. 1, p. 57-76, jan. de 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571989-1236>
- CAPEL, H. **La Morfología de las ciudades: Agentes urbanos y mercado inmobiliario**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

- CARAVACA, I. et al. Crisis y empleo en las ciudades españolas. **Eure**, Santiago, n. 128. p. 31-54, jan. de 2017.
- DURÁN, R. M. **El Tsunami urbanizador español y mundial**. Barcelona: Virus Editorial, 2006.
- FAUSTINO, R.; ROYER, L. O setor imobiliário habitacional pós-2015: crise ou acomodação? **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 24, n. 53, p. 147-171, 2022.
- FERNANDEZ, A. F. J. **La repercusión de la crisis en las entidades financieras: el caso de Lleida**. 2014. 114 f. Trabajo de fin de grado (Grado en Geografía) — Departamento de Geografía y Sociología, Universitat de Lleida, Lleida, 2014.
- FIX, M. **Financeirização e transforma  es recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econ mico) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Campinas, 2011.
- GIL GARCÍA, J.; MARTÍNEZ LÓPEZ, M. A. State-Led Actions Reigniting the Financialization of Housing in Spain. **Housing, Theory and Society**, v. 40, n. 1, p. 1-21, 2023.
- GONZÁLEZ, R. et. al. El proceso urbanizador en España (1990-2014): una interpretación desde la geografía y la teoría de los circuitos de capital. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 20, n. 539, jul. de 2016.
- JANOSCHKA, M. et al. Tracing the socio-spatial logics of transnational landlords real estate investment: Blackstone in Madrid. **European Urban and Regional Studies**, v. 2, p. 125-141, 2020.
- MISSÉ, A. **La gran estafa de las preferentes: abusos e impunidad de la banca durante la crisis financiera en España**. Barcelona: Alternativas Econ micas, jul. 2016.
- MORELL, R. **Del casino a casa: el cost social de la crisi financera**. Judea: Editorial Fonoll, 2013.
- NAREDO, J. M. Hacia un equilibrio menos vulnerable. **Bolsa de Madrid**, Madrid, n. 108, p. 12-20, enero 2004.

- NAREDO, J. M. La cara oculta de la crisis: el fin del boom inmobiliario y sus consecuencias. **Revista de Economía Crítica**, Madrid, n. 7, p. 118–133, 2009.
- NAREDO, J. M. **El modelo inmobiliario español y sus consecuencias**. Comunicación al Coloquio sobre Urbanismo, Democracia y Mercado: Una experiencia española (1970- 2010). Université de Paris, mar. 2010.
- ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: Aspectos socioespaciais e Segregação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127- 154, 2015.
- ROYER, L. **O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: relações e tendências**. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, vol. 18, n. 35, p. 33-51, 2016.
- SANTOS, C. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2015.
- SANTOS, C.; CARVALHO, H. Subsidized housing in the metropolis of São Paulo: Typological and geographic changes from boom to burst. In: ALVES, M. R.; APPERT, M. MONTÊS, C. (Org.). **Producing and living the high-rise. New contexts, old questions?** Malaga: Vernon Press, 2024.
- SANTOS, C.; SANFELICI, D. Caminhos da produção financeirizada do espaço urbano: a versão brasileira como contraponto a um modelo. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 12, n. 20, 2015.
- SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.
- VILAGRASA, J. I. Desarrollo urbano y promotores inmobiliarios en España: una visión general. In: VILAGRASA, J. I. (coord.). **Vivienda y promoción inmobiliaria en España**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 1997.

Rugosidades no centro da cidade de São Paulo: Uma chave interpretativa da inter-relação entre produção habitacional de mercado e financeirização (2014-2023)

Rodrigo Altair Pinho

Introdução

Há um problema analítico em torno dos estudos que buscam entender os processos de financeirização, os quais, muitas vezes, são incapazes de ultrapassar uma vaga noção acerca da importância que o incremento contemporâneo das finanças junto ao mercado imobiliário vem desencadeando no ambiente construído, deixando, por vezes, de captar a complexidade e os pormenores estruturantes desses processos, como já salientado por Christophers (2015).

Partindo dessa premissa, este artigo¹ busca investigar e aferir como se dá a participação dos agentes que atuam na recente produção imobiliária habitacional no centro de São Paulo ao longo da última década, visando desnudar a complexidade dos instrumentos financeiros que esses agentes utilizam para a capitalização de seus empreendimentos.

Por meio da análise de um conjunto de incorporadoras que atuam de forma mais expressiva nessa área da cidade, busca-se compreender qual a densidade e a capilaridade da participação das finanças no mercado imobiliário do centro de São Paulo, investigando também, como

1. Esse artigo deriva dos resultados preliminares da pesquisa de doutorado que se encontra em curso nomeada como “*Produção habitacional de mercado e financeirização. Rugosidades e modernizações no centro de São Paulo a partir da segunda década do século XXI*”.

se articulam os diferentes capitais na transformação desse ambiente construído.

A hipótese aqui colocada é a de que as rugosidades (Santos 1978; 1996) presentes nos distritos do centro de São Paulo sobre os quais versa esta pesquisa² possuem um duplo aspecto frente ao processo de valorização imobiliária e dos capitais. Por um lado, constituem-se como fator limitador para operações mais intensificadas por parte das incorporadoras que atuam nessa área da cidade, dada a raridade³ (Lefebvre, 1999) promovida pela escassez de terrenos com potencial construtivo e pela forte presença de patrimônios históricos, bens tombados e sobretudo imóveis ociosos e abandonados. Por outro, mais recentemente, essas rugosidades passaram a atuar também como fator de propulsão do mercado imobiliário, na medida em que são capturadas por esses agentes e reinseridas nos circuitos de valorização desse setor econômico.

Perante esse processo, o Estado, por sua vez, se alia aos incorporadores enquanto regulamentador de normas viabilizadoras, mostrando-se crucial para a execução dessas operações — como é o caso do *Projeto Requalifica Centro*, por meio do qual a Prefeitura Municipal de São Paulo vem oferecendo aportes financeiros de 25% do valor total da

2. O recorte espacial analítico aqui estabelecido engloba cinco dos nove distritos que compõem a Subprefeitura da Sé: Bela Vista, Consolação, República, Sé e Santa Cecília. Essa escolha se justifica, principalmente, pela pujança no número de lançamentos de novos empreendimentos imobiliários realizados nessa área da cidade, especialmente ao longo da última década, e, sobretudo, em função da presença de potencialidades urbanísticas que contribuíram para impulsionar novamente o mercado imobiliário nesses distritos, como a elevada densidade da rede de transportes, bens culturais, serviços de saúde e boa oferta de emprego e, ainda, da elevada presença de edifícios ociosos ou subutilizados ao longo de décadas.

3. Para Lefebvre, a raridade não se refere apenas à escassez material, mas também à maneira como certos espaços e experiências são valorizados ou desvalorizados. Ele argumenta que a produção do espaço é influenciada por fatores sociais, econômicos e políticos, o que implica que a raridade pode ser criada ou exacerbada por dinâmicas de poder e pela organização socioeconômica e socioespacial.

obra, assim como descontos e isenções fiscais para incorporadores que tenham interesse em requalificar imóveis habilitados para a execução de projetos de *retrofit*⁴.

O presente texto organiza-se em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro item, busca-se destacar as transformações macroestruturais no sistema de captação de crédito imobiliário no Brasil por meio da promulgação da Lei n. 9514/97, que instituiu o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e alguns de seus principais instrumentos, como a Alienação Fiduciária do Bem Imóvel e a Lei do Patrimônio de Afetação, que se constituíram como fatos normatizadores imprescindíveis para a aproximação entre mercado imobiliário e as finanças.

Já o segundo item trata do processo de abertura de capital das principais incorporadoras do país como prosseguimento do processo de aproximação dos mercados de capitais no enalço das transformações instituídas pelo SFI em 1997.

O terceiro item versa sobre o amadurecimento dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's), que, a partir de 2011, passaram a adquirir uma outra representatividade no mercado de capitais mediante a ampliação de sua capilaridade, direcionando-se para segmentos que fugiam do seu escopo original, caracterizado por imóveis corporativos, galpões logísticos e habitações de alto padrão. O marco dessa transformação foi a securitização de dívidas de financiamentos habitacionais concedidos pela Caixa Econômica Federal (CEF) a partir de 2011, abrindo uma nova e importante frente de avanço das finanças em direção ao financiamento de dívidas hipotecárias de segmentos populares.

4. A palavra *retrofit*, derivada da língua inglesa, relaciona-se ao processo de renovação e readequação de bens arquitetônicos que podem ou não manter a sua função social originalmente concebida. No caso dos distritos do centro de São Paulo, dado o dinamismo da produção imobiliária habitacional ao longo da última década, somado à problemática da concentração de imóveis ociosos nessa área da cidade, tais imóveis vem sendo incorporados pelo mercado imobiliário para a produção de unidades habitacionais voltadas para a classe média.

A última parte do texto explora a questão das rugosidades e de sua reinserção comercial no espaço urbano da metrópole, resgatando a função social da propriedade no ambiente urbano⁵, como no caso dos antigos edifícios residenciais outrora abandonados, e também daqueles que cumpriram, no passado, funções comerciais e que agora, por meio de processos de *retrofit*, são reintegrados junto ao novo conjunto de valorização imobiliária no centro de São Paulo, aferindo novas rendas imobiliárias.

Em síntese, este artigo visa oferecer uma contribuição para o entendimento dos novos contornos que a reprodução do espaço urbano contemporâneo adquiriu no centro da maior metrópole sul-americana após um período de relativa estagnação no número de novos lançamentos imobiliários nessa área da cidade.

Início das rodadas neoliberais no mercado da construção civil: o SFI e o desenvolvimento dos instrumentos da financeirização imobiliária no Brasil

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito e Poupança (ABECIP), o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI)⁶ foi instituído em 1997 como um modelo delineado a partir dos mais modernos mercados de financiamento imobiliário, inclusive latino-americanos, inspirado no modelo norte-americano e tendo por princípio a integração das operações imobiliárias com o mercado de capitais, com o intuito de viabilizar o mercado secundário de títulos imobiliários no Brasil (Abecip, 2023).

5. A função social da propriedade é uma prerrogativa assegurada no ambiente urbano e encontra-se respaldada legalmente por meio dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Essa diretriz foi reafirmada pelo artigo 39 da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que promulgou o Estatuto das Cidades.

6. Os agentes passíveis de operar o SFI são: “as caixas econômicas, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos com carteira de crédito imobiliário, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias e, a critério do Conselho Monetário Nacional — CMN, outras entidades” (Brasil, 1997, art. 2).

Dentro do escopo do SFI, alguns instrumentos financeiros foram concebidos para atribuir maior celeridade à retomada dos imóveis financiados, destacando-se a figura de alienação fiduciária e da Lei n. 10.931/04, que instituiu o patrimônio de afetação⁷. Ambas tiveram por objetivo oferecer maior estabilidade para os agentes fiduciários, especialmente os bancos, principais responsáveis pela concessão de crédito imobiliário no país, e também atrair novos agentes ligados ao mercado de capitais para a ampliação das fontes de crédito para o mercado imobiliário.

Assim, a instituição do SFI deve ser encarada como um evento que desencadeou e operacionalizou o desenvolvimento de uma rodada jurídico-normativa de extrema importância, posta em aperfeiçoamento ao longo das duas décadas e meia que sucederam sua promulgação.

7. Nesse intervalo de tempo foi promulgada a Lei n. 9514, de 20 de novembro de 1997, que instituiu o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). O capítulo II dessa lei trata da alienação fiduciária de coisa imóvel, condicionando a propriedade do bem financiado à quitação total do empréstimo contraído junto a instituições bancárias. Ficou instituído que, na ocasião de inadimplência no pagamento da três parcelas consecutivas do financiamento, o bem imóvel poderá ser retomado pelo agente financiador, que poderá levá-lo a leilão com o objetivo de obter o ressarcimento do crédito dispendido. Em 2 de agosto de 2004, instituiu-se a Lei n. 10.931, que versa sobre o Patrimônio de Afetação. Essa lei trata do regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias em caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação. Em linhas gerais, a Lei do Patrimônio de Afetação promoveu a separação da contabilidade de um determinado empreendimento das contas gerais da incorporadora, com o intuito de assegurar a saúde contábil de cada projeto e evitar que manobras pudessem comprometer o orçamento de obras superavitárias. A necessidade dessa lei se estabeleceu após casos icônicos, como o da falência da Incorporadora Encol, em 1999, que levou cerca de 42.000 mutuários a não receberem as unidades habitacionais com cuja entrega a empresa havia se comprometido. Diante do ocorrido e da necessidade de reforçar a imagem de solidez do mercado imobiliário nacional, sobretudo perante os investidores do setor, estratégias de regulamentação do setor tornaram-se imperativas a fim de resgatar a credibilidade abalada por este caso.

Nova rodada neoliberal: abertura de capital de grandes incorporadoras e construtoras

Após uma série de transformações ocorridas no mercado imobiliário nacional desde o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986, a década de 1990 e o início dos anos 2000 foram determinantes para redesenhar as opções de sistemas de financiamento imobiliário vigentes no Brasil e para criar condições para que novas bases de valorização imobiliária lastreadas em títulos financeiros pudessem ser introduzidas paulatinamente no país. Assim, ações tomadas pelo Governo Federal com o intuito de favorecer a estruturação e a aproximação do mercado imobiliário junto ao mercado de capitais entre os anos de 1997 e 2004 começaram a frutificar a partir de 2005.

Em face disso, grandes empresas do ramo da construção civil optaram por realizar Ofertas Públicas Iniciais (IPOs, *Initial Public Offering*) de suas ações na Bolsa de Valores, estreitando, assim, os laços para a captação de *funding* para seus empreendimentos junto ao mercado de capitais. Ainda que tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, “o mercado imobiliário veio se tornando subordinado ao grande capitalismo” (Lefebvre, 1999, p. 163) :

A aproximação entre o segmento imobiliário e o mercado de capitais no país foi impulsionada pela atuação direta das grandes incorporadoras, o que nos permite ver a financeirização do imobiliário sob um ângulo diverso. Essas firmas encontraram no mercado de capitais uma forma rápida de levantar um montante extraordinário de recursos para multiplicar seus lançamentos e expandir seus raios de operação, algo inédito em um setor que sempre teve no sistema bancário estatal a principal fonte de financiamento externo. (Santos e Sanfelici, 2015, p. 16)

Nesse processo, tornou-se evidente a imposição da dominância financeira pelo grande poder que os detentores da liquidez exerceram sobre as grandes incorporadoras brasileiras via mercado de ações. As principais ofertas públicas iniciais ocorreram no país entre os anos

de 2006 e 2007, onde foram realizados 80% dos IPO's relacionados ao segmento da construção civil, o que correspondeu à abertura de capital de 20 empresas⁸ — comparativamente, vale dizer que, entre 1995 e 2005, apenas cinco empresas haviam aberto seu capital (Shimbo, 2010).

Assim, a tão propagada expansão imobiliária, aclamada ao longo de 2007, não passou de uma cortina de fumaça que ocultava os reais problemas do setor. A alternativa para assegurar a necessária liquidez que as empresas precisavam para crescer e se valorizarem dentro do mercado de capitais frente a um iminente cenário de retração que se desenhava globalmente, com desdobramento da crise financeira internacional de 2008, veio por parte do fundo público, que exerceu um papel anticíclico na economia.

Envernizada de forma a conferir-lhe o conveniente aspecto de política habitacional de caráter social que assegurou uma demanda solvável para as empresas que necessitavam dar giro aos seus capitais materializados através de seus grandes bancos de terras, o Estado juntou as pontas soltas da relação entre política habitacional, necessidade de expansão dos negócios de incorporadores e investidores dessas empresas através da promulgação do *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), em abril de 2009, num magistral movimento triádico e ideológico.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's)

Além dos aperfeiçoamentos no estatuto jurídico sobre os financiamentos imobiliários, que tiveram como principal objetivo zelar pela manutenção da liquidez disponível para o setor, deu-se também a criação de alguns títulos com lastro em imóveis, como foi o caso dos

8. A maior parte dos recursos capitalizados via IPO veio de investidores estrangeiros que aproveitaram o momento de oportunismo e a alta liquidez da economia global para investir nas ações das empresas de Real Estate. Com a crise financeira mundial, a regra mudou e grande parte desses investidores liquidou as suas posições. Com isso, os investidores passaram a exigir ainda mais resultados das companhias, de modo que a eficiência e eficácia na forma de operar passaram a ser importantes para as empresas se manterem no mercado (Gregório, 2010, p. 3).

Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRI's) e das Letras de Crédito Imobiliário (LCI), ambas estimuladas pela Lei n. 11.033/2004, que determinou a isenção de Imposto de Renda para tais títulos.

Os CRI's são o ponto central da lógica do funcionamento do sistema que busca fomentar uma estrutura de crédito imobiliário baseado na lei da oferta e da procura (Royer, 2014) e constituem parte significativa das inovações que buscaram ampliar a participação do capital financeiro junto ao mercado imobiliário. Ao passo que os investidores adquirem esses títulos, os mesmos passam a assumir o risco cedido aos devedores do fluxo de recebíveis que, através de companhias securitizadoras, transformam-se em direitos creditícios vinculados a financiamentos imobiliários, que, por sua vez, são transformados em valores mobiliários.

No Brasil os CRI's foram tomados como um dos principais títulos atrelados ao processo de securitização de ativos imobiliários. Inicialmente, esses títulos encontravam-se limitados a imóveis de alto valor agregado, como o caso de lajes corporativas, shopping centers, galpões logísticos e imóveis residenciais de altíssimo padrão, situação que veio se modificando com a popularização dos Fundos de Investimento Imobiliários - FII's⁹ nos últimos anos.

A securitização de dívidas atreladas a financiamentos imobiliários, sobretudo voltado às camadas de mais baixa renda não se efetivaram de forma substancial, ainda que, a partir de 2011 o número de dívidas hipotecárias da Caixa Econômica Federal relacionados à aquisição de

9. Embora instituídos no ano de 1993, os FII's tem crescido de forma exponencial ao longo das últimas décadas. Parte desse desenvolvimento pode ser explicada pelo crescimento de estruturas logísticas como galpões de armazenamento e de empreendimentos do tipo *build to suit*, em que o imóvel é construído sob demanda para as necessidades específicas de uma determinada empresa, que se tornará sua locatária. Desse modo, o imóvel se transforma em lastro para a emissão de CRI e o valor do aluguel obtido nessa transação irá remunerar os adquirentes desses certificados. A isenção de Imposto de Renda para esse tipo de títulos imobiliários enquadrados na categoria de Renda Fixa também tem se tornado fator de atração para pequenos e médios investidores no Brasil.

habitações populares tenha aumentado de forma bastante expressiva (Abreu, 2019) quando nesta ocasião, o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - CCFGTS autorizou que recursos deste fundo fossem atrelados a emissão de CRIs, revelando assim, um avanço da colonização do setor imobiliário pelas finanças de forma mais ampla.

Rugosidades e modernizações imobiliárias no centro de São Paulo no contexto da acumulação capitalista contemporânea

As medidas adotadas desde 2004 relacionadas ao tripé macroeconômico caracterizaram-se pelo aumento da *renda per capita* por meio da política de reajustes contínuos do salário mínimo, expansão do crédito e investimento públicos em infraestrutura que dinamizaram a economia brasileira ao longo da segunda metade dos anos 2000. Nesse contexto, a expansão da produção imobiliária veio atingindo patamares cada vez mais elevados que culminaram no então denominado *boom* deste setor a partir de 2008.

No centro de São Paulo a produção imobiliária habitacional acompanhou essa tendência nacional, passando a experimentar significativos avanços que reverberaram num número contínuo e crescente número de lançamentos imobiliários residenciais verticais, cuja metragem média veio diminuindo progressivamente, revelando assim, um forte interesse por parte do mercado imobiliário na retomada de novos empreendimentos nos principais distritos da centro.

Esses imóveis produzidos dentro do contexto pós deflagração da crise financeira internacional são dotados de certas especificidades que dizem muito acerca dos complexos interesses em torno do ambiente construído no atual contexto do capitalismo mundial, quando a cidade deixou de ser exclusivamente um lugar de negócios, tornando-se, ela própria, o negócio.

Desde 2014, a Subprefeitura Sé¹⁰ vem continuamente ampliando seus índices de participação, atingindo em 2017, cerca de 18% dos apartamentos lançados no município naquele ano, equivalentes a 5.048 novas unidades. Os lançamentos estão distribuídos por todos os distritos da Sé. No entanto, 40% do que foi lançado entre 2007 e 2017 localizam-se nos distritos República (7.079 unidades) e Santa Cecília (6.264 unidades) (São Paulo 2018, p.1)

A gama de agentes envolvidos nesta produção imobiliária revela uma intrincada trama de relações composta pelos modelos de financiamento de obras, organizações corporativas, intersecção de incorporadoras com o mercado de capitais, tipo de bem imobiliário produzido e modalidade de comercialização do mesmo, estas, por sua vez, divididas basicamente em construção para venda (*build to sell*¹¹) e construção para locação (*build to rent*¹²).

Numa primeira aproximação realizada por meio do levantamento dos agentes que atuaram na produção imobiliária realizada entre os anos de 2009 e 2022 nos cinco distritos dessa pesquisa (Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, República e Sé) notou-se que a participação das empresas que realizaram sua abertura de capital entre os anos de 2005 e 2007 se fez presente nessa área, mas o número de imóveis lançados por elas ao longo deste período não foi o mais expressivo.

Quando contabilizados, juntos, os imóveis lançados por Cyrela, Gafisa, Even, You, Inc, Helbor totalizaram 18 empreendimentos de um

10. A Subprefeitura Sé é uma das 32 subprefeituras da cidade de São Paulo, sendo regida pela Lei n 13.999 de 1 de agosto de 2002. A Sub-Sé é responsável pela administração pública dos distritos Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Sé e Santa Cecília.

11. Construção para venda. Quando o imóvel é destinado para a comercialização no mercado imobiliário

12. Caracterizam-se geralmente por empreendimentos tipo multifamily pertencentes a um único proprietário que dispõe de todas suas unidades (apartamentos) para locação. Geralmente, este tipo de empreendimento é administrado por alguma gestora de ativos que através de emissão de títulos imobiliários lastreados nestes imóveis promove a remuneração dos investidores, que se encontra diretamente atrelada ao pagamentos dos aluguéis.

total de 56 edifícios lançados nestas áreas, o que correspondeu a 32,14% no número de lançamentos residenciais verticais nesse período. Já as empresas que não realizaram a abertura de capital na Bolsa, foram aquelas que realizaram o maior número de lançamentos ao longo destes últimos treze anos. Juntas, Setim, Magik JC e TPA Empreendimentos realizaram ao todo 25 lançamentos.

Essa primeira aproximação trouxe importantes reflexões articuladas com transformações no sistema de financiamento habitacional brasileiro aqui já indicadas como parte de um movimento maior denominado como rodadas neoliberais.

Antes de tudo, há que se esclarecer aqui alguns equívocos associados aos processos de financeirização imobiliária. Um deles se refere a denominação como produção imobiliária financeirizada apenas aquele tipo de empreendimento cuja a incorporadora responsável por sua execução possui capital aberto na bolsa, fato que revela apenas uma parte de um processo dotado de múltiplas nuances e complexidades.

Embora essa compreensão se mostre recorrente nos estudos urbanos, outrossim, revela-se bastante limitada. Pois, o fato da captação de *funding* por parte de uma incorporadora ocorrer no mercado secundário de capitais não revela necessariamente uma financeirização do bem imóvel em absoluto o qual ela produz.

Nesse caso o que se pode considerar é que a estrutura organizacional-financeira da empresa possui um viés financeirizado que será pautado na distribuição de dividendos derivados da comercialização das unidades de um determinado empreendimento para pessoas físicas, por exemplo. Tal situação recorrentemente se dá por meio da aquisição de ações da empresa em questão ou pela emissão de debêntures destinadas a capitalização para a execução de um determinado empreendimento. Neste caso, na medida que a operação se consolida integralmente, logo, ela estará liquidada.

Assim, o imóvel em si não se torna o lastro nessa operação, mas sim, o seu processo de produção (incorporação). Pois, não é o bem imobiliário que será responsável pela geração de um fluxo contínuo de

rendas imobiliárias responsável pelo pagamento de dividendos aos detentores dos títulos imobiliários que nele se encontrem lastreados. Nas operações em que o bem construído torna-se integralmente destinado a locação (*build to rent*), o imóvel passa a fazer parte de um portfólio de um determinado FII que passa a compor uma determinada carteira de títulos caracterizados como fundos tijolo¹³.

Há ainda formas de financeirização da produção imobiliária por intermédio de papéis que são lastreados num determinado empreendimento e comercializados através de cotas distribuídas por Fundos de Investimento Imobiliário - FII's de Papel¹⁴. Esses Fundos constituem-se por investimentos de Renda Variável podendo também aplicar o patrimônio dos seus cotistas em títulos financeiros de renda fixa lastreado em imóveis, tais como os Certificados de Recebíveis Imobiliário - CRIs, as Letras de Câmbio Imobiliárias - LCIs e Letras Hipotecárias - LHs, distribuindo ao menos 95% de seu resultado líquido aos cotistas.

Nos distritos do centro de São Paulo aqui estudados estas dinâmicas financeiro-imobiliárias revelam-se ainda bastante embrionárias e diversificadas. Para compreendê-las faz-se necessária a junção de algumas pontas de um processo que *a priori* aparenta ser homogêneo, mas revela em seus interstícios nuances financeiras bastante específicas.

Para verificar a permeabilidade das finanças na área foi realizado o levantamento da quantidade de Fundos de Papel e de Tijolo listados na B3 até 22 de fevereiro de 2023 totalizando 482 fundos. Destes, constatou-se a presença de 16 FII's de Papel que possuem lastro em empreendimentos lançados nos distritos do centro aqui pesquisados. Em boa parte, a presença destes fundos encontra-se voltada para em-

13. Os Fundos de Tijolo são uma classe de fundos imobiliários compostos por imóveis físicos, em contrapartida aos Fundos de Papel, que investem em ativos como CRIs e LCIs. Entre os ativos encontrados nesse tipo de FII, podem-se citar os shoppings, galpões logísticos, lajes corporativas, agências bancárias e outros.

14. Fundos Imobiliários de Papel são um tipo específico de FII que, em vez de investir diretamente em imóveis físicos, investem em títulos financeiros relacionados ao mercado imobiliário. Estes títulos podem incluir Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Letras Hipotecárias (LHs).

preendimentos alocados no distrito da Consolação e que tem à sua frente incorporadoras como a You, Inc, Vitacon e Yuca.

Boa parte destes FII's possuem participação em imóveis comerciais de alto padrão, o que não faz parte do escopo desta pesquisa. No entanto, também pode-se constatar a construção de unidades residenciais que serviram de lastro para esses papéis. Aqui se destacam dois empreendimentos da incorporadora You, Inc denominados como You Segipe e You Maceió, ambos no distrito da Consolação. Há também dois empreendimentos da incorporadora Vitacon situados na Bela Vista, um na Rua Doutor Penaforte Mendes, o Vitacon UENO, e outro, o Vitacon CHEZ, localizado na Rua Frei Caneca.

Há que se destacar ainda a aquisição de um imóvel inteiro destinado a restauração (*retrofit*) localizado na Rua Augusta e pertencente à incorporadora Yucca, especializada em recuperação de imóveis antigos que são postos posteriormente em locação. Em todos esses casos, a participação destes FII's de Papel se deu por intermédio da emissão de cotas de CRI's, Debêntures e Alienação Fiduciária de Cotas das Sociedades de Propósito Específico - SPE.

No que tange aos FII's de Tijolo, há que se destacar que através de uma análise mais minuciosa destes, algumas pistas mais substanciais relacionadas ao aqui já mencionado duplo aspecto que rugosidades presentes no centro de São Paulo se evidenciaram. Ao analisarmos a participação desses fundos chegou-se ao número de 6 destes FII's que atuam de forma bastante pulverizada na área central.

A principal característica dos FIIs de Tijolo é a aquisição de unidades de apartamentos em prédios residenciais antigos nesta área da cidade, restaurando-os por meio de processos de *retrofit*¹⁵ para serem colocados no mercado de locações temporárias. Essa tem sido a prática

15. *Retrofit* vai além da ideia que temos sobre reformas, visto que ele se expande para modernizações e atualizações, como por exemplo, para atender novas normas de acessibilidade. O ato de “retrofitar” um imóvel se faz necessário quando se almeja preservar o imóvel, como ocorre com edifícios considerados patrimônios históricos. Esse processo viabiliza que áreas com potencial construtivo esgotado sejam reinventadas, tal como vem acontecendo com o Centro de São Paulo. Ele

mais comum observada quando analisados os relatórios gerenciais destinados aos investidores.

Há outros casos em que prédios inteiros são *retrofitados*, ou mesmo, construídos para serem disponibilizados no mercado de locações, temporárias ou não. A exemplo disto, destacam-se os Edifícios Magdalena Laura, União Continental e o Edifício 7 de abril, todos localizados na República. Construído em 1957, o Magdalena Laura ganhou jardins e hortas nos terraços, trazendo verde para a paisagem cinza do centro. O antigo prédio comercial teve seu uso convertido para residencial, com contratos de locação para períodos de cinco meses, em média.

Já o Edifício 7 de abril ainda se encontra em fase de incorporação pela empresa *Metaforma* e será rebatizado como Basílio 177, dando espaço para a construção de 282 apartamentos com tipologias variadas e 60 plantas diferentes no prédio que abrigou até 2010 atividades da companhia telefônica de São Paulo.

Mais recentemente foram reincorporados ao patrimônio arquitetônico do centro os edifícios Renata Sampaio Ferreira e FMSJ, este último de caráter comercial, abrigando uma livraria no térreo, salas locadas para ateliês e um restaurante na cobertura, presentes também na República. Esses prédios são propriedades da incorporadora *Planta, Inc* que através do capital de um fundo de investimento imobiliário (*Valora*) encontra imóveis ociosos e contrata escritórios de arquitetura para realizar a reforma, posteriormente alugando-os para a startup Tabas¹⁶, que faz a sublocação dos apartamentos. No caso desses dois edifícios citados, foram captados R\$ 70 milhões com um fundo para o projeto de *retrofit* dos prédios. Espera-se uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de entre 18% e 20% ao ano. Recentemente o Edifício Renata Sampaio foi adquirido pela gestora canadense de ativos Brookfield,

também viabiliza melhorias aplicadas, o que consequentemente gera valorização do imóvel. Desse modo, “*retrofit*” é um sinônimo de “requalificação”.

16. Recentemente adquirida pela plataforma americana de locações temporárias *Blue-ground*.

que também adquiriu um empreendimento de *retrofit* localizado na Rua Aurora realizado pela TPA Empreendimentos Imobiliários.¹⁷

Este imóvel por exemplo, foi habilitado pelo Programa Requalifica Centro da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, e contemplado por incentivos fiscais para a realização deste projeto. A prefeitura de São Paulo já concedeu permissão de *retrofit* a 9 prédios aptos para sofrerem essas transformações. A perspectiva da Prefeitura é que a oferta de unidades habitacionais se amplie após a concretização destes empreendimentos.

No entanto, tal processo se mostra um tanto quanto problemático ao passo que a reinserção destes imóveis em boa parte terá como destinação locações temporárias, e que nada tem a ver habitação de interesse social, especialmente HIS-1¹⁸, que é o tipo de habitação a qual a área central mais carece, justificada pelas várias ocupações de edifícios abandonados realizadas por movimentos de trabalhadores sem-teto.¹⁹

O famigerado discurso da revitalização do centro de São Paulo e o eufemismo que o termo requalificação comporta revelam um movimento de associação entre poder público, mercado imobiliário e finanças que juntos buscam conciliar seus respectivos interesses, fazendo

17. Trata-se do antigo Edifício Rodrigo Soares construído em 1954 e alocado no número 850 da Rua Aurora no distrito da República. Para a realização da obra de *retrofit* foi realizada a captação de *funding* por meio de um fundo de *private equity* que realizou a emissão de CRI's lastreados nesse empreendimento. Em entrevista com o sócio-diretor da TPA Empreendimentos Mauro Teixeira realizada em setembro de 2024 não foi revelada a identidade desse fundo.

18. A Habitação de Interesse Social é uma política habitacional voltada para grupos sociais menos abastados, geralmente com renda familiar mensal limitada. Essa modalidade de habitação busca promover a inclusão social e a redução do déficit habitacional. No caso da HIS-1 que é a faixa de rendimentos mais baixa dessa categoria de habitação, são pensados empreendimentos voltados para famílias que cuja renda varia entre 1 e 3 salários mínimos.

19. Recentemente a Prefeitura Municipal de São Paulo abriu um edital por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, onde haverá a destinação de R\$100 milhões voltados para empreendimentos que priorizem a produção de Habitação de Interesse Social - HIS

de áreas da cidade dotadas de potencialidades urbanísticas, porém em processo corrente de degradação, fonte para a obtenção de rendas imobiliárias mediante a reinserção das rugosidades expressas por edifícios icônicos da arquitetura brasileira nos circuitos de valorização do capital, que atualmente tem na produção imobiliária a sua mais expressiva frente de reprodução ampliada.

Considerações Finais

Após o movimento de popularização do centro de São Paulo iniciado em meados da década de 1990 e consolidado nos anos subsequentes, os distritos do centro da cidade experimentaram uma espiral de degradação urbana que tentou por inúmeras vezes ser contida e até mesmo revertida por intermédio de instrumentos urbanísticos que tinham à frente exclusivamente o poder público, como foi o caso da Operação Urbana Centro- OUV empreendida em 1997, que entregou resultados pífios em relação à reinserção de atividades econômicas, especialmente ligadas ao circuito superior da economia urbana (Santos, 1979), que preteriram o centro da cidade nessa década.

Ainda que num primeiro momento outros ramos de atividade dos circuitos inferior e superior marginal da economia urbana (Santos, 1979) tenham ocupado parcialmente a lacuna deixada pelas novas corporações multinacionais de serviços mais sofisticados que deixaram de se instalar no centro, o dinamismo imobiliário residencial atravessou um momento de arrefecimento voltando a se recuperar apenas durante a segunda metade dos anos 2000.

Desde então, entre expansões e retrações convergentes com o cenário macroeconômico nacional, o centro de São Paulo vem passando por significativas transformações perpassadas pela nova produção imobiliária subjacente nesta área. Assim, uma gama de novos agentes vem realizando novos empreendimentos que vieram resgatando a importância de se habitar na centralidade urbana, haja vista toda a infraestrutura de serviços e facilidades que a mesma comporta.

Esses agentes imobiliários associados ao poder público e as finanças vem empreendendo no centro de São Paulo uma embrionária frente de valorização imobiliária que aos poucos vem ganhando corpo, estruturada na recuperação do patrimônio arquitetônico presente na área com o intuito de reinseri-lo nos circuitos de valorização imobiliária.

Aos poucos este movimento está promovendo a captura dessas rugosidades presentes na área que acabarão por impactar as formas convencionais de acesso à habitação expressas por meio de aluguéis de longa duração, que por sua vez, tendem a sofrer elevação de seus preços mediante um cenário onde as locações temporárias tendem a balizar os preços dos aluguéis em geral. A literatura internacional já indicou para cenários semelhantes porém mais consolidados, em países desenvolvidos (Grisdale, 2019; Nethercote, 2019; Cocola Gant e Gago, 2020; Clancy, 2020).

É preciso observar com acuidade os desdobramentos que a permeabilidade das finanças no ambiente construído pode acarretar numa metrópole tão socialmente heterogênea como São Paulo. O reforço ainda maior das latentes segregações socioespaciais estruturantes dessa metrópole mediante a o sequestro das centralidades urbanas fetichizadas pelas finanças com o aval do Estado, tende a agravar ainda mais os problemas habitacionais urbanos promovendo o reforço do alijamento da classe trabalhadora aos rincões periféricos da metrópole e as formas de sub-habitação presentes no coração da metrópole.

Referências bibliográficas

- AALBERS, M. B.; CHRISTOPHERS, B. A Habitação no Centro da Economia Política, *Cidades* [Online], v. 38, jun. de 2019, pp. 96-116. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/1193>. Acesso em 22 de out. de 2021.
- AALBERS, M. B. Geographies of mortgage markets In: MARTIN, R.; POLLARD, J. (Orgs.). **Handbook on the Geographies of Money and Finance**. Cheltenham, UK: Elgar, 2021.

- ABREU, M. A. **Reestruturação das cidades e produção imobiliária: lógicas econômicas, práticas espaciais e consumo habitacional em cidades médias**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) —Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.
- BRASIL. Lei n 10.931, de 2 de agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei n 911, de 1 de outubro de 1969, as Leis n 4.591, de 16 de dezembro de 1964, n 4.728, de 14 de julho de 1965, e n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de ago. de 2004.
- BRASIL. Lei n 9.514, de 20 de novembro de 1997. Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de nov. de 1997.
- CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. **Dialogues in Human Geography**, v. 5, n. 2, 2015, p. 183-200. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2043820615588153>.
- CLANCY, M. Tourism, financialization, and short-term rentals: the political economy of Dublin's housing crisis. **Current Issues in Tourism**, v. 25, n. 20, 2020, p. 3363-3380. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13683500.2020.1786027>.
- COCOLA-GANT, A.; GAGO, A. Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 53, n. 7, 2021, p. 1671-1688. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308518X19869012>.
- GREGÓRIO, C. A. G.; ALENCAR, C. T. Eficiência, Eficácia e Consolidação do Mercado de Real Estate Brasileiro na Conjuntura do Ciclo Pós-IPOs. **Revista Construção Mercado**, São Paulo, n. 111, out. de 2010, p. 46-48. Disponível em: <https://www.realesta>

te.br/dash/uploads/sistema/images/File/arquivosPDF/Pini-colunadeOutubro10CarolinaClaudio.pdf.

GRISDALE, S. Displacement by disruption: short-term rentals and the political economy of “belonging anywhere” in Toronto. **Urban Geography**, v. 42, n. 5, 2019, p. 654-680. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02723638.2019.1642714>.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013

JOSÉ, B. K. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19012011-105342/pt-br.php>.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NETHERCOTE, M. Build-to-Rent and the financialization of rental housing: future research directions. **Housing Studies**, v. 35, n. 5, 2019, p. 839-874. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02673037.2019.1636938>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). **Boletim Informes Urbanos**, n. 34, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=264156.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014

SANTOS, C. S.; SANFELICE, D. Caminhos da produção financeirizada do espaço urbano: a versão brasileira como contraponto a um modelo. **Revista Cidades**, v. 12, n. 20, 2015, p. 4-35.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade — o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].
- SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04082010-100137/pt-br.php>.

A PPP habitacional do Programa Casa Paulista no Bairro da Luz: Aspectos da modelagem e expedientes da especulação fundiária

Mariana Queiroz Guimarães

Introdução

Este capítulo busca apresentar considerações a respeito de um processo de renovação urbana em curso no bairro da Luz¹, em São Paulo, com ênfase na execução do Lote 1 da PPP Habitacional que compõe o programa estadual Casa Paulista. A análise aqui pretendida parte do diálogo e tensionamento com leituras prévias, amplamente difundidas nos estudos urbanos nas últimas décadas, que têm buscado interpretar as ações de reestruturação urbana na metrópole como disparadoras de processos de especulação fundiária e gentrificação² — e que, por esta via, têm sinalizado a apropriação da parcela diferencial

1. A área de incidência do Lote 1 da PPP Habitacional inclui terrenos nos bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Ifigênia. Os limites entre esses bairros se confundem e, na bibliografia sobre a região, não é raro que diferentes autores refiram-se aos mesmos quarteirões como pertencentes a bairros diferentes. Partindo da compreensão de que esses limites formais não contribuem para o desvelamento dos processos em curso, aqui a toponímia “Luz” será empregada para se referir a um conjunto de quadras no entorno da Estação da Luz, localizada no encontro entre esses três bairros.
2. Nos termos propostos por Neil Smith, o processo de gentrificação vincula-se, a nível metropolitano, ao aumento do preço da terra nas áreas suburbanas e consequente queda do preço relativo da terra nas áreas centrais. A respeito das possibilidades de rendimentos associados à renovação dessas áreas, Smith afirma que “é o deslocamento do capital para a construção de paisagens suburbanas e o consequente surgimento de um *rent gap* o que cria a *oportunidade econômica* para a reestruturação das áreas urbanas centrais” (Smith, 2007, p. 8), apontando que é por meio da operação do *rent gap* que ocorre a remuneração do capital. Smith destaca, ainda, a multiplicidade de formas que os processos de diferenciação e rediferenciação

da renda fundiária (*rent gap*) como determinante para a obtenção de lucros extraordinários do capital investido no setor imobiliário em áreas de renovação urbana.

As áreas centrais, antigas regiões industriais ou portuárias das metrópoles brasileiras, se converteram, a partir dos anos 1990, em frentes privilegiadas desse processo, articulando projetos estatais mais ou menos extensivos de reestruturação urbana com o avanço da especulação fundiária em busca de ganhos advindos da apreciação dos preços dos terrenos. A ampliação das possibilidades de rendimento ligadas à propriedade da terra urbana contribui para a compreensão da centralidade assumida pelos negócios imobiliários em contexto de crise da valorização do capital; no entanto, a constituição de um amplo mercado de títulos lastreados na propriedade, bem como a criação de novos instrumentos do planejamento urbano e uma série de mudanças normativas ocorridas a partir da criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)³ apontam para o surgimento de outros expedientes rentistas no urbano, associados à esfera financeira (Alvarez, 2017; Botelho, 2007; Martins, 2017; Santos, 2018; Santos e Sanfelici, 2018). Apesar de frequentemente reforçarem um processo considerado “tradicional” de especulação fundiária, a negociação dos títulos imobiliários pode se desvincular desse plano mais imediato, o que faz com que a apreciação dos preços dos terrenos decorrente da reestruturação urbana, bem como a gentrificação da área, deixem de figurar como únicas condições para a remuneração do capital investido no setor.

espacial assumem na metrópole, indicando que a apropriação da parcela diferencial da renda fundiária pode ganhar contornos específicos caso a caso — sinalização importante que não parece ter suficiente destaque no debate sobre o tema dentro ou fora da academia.

3. A criação do Sistema Financeiro Imobiliário em 1997 visava complementar o tradicional Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) a partir da criação de novos instrumentos de captação de recursos para o financiamento do setor, como os ligados à securitização imobiliária. Esses mecanismos “buscam articular o setor imobiliário com o mercado financeiro, estabelecendo um processo de desintermediação bancária para o financiamento da produção” (Botelho, 2007, p. 29).

Este capítulo pretende apresentar, de forma breve, aspectos da modelagem jurídico-financeira de uma parceria público-privada que parecem centrais para a apreensão dos conteúdos da renovação urbana atualmente em curso no bairro da Luz. A análise desses elementos busca apontar caminhos para a compreensão dos expedientes de mobilização de terras públicas e privadas previstos em contratos de parceria e regimes de concessão, bem como levantar hipóteses acerca de outras formas de remuneração do capital investido no imobiliário, para além da operação do *rent gap*.

Sobre a parceria

A PPP Habitacional, uma das parcerias público-privadas que incidem sobre o bairro da Luz atualmente⁴, foi promovida pela Agência Casa Paulista⁵ como parte do programa habitacional de mesmo nome, anunciado como “o maior programa habitacional da história do estado” e estruturado a partir de quatro frentes de atuação: “concessão de crédito imobiliário [...]; construção e entrega de casas populares; regularização fundiária de imóveis em áreas urbanas; e execução de obras de urbanização e de melhorias habitacionais e urbanas nos municípios paulistas”⁶. O edital de chamamento público da parceria data de 2012, sendo o seu contrato celebrado em 2015 entre o governo estadual de São Paulo por meio da Companhia Paulista de Parcerias (CPP) e o grupo Canopus Holding S.A., representado pela Sociedade de Propósito Específico (SPE) “PPP HABITACIONAL SP LOTE 1 S.A.”. O Lote 1, até

4. A execução da PPP do Hospital da Mulher — Pérola Byington (parte da PPP dos Complexos Hospitalares, contratada em 2014) e da PPP do Centro Administrativo (atualmente em fase de estudos de viabilidade e modelagem) não será objeto de análise neste capítulo. Vale sinalizar que as áreas de incidência destas parcerias são anexas ao Complexo Residencial Júlio Prestes, principal empreendimento de uso misto da PPP Habitacional, configurando um arquipélago de parcerias em um pequeno conjunto de quadras no bairro dos Campos Elíseos.

5. Segundo o decreto n 57.370 de 2011, que institui a sua criação, o objetivo da Agência Casa Paulista é “atuar como agente indutor e estimulador da atividade privada para o setor de habitação de interesse social” (apud Pereira; Palladini, 2018, p. 889).

6. Casa Paulista, 2024.

o momento o único contratado, prevê a construção de 3.683 unidades habitacionais na região central de São Paulo, sendo 2.260 unidades destinadas à Habitação de Interesse Social (HIS) e 1.423 voltadas para Habitação de Mercado Popular (HMP)⁷. Além da provisão habitacional, de acordo com o quarto eixo do programa, o plano urbanístico do Lote 1 inclui a implementação de “*melhorias urbanas*” (sic) como a reforma de equipamentos públicos e a construção de infraestrutura urbana, além da abertura de galerias comerciais no térreo dos condomínios. Por meio da SPE, a Canopus realiza ainda o apoio à gestão condominial, a gestão da carteira de mutuários e a manutenção predial dos edifícios, podendo subcontratar parte desses serviços⁸.

Dentre as áreas de execução das obras do Lote 1, parte dos empreendimentos se concentra em um conjunto de terrenos que coincide com o perímetro de fixação territorial do *fluxo* da chamada Cracolândia até 2022, classificado majoritariamente como ZEIS-3 pela lei de zoneamento de 2016⁹. O artigo 45 da lei que institui o Plano Diretor Estratégico tipifica as ZEIS-3 como “áreas com ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados, localizados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, boa oferta de empregos, onde haja interesse público ou privado em promover Empreendimentos de Habitação de Interesse

7. Refere-se às tipologias e respectivos padrões construtivos em voga para a execução de programas habitacionais hoje, que compreende: Habitação de Interesse Social (HIS), destinada à faixa de renda de 0 a 6 salários mínimos, e Habitação de Mercado Popular (HMP), destinada à faixa de 6 a 10 salários mínimos.

8. SÃO PAULO. Secretaria de Habitação. Contrato SH n001/2015 PPP Habitacional SP Lote 01 S/A, 2015. Disponível em: <https://www.habitacao.sp.gov.br/ppp/Arquivos/ContratoAssinado/ContratoAssinado.pdf>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

9. SÃO PAULO. Lei n 16.402 de 22 de Março de 2016. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei n 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE). São Paulo: Executivo, 2016.

Social”¹⁰. A implementação da PPP, portanto, se justifica pelo previsto no planejamento urbano municipal.

A parceria prevê a construção das unidades de HIS integralmente em terrenos de propriedade do executivo estadual, concedidos por outros órgãos ou declarados de utilidade pública; no último caso, o Estado deve assumir a condução judicial do processo de desapropriação e o pagamento das indenizações aos proprietários, ficando a concessionária responsável pela implementação das unidades posteriormente. A remuneração pelos serviços prestados associados à implementação das unidades de HIS ocorre por meio do pagamento de contraprestações mensais à concessionária ao longo de vinte anos, tempo de duração do contrato¹¹.

Fica a cargo da SPE, portanto, arcar inicialmente com os custos construtivos de HIS, o que levou a avaliações de que a PPP apenas atualizaria a modalidade de contratação empregada pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) em programas habitacionais anteriores¹². O edital de chamamento público de 2012, no entanto, convoca agentes privados para os estudos técnicos de viabilidade e a concepção da modelagem da parce-

10. SÃO PAULO. Lei n 16.050 de 31 de Julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei n 13.430/2002. São Paulo: Executivo, 2014.

11. A concessionária fica autorizada a construir HMP em terrenos de sua preferência, inclusive fora do perímetro de incidência da parceria. Não está prevista a mobilização de terrenos públicos ou o pagamento de contraprestações para a implementação dessas unidades; ainda assim, no caso dos apartamentos ficarem ociosos após o lançamento dos empreendimentos, o Estado assume o compromisso de adquiri-los a preços reduzidos. Caso a aquisição dos terrenos pela concessionária via mercado não se efetive, a parceria prevê a possibilidade de outorga de poderes à concessionária para a promoção das desapropriações (SEHAB, 2015, p. 6).

12. “Uma parte do pressuposto é que a iniciativa privada vai adiantar investimento para o poder público ter dinheiro. Então a iniciativa privada entra, investe, e o poder público devolve em parcelas módicas ao longo do tempo (...) *O Casa Paulista é a parceria público-privada mais ‘careta’ possível. O ‘cara’ vai adiantar o valor e vai recebê-lo ao longo do contrato... a CDHU já faz isso faz tempo*” (apud Petrella, 2017, p. 710, grifo nosso).

ria, introduzindo o instrumento da Manifestação de Interesse Privado (MIP) na política habitacional (regulamentado apenas um ano antes por meio de lei estadual¹³), indicativo do grau inédito de participação da iniciativa privada no processo de concepção da parceria. Ainda que sejam mantidas diretrizes mínimas da CDHU, sobretudo aquelas que se referem a padrões construtivos, a modelagem financeira final decorre majoritariamente de estudos encomendados pelo Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole (URBEM), *think tank* vencedor da fase de modelagem da parceria e promotor de agenda ligada ao “desenvolvimento urbano-imobiliário” da região central (URBEM, 2024)¹⁴.

Entre o edital de 2012 e a modelagem final do contrato de 2015, agentes privados propuseram e debateram as formas de remuneração da concessionária, bem como a alocação de riscos e responsabilidades concernentes à incorporação imobiliária e às desapropriações. As atribuições do ente concedente e da concessionária definidas pelo contrato de 2015, portanto, são fruto da experiência inédita do emprego da MIP. Para melhor compreensão do caráter da modelagem final, faz-se necessário discriminar algumas das atribuições do Estado previstas em contrato.

No que concerne à venda das unidades de HIS, o Estado garante a demanda solvável necessária ao retorno financeiro esperado do empreendimento, promovendo os subsídios que complementam o valor financiado pelas famílias e que compõem uma das parcelas da contraprestação pecuniária. Aliado ao financiamento habitacional a juros baixos em bancos públicos indicado pela Carta de Crédito Imobiliário emitida pelo Casa Paulista para famílias cuja renda é inferior a três salários mínimos, a concessão de subsídios amplia a demanda efetiva

13. No estado de São Paulo, a lei estadual n 11.688/2004, que regulamenta as parcerias público-privadas, é complementada pelo decreto n 57.289/2011, que cria o instrumento da Manifestação de Interesse Privado (Pereira e Palladini, 2018, p. 890).

14. Segundo ata da 53 reunião ordinária do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas (CGPPP) em fevereiro de 2013, o estudo do URBEM corresponde a mais da metade da modelagem final da parceria (Godinho, no prelo).

e viabiliza a realização das unidades de HIS para as primeiras faixas de renda, contornando o obstáculo da carência de demanda solvente enfrentado pelas construtoras no segmento econômico (Lavinas, 2017; Pereira; Palladini, 2018; Santos, 2018). Ao adquirir eventuais unidades ociosas de HMP, o Estado garante que nenhuma das 3.700 unidades construídas terá problemas para se realizar enquanto mercadoria habitação. A ampliação do crédito habitacional nas últimas décadas indica que tem sido a demanda efetiva, e não o déficit habitacional, que tem orientado a concepção e implementação dos programas habitacionais; avaliados pela sua viabilidade de mercado, os programas pautados na oferta deste modelo de habitação social converteram a capacidade de endividamento das famílias na condição de acesso à provisão habitacional¹⁵ (Ferraz, 2011; Lavinas, Bressan e Rubin, 2021; Shimbo, 2010).

No enfrentamento da questão fundiária, o Estado assume, para as unidades de HIS, a função de incorporador. Na modelagem final da parceria, as unidades de HIS devem ser integralmente construídas sobre um estoque público de terrenos preexistente ou ampliado por meio das desapropriações, o que barateia a implementação da PPP. Essa é uma distinção importante entre o Casa Paulista e o Minha Casa, Minha Vida, programa no qual o custo de incorporação é absorvido pelo parceiro privado, o que explica a preferência das incorporadoras por terrenos baratos em bairros periféricos (Santos, 2018).

Sendo uma das regiões de urbanização mais antiga em São Paulo, a Luz apresenta uma base fundiária complexa para a incorporação imobiliária, com terrenos subdivididos em diversos lotes e vários proprietários graças a cadeias dominiais de sucessivos espólios e vendas parceladas (Petrella, 2017). Mobilizar a propriedade na Luz, sobretudo para a execução de grandes empreendimentos, não é tarefa simples

15. A comprovação da renda, signo dos elegíveis ao crédito, condiciona o atendimento habitacional definitivo pela PPP — o que exclui parte significativa dos moradores expulsos das quadras 37 e 38, incapazes de comprovar a própria capacidade de endividamento nos parâmetros previstos.

para a iniciativa privada, que vê no bairro um “parque de problemas fundiários” (apud Petrella, 2017, p. 72). A mobilização de terrenos majoritariamente públicos, nesse caso, representa saída estratégica para a implementação da parceria em um bairro no qual o Estado figura como o principal proprietário de terrenos (LabCidade, 2017), além de ser mais um fator de atração do parceiro privado, que não arca com o custo da terra urbana¹⁶.

A mobilização exclusiva de terrenos públicos para as unidades de HIS garante ainda a condução das desapropriações pelo poder público após a emissão das Declarações de Utilidade Pública (DUPs), o que complementa o estoque de terrenos e desobriga o parceiro privado de arcar com os custos dos processos judiciais. A discriminação das atividades de incorporação compreende que “a concessionária fica (...) autorizada a realizar incorporação imobiliária *em conjunto com o poder concedente*” (SEHAB, 2015, p. 5) para as unidades de HIS, enquanto a implementação das unidades de HMP prevê a possibilidade de outorga dos poderes desapropriatórios à figura da concessionária¹⁷. Os riscos associados às desapropriações, sobretudo após a experiência da Concessão Urbanística Nova Luz¹⁸, são considerados excessivos para

-
16. Em seminário sobre a modelagem da parceria na Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em 2016, o secretário executivo da PPP Casa Paulista, João Octaviano Machado Neto, afirmou que “a questão central do programa [...] é mobilizar os terrenos para a implantação” (apud Petrella, 2017, p. 78). Meses mais tarde, em seminário na Universidade Presbiteriana Mackenzie, Machado Neto foi ainda mais taxativo: “E chegamos à seguinte conclusão: se o público não entrar com o terreno, não tem PPP!” (apud Petrella, 2017, p. 86).
 17. Apesar de terrenos desapropriados previamente comporem o estoque de terrenos públicos mobilizados pela PPP, ocorrem novos processos de desapropriação para oferta de HIS sob o contrato da PPP. A imissão na posse de quase quarenta imóveis das quadras 37 e 38 em período de pandemia efetiva-se por ocasião da Operação Caronte (2022), endereçada ao fluxo da Cracolândia e aos imóveis do entorno. Segundo Godinho (no prelo), as desapropriações das quadras 37 e 38 antecipam o arranjo entre a política habitacional e as operações policiais na Cracolândia nos anos subsequentes.
 18. A respeito da outorga dos poderes desapropriatórios à concessionária no Nova Luz, ver Feldman e Leme (2009) e Gatti (2015).

o ente privado, que tende a cobrar para assumir os riscos e encarece o produto final da parceria (Petrella, 2017). Nesse caso, “o ‘mercado’ exigiu que o Estado fornecesse áreas ‘desembaraçadas’” (Petrella, 2017, p. 77).

Ainda em relação à política de subsídios, parte dos custos urbanísticos envolvidos na construção de HMP são deduzidos das responsabilidades do ente privado (como os referentes ao potencial adicional de construção¹⁹), o que barateia a implementação dos empreendimentos, favorecendo assim o posicionamento da empresa em um setor mais competitivo do mercado habitacional e consolidando a estratégia de expansão e diversificação dos negócios da Canopus no segmento “Econômico Premium”, tornada a “estratégia *core*” da companhia (Canopus, 2020, p. 324). Uma vez que a construção dessas unidades não está vinculada ao perímetro do Lote 1, o subsídio tem sido direcionado para a construção de empreendimentos da PPP em regiões mais “nobres” do centro expandido, como Perdizes e Consolação²⁰.

Por fim, o compromisso de pagamento das contraprestações pecuniárias durante o tempo de vigência do contrato permite a antecipação do fluxo futuro²¹ graças à emissão de títulos de dívida lastreados

19. “O posicionamento estratégico adotado pela Companhia em São Paulo neste novo ciclo de crescimento está focado em empreendimentos destinados aos segmentos de alta e média renda, bem como o lançamento de um novo produto: empreendimentos classificados como ‘Econômico Premium’, que são produtos com ticket médio de aproximadamente R\$350 mil localizados em bairros nobres, cujo público alvo tem renda familiar de até R\$10 mil por mês. Os projetos ‘Econômico Premium’ são caracterizados por terem plantas de 25 a 37 m, predominantemente de 1 e 2 dormitórios, e *terem os custos urbanísticos subsidiados*, com desconto de até 60% no custo de CEPAC ou Outorga Onerosa” (Canopus, 2020, p. 12, grifo nosso).

20. Os empreendimentos da linha Today Smart Life (HMP) vinculados à PPP Habitacional SP Lote 1 S/A são: Today Centro, 929 unidades, rua Brigadeiro Tobias, 322; Today Augusta, 152 unidades, rua Álvaro de Carvalho, 429; Today Brigadeiro, 237 unidades, rua Asdrúbal do Nascimento, 174; e Today Perdizes, 258 unidades, rua Airosa Galvão, 223 (Godinho, no prelo).

21. É próprio da indústria da construção civil o tempo de obsolescência longo das mercadorias produzidas, sendo o tempo longo de rotação do capital uma característica do setor imobiliário, o que explica a necessidade de construtoras e incorporadoras

nos empreendimentos de HIS (Godinho, no prelo). Até 2020, a SPE emitiu, por meio de diferentes securitizadoras, três Certificados de Recebíveis Imobiliários²² vinculados às parcelas fixas das contraprestações previstas, segundo minuta do prospecto preliminar de oferta de ações da empresa²³. As parcelas fixas A e C referem-se ao pagamento dos subsídios habitacionais — que completam a diferença entre o custo de construção das unidades e a capacidade de financiamento dos mutuários, o que é executado através da operação de dois fundos habitacionais pela Agência Casa Paulista (Pereira e Palladini, 2018) — e às obras não-residenciais, as já mencionadas *melhorias urbanas* previstas no quarto eixo do programa Casa Paulista e representadas por equipamentos e unidades comerciais. Os CRIs emitidos até 2020 tiveram como lastro os empreendimentos de HIS Residencial São Caetano, Residencial Alameda Gleite, Residencial Gusmões, Residencial Campos Elíseos e Residencial Cleveland (estes dois últimos parte do Complexo Residencial Júlio Prestes, o principal empreendimento do lote). Após a data de divulgação da minuta de oferta pública de ações da Canopus, apurou-se a emissão de ao menos mais cinco CRIs, totalizando oito emissões no valor aproximado de R\$ 531 milhões, mais de um quarto do valor total do contrato da PPP. O último CRI identificado, cuja data de emissão é junho de 2024, incide sobre as parcelas A e C das unidades habitacionais do Residencial João Octaviano Machado Neto, empreendimento de HIS na Alameda Cleveland entregue em janeiro

encontrarem alternativas de financiamento para contornar o problema da disponibilidade de capital de giro (Fix, 2011; Santos, 2018; Volochko, 2007).

22. Títulos de crédito de emissão exclusiva das securitizadoras imobiliárias, os CRIs são ativos de renda fixa que constituem promessas de pagamento associadas a parcelas de um direito creditório — no caso, vinculadas a operações imobiliárias. Qualquer imóvel cujo rendimento futuro contratado possa ser “securitizado” pode operar como lastro de um CRI. Trata-se de uma modalidade de captação de recursos do segmento imobiliário que oferece altos índices de liquidez.
23. “Covenants adicionais (...) com *mecanismos de monetização via securitização dos recebíveis*: 3 CRIs já realizados (volume total de recebíveis de R\$245 mm, em valores nominais, com vencimento nos próximos 16 anos, com taxa média de IPCA + 7,0%)” (Canopus, 2020, p. 15, grifo nosso).

de 2024 que, três meses depois de sua inauguração, apresentava taxa de ocupação de apenas 5% das unidades²⁴.

Dois aspectos do resultado financeiro consolidado do período de 2017 a 2019 da companhia se destacam, frutos, dentre outros fatores, da realização de parte da carteira de recebíveis: a redução da dívida líquida da empresa, que se converte em caixa líquido positivo no período²⁵, e a ampliação do seu banco de terrenos. Ao final de 2019, o *land bank* da Canopus apresentava Valor Geral de Vendas (“VGV”) de cerca de 2,4 bilhões de reais, sendo mais de um bilhão proveniente de aquisições realizadas naquele mesmo ano, majoritariamente em São Paulo (Canopus, 2020, p. 140). No relatório de atividades do período, a prospecção e aquisição de terrenos se alinha à “estratégia *core*” já sinalizada de consolidação no segmento Econômico Premium, privilegiando a incorporação de “terrenos (que) possuem localizações em bairros nobres (localizações *premium*), sempre próximos a eixos de mobilidade urbana” (Canopus, 2020, p. 15). Ao eleger outras áreas da metrópole como frente de ampliação de seu estoque fundiário, o posicionamento de mercado da Canopus revela o desinteresse da companhia em prospectar terrenos no entorno imediato do perímetro da parceria.

O estoque fundiário administrado pelas incorporadoras, alçado a critério de atratividade de investimentos no mercado de capitais, indica a intenção da Canopus de fazer valer sua oferta inicial pública de ações (*Initial Public Offering*, IPO), anunciada em 2020 e cancelada na B3

24. Enquanto 180 unidades do empreendimento permaneciam vazias, moradores removidos das quadras 37 e 38 que foram aprovados no cadastro e financiamento para atendimento no Casa Paulista relataram à imprensa não terem recebido previsão de recebimento das chaves, permanecendo no auxílio aluguel mesmo após a entrega das unidades (Bernardo, 2024).

25. A dívida líquida de cerca de 66 milhões de reais de 2017 evoluiu para um caixa líquido de mais de 67 milhões de reais em 2019 (Canopus, 2020, p. 405). Nesse período, o aumento das receitas associadas a um maior volume de vendas desempenha papel importante para o resultado consolidado, bem como a redução dos valores de empréstimos contraídos pela empresa.

no ano seguinte²⁶. No caso das incorporadoras de capital aberto, o caráter especulativo da constituição dos *land banks* pode ser entendido como menos vinculado a um processo “tradicional” de especulação fundiária, decorrente da apropriação de um diferencial de renda entre os momentos de aquisição e venda dos terrenos, e mais a uma especulação financeira, relativa à apreciação das ações da empresa (Santos e Sanfelici, 2018, apud Godinho, no prelo). Ainda que o IPO da Canopus não tenha sido retomado, a intenção de realizá-lo em 2020 parece indicativa da estratégia que orientou a ampliação do banco de terrenos da empresa à época da divulgação dos dados.

Considerações finais

As transformações ocorridas no sentido da financeirização do segmento imobiliário nas últimas décadas, dentre as quais é representativa a instituição do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e de instrumentos associados à ampliação da emissão de crédito e do rol de garantias aos credores²⁷, impactaram decisivamente a atuação de incorporadoras e construtoras, que progressivamente subordinaram suas estratégias produtivas à captação de recursos no mercado de capitais (Alvarez, 2017; Botelho, 2007; Martins, 2017; Santos, 2018; Santos e Sanfelici, 2018). Esse posicionamento coloca em perspectiva as antigas práticas especulativas, fundadas em uma tradição “patrimonialista” (Santos e Sanfelici, 2018), e evidencia a centralidade adquirida pela especulação com terrenos no mercado financeiro, o que não necessariamente se expressa no preço praticado no mercado pela terra urbana. Essa desvinculação entre variação do preço dos terrenos e variação do preço dos ativos é significativa no caso da apreciação/depreciação do

26. Em entrevista, o diretor de vendas e marketing da Canopus justifica o cancelamento do IPO pela “volatilidade do mercado em contexto de pandemia” e pela “falta de necessidade de captação de recursos” pela empresa (Laguardia, 2024).

27. Em relação ao financiamento da habitação, destaca-se a generalização do emprego da alienação fiduciária nos contratos, que prevê a transferência da propriedade do imóvel do devedor para o credor fiduciário de forma a assegurar o pagamento das parcelas do financiamento.

preço das ações das incorporadoras²⁸, mas também na negociação no mercado secundário de títulos imobiliários, a exemplo dos CRIs.

Condição incontornável para a execução da PPP Habitacional, segundo representantes dos interesses das construtoras e incorporadoras, a mobilização do estoque fundiário público na Luz permite, a um só tempo, a viabilização da construção dos empreendimentos e a emissão dos recebíveis que antecipam o pagamento das contraprestações. Enquanto o ente concedente atua como incorporador, a SPE assume o papel de credora na parceria (Pereira e Palladini, 2018), revelando que a modelagem da PPP é concebida como uma operação financeira (Petrella, 2017, p. 85) lastreada em habitação social. Nesse sentido, a PPP parece operar uma modalidade de emissão de recebíveis pouco usual, mas prevista no âmbito da estruturação financeira de parcerias público-privadas²⁹: os CRIs circulam como espécie de títulos da dívida pública, tornados ativos com garantia de liquidez diante da solidez do contrato público celebrado e do robusto sistema de garantias da parceria. Ainda, os terrenos públicos a serem leiloados que compõem o fundo garantidor da PPP (majoritariamente terrenos na região da Operação Urbana Água Espreada)³⁰ se convertem em garantia do pagamento de recebíveis vinculados às obras nos terrenos públicos da Luz, em uma complexa arquitetura financeira.

O destravamento de terrenos públicos (Santoro, Ungaretti e Mendonça, 2018) constitui, portanto, elemento central da PPP, e se realiza em dois planos: no produtivo, forma a propriedade necessária à viabilização da execução do cronograma de obras do objeto central

28. Ainda que o VGV atue como um índice de avaliação do *land bank* que impacta a precificação das ações, ele não é uma expressão direta do preço dos terrenos.

29. Neste caso, os direitos creditórios que compõem o título incidem sobre promessas de pagamento do Estado, não de quaisquer devedores, o que eleva a atratividade e confiabilidade do título. A respeito da estruturação de garantias para captação de recursos em PPPs, ver Borges e Neves (2005) e Lembo et al. (2021).

30. A respeito da mobilização de terrenos públicos para composição do fundo garantidor da PPP junto à Companhia Paulista de Parcerias, ver Santoro, Ungaretti e Mendonça (2018) e Mendonça (2017).

da parceria, que é a provisão habitacional na tipologia de HIS; no da operação de crédito, inclui propriedades do Estado em circuitos do mercado de capitais dos quais até então estiveram à margem³¹, circuitos esses por meio dos quais os títulos emitidos pela SPE passam a remunerar investidores terceiros salvaguardados pelo fundo garantidor da operação, que é composto por outros terrenos públicos. A liquidez proporcionada pela liquidação dos CRIs financia a ampliação do estoque privado de terrenos da incorporadora fora do perímetro de intervenção, voltado à provisão de HMP, revelando a multiescalaridade desse processo de renovação urbana que articula a mobilização de bancos de terrenos públicos e privados em diferentes regiões da cidade para remuneração da concessionária.

A título de conclusão provisória, é possível afirmar que a especulação fundiária “tradicional”, por meio da operação de um *rent gap* e um decorrente processo de gentrificação do bairro da Luz, não só não se verificam nesse caso específico, como são dispensáveis no asseguramento dos interesses privados na parceria que é executada como “elo de uma extensa cadeia creditícia” (Godinho, no prelo, p. 13). A incidência do Lote 1 da parceria no perímetro previsto não parece ser acompanhada de um avanço significativo das incorporadoras³², que — a exemplo da Canopus — seguem optando pela prospecção de terrenos em outras regiões da cidade em seus planos de negócio. A liberação

31. As desapropriações cumprem o papel de inserir mais terrenos públicos nesse processo.

32. Ainda que não tenha sido apurada detalhadamente a atuação de outras incorporadoras e construtoras no bairro, os dados de lançamentos imobiliários no período indicam um número baixo de lançamentos na região da Luz/Campos Eliseos/Santa Ifigênia no período de execução da PPP (média de dois lançamentos ao ano para o decênio 2012-2022), cujo preço médio do metro quadrado variou acompanhando a variação geral dos preços praticados pelo mercado na RMSP, mantendo-se próximo à média geral (EMBRAESP, 2023). Ainda que advoguemos pela não-vinculação dos preços praticados no mercado imobiliário ao processo de especulação fundiária financeira, os dados indicam que a Luz não assumiu caráter de frente inequívoca de expansão dos negócios imobiliários na cidade no período, ao menos no plano dos lançamentos.

do estoque fundiário público na Luz constitui processo fundamental para a compreensão do sentido da renovação urbana em curso, aparentemente fundada sobre bases relativamente novas no que concerne à disposição de terras públicas por agentes privados no interior de contratos de parceria e regimes de concessão. O fato de esses agentes terem participado ativamente de todo o processo de concepção e modelagem da PPP indica a orientação da parceria, desde o início, para a incubação desses novos circuitos mercantis (Pereira e Palladini, 2018).

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, I. P. 2017: A produção de espaços financeirizados na metrópole de São Paulo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 241-266.
- BERNARDO, J. Prédio de PPP no centro de SP segue vazio 3 meses após inauguração. **Metrópoles**, São Paulo, 29 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/sao-paulo/predio-ppp-centro-sp-vazio-inauguracao>. Acesso em 04 de nov. de 2024.
- BORGES, L.; NEVES, C. Parceria público-privada: riscos e mitigação de riscos em operações estruturadas de infra-estrutura. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2005, p. 73-117.
- BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, n. 18, 2 sem, p. 15-38, 2007.
- CANOPUS, Canopus Holding S.A. **Minuta do prospecto preliminar de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Canopus**, 7 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://sistemas.cvm.gov.br/dados/ofe-anal/RJ-2020-00840/20200207_Minuta%20do%20Prospecto%20Preliminar.pdf. Acesso em 3 de nov. de 2024.

- CASA PAULISTA. **Casa Paulista** (site), c2024. Página inicial. Disponível em: <https://www.casapaulista.sp.gov.br/>. Acesso em 04 de nov. de 2024.
- FELDMAN, S; LEME, M C. S. Nova Luz: a concessão ilimitada. **Revista Minha Cidade**, v. 107, n. 05, ano 9, jun. de 2009
- FERRAZ, C. A. **Crédito, exclusão financeira e acesso à moradia: um estudo sobre financiamento habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta??es/2011/Camila%20Araujo%20Ferraz.pdf>. Acesso em: 3 de nov. de 2024.
- FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- GATTI, S. F. **Entre a permanência e o deslocamento. ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C 016 (Sé) inserida no perímetro do Projeto Nova Luz**. 2015. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29102015-143015/pt-br.php>.
- GODINHO, A. M. **As parcerias público-privadas habitacionais na área central de São Paulo: mobilização de terrenos públicos, expedientes de securitização e novas formas de contratação público-privada**. No prelo.
- LAGUARDIA, H. Canopus faz 50 anos com alta de 250% em lançamentos (Entrevista com Tarcio Barbosa, diretor de Vendas e Marketing da construtora Canopus). **O Tempo**, Belo Horizonte, 11 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/minas->

s-a/canopus-faz-50-anos-com-alta-de-250-em-lancamentos-1.2568210. Acesso em 04 de nov. de 2024.

LAVINAS, L; BRESSAN, L.; RUBIN, P. O redesenho das políticas sociais no capitalismo financeirizado, endividamento oblige. **IE-UFRJ Discussion paper**, TD 027, 2021. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_027_2021_LAVINAS_BRESSAN_RUBIN-v2.pdf. Acesso em 5 de nov. de 2024.

LAVINAS, L. **The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2017, 233p.

LEMBO, C. et al. O Estado como bom pagador: a estruturação de garantias e outros instrumentos de pagamento para atração de investimentos de alta qualidade na América Latina e Caribe. **Documentos de Discussão PPP Américas** 2021. [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18235/0003421>.

MARTINS, F. E. S. Dos ritmos da mundialização financeira aos ritmos da exploração do trabalhador no cotidiano urbano. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 267-283.

MENDONÇA, P H. R. Três contradições das PPPs paulistas: da provisão habitacional aos negócios imobiliário-financeiros. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2016, São Paulo. **Caderno de Resumos...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

PEREIRA, A.; PALLADINI, G. Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, v. 20, n. 43, p. 879-903, 2018.

PETRELLA, G. M. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI**. 2017. Tese (Douto-

- rado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SANTORO, P. F.; UNGARETTI, D.; MENDONCA, P. H. R. “Destruir” terra pública no processo de financeirização: o caso de São Paulo. **Anais do Seminário Internacional Financeirização e estudos urbanos: olhares cruzados Europa e América Latina**, São Carlos, 2018, p. 38-59.
- SANTOS, C. R. S. Programa habitacional e renda fundiária na rentabilidade financeira: um arranjo contratendencial. In: CARLOS, A. F. A.; SERPA, A. (Orgs.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador, EDUFBA, 2018, p. 195-214.
- SANTOS, C. R. S.; SANFELICI, D. Caminhos da produção financeirizada do espaço urbano: a versão brasileira como contraponto a um modelo. **Cidades**, v. 12, n. 20, 2015, p. 04-34.
- SÃO PAULO. Secretaria de Habitação (SEHAB). **Contrato SH n001/2015 PPP Habitacional SP Lote 01 S/A**, 2015. Disponível em: <https://www.habitacao.sp.gov.br/ppp/Arquivos/ContratoAssinado/ContratoAssinado.pdf>. Acesso em 04 de nov. de 2024.
- SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano (1996). Trad. Daniel Sanfelici, **GEOUSP — Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.
- VOLOCHKO, D. A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo, p. 77-109, 2007.
- VOLOCHKO, Danilo. **A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27112009-125533/pt-br.php>. Acesso em: 2025-02-07.

Parte III

AGRONEGÓCIO, LOGÍSTICA E MOBILIDADE DO TRABALHO

A expansão da atividade sucroenergética na mesorregião de São José do Rio Preto (SP) entre 2000 e 2023¹

Alessandro Fagundes Lima

Introdução

Nos últimos anos, é de grande relevância o processo de ocupação territorial canavieiro em São Paulo, desdobrando-se para oeste do estado. Essa expansão da atividade produtiva, não raro, foi caracterizada, ao mesmo tempo, pela perda de área ocupada por outras culturas consolidadas e pelo aprofundando das transformações socioespaciais que podem ser constatadas.

Desse modo, é de grande importância compreender de maneira mais detalhada as etapas que possibilitaram o avanço canavieiro, além de identificar quais foram as culturas que perderam espaço nesse processo.

Assim, será relacionado como objeto em específico a análise da mesorregião de São José do Rio Preto, que teve grande crescimento e expansão da atividade canavieira, evidenciando uma nova fase a partir dos anos 2000 do setor como um todo, após período de forte retração nas duas décadas anteriores. Por isso, para compreender tais mudanças, a análise percorrerá o período dos anos de 2000 até 2023. A partir dessas transformações no interior da mesorregião, tem-se como

1. O trabalho a seguir está inserido no tema maior de nosso trabalho de dissertação do metrado, que busca o entendimento do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, em particular na mesorregião de São José do Rio Preto, como será exposto adiante.

Agradecemos particularmente, ao geógrafo e pesquisador Mateus de Almeida Prado Sampaio, pelas contribuições ao longo do andamento da pesquisa. Fica sob nossa responsabilidade qualquer erro que possa ter ao longo da exposição deste trabalho.

intuito precisá-las dentro do panorama mais geral, confrontando-as às transformações nacionais e no plano mundial.

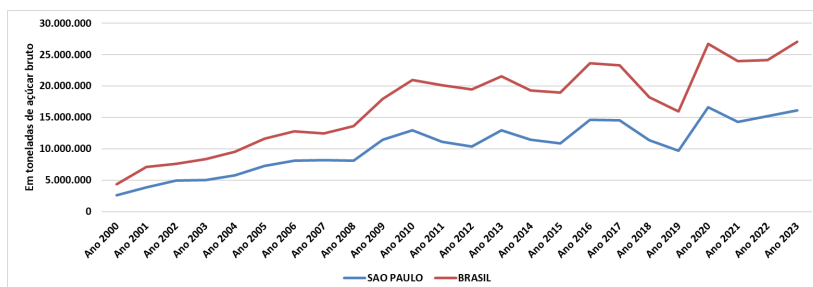
Mudanças recentes no setor sucroalcooleiro paulista no período de 2000 até 2023

O início dos anos 2000 foi um período de intensas transformações que perpassam os planos político-econômico, corporativo, técnico, tecnológico e do trabalho do setor sucroenergético. Tais mutações são de grande importância para melhor compreendermos objeto aqui analisado em específico.

No plano do Estado e de suas instituições, é possível constatar diversas mudanças; uma das mais importantes é a consolidação das transformações do seu papel no setor sucroalcooleiro, saindo de uma política interventora — na determinação do preço, cotas de produção, monopólio como agente exportador, atribuição de autorização para construção de novas usinas (muito presente no século anterior, por meio Instituto do Açúcar e do Alcool, IAA) — para uma postura de agente regulador.

Mesmo o Estado não se eximindo da forte presença no setor, seja por auxílio técnico e de crédito (por meio da EMBRAPA e o BNDES, por exemplo), é evidente a maior liberdade dos agentes corporativos privados. A comprovação disso é o surgimento de órgãos representantes do setor, como a criação do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Consecana), composta por representantes da Organização de Plantadores de Cana do Centro-Sul do Brasil (Orplana) e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), todas surgidas em 1999, que passam a ter influência nas normas técnicas e interesses políticos que envolvem o setor (Oliveira e Nashiluk, 2016). Nesse mesmo ano, após muita pressão desses agentes, ocorreu a liberalização dos preços da cana, do açúcar *standard* e do álcool hidratado.

Nessa mesma década, a reestruturação do mercado mundial de açúcar foi de grande importância para o reestabelecimento do setor,

Gráfico 1: Exportação de açúcar bruto no Brasil e São Paulo (2000 – 2023)

Fonte: Ministério da Agricultura/ Agrosat. Org. própria.

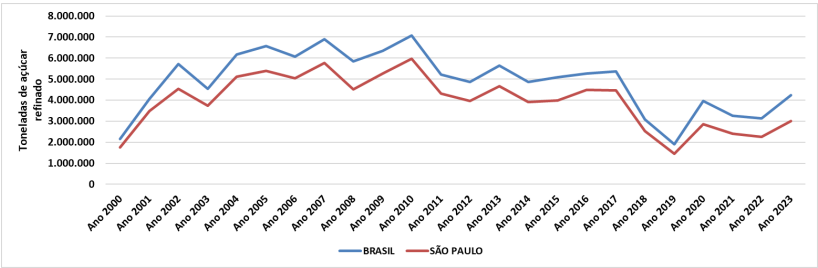
como demonstram Castillo e Sampaio (2019). Isso pode ser verificado tanto em dados de açúcar bruto, quanto do açúcar refinado no mundo, que tiveram evolução significativa no período destacado, com base nos dados do Ministério da agricultura, como se observa nos gráficos 1 e 2.

Em relação aos países para onde se destinam as exportações de açúcar brasileiras, percebe-se que grande parte do açúcar bruto exportada destina-se para os países asiáticos, principalmente do oriente médio, do sudeste e do leste asiático, como pode ser verificado no Gráfico 3.

A composição corporativa das empresas sofreu grande mutação, passando da tradicional estrutura familiar para a influência transnacional, devido à inserção de capital internacional. Isso é resultado do processo de fusões e aquisições, principalmente com a entrada de grupos como Kuok (chinês), Tereos (francês), Crystalsev, Cargill, Louis Dreyfus Commodities (Guedes et al., 2016). Além disso, autores como Oliveira (2009) constataram que grupos nacionais sem experiência anterior no setor sucroenergético, como a Odebrecht e a Brecto, iniciaram suas atividades no setor nesse mesmo período.

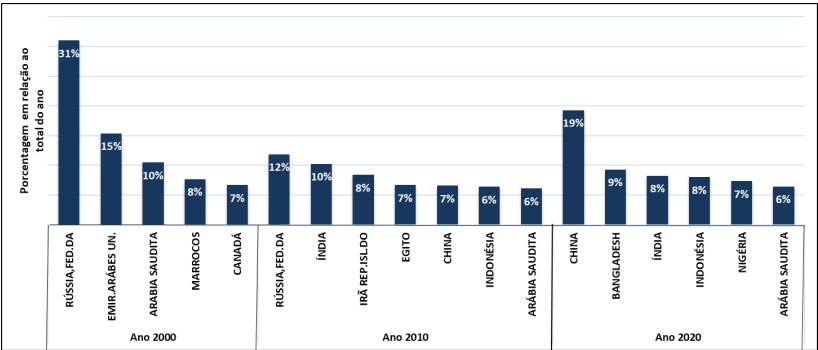
Dentro desse panorama, alguns grupos empresariais detêm ampla influência nas mais variadas atividades do setor como um todo,

Gráfico 2: Exportação de açúcar refinado por Brasil e São Paulo (2000 – 2023)



Fonte: Ministério da Agricultura/ Agrosat. Org. Própria.

Gráfico 3: Exportação de açúcar bruto a partir de São Paulo com base em países selecionados (2000 – 2023)



Fonte: Ministério da Agricultura/Agrosat. Org. Própria.

seja na propriedade fundiária, na produção industrial, na produção de máquinas e peças, em transporte, estocagem, *tradings*, elevação portuária entre outras. Um grande exemplo que ilustra essa condição é o grupo Cosan, que terá ampla influência em diversos ramos, atuando diretamente ou por meio de subsidiárias que compõe o grupo (Rumo Logística, Raízen, Comgás), o que se consolidou, sobretudo, partir da fusão da empresa com o grupo Shell (Guedes, 2016; Oliveira, 2009; Siqueira e Junior, 2011).

As transformações não ficaram apenas no âmbito corporativo, as inovações técnico-científicas atingiram amplamente a atividade produtiva. Um importante destaque é a relevância que o etanol ganha após a inserção dos automóveis do modelo *flex* no mercado nacional, que tem relação com o movimento de elevação do combustível à categoria de commodity pelos governos Lula (2003 – 2011).

O investimento técnico e científico foi muito importante também na geração de novas variedades da cana, permitindo um maior aproveitamento e seleção de gêneros que possibilitassem maior potencial do Açúcar Total Recuperável (ATR) no procedimento de transformação industrial pelas usinas. Somado ao peso técnico-científico, o processo da informatização foi essencial, pois permitiu maior produtividade com relação às necessidades das usinas, com a redução de custos de produção (Bini, 2016; Rossini, 2016; Santos, 2012).

Desse modo, é aprofundada a relação agroindustrial; como exemplos, o aperfeiçoamento de máquinas para melhor rendimento da cana, o processamento industrial, o aproveitamento do bagaço da cana para a geração de energia elétrica, além de insumos para melhoramento do solo, como é o caso fertirrigação pela vinhaça, que, após uma série de estudos, começa a ser largamente utilizada na reposição de importantes nutrientes, como cálcio, nitrogênio com sulfato de cobre, fósforo, ferro e potássio, além de repor sais minerais perdidos pela planta no processo de colheita (Oliveira, 2016).

Cabe lembrar, no entanto, como faz Pedro Ramos (1999), que as relações da agricultura canavieira com o processo de transformação

industrial não são novas, pelo contrário, são intrínsecas à atividade produtiva, mesmo levando em conta as particularidades que ela pode assumir dependendo da época analisada. Essa conexão, ocorre, entre outros motivos, devido à própria natureza de perecibilidade da cana, que deve ser rapidamente moída nas usinas. Por isso, não é incomum as usinas ficarem em uma distância média de até 30 km dos canaviais, mesmo levando em conta algumas exceções (Sant'anna et al., 2016).

Por fim, a relação do trabalho com o capital no setor canavieiro torna-se mais aguda, com a deterioração do primeiro para maior acúmulo do segundo, entre outros aspectos, pelo avanço da mecanização no campo.

Na etapa da colheita, ocorre o aprofundamento da mecanização, seja na aração, dragagem ou sulcamento, já iniciado em décadas anteriores, muito relativos à entressafra como aponta Bini (2016, p. 47):

Reajustes na organização espacial das lavouras reordenaram a equidistância dos sulcos de plantio através do uso de marcadores hidráulicos e mecânicos nos tratores de sulcação, o que aumentou o espaçamento das ruas dos canaviais e facilitou o tráfego de transbordos, caminhões e colheitadeiras.

Também se generaliza a colheita mecanizada, impedida nas décadas anteriores por conta do rendimento da atividade quando comparada à colheita manual, devido ao fato de as máquinas cortarem acima do sulco (porção da cana onde se concentra maior quantidade de açúcar), empecilho superado posteriormente. Oliveira (2009) argumenta que o discurso ambiental, criticando a prática das queimadas para as colheitas, incentivado por meio das certificações ambientais, foi importante argumento do setor, que ajudou a redução da atividade do trabalho manual e sua substituição pela colheita mecanizada.

A situação do trabalhador se torna mais delicada diante de tais transformações, pois ocorre a diminuição do número de trabalhadores tanto no período de entressafra, quanto, principalmente, na colheita,

além da mudança relevante de perfil desses trabalhadores. O desemprego tem atingido de forma mais impactante as mulheres do que a mão de obra masculina; entretanto, como aponta Rossini (2016), tem ocorrido a inserção de mulheres em atividades que eram predominantemente masculinas, como a operação de tratores e máquinas. Ocorre também a geração de atividades no processo de limpeza e manutenção de diversas máquinas, além de atividade de retirada de tocos de árvores, galhos e folhas que podem obstruir ou dificultar a eficiência da atividade de veículos, podendo tornar inoperante o maquinário.

De modo geral, os empregos que restaram na atividade da colheita tendem a possuir maior grau de exploração e a maior oferta de empregos é mais comum em áreas de difícil mecanização, tendo como consequência o aumento da competição entre os trabalhadores com diminuição de seus rendimentos.

Aliado a isso, a representação sindical possui dificuldades de mobilização, pois não tem conseguido acompanhar a velocidade das mudanças, além da desconfiança dos próprios trabalhadores ou medo de serem incluídos em “listas negras” que dificultem o seu acesso a novas contratações (Oliveira, 2009).

Feita essa breve exposição, pretendemos adentrar de maneira mais detalhada o processo de territorialização canavieira em direção ao oeste paulista com relação a outras culturas que foram perdendo espaço. Nessa análise, foi de grande importância os dados do IBGE nas mais diversas escalas (município, microrregião e mesorregião), além de levar em consideração os pontos apontados nas linhas anteriores com base nos autores e autoras que têm se debruçado no tema nas últimas décadas.

Características gerais da expansão da cultura canavieira na mesorregião de São José do Rio Preto

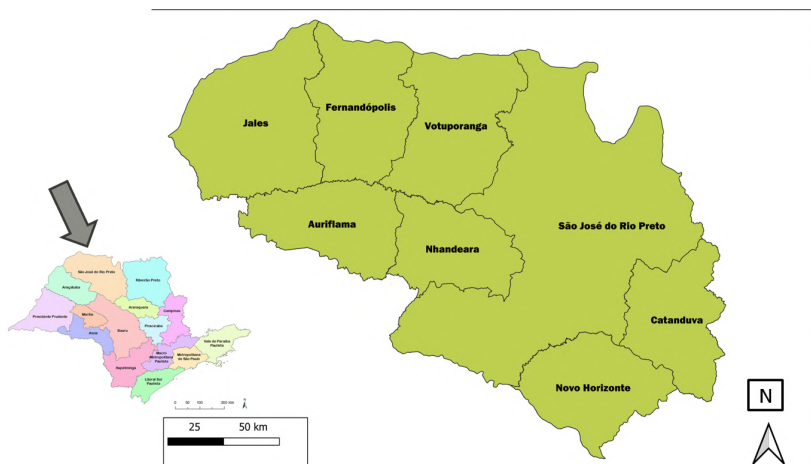
A mesorregião de São José do Rio Preto² é uma das quinze que constituem o estado de São Paulo, contendo cerca de 1,6 milhão de habitantes (Censo 2022). Com uma área de 29.395 Km, essa mesorregião é constituída por oito microrregiões³, que são compostas por 109 municípios⁴. A área é localizada na porção noroeste do estado (Mapa 1).

Quando somada a produção canavieira em toneladas no período de 2000 até 2023, é constatado que a mesorregião de São José do Rio Preto (SJRP) fica na segunda posição (17%) em relação ao total do estado, perdendo apenas para a mesorregião de Ribeirão Preto (27%). Apesar da colocação desta última em relação à primeira, quando é analisado o espaço que a cana ocupa em relação ao total de culturas de cada mesorregião, percebe-se que SJRP teve um aumento mais expressivo, saindo de cerca de 35% em relação ao total para quase 45% em 2005 e atingindo, finalmente, por volta de 75% em 2010. A partir dessa última década, em vários momentos, a cana é mais predominante no interior

2. A divisão em mesorregião parte da definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que a define como a relação de um conjunto de municípios contíguos, sendo estabelecida por três critérios: o processo social, visto como determinante; o quadro natural da área, definido como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, pensado como um elo de articulação (fonte online em: <https://encurtador.com.br/V48fJ>. Acessado em out./2024). Utilizaremos essa categoria com base nos dados apresentados a seguir; no entanto, é necessário enfatizar que tais conceituações, embora importantes, podem limitar a esfera da análise, principalmente quando relacionam o processo de formação socioespacial (Santos, 2002) e as contradições com a dinâmica do capital atualmente. Levando essas questões em conta, tentaremos, à medida do possível, extrapolar os critérios circunscritos pelo instituto, sempre em relação com os pontos levantados na sessão anterior.

3. A microrregião é definida pelo IBGE como uma porção da mesorregião, que tem uma atividade específica (agricultura, pecuária, extrativismo etc.), além dos três critérios em conjunto que constituem a própria mesorregião. Ibid.

4. Em relação as microrregiões com a quantidade de municípios, temos: Auriflama (9 municípios); Catanduva (13); Fernandópolis (11); Jales (23); Nhandeara (9); Novo Horizonte (6); São José do Rio Preto (29); e Votuporanga (9).

Mapa 1: Mesorregião de São José do Rio Preto e suas Microrregiões

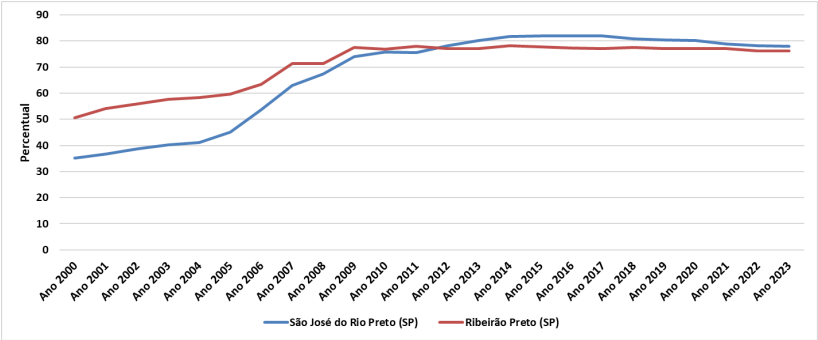
Fonte: Elaboração própria

da região de SJRP, do que em Ribeirão Preto, como podemos ver no Gráfico 4.

Esse crescimento fica mais evidente quando comparamos a quantidade colhida em hectares (ha), que passa um pouco acima de 640 mil ha em SJRP, quase dobrando de tamanho da área colhida a partir de 2015. Em relação especificamente ao período da última década (2010 a 2019), o crescimento foi menos significativo que na primeira (2000 a 2009); isso se deve à perda da euforia e ao sucessivo endividamento do setor em decorrência da crise de 2008 (Pitta, 2016; Sampaio, 2014), como mostrado anteriormente. Enquanto isso, Ribeirão Preto teve crescimento menos acentuado.

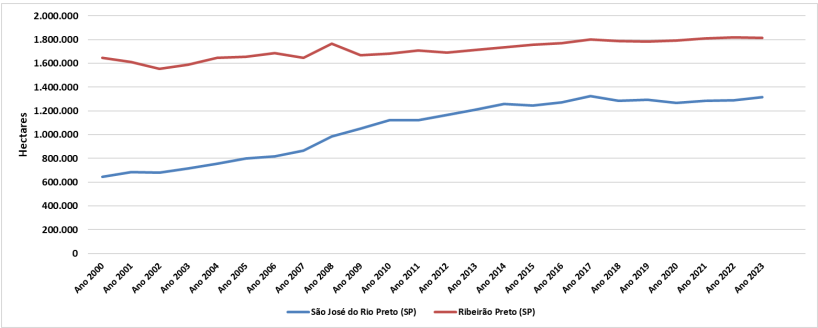
Em relação à evolução das lavouras permanentes e temporárias (Gráfico 6), é percebido grande movimento inverso entre as duas. Os dados indicam que essa variação ocorre pelo crescimento da cultura canavieira, já que o IBGE considera-a como lavoura temporária de

Gráfico 4: Percentual da produção canavieira em relação ao total da mesorregião - São José do Rio Preto e Ribeirão Preto (2000 – 2023)



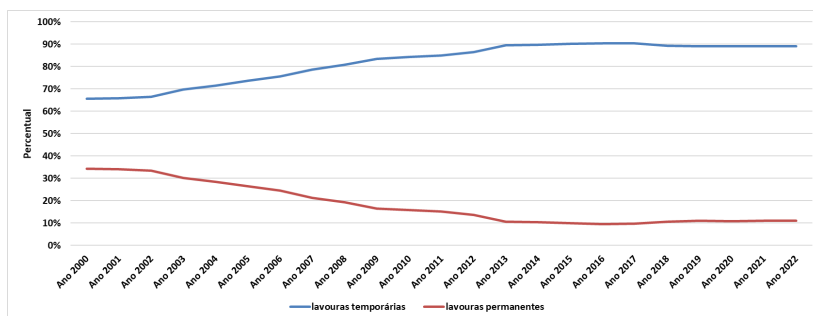
Fonte: IBGE/PAM

Gráfico 5: Área colhida da cana em hectares de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto (2000 – 2023)



Fonte: IBGE/PAM

Gráfico 6: Comparação de lavouras temporárias e Lavouras permanentes em São José do Rio Preto (2000 – 2023)

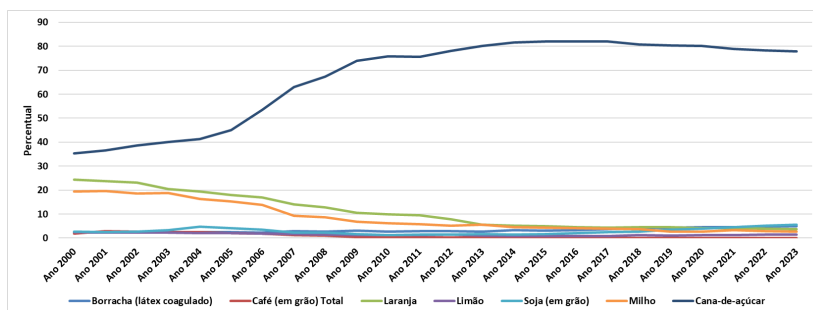


Fonte: IBGE/PAM

longo período. No interior da mesorregião, em 1990, havia um relativo equilíbrio de 58% e 42% de lavouras temporárias e permanentes respectivamente, mudando para 66% e 34% nos anos 2000 e, finalmente, 89% e 11% em 2022. Para exemplificar a influência canavieira nessas mudanças, observe-se que, nos anos 2000, havia 226.761 ha de área plantada de cana, um número que salta para 1.088.243 ha em 2022. Em síntese, falar da evolução de lavouras temporárias em relação ao total é falar sobretudo da expansão canavieira.

Analisando isoladamente as culturas permanentes, percebemos que, em boa parte do período em destaque (2000-2019), a cultura da laranja possui boa relevância, mesmo com a perda de área produtiva, saindo de 156.914 ha para um pouco mais da metade, com 60.429 ha. Outro elemento que chama a atenção é a perda de espaço ocupado pelo café no período estudado, chegando a ficar em segundo lugar entre o total de culturas permanentes em alguns anos entre 2000 e 2019, sendo ultrapassado por outras culturas como a borracha e o limão, com uma relevância muito menor na década seguinte. Por fim, nem todas as culturas permanentes perderam espaço de área plantada: a borracha, por exemplo, tinha cerca de 15 mil ha nos anos 2000,

Gráfico 7: Comparação do percentual de área plantada das principais culturas na mesorregião de São José do Rio Preto (2000 – 2023)

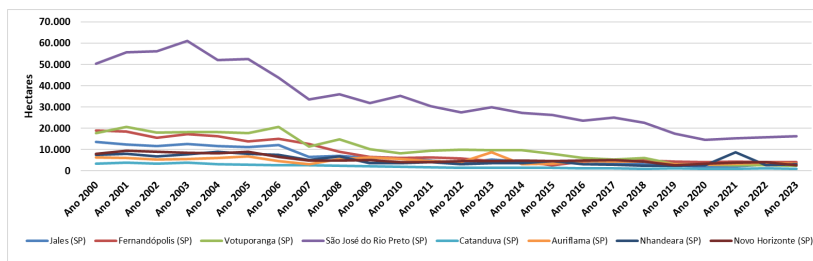


Fonte: IBGE/PAM

passando para mais de 50 mil ha, quando atinge o primeiro lugar entre as permanentes. Esse detalhe é importante, pois, mesmo comparando com a área plantada da borracha com outras mesorregiões do estado, não houve tão elevado aumento da cultura.

Quando consideradas as culturas temporárias, para além da evidente hegemonia da cana em todo o período, percebemos crescimento significativo da soja, que tinha 17.115 ha em 2000 e alcança 49.685 ha em 2020. Outro caso é a forte presença da cultura do milho na mesorregião, embora perdendo muito espaço: nos anos 2000, tinha 125.372 ha e, em 2020, diminui para 32.790 ha.

Fragmentando a análise em microrregiões, percebemos mais detalhes das evidências mostradas, principalmente quando se observam casos como o do milho. Importante destaque é a microrregião de São José do Rio Preto, que tem tendência de queda mesmo com leve crescimento em alguns anos. O período de maior expansão do milho na microrregião foi em 2003, ultrapassando os 60 mil ha, enquanto o período de ocupação mais baixa foi em 2020, atingindo menos de 15 mil ha. Um dado interessante é que, dos 109 municípios que compõem a mesorregião, a maioria (107 municípios) continuam no período

Gráfico 8: Área plantada (Hectares) de milho nas microrregiões de São José do Rio Preto (2000 – 2023)

Fonte: IBGE/PAM

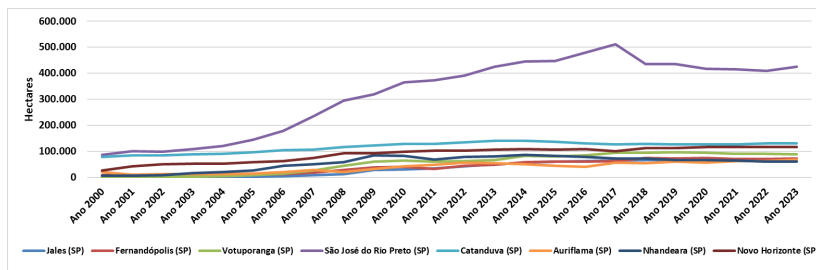
estudado contendo alguma área significativa na produção de milho, embora esse plantio tenha sofrido quedas bastante expressivas, como, por exemplo, nos municípios de Riolândia e Fernandópolis, que tinham 6.300 ha e 5.200 ha respectivamente nos anos 2000, passando para 480 ha e 600 ha respectivamente em 2023.

Cabe destacar que a expansão canavieira não ocorreu de maneira uniforme: dentre as microrregiões estudadas, percebemos que a microrregião de São José do Rio Preto teve, durante o período, a concentração mais significativa, pois, nos anos 2000, já tinha a maior área produtiva voltada para essa cultura (com mais de 87 mil ha), acompanhada de perto por Catanduva (com cerca de 77 mil ha), que teve um aumento moderado moderado aumento (para 126 mil ha), enquanto São José do Rio Preto obteve crescimento mais expressivo (para 510 mil ha).

Por fim, com os dados levantados a respeito do período, observou-se que, em 2000, não se havia evidência de produção canavieira em 40 dos 109 municípios que compõe a mesorregião de SJRP, um número que cai expressivamente para apenas 2 municípios em 2010.

Para finalizar a exposição, será inserido levantamento de informações sobre a composição societária das usinas certificadas da mesorregião de SJRP, levando em conta todas as importantes transformações

Gráfico 9: Área plantada (Hectares) de cana-de-açúcar nas microrregiões de São José do Rio Preto (2000 – 2023)



Fonte: IBGE/PAM

no plano nacional e internacional da atividade canavieira, seja por meio do papel do Estado no processo, seja pela inserção do capital neste território.

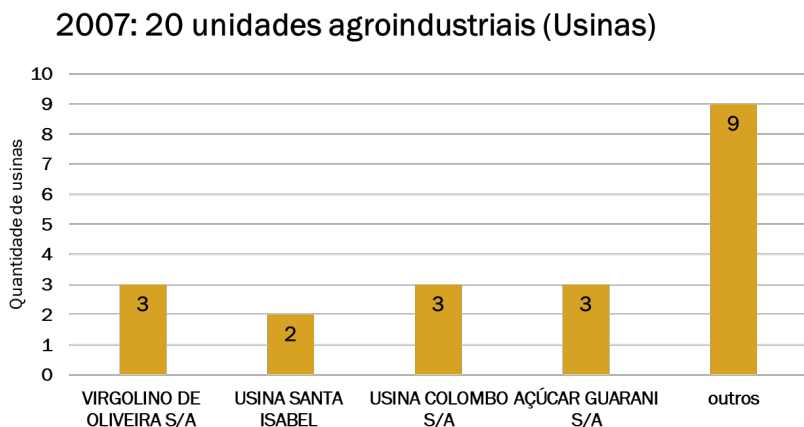
Alterações na composição proprietária das usinas de cana

Em relação à composição proprietária das usinas, percebe-se que houve grandes transformações nessas unidades produtivas. Para embasar essa questão, foram levantados dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo⁵, analisando os anos que as listas foram divulgadas. Em primeiro lugar, percebe-se importante

5. Os dados foram coletados a partir de listas que compõem um protocolo chamado “etanol mais verde”, realizado entre o estado de São Paulo e as usinas de cana do estado, com o objetivo de aplicar diretrizes que valorizassem práticas ambientais mais sustentáveis, oferecendo um selo de certificação às usinas que respeitassem tais regras. Desse modo, será feita a comparação desses dados pela descrição detalhada do nome das unidades e localidades presentes; entretanto, percebe-se que, nessas listas, podem não estar todas as usinas que fabricam cana do estado, pois, se for utilizado como exemplo o ano de 2023, constam apenas 129 usinas em todo o estado, enquanto, em outras fontes, são contadas 171 usinas (fonte:). Acreditamos que essa constatação não prejudica a análise, pois ilustra uma tendência já constatada em outros trabalhos e referenciada no presente artigo.

variação na quantidade de usinas, com 20 unidades em 2007, subindo para 29 unidades em 2009, e finalmente, caindo para 24 unidades em 2022/2023.

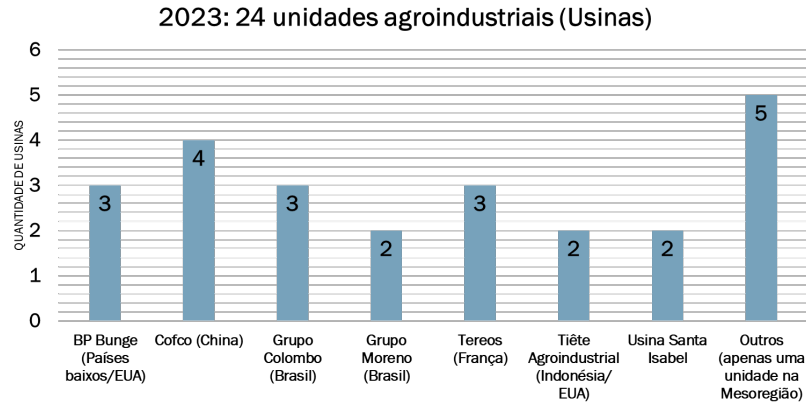
Gráfico 10: Composição das usinas certificadas na mesorregião de SJRP: 2007



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo: 2007 e 2023.
Org. Própria.

Outro ponto importante foi a mudança da composição proprietária (Gráficos 10 e 11), em que se observa a transformação de uma condição tradicional do país, a predominância do capital nacional, principalmente familiar, para uma situação de maior presença de grupos estrangeiros, como de chineses (Cofco), franceses (Tereos) ou estadunidenses (Bungue), que passam a ter maior presença nas propriedades de usinas da mesorregião. Percebemos que essa é uma consequência da abertura econômica ocorrida no setor nas décadas de 1990 e 2000, cujas perspectiva de grandes ganhos não se realizou plenamente, em grande medida pelas consequências da crise de 2008, como anteriormente destacado.

Gráfico 11: Composição das usinas certificadas na mesorregião de SJRP: 2023



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo: 2007 e 2023. Org. Própria.

Conclusão

O trabalho buscou traçar as principais mudanças ocorridas no período dos anos 2000 até 2023 no plantio de cana-de-açúcar na mesorregião de São José do Rio Preto. Assim, a investigação procurou descrever as principais tendências e mudanças verificadas, dentro de um panorama mais geral (nacional e internacional), também destacando quais culturas perderam espaço produtivo (como o milho, café e laranja) e quais tiveram aumento significativo, em paralelo ao crescimento canavieiro (como a borracha e a soja). Por fim, também foi demonstrada a modificação da estrutura proprietária, com base nos dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, que demonstra uma forte influência da inserção do capital internacional atualmente, tendências que não marcam apenas a mesorregião em específico, mas a atividade sucroenergética nacional.

Referências bibliográficas

- BINI, Dalton. Geografia e Gênero: A Mecanização da Lavoura Canavieira Paulista. In: ROSSINI, Rosa Ester (Org.). **Dinâmicas Contemporâneas do espaço agrário Brasileiro: Modernidade Técnico-Científica e Diferentes usos do Território**. Annablume: São Paulo, 2016.
- CASTILLO, Ricardo; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Reestruturação produtiva e regionalização do agronegócio canavieiro no Brasil no século XXI. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo (Org.) **Espaço Geográfico e Competitividade: Regionalização do Setor Sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro Et. Al. Trajetória e Indicadores Econômico-Financeiros na Agroindústria Canavieira: O caso do grupo Cosan. In: SANTOS, Gesmar Rosa dos (Org.). **Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6035>.
- PITTA, Fábio Teixeira. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>
- OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 571 f. Tese (doutorado) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105067>.
- OLIVEIRA, Marli Dias Mascarenhas, NASHILUK, Katia. Custos de Cana-de-açúcar em distintos sistemas de produção no estado de São Paulo. In: SANTOS, Gesmar Rosa dos (Org.). **Quarenta**

- anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas.** Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6035>.
- RAMOS, Pedro. **A agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 1999.
- ROSSINI, Rosa Ester. A Modernização Tecnológica Incompleta na Agricultura Canavieira da Macro-Área de Ribeirão Preto (SP) pune tanto o meio ambiente como a força de trabalho de homens e mulheres. In: ROSSINI, Rosa Ester (Org.) **Modernidade Técnico-Científica e Diferentes Usos do Território.** São Paulo: Annablume, 2016.
- SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. **360 — O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11092015-154508/en.php>.
- SANT'ANNA, Ana Cláudia et al. Os Desafios da Expansão de Cana-de-açúcar: A percepção de produtores e arrendatários de terras em Goiás e Mato Grosso do Sul. In: SANTOS, Gesmar Rosa dos (Org.). **Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas.** Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6035>.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5 Ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SIQUEIRA, Paulo Henrique de Lima; CASTRO JUNIOR, Luiz Gonzaga de. Fusões e aquisições das unidades produtivas e da agroindústria de cana-de-açúcar no Brasil e nas distribuidoras de álcool hidratado etílico. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, p. 709-735, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/z8tJ4HwrgJhcv7djkybQCXJ/>.

Sites consultados

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/etanolverde/>

<https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Agrostat/Agrostat.html>

<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

A reprodução crítica mundial do capital e a modernidade do trabalho abstrato no agronegócio citro-canavieiro paulista: Crise, mobilidade e precarização do trabalho no campo no município de Itápolis, São Paulo

Anderson Pereira dos Santos

Introdução

Nos últimos vinte anos, o município de Itápolis, localizado na Região Geográfica Imediata de Araraquara (IBGE, 2017), no estado de São Paulo, passou por uma série de transformações sociais, econômicas e territoriais. Essas transformações manifestam-se como mudanças gerais nos processos produtivos do campo e da cidade, tais como a mecanização dos cultivos agrícolas, a redução absoluta dos postos de trabalho e a expulsão do trabalho vivo dos processos de produção, a crise e retração das áreas citrícolas, a extensão da monocultura de cana-de-açúcar, a expansão dos arrendamentos de pequenas propriedades para a agroindústria canavieira, a dilatação do setor de serviços urbanos, o aumento do desemprego a nível local etc.

Em nossa investigação, essas *manifestações da forma mercadoria* (Lefebvre, 1975) são analisadas à luz da *teoria crítica do valor* (Kurz, 2008), para emergirem como expressões formais do processo crítico de *reprodução do capital* (Alfredo, 2013), fundamentado em sua natureza financeira e fictícia. Tal interpretação considera a simultaneidade dos processos de valorização mundial do valor (Alfredo, 2013) que entrelaçam campo e cidade, centro e periferia. Assim, o objetivo principal deste trabalho é o de compreender como a forma crítica da reprodução mundial capitalista, característica deste início de século 21, determina

novas contradições no espaço do campo que se manifestam enquanto *abstrações reais* (Lefebvre, 2006) e produz, paralelamente, transformações profundas nas relações sociais de produção e trabalho e impactos sobre a mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977). Buscando entender as novas formas pelas quais pequenos proprietários de terras e trabalhadores assalariados do campo têm sido impactados pela forma crítica de realização do capital, tomamos como objeto de análise as atuais relações sociais de produção e trabalho no campo paulista e como região de estudo o município de Itápolis, localizado na porção centro-norte do estado de São Paulo.

O marco teórico da crítica: crise do capital e produção do espaço no campo

Baseados nas discussões realizadas por Marx (2017) no livro terceiro d’*O Capital*, sobre o processo global de produção capitalista, e nas proposições de Lefebvre (2006) sobre a produção do espaço como *abstração real*, compreendemos que a reprodução social capitalista e, logo, a própria produção do espaço, são processos permeados por contradições, conflitos e negatividade. A *crise* constitui a forma como o capitalismo se reproduz historicamente. A natureza crítica do capitalismo reside em sua incapacidade lógica de valorizar o valor, isto é, em sua inclinação a expulsar trabalho vivo dos processos produtivos, desdobrando-se disso a tendência declinante da taxa de lucro que acompanha o desenvolvimento da forma social e que, ao se efetivar enquanto lei imanente, conduz o sistema econômico ao colapso (Marx, 2017).

Tal movimento crítico produz um descolamento entre forma e conteúdo que, sendo assim, envolve a produção do espaço enquanto processo de espacialização negativo do capital. Assim, o aparecer da forma social, como uma enorme coleção de mercadorias e de capitais, de forças produtivas, estruturas, moedas e força-de-trabalho, obscurece as contradições imanentes à forma de sociabilidade que, embora

historicamente alicerçada sobre a exploração do trabalho, se move, logicamente, ancorada na redução da capacidade de explorá-lo.

Portanto, a expansão material do capital, como desenvolvimento das forças produtivas sociais, incluindo a produção do espaço abstrato no campo e nas cidades, se realiza mediante a redução simultânea da produção do valor pela forma social, impactando sua capacidade de acumular e desdobrando formas financeirizadas e fictícias de reprodução social (Alfredo, 2013).

Atualmente, a produção do espaço, seja no campo ou nas cidades, é impulsionada pela mobilidade do capital financeiro-fictício e está determinada pelo movimento contraditório e crítico de valorização do valor (Alfredo, 2008). Nesse sentido, entendemos que a *reprodução crítica do capital* (Alfredo, 2013) — e não a *reprodução ampliada do capital* — mobiliza a produção do espaço como abstração real, conduzida pela contradição entre valorização do valor e crise imanente. Assim, a produção do espaço é crítica pois é movida por essa forma de sociabilidade ancorada na supressão do trabalho vivo dos processos produtivos, o que Robert Kurz (2004) compreendeu como *crise da sociedade do trabalho*.

A segunda metade do século XX marca o aprofundamento da crise da sociedade do trabalho pelos desdobramentos da *terceira revolução industrial* posta pela microeletrônica (Kurz, 2004). A partir de então, a expansão extensiva/intensiva do capital passa a ser condicionada por sua crise, devido à restrição irreversível da presença do trabalho vivo dos processos produtivos, tanto em termos absolutos como relativos. Dessa maneira, constituiu-se um descolamento entre a base monetária e creditícia da sociedade em relação à substância de valor efetivamente produzida, exacerbando a forma financeira do capital e aprofundando o processo de dessubstancialização do dinheiro (Kurz, 2004), vindo à existência o capital em sua forma fictícia (Marx, 2017). Com isso, todas as formas de riqueza monetária se tornaram excedentes, buscando na circulação financeira uma forma fetichizada de remuneração.

Nos anos 1970, Henri Lefebvre (2006) observou que, com o agravamento da crise da forma social capitalista e a ampliação dos volumes monetários excedentes e sobreacumulados, a produção do espaço, no campo e nas cidades, tornou-se a “tábua de salvação” para o Capital na medida em que permitia absorver grande parte dos montantes financeiros em desvalorização. Para tanto, segundo o autor, foram essenciais a autonomização e mundialização do capital, ampliando a circulação global do capital portador de juros em bolsas de valores e nos mercados de capitais e títulos, e, em paralelo, a mediação da crise pelo *Estado Monopolista*.

Assim, para Lefebvre (2006), a sobrevivência do modo de produção no pós-guerra passou pela ampliação dos investimentos financeiros no espaço. A esse respeito, o autor escrevia, “[...] no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é utilizado para a produção de mais-valia” (Lefebvre, 2006, p. 470). Podemos desviar essa formulação, entendendo que, no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra. Contudo, ele é menos utilizado para a produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho vivo e mais utilizado para a reprodução tautológica do dinheiro através de formas financeiras abstratas, como crédito, títulos, ações, etc. Em síntese, a segunda metade do século XX marca o avanço do capital na produção do espaço no campo e nas cidades, em países centrais e periféricos, sustentado e mediado pela ampliação das funções do Estado Monopolista e ancorado em uma economia mundializada, financeira e fictícia, mas em crise (Kurz, 2004).

A *mundialização crítica do capital* (Santos, 2023), que caracteriza a segunda metade do século XX — originada nas contradições da acumulação no interior da economia norte-americana e manifestada em uma *crise de superprodução* que se intensificou nos anos 1970, traduzida como crise do petróleo (Mandel, 1982) — promoveu a incorporação do campo paulista ao movimento de modernização capitalista, levando à intensificação-extensificação de sua capacidade produtiva e à sua industrialização por meio do consumo de bens de produção e capitais

excedentes da Grande Indústria — impactada pelos desenvolvimentos tecnológicos da Terceira Revolução Industrial — e de sua inserção nos esquemas globais de reprodução do capital em crise, marcadamente via sistema financeiro.

Constituiu-se, a partir de então, uma divisão social e territorial do trabalho na qual o campo paulista passou a se inserir, por um lado, como produtor de bens de consumo e de matérias-primas para a Grande Indústria e, por outro, como consumidor da capacidade produtiva e, sobretudo, financeira urbano-industrial, estruturando as bases do que se entende por *complexos agroindustriais*. Nesse cenário, a produção do espaço agrário paulista enquanto abstração real e a mobilização de sua renda fundiária tornaram-se fundamentais para absorver e valorizar de grande parte dos volumes financeiros excedentes urbano-industriais, o que foi buscado mediante a oferta estendida de créditos para o rural via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). É nesse sentido que falamos em *incorporação da renda da terra* (Alfredo, 2008) aos pressupostos da reprodução do capital financeiro-fictício, o que permitiria a este se reproduzir dirimindo e omitindo suas dificuldades de acumulação.

Isto posto, a partir dos anos 1970, devido à queda das taxas de lucro produzida pelo progresso das forças produtivas sociais urbano-industriais, o avanço do capital financeiro no campo paulista contribuiria para valorizar mercadorias e volumes monetários sobreacumulados, ao mesmo tempo em que produziria, contraditoriamente, diferentes fenômenos traduzidos enquanto produção do espaço abstrato. Tal movimento resultaria em desdobramentos críticos para o rural, tais como: (i) desenvolvimento de suas forças produtivas, incluindo as formas de circulação do valor, levando à *agroindustrialização* e à constituição dos chamados *complexos agroindustriais* (CAIs); (ii) extração do excedente de valor que constitui o lucro e a renda da terra do campo e *incorporação de sua renda fundiária* aos pressupostos da reprodução mundial do capital financeiro-fictício em crise (Alfredo, 2008); e (iii) agravamento da crise do trabalho no campo provocando a redução progressiva da presença do trabalho vivo nos processos produtivos, em

paralelo ao avanço de novos métodos de racionalização, reorganização e controle dos trabalhadores rurais e ao aprofundamento da mobilidade do trabalho.

Nos últimos 20 anos, no Brasil e, em particular, em São Paulo, a produção do espaço no campo, incluindo a urbanização em pequenas e médias cidades, não está apenas atrelada ao financiamento veiculado pelo Estado via SNCR, mas, também, a mecanismos financeiros variados de crédito mediados por bolsas de valores e mercados de capitais. A transformação no processo de financiamento do agronegócio brasileiro a partir dos anos de 2000 deslocou o financiamento institucional estatal-bancário por um sistema baseado em mercados futuros, de capitais e de derivativos agrícolas. Esse novo modelo ampliou os volumes disponíveis para financiamento agrícola e expandiu o número de agentes financeiros envolvidos na produção do espaço do campo, incluindo bolsas de valores, *trading companies*, fundos de pensão, investidores institucionais, empresas de securitização, entre outros (Santos, 2023). Esses novos mecanismos direcionam volumes monetários excedentes nos mercados financeiros para o campo, espacializando-se enquanto produção do espaço abstrato e alimentando a expansão extensiva e intensiva das cadeias agroindustriais, como se verá a seguir a partir do estudo da crise do complexo citrícola e das contradições deste setor altamente cartelizado. Tal territorialização do capital, movida pela reprodução crítica do capital agroindustrial e pelo seu endividamento, representa uma forma de espacialização financeira-fictícia crítica do capital no campo porque fundada na redução, e não ampliação, da produção de valor, em função da eliminação do trabalho vivo dos processos produtivos, e porque dependente do endividamento contínuo das cadeias agroindustriais nos mercados financeiros e da emissão de títulos lastreados na promessa de produção futura, ou seja, capitais fictícios (Pitta, 2016).

A crise da citricultura enquanto expressão da crise da sociedade do trabalho

A partir de meados dos anos 1990, o processo de monopolização do setor citrícola paulista, iniciado décadas antes mediante a competição intercapitalista, se aprofundou com a instituição do sistema de “laranja posta na indústria”, ampliando a concentração do poder e do capital nas mãos das grandes agroindústrias processadoras de frutas e de suco concentrado, como a Citrosuco e a Cutrale. Ao criar esse sistema, as agroindústrias buscaram se livrar dos custos produtivos fora de suas propriedades, incluindo plantio, trato, colheita e transporte/frete das frutas, além da contratação dos trabalhadores envolvidos nesses processos, transferindo esses encargos para os elos inferiores da cadeia agroindustrial. Tal sistema sofreu diversas críticas vindas de pesquisadores, entidades de classe e produtores, pois permitia às agroindústrias reduzir custos e controlar os preços pagos para a cadeia produtiva, adquirindo dos citricultores apenas as suas safras e exigindo que fossem entregues em suas instalações.

Com a implementação desse sistema, a pressão econômica sobre os elos inferiores do complexo agroindustrial se agravou, e a solução encontrada pelos citricultores para permanecerem no setor foi a criação de diferentes modelos de contratação de trabalhadores entre 1995 e 2001, os quais reduziam direitos trabalhistas dos colhedores e diminuía custos produtivos e fiscais para os produtores de laranja. Entre esses modelos estavam as cooperativas, os sindicatos e, por fim, os consórcios — estes últimos regulamentados pela Lei 10.256, de 09 de julho de 2001, com o nome de “Consórcios Simplificados de Produtores Rurais”. Nos consórcios, os grupos de produtores citrícolas passaram a contratar seus trabalhadores de forma conjunta, permitindo que os custos de reprodução da força de trabalho fossem rateados entre os participantes proporcionalmente à quantidade e ao período de utilização nas propriedades.

O sistema de laranja posta na indústria criou, no interior do complexo agroindustrial citrícola, uma plethora de fornecedores de

matérias-primas submetida aos preços, à tecnificação e às condições de produção, colheita e transporte impostas pelas agroindústrias processadoras. Configurou uma cadeia agroindustrial onde os produtores passaram a se inserir como fornecedores de matéria-prima para a indústria e, simultaneamente, como reprodutores do capital urbano-industrial fornecedor de implementos agrícolas, crédito e dívidas. Assim, a renda da terra do setor passou a ser disputada pelos capitais envolvidos neste ramo, tanto a montante como a jusante do complexo. A jusante, a agroindústria processadora, cuja composição orgânica do capital é superior à dos pequenos e médios produtores, passou a incorporar, sem custos produtivos, via preços de mercado e via controle dos preços de comercialização das caixas de laranja, parcela significativa do mais-valor gerado pelo trabalho familiar e, sobretudo, assalariado das propriedades que lhe fornecem matérias-primas.

No município de Itápolis e em toda a região de Araraquara, os citricultores, geralmente pequenos e médios proprietários de terras, foram subordinados a diversos mecanismos de expropriação de sua renda da terra (Alfredo, 2008), entre os quais destacamos: (i) mediante o controle das agroindústrias sobre a tecnologia e outras forças produtivas utilizadas na citricultura; (ii) mediante o controle das agroindústrias sobre as formas de colheita e de comercialização das caixas de laranja compradas de seus fornecedores; e (iii) mediante o controle das agroindústrias sobre os preços pagos, a cada safra, pelas caixas de laranja. Subordinados aos capitais urbano-industriais e determinados pelas condições monopolistas do mercado citrícola, do ponto de vista da composição orgânica de seus capitais, configurou-se, assim, a necessária adequação dos produtores locais às exigências da acumulação agroindustrial, pressionando a saída de muitos do setor, o que foi recebido com resistências, particularmente visíveis através das greves e manifestações que explodiram ao longo dos anos 2000.

O início dos anos 2000 foi marcado pela expansão extensiva/intensiva da citricultura paulista, impulsionada pela penetração do capital financeiro, o que se manifestou espacialmente na configuração de um

“*cinturão citrícola*” estendendo-se nas porções central e norte do estado, composto por um conjunto amplo de pequenos e médios produtores sujeitados às contradições do grande capital agroindustrial. Para tanto, contribuíram, além do movimento já comentado de concentração do capital e de incorporação de renda da terra pelo setor agroindustrial: (i) o fornecimento de crédito com juros subsidiados às agroindústrias do complexo citrícola via SNCR; (ii) a adesão do Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, o que reduziu barreiras tarifárias e expandiu os mercados para as exportações citrícolas; (iii) a adoção do câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar no final dos anos 90, favorecendo a receita em dólares para as agroindústrias citrícolas; (iv) a implementação de políticas de incentivo às exportações, como o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que oferecia linhas de crédito e subsídios para empresas exportadoras; (v) a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias dos Estados Unidos, abrindo o mercado norte-americano para o suco de laranja paulista; e (vi), por fim, a expansão da comercialização da *commodity* suco de laranja em bolsas de valores, a especulação com os preços internacionais da *commodity* nos mercados de futuros e a adoção de coberturas de risco como mecanismos de proteção contra a flutuação dos preços nas comercializações internacionais, atrelando o cinturão citrícola às cadeias globais de circulação financeira. Salientamos que a extensão do capital financeiro no setor, somada à *comoditização* do suco de laranja, significou a ascensão do capital financeiro-fictício na citricultura, movimentando formas de produção no campo enquanto abstração real.

Paralelamente, o acirramento da competição intercapitalista fez avançar a concentração do capital, com grandes empresas engolindo as menores e dando origem às grandes corporações conhecidas como “3Cs” da citricultura: a Citrosuco, a Cutrale e a Louis Dreyfus *Company*. Mais do que produzir derivados da laranja, as agroindústrias se estabeleceram na citricultura como importantes consumidoras de capitais em busca de remuneração e valorização. Contudo, a necessi-

dade de incorporação de tais volumes financeiros mobilizados como dívida aponta para a reprodução crítica de seus investimentos, e não simples acumulação ampliada. Se a renovação da capacidade produtiva agroindustrial exige volumosos investimentos que são obtidos por meio do endividamento, isso expõe a insuficiência dos processos produtivos em atender à demanda corrente de acumulação. Assim, em face da penetração do capital financeiro-fictício e do crescente desenvolvimento das forças produtivas, a incorporação da renda da terra do campo tornar-se-ia uma determinação necessária para a reprodução do capital agroindustrial citrícola, o que seria obtido, como já apontado, não apenas mediante o controle das condições de produtividade do trabalho do setor, mas, sobretudo, mediante o rebaixamento dos preços de compra das caixas de laranja de pequenos e médios citricultores.

A partir de 2005, novas contradições atingiram a citricultura paulista, tais como a crise do *subprime* de 2008, a queda do consumo dos principais mercados internacionais (Estados Unidos e Europa) e a queda dos preços da *commodity* suco de laranja nos mercados financeiros, especialmente entre 2007 e 2010. Nesse contexto de crise, o cartel formado nos anos 90 pelas agroindústrias citrícolas buscou compensar a queda de suas taxas de lucro repassando tais perdas a cadeia agroindustrial ao reduzir os valores pagos pelas caixas de laranjas adquiridas de pequenos e médios produtores. Dessa forma, as perdas advindas da crise no mercado internacional foram socializadas com o setor mediante a transferência de capitais entre lavoura e indústria, impactando a capacidade dos citricultores de cobrirem seus custos de produção.

Paralelamente, o aumento exponencial dos gastos dos pequenos e médios citricultores com a contratação e a manutenção da força de trabalho — aumento de 70% nos custos de manutenção da força de trabalho entre 2003 e 2010 (Farias, 2014) —, bem como a elevação de seus gastos com fertilizantes, adubos, maquinários e outras forças produtivas, além dos gastos com o pagamento do crédito utilizado para o financiamento do custeio e comercialização da produção, contribuí-

ram para a expropriação de sua renda fundiária e para impulsionar a saída de muitos do setor, processo que seria particularmente visível na região de Araraquara, levando à erradicação de inúmeros pomares em pequenas e médias propriedades rurais (Farias, 2014).

Somadas a tal cenário de crise, ocorreram a ampliação e o adensamento dos pomares próprios das agroindústrias, ou seja, o aumento da área e do número de seus pomares concomitantemente ao aumento do número de plantas por hectare. Adensamento que não ocorreria nas pequenas propriedades, uma vez que, em geral, possuíam pomares mais antigos, cujos elevados custos envolvidos seriam impeditivos para tal prática. Realizado pela agroindústria, o adensamento cortou custos com a aquisição de frutas, pois permitiu aos monopólios não apenas reduzir o volume de compras de fornecedores, mas também recusá-las nos momentos de queda dos preços da *commodity* nos mercados internacionais, constituindo um mecanismo de forte pressão contra pequenos e médios citricultores. Como se verificou após 2010, com o avanço do adensamento nos pomares das agroindústrias, o impacto das crises do mercado passou a se distribuir no complexo agroindustrial de forma desigual, afetando especialmente os segmentos inferiores dos fornecedores de laranja, o que, aliado ao controle dos preços por parte dos monopólios, provocou a saída de muitos do setor e uma brutal retração da área dedicada à laranja no estado de São Paulo, especialmente na região de Araraquara.

Outros fatores contribuíram para aprofundar a crise da citricultura nos anos 2000, acelerando a saída de pequenos e médios produtores do setor e a erradicação dos pomares de laranja na região de Araraquara, tais como: (i) a extrema variação dos preços da *commodity* suco nos mercados causa pela alternância entre safras reduzidas e volumosas; (ii) o estabelecimento de uma política agressiva de compras das caixas de laranja pelos monopólios, que ofereciam valores maiores para produtores localizados próximos às suas instalações e/ou com qualidade superior (Farias, 2014); (iii) o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da composição orgânica do capital (elevando

o uso de fertilizantes, defensivos, agrotóxicos, maquinários e outros capitais constantes), o que dificultou a permanência de muitos produtores no setor pois os altos custos associados a tais investimentos não puderam ser replicados por pequenos produtores, que não conseguiam repassar esses custos aos preços de venda das caixas de laranja, permanecendo com sistemas produtivos intensivos em trabalho e muito custosos; (iv) mudanças nas condições de financiamento do setor, levando à retirada quase total dos subsídios estatais para o crédito rural oferecido pelo SNCR, o que reduziu a oferta de capitais e encareceu os financiamentos para pequenos e médios citricultores. Assim, avançou a incorporação da renda da terra do campo ao capital agroindustrial, financeiro-fictício, produzindo intensa expulsão de grande contingente de pequenos e médios produtores do setor citrícola e levando à maior sujeição dos restantes ao capital agroindustrial.

Em paralelo à crise da citricultura, diversos municípios da região de Araraquara vivenciaram uma significativa expansão das áreas ocupadas pela cultura de cana-de-açúcar, que, gradativamente, avançou sobre áreas antes destinadas ao cultivo de laranja. Nos anos 2000, o agronegócio canavieiro experienciaria um *boom* na região, atrelado ao desenvolvimento dos automóveis com tecnologia *flexfuel*, recebendo apoio via Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), de 2004. O apoio estatal para o agronegócio canavieiro envolveu incentivos fiscais, fornecimento de crédito a juros subsidiados via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), segurança de mercado (através de acordos internacionais de comércio e da fixação de legislação pertinente) e, também, a rolagem de bilhões de reais em dívidas contraídas ao longo das décadas anteriores (Pitta, 2016). Não obstante, a expansão do setor sucroenergético na região de Araraquara não pode ser entendida sem que se discuta a mobilidade mundial do capital em crise, sustentada por estratégias financeiras especulativas de valorização (Pitta, 2016). Assim, tal expansão seria impulsionada pelo aumento especulativo dos preços das *commodities* nos mercados secundários das bolsas de valores, levando às empresas do setor a

escalar um processo concorrencial baseado nas oscilações dos preços das sacas de açúcar que não apenas produziu a expansão das áreas ocupadas por canaviais, mas, também, mobilizou o desenvolvimento das forças produtivas do setor e agravou a crise do trabalho no campo (Pitta, 2016).

A modernidade do trabalho abstrato no agronegócio citro-canavieiro paulista

A crise da citricultura e o avanço do setor sucroenergético, atrelados à reprodução crítica do capital, tiveram impactos significativos no município de Itápolis, na região de Araraquara, resultando em diversas transformações nas relações de produção e trabalho do campo. Em primeiro lugar, avançou a substituição das áreas de cultivo de laranja (intensiva em força de trabalho na safra) por culturas temporárias (intensivas em capital), principalmente por canaviais, mediante os arrendamentos de pequenas e médias propriedades às agroindústrias da cana, alterando sobremaneira a paisagem do campo. Segundo dados do IBGE/PAM de 2021, atualmente, em Itápolis, predominam numericamente as pequenas propriedades rurais onde se cultiva cana-de-açúcar (69% da área colhida), parte das quais mediante arrendamento de suas terras para agroindústrias da cana; em menor escala, cultiva-se laranja (8,5% da área colhida), soja (7,5%) e milho (3%), com utilização de mão de obra assalariada.

De forma geral, os contratos estabelecidos entre pequenos e médios proprietários de terras locais e o agronegócio sucroenergético são de *arrendamento* e de *parceria*. Nesses contratos, as agroindústrias esmagadoras assumem parte ou a totalidade do processo de produção de cana, restando aos proprietários apenas a incumbência de ceder suas propriedades. No caso do arrendamento, a quantidade de dinheiro paga referente ao preço do arrendamento é definida previamente, o que, com as variações dos preços da commodities nos mercados internacionais, tende a impactar o caixa das agroindústrias. Já no caso da parceria, as partes assumem a partilha dos lucros mensais, o que reduz o repasse

aos proprietários de terras nos momentos de entressafra, quando a produção é menor, ou nas situações de crises e de variação dos preços, dirimindo os impactos sobre o balancete do agronegócio. Assim, essa última relação contratual é preferida pois protege as posições do capital agroindustrial.

As primeiras décadas deste século formam um período marcado por intensa incorporação do progresso técnico no campo paulista mediante a mecanização e automação dos processos produtivos em culturas temporárias, tornadas *commodities*, voltadas ao abastecimento dos mercados externos, como no caso da cana. Segundo Farias (2014), em São Paulo, a onda de progresso técnico afetou especialmente as culturas ditas temporárias e levou a redução significativa dos postos de trabalho na agricultura, impactando inclusive os empregos temporários, que registraram queda de aproximadamente 29% entre 1990 e 2005. De forma semelhante, em função dos processos mecanizados predominantes na cultura da cana-de-açúcar, a expansão dos canaviais em áreas antes dedicadas à citricultura no município de Itápolis teve um efeito direto sobre a presença do trabalho vivo no campo, reduzindo a população trabalhadora ocupada nas atividades agrícolas e rareando postos de trabalho na agricultura para inúmeros habitantes locais. Assim, segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na safra de 2008 foram admitidos 3766 trabalhadores em atividades ligadas diretamente à agricultura no município de Itápolis; já na safra 2019 foram 1711.

Com efeito, como consequência do avanço do capital financeiro-fictício no campo em Itápolis, do desenvolvimento de suas forças produtivas e do aprofundamento da crise do trabalho, observamos, ainda, outras mudanças nas relações de trabalho além de novas contradições e violências que as permeiam, com destaques para: (i) quase desaparecimento do trabalhador boia-fria cortador de cana, substituído pelo piloto operador de colhedeira mecânica de cana; (ii) criação de pequenas turmas de trabalhadores para o corte manual da cana nas áreas onde as colhedeiças não acessam; (iii) criação de turmas para a catação de pedras e tocos, limpando o talhão de cana para a passagem

das colhedeiras; (iv) conformação de equipes técnicas em torno das colhedeiras mecânicas, incluindo mecânicos, pilotos, bombeiros e outros profissionais de apoio; (v) junto à maior exploração do trabalho no campo, aumentam os relatos sobre alcoolismo, tabagismo, uso de drogas e outras formas de vícios e refúgios entre trabalhadores de Itápolis, que se colocam como formas de alívio dos sofrimentos diários da opressão via trabalho; e (vi) avolumam os números relativos a acidentes de trabalho no campo, incluindo casos de mortes provocadas por desgaste físico ou por acidentes com máquinas. Pitta (2016) aponta que, no setor sucroenergético, a redução dos postos de trabalho atingiu diretamente a atividade da colheita e acirrou a competição entre os cortadores pelos postos de trabalho restantes, resultando no aumento da produtividade do trabalho manual, intensificando a exploração e fazendo crescer os casos de mortes nos canaviais paulistas entre 2004 e 2008.

Nas reduzidas áreas citrícolas ainda existentes em Itápolis, encontradas em pequenas e médias propriedades rurais, as atividades de colheita ainda dependem do trabalho manual e empregam cerca de 60% da força de trabalho rural do município, contratada, em grande medida, mediante os chamados “condomínios de trabalhadores”. No entanto, a crise da citricultura aumentou a mobilidade do trabalho, que se manifestou em novas formas precarizadas de contratação de trabalhadores. A esse respeito, destaca-se a criação de pequenas turmas de trabalhadores que, aliciadas e transportadas por empreiteiros (“gatos”) e sem direitos trabalhistas, deslocam-se a grandes distâncias para realizar atividades diversas no campo, tanto no município de Itápolis quanto em municípios vizinhos, como no caso dos trabalhadores que se deslocam para os municípios da região de Bauru para a colheita da laranja.

Com a crise da citricultura e a erradicação dos laranjais, houve, ainda, deslocamento do “cinturão citrícola” das porções centro-norte e norte de São Paulo (regiões de Araraquara e Bebedouro) para sua porção sudoeste (mesorregião de Bauru), refletindo em mudanças na

dinâmica migratória interna ao estado de São Paulo, destacando-se: (i) na região de Araraquara, houve redução dos fluxos migratórios temporários para a safra da laranja; (ii) ocorreram mudanças nos trajetos migratórios internos para a safra da laranja em São Paulo, que, partindo de municípios vizinhos ou de pontos do nordeste, se direcionam, agora, para a mesorregião de Bauru, acompanhando o novo posicionamento do cinturão citrícola; e (iii), por fim, a crise na citricultura e a quase completa mecanização do campo permitida pela cana-de-açúcar provocaram o fenômeno de “migração de retorno” de trabalhadores para suas cidades de origem, intensificando o fluxo de retorno de migrantes às suas cidades e regiões de partida.

Nesta crise imanente que atinge a sociedade do trabalho, observada em nossa pesquisa através do município de Itápolis, o trabalho se reafirma negativamente e transfigurado: à redução absoluta do trabalho produtivo no campo, em função do desenvolvimento das forças produtivas sociais, corresponde o aumento, em menor número, dos postos de trabalho improdutivos na área urbana de Itápolis, metamorfoseando a sociedade do trabalho numa sociedade dos serviços. Nesse contexto, muitos trabalhadores buscam se inserir no setor de serviços urbanos como vendedores, pedreiros, mecânicos, ajudantes gerais, etc. Mas, também, há a convivência com o desemprego, o recurso à assistência social, o empobrecimento, a mendicância e a miserabilidade, os quais impactam inúmeros trabalhadores.

Considerações finais

Neste princípio de século XXI, o desenvolvimento das forças produtivas no campo inclui, não apenas, a redução absoluta e relativa do trabalho vivo no interior dos processos produtivos da agricultura, mas também sua transfiguração, o que podemos observar a partir do município de Itápolis. O movimento crítico do capital no campo é o desdobrar de suas forças produtivas e a redução da presença do trabalho vivo, o que significa, objetivamente, redução da produção de mais-valia. Citricultura e cana-de-açúcar emergem, assim, como ramos produtivos

críticos, cujo movimento de reprodução é regido pela *crise da sociedade do trabalho*. Paralelamente, o desenvolvimento das forças produtivas no campo, particularmente no processo de colheita de lavouras temporárias, potenciado mediante a forte intermediação do capital financeiro-fictício, e o avanço da crise do trabalho, consubstanciam-se em novas formas de arregimentação, contratação, controle e gestão dos processos de trabalho. Na prática, isso fez emergir novos tipos de trabalhadores, assim como modificou integralmente o que se entende por “mercado de trabalho” e mesmo a mobilidade do trabalho. Assim, neste início de século, a reprodução crítica do capital organiza um novo universo de contradições e cisões no campo, novas espacialidades enquanto abstrações reais.

Referências bibliográficas

- ALFREDO, Anselmo. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 12, n. 1, p. 63–108, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74097>.
- ALFREDO, A. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.
- IBGE, Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- FARIAS, L.F. **Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista**. São Paulo: Sundermann, 2014.
- GAUDEMAR, J.P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista**. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PITTA, F. T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/>.
- SANTOS, A. Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil. In: ALFREDO, A. **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico**. São Paulo: Editorial Igrá Kniga, 2023.

Migração e trabalho na esteira da agroindústria: Uma análise do caso da BRF em Lucas do Rio Verde/MT e Toledo/PR.

Emerson Marques de Santana

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir os processos migratórios de chegada de trabalhadores no ramo frigorífico, observados a partir da investigação realizada em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e em Toledo, no Paraná. As duas localidades pesquisadas possuem, cada qual, um complexo agroindustrial da Brasil Foods S.A (BRF), empresa que engloba as marcas Sadia e Perdigão.

Para tanto, traremos trechos das entrevistas realizadas com os trabalhadores, obtidas nos campos de pesquisa realizados nas cidades de Toledo/PR (em dezembro de 2022), e Lucas do Rio Verde/MT (em dezembro de 2023). Compartilharemos informações dos próprios campos de pesquisa em si, assim como outros dados mais gerais que nos ajudam a pensar os movimentos identificados e situá-los no momento político e econômico em que estamos. Soma-se aos dados empíricos e oficiais apresentados — que revelam a presença de indivíduos de diferentes partes do país e também de outras nacionalidades (algo que empreenderemos especial esforço em compreender) — o compartilhamento daquilo que temos lido até aqui e que embasa teoricamente a pesquisa. Por fim, traremos também mapas, tabelas e imagens que ajudarão a situar-nos no conjunto das trajetórias e realidades estudadas.

Toledo e os Haitianos

No fim do ano de 2022 realizamos nosso primeiro campo de pesquisa para o doutorado na cidade de Toledo, localizada no oeste do

estado do Paraná (de São Paulo até a cidade são pelo menos 14 horas de viagem de ônibus). Essa oportunidade serviu como marco para a própria pesquisa, no momento em que esta se encontra, e na realidade se une a uma trajetória acadêmica de estudo do trabalho em agroindústria frigorífica e da relação Capital *versus* Trabalho observada a partir daí, desenvolvida desde a graduação, passando pelo mestrado, investigando a realidade dos trabalhadores da BRF em Lucas do Rio Verde, localizada na região Médio-Norte de Mato Grosso. As duas realidades, conectadas pela BR-163 (Mapa 1) e distantes mais de 1.600km entre si, são, aqui, aproximadas, postas em relação e observadas na fala dos trabalhadores que nelas vivem e se reproduzem.

Na elaboração tanto do trabalho final de graduação quanto da dissertação de mestrado, tivemos contato com algumas pesquisas desenvolvidas na região Sul do país (mais precisamente nos estados de Paraná e Santa Catarina), voltadas a compreender o trabalho em frigorífico assim como as empresas desse ramo. É justamente nessa região que se originou a agroindústria frigorífica do país e onde empresas como Sadia, Perdigão e Seara foram fundadas. Destacamos os trabalhos de Fernando Mendonça Heck intitulado “Degradação Anunciada do Trabalho Formal na Sadia, em Toledo (PR)” (2013); “A Pobreza e a Dinâmica Espacial do Trabalho nos Frigoríficos de Aves no Oeste Paranaense” (2010), de Gabriel Rodrigues da Silva; e “Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: Frigorífico de Aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR” (2011) de Diane Daniela Gemelli. Todas estas compartilhadas através do contato com o professor Dr. Antônio Thomas Jr, quando ainda estávamos na graduação.

Desde antes da ida a Toledo já havíamos tomado conhecimento da presença de haitianos trabalhando para a BRF, e houve aí um especial interesse que logo se transformou na oportunidade de expandir aquilo que fora observado, até então, em Lucas do Rio Verde, tanto na graduação quanto no mestrado: uma realidade em que basicamente brasileiros vindos de outras regiões do país (majoritariamente do nor-

Mapa 1: Lucas do Rio Verde e Toledo no eixo da BR-163



Fonte: IBGE, 2023.

deste e do norte), constituíam a força de trabalho responsável pela produção nessa unidade da empresa.

Em Toledo, tivemos contato direto com o que antes era expectativa e, de fato, constatamos que a presença de haitianos é notável por lá, e o é por toda parte, se comunicando, transitando, vivendo em diferentes bairros, uns com vínculo com o frigorífico pesquisado e outros, não. Na verdade, muitos são os residentes na cidade que já trabalharam para a Sadia, visto que o frigorífico lá existe desde a década de 1960¹. Nessa oportunidade entrevistamos um total de oito trabalhadores e trabalhadoras, sendo que cinco dos entrevistados são de origem haitiana. Uma relação dos entrevistados pode ser visualizada na Tabela 1, a seguir.

Nossa abordagem com os trabalhadores prosseguiu em Toledo como fora antes em Lucas do Rio Verde. Construímos um questionário semiestruturado que direcionava a conversa, no sentido de garantir que certas questões fossem abordadas. Perguntamos aos entrevistados desde informações básicas, como nome, idade e origem do/a entrevistado/a, passando por sua trajetória de vida, experiências ligadas ao trabalho (formal ou informalmente), seu trabalho na BRF e a experiência com a empresa, relação com o lugar onde moram e expectativas de vida e futuro. Também realizamos entrevistas com um representante do poder local, e do sindicato², cada qual com um roteiro de entrevista adaptado, nos mesmos parâmetros do voltado aos trabalhadores, va-

-
1. “Foi essa característica que motivou a criação do Frigorífico Pioneiro, erguido com capital local no início da década de 1960. Atílio Fontana, fundador da SADIA, registrou em sua autobiografia que escolheu Toledo para a instalação do frigorífico em função, principalmente, da “grande produção de suínos” na região. O fato de haver lá outro frigorífico instalado e em funcionamento, o Frigorífico Pioneiro pesou nessa decisão”. (Bosi, 2017, p. 181)
 2. Entrevistamos Roseli Aparecida de Farias, que faz parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – Toledo/PR. Também conversamos com João Luis Raimundo Nogueira, diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura do município de Toledo.

lorizando a posição que cada um ocupa, e também suas trajetórias de vida, formação, atuação, dados e materiais que pudessem compartilhar.

Tabela 1: Relação dos trabalhadores entrevistados em Toledo/PR.

Entrevistado	Idade	Origem
Julia*	31 anos	Haiti
Carla*	não informado	São Paulo
Sara*	não informado	Curitiba
Tereza*	23	Haiti
Francisco*	42	Haiti
Antônio*	não informado	Haiti
Jacinta*	32	Haiti
Eraldo*	não informado	Minas Gerais
Total de entrevistados	8	

* Como forma de preservar a identidade dos trabalhadores entrevistados, adotamos nomes fictícios.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com o acúmulo das oportunidades que tivemos de ir a Lucas do Rio Verde (ao menos outras quatro vezes), seguimos os mesmos pressupostos da “Deriva”³, ou seja, desde muito antes já estávamos mergulhando nesse novo universo e, desde o momento em que saímos rumo a nosso destino de viagem até o nosso retorno e no desfazer das malas, tudo que, nesse ínterim, passou pelos nossos sentidos e com que tivemos contato, foi considerado passível de ser, de alguma forma, utilizado em nossa análise.

3. Referimos-nos a técnica desenvolvida por Guy Debord, dentro do movimento situacionista. Tivemos acesso a uma versão traduzida de um texto do autor para o n 2 da *Revista Situacionista*, de 1958, graças ao professor Danilo Volochko que o compartilhou conosco. A tradução foi feita por um grupo chamado “Gunh Anopetil”.

A teoria da Deriva, à qual nos referimos, pode ser compreendida como um conjunto de procedimentos adotados na prática de pesquisa que chama atenção para a influência psicogeográfica da interação do pesquisador com a realidade que está pesquisando. Debord (1958), disserta que:

Entre os diversos procedimentos situacionistas, a deriva se apresenta como uma técnica ininterrupta através de diversos ambientes. O conceito de deriva está ligado indissoluvelmente ao reconhecimento de efeitos da natureza psicogeográfica, e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que se opõe em todos os aspectos às noções clássicas de viagem e passeio.

Todas as entrevistas foram realizadas no bairro Jardim Panorama (Mapa 2), localizado ao lado da BRF (a rodovia PR-182 impõe o limite entre ambos). Tomamos o cuidado de preservar os nomes reais dos/as entrevistados/as, já no caso dos representantes do poder público e do sindicato, a posição que ocupam impede tal procedimento, não podendo ocultá-los.

Encontramos aí um pedaço de Porto Príncipe⁴, sendo reproduzida através dos trabalhadores haitianos que agora vivem na cidade. Distantes 7.335km⁵ do seu local de origem. Hoje vivem em casas de aluguel e kitnets da região, dividindo a moradia com amigos, familiares e parentes. O contato com eles levou a pesquisa para outro patamar, inclusive de dificuldades impostas pelo momento da entrevista e dos diálogos. Em certos momentos, fomos incapazes de prosseguir a conversa, desenvolver mais a troca de informações, pela impossibilidade de se fazer compreendidos. Deparamo-nos com pessoas que falam pouco ou muito pouco português e mesmo o francês muitas vezes não era a língua sendo utilizada⁶, o que era possível notar.

4. Capital do Haiti.

5. Somamos as distâncias entre Porto Príncipe e São Paulo, e entre São Paulo e Toledo, para obter esse resultado.

6. “O crioulo haitiano (*kreyòl ayisyen*), também conhecido como *créole*, é uma língua natural falada por quase toda a população do Haiti (9,2 milhões), havendo ainda cerca

Quando caminhando por entre as ruas do bairro Panorama, avistamos um conjunto de kitnets com o quintal comum entre as casas. Algumas crianças brincavam do lado de fora. Comecei a chamar atenção, batendo palmas e me apresentando. Tereza* e Francisco* foram as pessoas com quem a conversa durou mais tempo. Os dois são amigos haitianos. Enquanto conversava com a trabalhadora, ele apareceu. Em determinado momento da entrevista com a trabalhadora, questiono:

E: Você deixou família por lá, no Haiti?

T: Sim.

E: Faz quanto tempo que você não vê eles? 4 anos que você não vê eles?

T: 4 anos.

E: Têm vontade de rever os seus parentes de lá algum dia?

T: Sim, porque eu...

(silêncio constrangedor, entrevistada solta uma risada tímida, em seguida murmura algo para seu colega ao lado).

T: Eu não sei [...] eu lá vou ter dinheiro pra comprar um....

Francisco* intervém na conversa: visto, passagem....

T: É muito caro! Seis mil, sete mil.

E: Só pra vir?!

T: Só pra vir!

(E = Entrevistador, T = Tereza*. Entrevista realizada em 07/12/2022).

O trajeto deles é basicamente o seguinte: de Porto Príncipe, pegam um voo para São Paulo com conexão no Panamá. Há também o caso dos que atravessam a única fronteira terrestre que o Haiti possui, com a República Dominicana, e, de lá, pegam um voo até o Panamá e, dali, até São Paulo. O trajeto até Toledo, às vezes, já faz parte do objetivo do trabalhador desde sua partida, pois, geralmente, conhecem outros que já residem não só em Toledo, como também em outras cidades da Região, o trajeto é caríssimo, como o trecho da entrevista pôde mostrar.

Esse esforço monumental, de reunir quantias, encontrar formas de deixar seu país e sua parentela, para aqui construir perspectivas,

garantindo a sua sobrevivência, e, ainda por cima, ajudar os que lá ficaram não cessa aí, como podem imaginar os que já conheceram o trabalho dentro de um frigorífico. Segundo a Repórter Brasil (2011), produtora do documentário “Carne e Osso”:

Quem trabalha em um frigorífico se depara diariamente com uma série de riscos que a maior parte das pessoas sequer imagina. Exposição constante a facas, serras e outros instrumentos cortantes; realização de movimentos repetitivos que podem gerar graves lesões e doenças; pressão psicológica para dar conta do alucinado ritmo de produção; jornadas exaustivas até mesmo aos sábados; ambiente asfixiante e, obviamente, frio — muito frio.

Por conta dos limites do que podemos abordar neste documento, não é possível tratar o tema de forma pormenorizada a respeito, mas indicamos o documentário produzido pela Repórter Brasil, assim como a leitura da dissertação de Fernando Mendonça Heck, já mencionada no texto, que discute o adoecimento na agroindústria frigorífica, assim como a dissertação por nós defendida e aprovada junto ao PPGH-USP em 2019 (Santana, 2019), na qual tratamos, entre outras questões, do adoecimento e da alta rotatividade dos trabalhadores a partir do observado em Lucas do Rio Verde.

Como forma de ampliar a noção a respeito do universo representado pelos haitianos, trabalhando para o setor frigorífico em Toledo. Conseguimos através das entrevistas, obter o marco de que os primeiros chegaram à cidade no ano de 2014, como nos afirmou a representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Toledo/PR,⁷ Roseli Aparecida Batista:

E: Você comentou do pessoal vindo de fora, e aí para mim é bem importante saber, quando começou esse movimento de chegada?

R: Desde 2014!

7. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – Toledo/PR.

E: E como que foi assim, esse início aí de [...] Como que eles ficaram sabendo sobre isso (oportunidade de emprego na cidade)?

R: A empresa, como eles vinham muito do Acre, a empresa buscou de ônibus [...] um ônibus com 44 foi o primeiro a chegar aqui em Toledo!

(E: Entrevistador; R: Roseli. Entrevista realizada em 08 de Dezembro de 2022).

Sentimos certa dificuldade em encontrar uma fonte segura de informações que atestem de forma oficial esse marco temporal, mas, através da plataforma do Novo Caged⁸ conseguimos obter o número preciso de admissões no setor frigorífico, por município, com dados fornecidos pelo próprio empregador. Infelizmente, os dados presentes na plataforma constam a partir do ano de 2020, o que impossibilita visualizar o marco de chegada indicado, mas nos ajudam a compreender o fluxo nos três anos disponíveis. Observe-se a Tabela 2.

Tabela 2: Admissão de haitianos no setor frigorífico de Toledo/PR, por ano

Sexo	2020	2021	2022	2023
Masculino	80	157	108	155
Feminino	77	121	116	139
Total	157	278	224	294

Fonte: Novo Caged, 2024

8. O Novo Caged fornece informações ligadas ao emprego e desemprego no país com recuo máximo ao ano de 2020. Segundo informação obtida no site do PDET (Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho) do Ministério do Trabalho: “Desde janeiro de 2020, o uso do Sistema do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas, conforme estabelecido pela Portaria SEPRT n 1.127, de 14/10/2019”. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-novo-caged> Acesso em 02/07/2024.

Lucas do Rio Verde e os Venezuelanos

Diferente de Toledo, onde já tínhamos alguma ideia da presença de estrangeiros trabalhando para BRF, em nossa ida a Lucas do Rio Verde, em 2023, fomos surpreendidos pelo que lá encontramos, com a presença de venezuelanos na cidade. A vinda dos venezuelanos marca um novo ciclo de chegada de trabalhadores, dessa vez com mão de obra estrangeira por lá. Ainda são muitos os trabalhadores de origem da região Norte, seguidos pelos nordestinos. Uma relação dos entrevistados pode ser vista a seguir na Tabela 3.

Tabela 3: Relação dos trabalhadores entrevistados em Lucas do Rio Verde/MT.

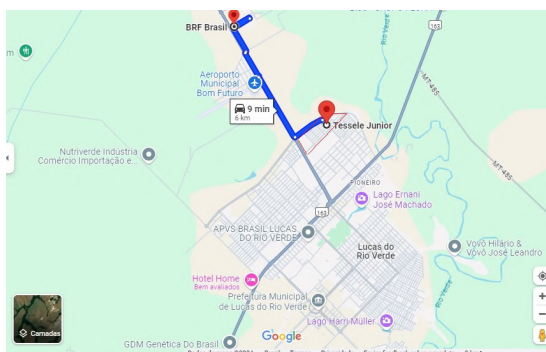
Entrevistado	Idade	Origem
Caio*	42	Venezuela
Ednaldo*	35	Pará
Maria*	24	Pará
Edmilson*	26	Pará
Severino*	28	Alagoas
Mateus*	39	Pará
Thiago*	21	Maranhão
Total de entrevistados 7		

* Como forma de preservar a identidade dos trabalhadores entrevistados, adotamos nomes fictícios.

Fonte: Elaborado pelo autor

Seremos mais breves com relação a este campo de pesquisa com relação ao nosso relato anterior sobre Toledo. Como já dissemos, nossos esforços de pesquisa em Lucas do Rio Verde já completaram dez anos, tendo adquirido certo acúmulo sobre essa realidade, e, nesse caso, as diferenças com relação ao caso Paranaense são notáveis. As moradias dos trabalhadores, por exemplo, estão concentradas majori-

Mapa 3: Localização do bairro Tessele Junior e distância em relação à BRF de Lucas do Rio Verde/MT



Fonte: Google Maps

tariamente no bairro Tessele Junior, e isso têm um motivo: essas casas foram construídas com objetivo de servir aos trabalhadores da BRF, fruto de um acordo entre prefeitura, empresa e a Caixa Econômica Federal, no qual a prefeitura disponibilizou os lotes, o banco garantiu o financiamento e a empresa cuidou da obra. O Mapa 3 mostra a localização do bairro em relação à empresa.

Ainda hoje essa é uma questão e, infelizmente, deixaremos para outra oportunidade a chance de explicar detalhadamente a situação. Ocorre que a empresa prometia que as casas seriam financiadas pelos trabalhadores depois de certo tempo trabalhado para a mesma, mas isso só aconteceu de forma pontual e muito tímida e já foi interrompido há anos. Segundo apuramos anteriormente (Santana, 2019, p. 42), das 1.558 casas existentes, somente 100 foram financiadas, ou seja, 1.458 residências ainda permanecem sob a propriedade da empresa. Segundo o que descobrimos nessa oportunidade, a empresa detém um controle semelhante em outras duas localidades, uma em Minas Gerais, e outra em Nova Mutum (município de Mato Grosso próximo de Lucas do Rio Verde).

Como coincidência ou acaso, nosso primeiro entrevistado era venezuelano, vamos chamá-lo de Caio (infelizmente, foi com ele que tivemos um problema com o gravador). Caio entrou pela fronteira entre Brasil e Venezuela em Pacaraima. Quando o encontramos, vivia numa casa compartilhada com outros de mesma nacionalidade, no caso dos solteiros, essas moradias são compartilhadas entre seis a oito pessoas, e o valor do aluguel é descontado na fonte pela empresa. Segundo apuramos anteriormente (Santana, 2019, p. 37), Das 1.558 casas destinadas aos trabalhadores da BRF, cerca de 120 funcionam como repúblicas.

Em frente à casa de Caio, uma obra chamava atenção: algumas moradias estavam sendo reformadas, na verdade, adaptadas para servirem como “hotéis”. Esse fato curioso é motivado pelo esforço da empresa em diminuir os custos que tem assumido em alocar, principalmente, os venezuelanos que estão chegando à cidade. Como muitos não resistem sequer ao prazo de um mês de trabalho no frigorífico, os trâmites para que sejam direcionados para uma das moradias não se conclui. Fomos informados pela representante da PROHAB que cerca de 30 (trinta) moradias no bairro estão passando por essa adaptação. Esses “hotéis” terão capacidade para receber até 250 (duzentos e cinquenta) pessoas ao todo.

Tabela 4: Admissão de venezuelanos no setor frigorífico de Lucas do Rio Verde/MT, por ano

Sexo	2020	2021	2022	2023
Masculino	21	50	83	465
Feminino	9	7	63	338
Total	30	57	146	803

Fonte: Novo Caged, 2024

Visto que nossa última visita ao campo fora em 2019, observamos que movimento de chegada dos venezuelanos na região é bastante recente. Segundo apuramos, o movimento é mais notado a partir de 2023. Os dados do Novo Caged são expressivos sobre esse salto. Vejamos:

Conclusão

Concluimos nossa exposição ainda no início, chamando atenção para o primeiro contato, as surpresas do retorno, assim como para a preparação do campo de pesquisa em si. Também compartilhamos parte da compreensão advinda do acúmulo, ainda que insuficiente, do que representa o trabalho voltado à agroindústria frigorífica. Para nós, os exemplos abordados representam parte do que é a territorialização do trabalho de forma concreta, e o papel do Brasil dentro do sistema-mundo capitalista através de empresas como a BRF. A dinâmica de migração regional outrora pesquisada, agora se espraia e é também internacional. Haitianos e venezuelanos encontram-se entre nós, unem-se a outros de outras nacionalidades e também aos brasileiros na esteira do trabalho em frigorífico. Essa vinda por certo muda o que existe lá e também o que existe aqui.

Referências bibliográficas

- DEBORD, G. **Teoria da Deriva**. Texto publicado no n. 2 da revista Internacional Situacionista em dezembro de 1958. Segunda tradução (espanhol – português) por membros do Gunh Anopetil em 19 de março de 2006. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/guy-debord-teoria-da-deriva> Acesso em: 24/02/2024.
- BOSI, A. P. **O Frigorífico da Sadia em Toledo-PR (1965-1979): Publicidade e Recrutamento de Trabalhadores**. Espaço Plural. Ano XVIII - N 37, 2 Semestre 2017, p.178-201. ISSN 1981-478X.
- LÍNGUA CRIOLA HAITIANA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2025. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAngua_Criola_Haitiana

[//pt.wikipedia.org/w/index.php?title=L%C3%ADngua_crioula_haitiana&oldid=69447412](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=L%C3%ADngua_crioula_haitiana&oldid=69447412). Acesso em 24/02/2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Painel de Informações do Novo Caged**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/setembro> Acesso em 05/11/2024.

PDET. **O que é o Novo CAGED?** Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-novo-caged> Acesso em 02/07/2024.

REPORTER BRASIL. **“Carne, Osso” retrata trabalho em frigoríficos brasileiros**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/03/quot-carne-osso-quot-retrata-trabalho-nos-frigorificos-brasileiros/> Acesso em 15/02/2024.

SANTANA, E. M. **Precarização do trabalho e as contradições na produção do espaço - o caso da BRF em Lucas do Rio Verde-MT**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-153110/pt-br.php>.

Ferrogrão e Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) em Itaituba-PA: Impactos no ordenamento do território a partir da implantação de infraestruturas logísticas

Victoria Chaves Ribeiro

Introdução

“Nós não comemos soja. A gente não se alimenta de soja. A gente quer apenas água limpa e a floresta em pé.” A fala de Alessandra Korap Munduruku, coordenadora da Associação Indígena Pariri (Brasil de Fato, 2024), revela a disputa no território amazônico, iniciada na formação do Brasil, quando foram ignoradas as múltiplas populações locais — camponeses, ribeirinhos, indígenas e outras comunidades tradicionais — que habitam a área de influência de infraestruturas logísticas voltadas ao agronegócio. Projetos como a construção da Ferrogrão, a BR-163 (Cuiabá-Santarém), a BR-230 (Transamazônica) e as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) configuram diferentes territórios e revelam as contradições presentes em Itaituba, PA.

Para contextualizar a região estudada, manifestada por transformações e impactos socioterritoriais recentes e acelerados, tem-se, neste trabalho, a perspectiva da regionalização brasileira de Corrêa (2001) e de Martins (1996) e a teoria de território de Raffestin (1993), Oliveira (2007) e Martins (1979). Nesse sentido, compreende-se que o uso das terras do país foi (e é) comandado pela ordem do capital e da iniciativa privada. A expansão das frentes pioneiras e de expansão no Brasil estão articuladas em políticas públicas que materializaram, nas décadas passadas, um conjunto de infraestruturas, com destaque para as rodovias na ditadura militar.

O projeto Ferrogrão, que virá a servir exclusivamente como escoamento da soja, é um outro ponto de alerta para as populações que vivem no Rio Tapajós. Se concretizado, na paralela da rodovia Cuiabá-Santarém, os 1.000 km de área para escoamento em trilhos ferroviários irão demandar desmatamento, invasões e a expansão do agronegócio na floresta e rios — basicamente será mais um empreendimento que invadirá o território.

As aberturas de rodovias na Amazônia foram a saída para atrair trabalhadores e projetos econômicos para a região. As políticas territoriais de integração impactaram diretamente na extensão e transformações em infraestruturas, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a Transamazônica, dois modais presentes em Itaituba-PA, região estudada neste trabalho. Desde então, o território se tornou mais violento, mas também modificou o comércio de grãos do Mato Grosso, no Centro-Oeste, para a Amazônia. Desde esses projetos, os incentivos a investimentos em infraestrutura são debatidos para a região.

As empresas que se territorializam no Médio Tapajós, hoje, com as instalações portuárias para escoamento de grãos — as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) — transformaram o cotidiano de pescadores, ribeirinhos e indígenas em decorrência da limitação de áreas de pesca e da intimidação violenta no próprio território. O aumento da população urbana atraída pela lógica de desenvolvimento capitalista, de acordo com os dados do último Censo do IBGE e do Caderno de Conflitos no Campo da CPT, indicam os impactos da atual organização desses territórios sem a consulta da população.

O projeto de construção da Ferrogrão, atualmente em discussão, evidencia a resistência das populações amazônicas em Itaituba-PA. Os territórios modificados para implementação de grandes projetos como esse são denunciados pela ausência de consulta pública. O processo de consulta constitui um direito consagrado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporado à legislação brasileira desde 2004.

Teoria e Método

Este trabalho parte da dialética materialista, tida como o princípio da contradição na formação dos territórios estudados. Assim como fora apontado por Martins (1979), este trabalho privilegia o concreto na sua dimensão histórica, de origem marxiana e não marxista, tendo em vista que se reconhecem as contradições implicadas na expansão do capital no campo como um processo desigual e combinado, e não totalitário. O capital, em seu fundamento, não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão, não implanta o trabalho assalariado em todos os lugares. Ou seja, essa expansão não “apaga” os camponeses do campo em detrimento da necessidade de proletarianização, que viria a tornar exclusivo o modo de produção capitalista, que legitimaria a existência de meras duas classes, a burguesia e o proletariado. Pelo contrário, o próprio capital gera condições para a reprodução de relações não capitalistas de produção, como a do campesinato de Itaituba-PA, composto por pescadores e garimpeiros.

Através da recriação das relações não-capitalistas, ocorre o processo de produção do capital, uma maneira de acumulação primitiva permanente. Tem-se, nesse sentido, a compreensão de que a produção é sempre capitalista, contudo, a reprodução não é (Oliveira, 2007).

Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, contradição e obstáculo à expansão e ao desenvolvimento do capital, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada. Introduce, assim, uma irracionalidade na reprodução do capital, irracionalidade que a repartição da mais-valia supera, sob a forma de lucro, juro ou renda, quando o capitalista, como no caso brasileiro, se torna proprietário de terra e, portanto, titular de renda fundiária. (Martins, 2010 [1979], p. 19).

Raffestin (1993) indica a formação do território como um produto das relações de poder e não exclusivamente orientado pelo poder do Estado. Para o estudo amazônico desta pesquisa, considera-se

a importância do autor diante da realidade concreta de Itaituba, na qual não é só o Estado a fonte de poder para a realidade de conflitos territoriais, mas também empresas multinacionais, o garimpo ilegal, ONGs, entre outras.

O município, que é conhecido entre a população como “cidade pepita” diante do protagonismo do minério de ouro cobiçado pelo capitalismo desde a ditadura militar, recebe, no século XXI (portanto, em fase do neoliberalismo), infraestruturas logísticas para escoamento de grãos produzidos, sobretudo, no Mato Grosso. Em operação desde 2016, as estações para transbordo das cargas, em que se fazem presentes multinacionais como a Bunge e a Cargill, monopolizam o território e impõem conflitos diretos com pescadores de Itaituba. Se antes da presença das instalações eles eram livres para pescar no Médio Tapajós, a realidade do conflito manifesta-se pela limitação de suas áreas de pesca e pela imposição de transformações sobre os seus modos de reprodução e auto-existência. Contudo, essa realidade não os elimina de seus territórios, ao contrário, evidencia a resistência e reprodução do campesinato, que, em vez de ser desterritorializado, permanece em constante resistência.

(Des)ordenamento territorial em Itaituba-PA

O abrupto aumento da população urbana em Itaituba, no Médio Tapajós, está correlacionado à chegada de empresas multinacionais, como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company. Projetos desenvolvimentistas como as estações de transbordo de grãos, em operação desde 2016 nas proximidades das margens do rio, estiveram orientados por um discurso de movimentar a economia na cidade, difundido pela geração de empregos e metas de amenização de impactos sociais e ambientais. Contudo, decisões sobre o ordenamento do território foram implementadas sem consulta popular, o que resultou em um crescimento urbano acelerado e desordenado, identificado no aumento da população urbana, do fluxo de caminhões e da população masculina (Oliveira e Vieira de Melo, 2021). A população urbana cresceu 19,8% de

2010 a 2022, passando de 101.471 para 121.590 habitantes (IBGE, 2022). Revela-se a acentuação de desafios diante do aumento demográfico, especialmente em infraestrutura urbana e saneamento básico.

As condições de saneamento de Itaituba são estagnarizadas; contudo, trata-se da materialidade expressa em poderes multidimensionais, portanto, não oriunda somente do Estado, mas também do garimpo ilegal e do tráfico de drogas. Persiste, ainda, uma lacuna acadêmica em compreender o campo e a questão agrária brasileira em sua realidade: territórios em disputa, territorializado por monopólios empresariais, expropriado e marcado por cobiças. Cerca de 113.371 habitantes não possuem acesso à água tratada e mais de 30.000 têm seu lixo não recolhido. A coleta de resíduos atinge apenas 44,22% da população e o município ainda não implementou um plano efetivo de saneamento, posto que se encontram em fase de elaboração tanto o plano, quanto a política municipal de saneamento (IBGE, 2022).

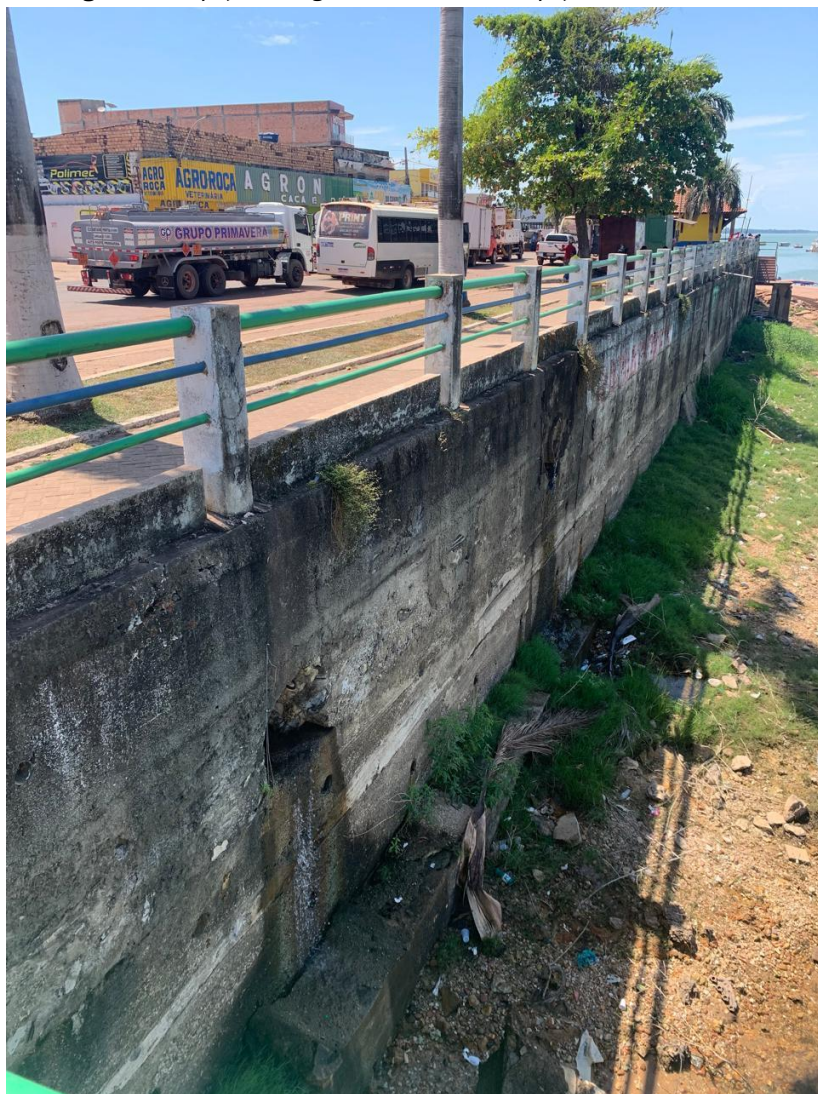
Nessa perspectiva, a expansão do capital se faz de modo contraditório. Por um lado, a implantação de projetos bilionários como a Ferrovia EF-170 (Ferrogrão) promovem uma narrativa de progresso; por outro, intensificam desigualdades e aprofundam conflitos no território. Apenas 4,12% da população utiliza a rede geral ou tem fossa ligada a ela, enquanto uma parcela de 17,7% recorre a fossas sépticas não ligadas à rede e impressionantes 73,3% utilizam fossas rudimentares ou buracos (IBGE, 2022). A carência de infraestrutura adequada para a destinação do esgoto contribui diretamente para a degradação ambiental e prejudica a qualidade de vida urbana. Itaituba não conta com um conselho ou fundo municipal de saneamento, evidenciando a precariedade na gestão e planejamento urbano para lidar com as crescentes demandas do aumento da população. Ao mesmo tempo, a infraestrutura insuficiente reflete o desenvolvimento desigual, pois há alto investimento na região, mas também há áreas que permanecem sem infraestrutura básica, como saneamento e coleta de resíduos. O impacto no ordenamento do território é iminente.

Figura 1: Galeria de esgoto a céu aberto em rua no centro de Itaituba, PA



Fonte: Trabalho de campo, 2024. Org. Victoria Chaves Ribeiro, 2024

Figura 2: Despejo de esgoto direto no Rio Tapajós em Itaituba, PA



Fonte: Trabalho de campo, 2024. Org. Victoria Chaves Ribeiro, 2024

Embora seja um município paraense, há poucas experiências com a culinária regional, como com buriti, vatapá, jambu, tucupí, peixes de rio como o surubim, tambaqui, mapará, ou até mesmo o açaí — ingredientes facilmente consumidos em municípios próximos, como Rurópolis, a 100 km de Itaituba. Na orla, acometida pela poluição do ar em decorrência de queimadas em territórios amazônicos e da movimentação de carretas de grãos na Transamazônica, que tornam até a vegetação paralela à rodovia empoeirada, é mais acessível encontrar opções gastronômicas em hamburguerias, creperias, carrinhos de batata frita e demais “fast foods”. As fachadas do comércio local são nomeadas, ou até mesmo homenageadas, com dizeres que remetem ao nordeste, sobretudo ao Piauí, Ceará e Maranhão. O processo que faz com que os grandes capitalistas invistam na fronteira, contraditoriamente, impulsiona o movimento dos trabalhadores do campo, uma vez que ao mesmo tempo em que esses grandes capitalistas abrem acesso aos recursos de seu interesse, também há a mesma abertura para esses trabalhadores. Por consequência, atividades como as de pescadores e camponeses locais se chocam e, nessas condições, o conflito entre as populações é inevitável (Oliveira, 2005).

Resistência e silenciamento: o eco pelas consultas públicas e suas falhas diante da resistência populações indígenas, ribeirinhas e campesinato

A nova divisão do trabalho, influenciada pelo agronegócio no século XXI tem, cada vez mais, reproduzido uma Amazônia urbana. O pequeno distrito de Miritituba, em Itaituba, urbanizou-se rapidamente. Ao se transformar em rota de escoamento da soja, rapidamente deixou de ser pequena vila e se inseriu em agressivos processos do agronegócio. A rápida transformação da área em local de alto fluxo de circulação de caminhões vindos da BR-163 e da Transamazônica impossibilitou até mesmo o tráfego da população local, que, hora ou outra, presencia atropelamentos por carretas de transporte de soja.

A análise sobre a construção da Ferrogrão, dentro do escopo deste estudo, procura consolidar a compreensão do trajeto de escoamento ferroviário entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), que revela a ausência de consultas públicas para alterações nos territórios afetados, situação também observada nas Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) em funcionamento em Miritituba.

Tal contexto expõe as contradições entre os interesses do agro-negócio e a (re)existência dos territórios indígenas e camponeses no quadro da lógica de desenvolvimento econômico do país, bem como os impactos no uso da terra, do solo e recursos hídricos. O processo de consulta constitui um direito consagrado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporado à legislação brasileira desde 2004. Entretanto, desde os estágios iniciais, os alicerces desse procedimento têm sido negligenciados no âmbito do projeto Ferrogrão. Como evidência, os povos indígenas Kayapó Mekragnoti testemunharam a falta de comprometimento da promessa de consulta, uma vez que a ferrovia foi considerada situada a uma distância excessiva da Terra Indígena Baú, em Novo Progresso (PA). Tal deliberação está ancorada na Portaria Interministerial 60/2015, que fixa limites de distâncias para o exercício da consulta (Terra de Direitos, 2023). Também a área do Parque Nacional do Jamanxim, ainda que não concebida como parte integrante de um Território Indígena (TI), mas que possui um profundo significado para o modo de vida das populações indígenas, encontra-se diante da possibilidade de ser afetada pela Ferrogrão.

Alessandra Korap, liderança indígena Munduruku da Região de Integração do Tapajós e coordenadora da Associação Pariri, também contribui para essa discussão, ao se manifestar por consultas às comunidades afetadas, conforme os protocolos de consulta estabelecidos por quilombolas, pescadores, extrativistas e indígenas. Em um contexto de pressão e denúncia, organizações indígenas e da sociedade civil decidiram, em julho de 2024, romper com o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério dos Transportes sobre a Ferrogrão, um projeto de ferrovia

que pode devastar aproximadamente 50 mil km de floresta amazônica. Em carta entregue ao ministério, o Instituto Kabu, a Rede Xingu+, a Aliança #FerrogrãoNão e o Psol criticaram a falta de transparência e diálogo com as entidades envolvidas (Brasil de Fato, 2024).

No documento, expõe-se que a iniciativa, que visava à discussão dos impactos socioambientais do projeto sobre as populações tradicionais, tornou-se um ambiente de baixa ressonância nas decisões políticas, exigindo das organizações a mobilização de recursos próprios para assegurar sua participação. A carta expressa profunda discordância com a previsão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para leilões de construção da ferrovia em 2026. Assim, reforça a urgência de cancelar o empreendimento e promover a regularização fundiária e a demarcação de terras (Brasil de Fato, 2024).

A falta de consulta e o desrespeito aos direitos territoriais revelam uma prioridade do agronegócio e das corporações internacionais pelo lucro, acima da preservação da vida e da floresta. As novas rotas pelo Norte para escoamento da produção de soja do Centro-Oeste significam uma mudança geográfica nessa função, pois o escoamento da commodity passa a ser deslocado para a Amazônia e o Nordeste, resultando na transformação dos territórios a partir da presença de novos portos para facilitar a exportação de grãos. A estrutura portuária que torna esse processo mais eficiente para o agronegócio é denominada Arco Norte (Oliveira Neto; Nogueira; Théry, 2018). O Arco Norte nada mais é que um projeto que vai de encontro a interesses políticos da burguesia nacional, que visa o desenvolvimento econômico da Bacia Amazônica, além da abertura de rodovias e ferrovias para facilitar a expansão do agronegócio na floresta e das rotas logísticas eficientes para os mercados europeu e chinês. A intervenção de iniciativas privadas em projetos de infraestrutura das regiões amazônicas também comanda a monopolização do território e a territorialização do capital, assim como os seus impactos na região.

O Médio Tapajós, que compõe Itaituba é analisado a partir da regionalização brasileira proposta por Corrêa (2001). O autor define

que a construção da imagem da Amazônia como última fronteira é uma consequência da integração nacional ocorrida em 1970, que significou a apropriação dos recursos naturais, minerais, madeireiros, além da apropriação das terras até então ocupadas pelas diversas comunidades camponesas, ribeirinhas e extrativistas que ocupavam a área. Significou, ainda, a dizimação física e cultural de indígenas; o surgimento de fluxos migratórios para a região atraídos pelas transformações industriais, logo, atraídos pela sobrevivência; a construção de hidrelétricas, aeroportos, portos e demais infraestruturas para atender os grandes projetos; as transformações da integração ao mercado do Centro-Sul, através de rodovias ligando a região à Amazônia, sendo a primeira a Belém-Brasília; além dos diferentes tipos de conflitos sociais entre grandes corporações capitalistas, o latifundiário capitalista, populações indígenas e camponeses. Os impactos reforçam a posição de Korap sobre os riscos de desvalorização da floresta e dos territórios tradicionais frente aos interesses econômicos corporativos. Realidade na qual somente a luta contínua pela (re)existência desses povos e pela proteção de seus territórios é capaz de interromper o silenciamento e apagamento de memórias, de produtos agrícolas regionais, de base alimentar da pesca, enfim, de diferentes modos de produzir e viver.

Para tal, Martins (1996) contribui com as definições de frente pioneira e de expansão para entender as transformações socioterritoriais na Amazônia com a participação do Estado — a exemplo, em sua colonização mais recente, do Plano Nacional de Integração (PIN) da ditadura militar, marcado pela construção de estradas e rodovias, invasão de aldeias indígenas e pela permissão da entrada de empresas estrangeiras em território nacional.

Relevante para compreender a viabilidade de grandes projetos logísticos do agronegócio, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi uma iniciativa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, criado em 1996, que, entretanto, só foi lançado em 2007, sob o governo de Lula. Durante a primeira década do século XXI, o governo federal adotou o programa a fim de fomentar uma estrutura de investimentos

em infraestrutura em vários setores, incluindo transporte. Nesse plano de projeto, a prioridade foi dada à rodovia BR-163, cujas obras de pavimentação estavam voltadas para o ordenamento territorial (Oliveira Neto; Nogueira; Théry, 2018).

Enquanto maior financiador de projetos de infraestrutura, o PAC viabilizou a construção das Estações de Transbordo de Cargas no Médio Tapajós, com o objetivo de receber a produção de grãos do Centro-Oeste e do estado do Pará. Em 2016, o pequeno distrito de Miritituba passou a sediar os portos para transbordo de grãos e a manifestar um fluxo contínuo de caminhões/carretas graneleiras.

Conforme estudo recente, os pescadores de um dos territórios do rio Tapajós começaram a identificar grãos de soja nos peixes pescados, uma vez que os mesmos se alimentam dos grãos que caem das embarcações. Se antes essas instalações portuárias eram em cidades maiores, como Santarém, agora ocupam e transformam a vida de quem vive nas proximidades do rio. As empresas cercam as margens do rio nas adjacências de onde estão situadas, impedindo a circulação deles por toda a área, além de afetando o cultivo por eles realizado, uma vez que estabelecem limites de uso do território. Com essa dinâmica, a violência aumenta, devido à segurança ostensiva das empresas para proteger as áreas arbitrariamente demarcadas como de interesse da instalação a despeito da população que habita o local (INESC, 2021).

Constata-se que os impactos estão na realidade da vida do camponato e comunidades tradicionais amazônicas desde a criação desses projetos, ditos desenvolvimentistas, que desconsideram a ocupação preexistente nesses territórios: vide os pedidos por licenciamento ambiental em áreas de TI, Unidades de Conservação, etc., requisitados por grandes empresários capitalistas. Assim, a Ferrogrão é mais um projeto que compõe esse histórico quadro de ataques, razão que desperta a atual motivação de investigação desse tema.

Considerações Finais

Com a entrada do agronegócio na Amazônia, ocorreram transformações no campo da produção, mas também no modo de vida do campesinato da região. O conflito dessas transformações nos territórios ocorre devido à lógica do agronegócio de que, para atingir sua produção em larga escala, são necessárias terras, logo, são transformadas exclusivamente em propriedade privada para acumulação e reprodução ampliada do capital. Portanto, a territorialização do capital, através da ação cumulativa de capital, impede que o campesinato utilize o território de modo “consensual”.

As políticas públicas e territoriais, ao longo dos anos a partir do PIN (Programa de Integração Nacional) — a principal iniciativa para nutrir as políticas territoriais —, em seu cerne não apenas não se extinguíram, como os projetos de colonização tornaram-se mais elaborados.

A propriedade privada da terra passa a ser a mercadoria que comanda o processo de ocupação, ou seja, a lógica estabelecida é a dos monopólios privados que desenham a configuração do território amazônico. Entretanto, estando o Brasil inserido nessa nova lógica dos monopólios, um novo momento deveria se abrir a partir da economia brasileira mundializada, demandando assim a elevação das taxas de produtividade da agricultura e o aumento do poder de competitividade.

O campesinato e as populações indígenas, historicamente pertencentes à área do Rio Tapajós, encontram-se ameaçados diante da cobiça capitalista; no entanto, a resistência e a persistência nos territórios indicam a contradição estabelecida com a expansão do capital na dita última fronteira agrícola.

Referências bibliográficas

BRASIL DE FATO. **Indígenas rompem com grupo de trabalho do governo federal sobre a Ferrogrão**. Brasília, 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.
- INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Tapajós: Uma breve história da transformação de um rio**. Brasília: INESC, 20 out. 2021. Websérie. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/acoes/webserie-tapajos-uma-breve-historia-da-transformacao-de-um-rio/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9 edição, revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. [1979]
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, maio de 1996.
- OLIVEIRA NETO, T. **Rodovia BR-163: entre a geopolítica e a geoeconomia**. 2019. 286 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.
- OLIVEIRA NETO, T.; NOGUEIRA, R. J. B.; THÉRY, H. É. R. Rodovia BR-163: Entre a geopolítica e a geoeconomia. **Revista Geonorte**, v. 9, n. 33, p. 265–269, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/5006>. Acesso em: 20 abril. 2024.
- OLIVEIRA, T.; MELO, C. V. **Logística no médio tapajós: o caso de Itaituba-Miritituba**. Brasília: INESC, 2019. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wpcontent/uploads/2021/03/0-caso-de-Itaituba-Miritituba_V11.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.
- OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício. (Org.) **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 10., 2012, Barcelona. **Actas...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2024.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993, 269p.

Parte IV

CIRCUITOS ECONÔMICOS, COMÉRCIO E CONSUMO

A produção de ouro ético na Colômbia: Análise da articulação de comunidades étnicas dos departamentos de Chocó e Antioquia (Colômbia) no mercado global de minerais

Carlos Andrés Pachón Pinzón

Introdução

Valendo-nos da escala¹, como instrumento analítico, para poder posicionar e problematizar as contradições e analisar a posição dos agentes e atravessadores dentro da cadeia de produção do ouro, interessa-nos analisar as mediações políticas, econômicas e culturais que regem a política ambiental global com relação ao comércio internacional do ouro e, dessa maneira, compreender os interesses dos agentes sociais envolvidos nesse setor comercial, focando-nos, principalmente, na articulação das comunidades étnicas dos departamentos de Chocó e de Antioquia, da Colômbia, no mercado global dos minerais.

O processo de inserção no mercado dos minerais exige o selo de qualidade do produto, que garanta que o procedimento extrativo é

1. Nesse sentido, a aproximação a esse processo contempla a perspectiva de análise da “produção de escala geográfica”, proposta por Smith (2002), para quem a produção da escala geográfica é um processo social que é definido pelas estruturas geográficas de interações sociais. Nessa direção, a aproximação crítica da escala, coincidindo com Swyngedouw (2004), deve abranger os processos através dos quais as escalas particulares se constituem. A ideia de escala implica, necessariamente, um conjunto de relações nas quais as escalas estão embutidas em outras escalas. Essa perspectiva de conotação plural de escala, defendida por Brenner (2001), está orientada a analisar relações organizacionais, estratégicas, discursivas e simbólicas mutáveis entre uma gama de escalas geográficas entrelaçadas. Nessa linha, além de prestar atenção em como cada escala é produzida socialmente, deve-se examinar como as relações entre as escalas também o são.

realizado sob princípios de sustentabilidade social e ambiental. Vemos, portanto, que esses selos de qualidade do mineral servem como ativo estratégico de mercado por serem indispensáveis para ingressar no lucrativo mercado global de ouro certificado.

Sua aplicação, consideramos, tem um sentido político e econômico. Por um lado, no âmbito político, ao atender às exigências do capital contemporâneo, representadas, principalmente, na aplicação dos princípios ESG (*Environmental, Social and Governance*), o selo consegue acalmar, momentaneamente, conflitos locais ao fomentar dinâmicas de inclusão social e econômica dos setores comunitários que estão trabalhando no processo de extração mineral. E, por outro lado, o ouro com selo de qualidade obtém legitimações para certos mercados, o que pode implicar uma agregação de valor, ou melhor, um maior preço da venda desse mineral. Por conseguinte, ao estimular esses processos de normatização, as agências certificadoras, e os países que representam, vão se legitimar como portadoras de uma ética capitalista contemporânea e, consequentemente, como pioneiras de um mercado de luxo sustentável.

Dinâmicas dos circuitos comerciais do ouro nos departamentos de Chocó e Antioquia

No circuito comercial do ouro, na maioria dos casos, o atravessador é uma figura imprescindível que possibilita a circulação da mercadoria em mercados locais mais amplos e, em ocasiões, dependendo das alianças estabelecidas em projetos específicos, viabiliza a comercialização dos minerais, de maneira direta, com clientes internacionais.

Fora dessas iniciativas, a dinâmica cotidiana para um mineiro da região consiste em vender o ouro extraído na semana para o atravessador que lhe garanta o melhor preço possível. Nesse processo, o mineiro leva em consideração os custos de transporte até o local onde vende o mineral, bem como os possíveis lucros obtidos com a sua venda por via legal. Essa avaliação de custo-benefício é, na maioria das vezes, negativa para o mineiro, o que o leva a preferir a opção de vender o seu

produto ao atravessador comunitário, cuja função é percorrer a área rural do município, combinando o lugar de melhor acessibilidade para o mineiro, para assim poder coletar o mineral e, posteriormente, após acumular uma considerável quantidade de gramas de ouro, vendê-lo em um dos locais de compra e venda de ouro, localizados no centro urbano do município. Após essa etapa, o destino próximo desse mineral, geralmente, é Quibdó, capital do departamento de Chocó. Dentro desse circuito comercial, o movimento final, em uma escala nacional, é a chegada a Medellín; cidade com a maior movimentação comercial de ouro da Colômbia, representada em refinarias e, sobretudo, em um grande número de exportadores locais de minerais.

Em suma, conforme destacam González e Escobar (2019), em uma perspectiva de análise mais ampla do circuito comercial do ouro na Colômbia, identificam-se três fases: produção, comercialização e demanda. Na fase de produção, existem duas grandes categorias: a produção que funciona sob a concessão de um título mineiro, e aquela que não. A primeira delas está conformada, fundamentalmente, por associações/empresas que realizam mineração em pequena e grande escala. Sobre esse tipo de mineração há um maior rigor na rastreabilidade do processo extrativo do mineral. A segunda categoria da fase de produção, corresponde àquela que funciona sem título mineiro, e que é realizada, principalmente, por mineiros artesanais e por aqueles que estão no processo de formalização. Nessa categoria, não há um controle exaustivo que permita conhecer, com precisão, a origem do mineral, portanto, existe uma maior probabilidade, devido ao contexto de violência regional das regiões de interesse para esta pesquisa, da participação dos GAI (Grupo Armado Ilegal) nessa fase de produção do ouro.

Por sua parte, a fase de comercialização, e os agentes sociais e econômicos envolvidos nessa etapa, é diferente para as duas categorias de produção. De um lado, para os que operam com título mineiro, o canal de comercialização é estabelecido com os exportadores locais de minerais, com sedes nas principais cidades da Colômbia, e, às vezes,

diretamente com as refinarias do estrangeiro. De outro lado, para os que funcionam sem título mineiro, a comercialização, em um primeiro momento, passa por atravessadores de escala municipal, quequem, por sua vez, são os que levam o mineral para os exportadores locais. Apesar de ser a dinâmica econômica do ouro mais comum para a grande maioria dos mineiros artesanais, existem, como foi ressaltado previamente, iniciativas estrangeiras que, pensando em eliminar os atravessadores no circuito comercial do ouro, criam um canal direto com as comunidades étnicas para que o mineral dessas regiões da Colômbia possa ser vendido em outros continentes. Finalmente, a fase da demanda compreende o processo de venda do mineral aos consumidores finais, tendo os bancos, o mercado tecnológico e o dos joalheiros, como os principais clientes em todo o mundo.

As cadeias de suprimentos de minerais: a perspectiva comercial do ouro ético

No que diz respeito à formalização da mineração artesanal e da mineração de pequena escala (ASM), existem organizações em todo o mundo que estão realizando planos de ação para apoiar os processos de certificação e inserção dessa mineração no mercado. Dentre elas, destaca-se o trabalho da *Alliance for Responsible Mining* (ARM), que, desde sua fundação em 2004, visa o desenvolvimento sustentável dessas atividades, com o objetivo de transformá-las em uma atividade social e ambientalmente responsável que melhore a qualidade de vida dos garimpeiros e seu meio ambiente. Para cumprir esse propósito, estabelece como prioridade o seguinte roteiro: certificar minas responsáveis; auxiliar os garimpeiros nos processos de formalização em seus contextos locais; e oferecer incentivos e acesso a mercados internacionais para mineradores artesanais (ARM, 2023).

Nos processos de formalização da mineração artesanal e ASM, a ARM, em aliança com a *Fairtrade International* (FLO), criou, em

2009, os padrões Fairmined e Fairtrade, baseado no padrão Zero². No entanto, após 4 anos, a aliança ARM e FLO se dissolveu devido às novas demandas do mercado global de ouro. Dessa forma, a partir de 2013, a ARM adotou o padrão Fairmined, cujo foco é apoiar as operações de mineração comunitárias, participando da formalização e promovendo a conscientização ambiental e o respeito à rastreabilidade da cadeia produtiva. O cumprimento dos requisitos do padrão Fairmined garante um preço de ouro especial, que é cerca de 95% do estabelecido pelo *London Gold Fix*, bem como uma taxa de desenvolvimento Fairmined (ARM, 2023).

Por seu turno, no seio das associações público-privadas do negócio do ouro, destaca-se a iniciativa patrocinada pela Suíça, que reúne refinadores, relojoeiros, joalheiros e bancos, organizada na *Swiss Better Gold Association* (SBGA) com o Secretário de Estado de Assuntos Econômicos Suíços (SECO). Esta iniciativa é baseada no Código de Práticas e Cadeia de Custódia RJC, bem como no padrão Fairmined. Seu objetivo, em primeira instância, é apoiar mineradores formalizados nos processos de certificação e, a partir daí, como propósito global, aumentar a demanda por ouro certificado. Da mesma forma, propõe-se também a eliminação dos intermediários do negócio do ouro, que costumam ficar com grande parte dos lucros, a fim de estimular a compra direta (SBGA, 2021).

A Chopard e a revolução *fairmined* na América Latina: experiência no departamento de Chocó

Em 2014, a Chopard lançou o relógio L.U.C. Tourbillon *Qualité Fleurier Fairmined*, cuja caixa de ouro rosa era feita de ouro Fairmined. Com esse lançamento, fortemente promovido pela mídia do setor, a Chopard produzia um relógio que se encaixava na categoria de luxo

2. Fairmined (2024): “É o padrão pioneiro mundial para ouro extraído de forma responsável e metais associados, como prata e platina. Em 2009, com base no Padrão Zero, foi desenvolvida em colaboração com Fairtrade a primeira versão do Padrão Fairmined” (Tradução nossa).

de elite e que, ao mesmo tempo, dependia da proveniência ética de seu ouro para ganhar participação no mercado. A produção do relógio L.U.C. Tourbillon *Qualité Fleurier Fairmined*, portanto, fazia parte do compromisso, da Chopard, de fabricar os modelos de relógios *Fairmined*. O conceito desse produto teve um grande impacto no mercado e, assim, ajudou a consolidar o posicionamento da Chopard como uma marca de luxo responsável. O principal responsável pela área dos relógios Chopard, Karl-Friedrich Scheufele, assim se pronunciou, em 2014, sobre a mudança de conceito na fabricação desse produto (Doak, 2014):

Ao voltar de uma viagem à Ásia, [descobri que] os clientes chineses estão menos preocupados com essas questões do que os da Europa. Portanto, temos que considerar nossos mercados maiores [...] por enquanto, o turbilhão [*Fairmined*] é uma ótima ferramenta de comunicação para aumentar a conscientização. É um objetivo de longo prazo para a Chopard criar uma quantidade significativa de nossa produção de ouro *Fairmined*. É por isso que estamos investindo diretamente no apoio a minas e comunidades, para garantir uma oferta robusta e crescente [...] faz sentido para os negócios. Houve uma mudança clara no que o cliente internacional quer saber – não só sobre a qualidade e beleza de uma peça, mas também de onde ela veio e como foi criada. (Tradução nossa)

Nesse cenário, a Chopard, em conjunto com parceiros públicos e privados, considerou expandir seu plano de investimento nos países latino-americanos e, assim, iniciar a revolução do *Fairmined*. Desse modo, no caso particular da Colômbia, em 2019, participou de uma iniciativa, criada pela *Better Gold Initiative* (BGI). Foi feita uma parceria pública entre a SBGA e a Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça (SECO), que compreendeu apoio no terreno e o estabelecimento de uma cadeia de abastecimento, que tinha como parceiros a comercializadora internacional de ouro, Anexpo, a ONG colombiana, Atabaque, e a Valcambi, que é uma importante refinadora de

metais preciosos de origem suíça. O objetivo, portanto, foi promover no município de Istmina, no departamento de Chocó, o abastecimento responsável de ouro extraído por mineiros artesanais.

No contexto da iniciativa mencionada, quinhentos Barequeros³ do município de Istmina receberam apoio técnico para atingir os critérios do SBGA de práticas de mineração social e ambientalmente responsáveis, para assim poder enviar o metal para a Suíça, onde Valcambi o refina e a Chopard o utiliza na produção de suas joias e relógios. A importância do ouro ético, portanto, reside em oferecer às comunidades acesso direto ao mercado comercial suíço a preços vantajosos, assim como em receber um incentivo especial de US\$ 0,70 por grama para que reinvestam na melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Conforme aponta um dos beneficiários da iniciativa, esse canal de comercialização internacional é muito importante para essas comunidades (Initiative et al., 2019):

Na minha cidade, a maioria dos habitantes são garimpeiros, e a maioria de nós somos mulheres. Minha família toda trabalha na mineração de ouro, incluindo minha mãe e minhas quatro irmãs. A mineração em El Chocó é a maior fonte de trabalho. Serve para a nossa subsistência diária, para a educação dos nossos filhos, compra as nossas roupas e, sobretudo, permite-nos ser livres. É a liberdade que é o mais importante. Estou tão orgulhosa de ser parte deste projeto de ouro responsável que reconhece o trabalho da mineração artesanal, e agradeço a todos que comprem nosso ouro. Por ser fruto do trabalho de nossas mãos, cada

3. “Artigo 155. Barequeo: A garimpagem, enquanto actividade popular dos habitantes das actuais terras aluviais, será permitida, com as restrições previstas nos artigos seguintes. Entende-se que esta actividade consiste na lavagem de areias por meios manuais, sem qualquer auxílio de máquinas ou meios mecânicos e com a objectivo de separar e recolher os metais preciosos contidos nessas areias, sendo também permitida a recolha de pedras preciosas e semipreciosas por meios semelhantes aos referidos neste artigo”. “Tradução nossa”. Disponível em: https://www.anm.gov.co/sites/default/files/ley_685_2001_0.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

grão de ouro é resultado de muito de esforço e ajuda a sustentar nossas famílias. (Tradução nossa)

No jogo de escalas, o local também entra como um atributo que pode ser acionado como ativo financeiro. A imagem de um fluxo, de um circuito limpo, é consagrada principalmente quando se evidencia o efeito da extração. Nesse sentido, é valioso para a agência certificadora, através dos parceiros locais, mostrar esse conteúdo étnico na ponta do fluxo. Essa valorização da imagem do local, do mineiro artesanal que está extraíndo o ouro, por meio da propaganda, é um elemento importante para referendar a natureza limpa do desenvolvimento capitalista. É, portanto, uma etnicidade veiculada pelo mercado e apropriada no sentido da produção do consenso, como um elemento fundamental na produção do consenso internacional. Essa etnicidade, em definitivo, vai circular o mundo enquanto um ativo que atesta e comprova a sustentabilidade social e ambiental do capitalismo de ponta a ponta.

Considerações finais

Nessa perspectiva, pode-se estabelecer um paralelismo entre a lógica de mercado do ouro ético e o negócio do vinho, este último apontado por Marx para o entendimento de como os interesses da economia política, por meio das tentativas de extrair e se apropriar das rendas monopolistas⁴, absorveram os desenvolvimentos locais que se focam tanto na inovação cultural quanto na ressurreição de tradições locais. Nesse sentido, acompanhando a análise de Harvey (2006), a renda monopolista leva o capital global à avaliação da autenticidade e da originalidade, e, de forma contraditória, permite e apoia o desenvolvimento dessas formas de diferenciação, às vezes antagônicas ao seu

4. Conforme ressalta Harvey (2006, p. 222), Marx considerava que a renda, no capitalismo, podia assumir quatro formas diferentes: monopolista, absoluta e dois tipos de renda diferencial. Afirmar que toda renda é baseada no poder monopolista de proprietários privados de determinadas porções do planeta, e que a renda monopolista surge porque os donos da propriedade “podem aumentar seu fluxo de renda, em virtude do controle exclusivo sobre algum produto item, direta ou indiretamente, comerciável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável”.

próprio funcionamento, com o objetivo de cooptar e monetizar essas diferenças para se apropriar de tais rendas.

Nesse caminho, também assistimos a uma estratégia do mercado capitalista que instala uma mudança discursiva, operante na construção de uma narrativa histórica e cultural, cuja finalidade é reforçar o capital simbólico e o marco de distinção de uma mercadoria para, assim, conquistar rendas monopolistas. Nesse seguimento, o ouro ético, com um forte apelo comunitário e étnico, por conta das comunidades locais que fazem a extração do mineral, é mobilizado, estrategicamente, no campo retórico pelos agentes sociais que atuam nos diferentes elos da cadeia produtiva do ouro e interagem em diferentes escalas geográficas.

Desse modo, dentro da lógica de acumulação de capital, em um contexto contemporâneo mediado pela produção do consenso, o objetivo é desdobrar os meios necessários para se apropriar e extrair excedentes das diferenças e variações culturais locais e, em consequência, conseguir que essas comunidades possam ser apropriáveis para o interesse de acumulação.

Assim sendo, consideramos que, com a chegada dos projetos das empresas de luxo nas comunidades étnicas dos departamentos de Chocó e da Antioquia, assistimos a uma estratégia do mercado capitalista que consiste em mobilizar e organizar as comunidades locais para que, através dos selos de qualidade do ouro, sejam disciplinadas dentro das normas estabelecidas pelos padrões de produção do capital. No entanto, nessa perspectiva, o capital, ao procurar, em busca de lucro, explorar valores étnicos, de localidade e cultura, por meio da comercialização internacional do ouro ético, abre um caminho que é aproveitado pelas comunidades locais não só para obter benefícios econômicos, mas, também, para articular lideranças políticas em escalas nacionais e internacionais, que, ao serem mobilizadas estrategicamente pelas comunidades étnicas, acabam reforçando projetos identitários e comunitários de impacto local.

Referências bibliográficas

- AGENCIA NACIONAL DE MINERÍA. **Lei n. 685 de 2001**. “Pelo qual o Código de Mineração é emitido e outras disposições são emitidas”, artigo 155, 15 de agosto de 2001 (Colômbia), pág. 17. Disponível em: https://www.anm.gov.co/sites/default/files/ley_685_2001_0.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2022.
- ALIANZA POR LA MINERÍA RESPONSABLE. Sobre la Alianza por la Minería Responsable. Disponível em: <https://www.responsiblemines.org/sobrearm/>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 591–614. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913201682688959.2001>. Acesso em maio de 2023.
- DOAK, A. Ethical gold: Chopard wants to start a ‘Fairmined’ revolution. **Financial Times**. Special Report. Personal & Household Goods. 5 de jun. de 2014. Disponível em: <https://www.ft.com/content/6b57a1a6-9566-11e3-8371-00144feab7de>. Acesso em jun. de 2023.
- FAIRMINED. **El Estándar Fairmined para oro**. Disponível em: <http://fairmined.org/es/the-fairmined-standard/>. Acesso em 4 de jan. de 2024.
- GONZÁLEZ, T; ESCOBAR, A. Participación del Banco de la República en la comercialización de oro en Colombia. **Econcept**. Análisis Económico Independiente, 2019. 96p. Disponível em: <https://www.banrep.gov.co/es/participacion-del-banco-republica-comercializacion-oro-colombia>. Acesso em out de 2022.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006
- SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 18-19, p. 127-145, 2002.
- SWISS BETTER GOLD ASSOCIATION et al. **Colombian artisanal gold panners part of international incentive scheme to promote responsible mining**. Dez. de 2019. Disponível em:

https://www.valcambi.com/fileadmin/media/valcambi/News/PressRelease.Barequeros_06.12.2019.pdf. Acesso em jun. de 2023.

SWISS BETTER GOLD ASSOCIATION. **Swiss Better Gold. Our approach** Disponível em: <https://www.swissbettergoldassociation.ch/our-approach>. Acesso em set. de 2021.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or 'glocalisation'? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 17, n. 1, p. 25–48. <https://doi.org/10.1080/0955757042000203632.202004>.

Corporação, espaço e território: Apontamentos sobre a rede corporativa da COFCO International

André Anuatti Reis

Introdução

Uma vasta multiplicidade de autores se debruçou sobre as transformações profundas no modo de produção capitalista a partir de sua nova fase de internacionalização iniciada nas últimas décadas do século XX. Um dos elementos que parece ser central para boa parte das análises, inclusive em Geografia, sob os mais diversos matizes teóricos e conceituais é, sem sombra de dúvidas, a emergência da grande corporação transnacional como um ator hegemônico na produção de novas relações hierárquicas de poder global, resultando em uma dinamização dos quadros espaciais e impondo formas e processos que desafiam a reprodução regular dos diferentes agentes políticos, como os Estados-nacionais territoriais.

No Brasil, com uma realidade particularmente sensível à temática da globalização e suas perversidades, diversos autores apontam a articulação entre o surgimento de novas técnicas, carregadas de ciência e informação, que compõem um novo meio geográfico técnico-científico e informacional, com a ampliação de um uso parcelar e desigual dos diferentes territórios nacionais. Dentre esses teóricos, Milton Santos identifica uma correlação entre tais usos e o avanço das grandes corporações transnacionais, verificável a partir de uma teoria geral do espaço geográfico, que considera cinco elementos fundamentais e indissociáveis na análise: os homens, o meio, as instituições, as infraestruturas e as firmas. Na medida em que os próprios elementos são intercambiáveis e redutíveis uns aos outros, certas combinações se tornam

possíveis e extremamente relevantes em determinadas conjunturas históricas. Na atual, chamam a atenção os contextos de ambiguidade em que as grandes firmas passam a operar como enormes instituições.

é o caso das transnacionais ou das grandes corporações, que não apenas se impõem regras internas de funcionamento como intervêm na criação de normas sociais a um nível de amplitude maior que o da sua ação direta, e até se tornam concorrentes das instituições e, mesmo, do Estado (Santos, [1985]2023)

Assim, nesta terceira década do século XXI, qualquer empreendimento intelectual que busque investigar “a evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (Santos, 1977, p. 81), ou seja, os usos que se efetivam nas diferentes formações socioespaciais, ganhando concretude sobre uma base territorial histórica, deve considerar o papel definitivo das grandes corporações, como atores incontornáveis nos processos de organização do espaço. Afinal, se é “o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1994, p. 255), as características próprias desses agentes, os mais importantes para a reorganização espacial capitalista após a Segunda Guerra Mundial (Corrêa, 2010) tornam-se centrais para a análise.

Evidentemente, os novos usos corporativos do território não são homogêneos, manifestando-se na complexificação dos quadros regionais¹ e na sobreposição de fluxos e vetores reticulares, conformando uma topologia de difícil apreensão, demandante de uma abordagem multiescalar (Lencioni, 2008). Nesse quadro, em que cada parcela do território recebe uma função em uma nova divisão do trabalho, é atribuído um papel de comando às grandes metrópoles, marcadas pela

1. “As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, ela muda apenas de conteúdo” (Santos, [1996]2014, p. 247).

concentração e diversidade de formas e funções que permitiram sua posição hierarquicamente superior no espaço econômico em momentos precedentes. Para isso, são convidadas uma vez mais a se modernizar, incorporando uma elevada carga informacional em seu meio intra-urbano, permitindo o exercício das funções de gestão dessa economia no qual novas técnicas e articulações distantes, organizadas em rede, adquirem proeminência. Assim, a contribuição de Jean Gottman revela seu inestimável valor, na medida em que relaciona as novas atividades terciárias ou “quaternárias” exigidas por essas empresas com a produção de uma nova materialidade urbana altamente disruptiva em que se estabelecem os escritórios das grandes firmas. Diz ele que “Sem necessariamente manipular quantidades significativas de mercadorias concretas no próprio lugar, essas transações organizam e dirigem os processos e distribuição dessas mercadorias, bem como a vida política e social das vastas áreas circundantes” (Gottman, 2023, p. 172).

Essas novas atividades, concentradoras por natureza no atual momento histórico², resultam em novas formas de organização espacial em múltiplas escalas. Ao nível do território e em sua articulação com o mundo é a rede geográfica que emerge como um dado inquestionável, ainda que não ausente de contradições profundas. Como afirma Milton Santos ([2000]2018, p. 266), “Tais redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos”. Longe de eliminarem outras relações e formas espaciais, possuem a característica de, ao mesmo tempo que rompem estabilidades regionais e locais relativamente consolidadas, reestruturam de maneira contraditória os subsistemas nacionais, como foi descrito por Rogério Haesbaert na forma de um “*continuum* regional”.

não há, hoje, como analisar a região sem considerar sua dupla filiação, no campo material das coesões - e redes - funcionais, produzidas fundamentalmente por sujeitos hegemônicos, com ação de longo alcance, como o Estado e as

2. Por oposição à tendência crescente de desconcentração industrial, fartamente documentada na bibliografia, como em Santos ([2000]2018).

grandes corporações, e no campo ideal do que aqui propomos denominar coesões simbólicas, produzidas num jogo de tendências mais complexas, com participação também, em maior ou menor grau, dos grupos subalternos, em suas diversas formas de articulação, entre si e com os chamados poderes instituídos” (Haesbaert, 2010, p. 119-120).

Concretamente, no caso da formação brasileira, o comando informacional, político e econômico é exercido inquestionavelmente pela cidade de São Paulo na forma da “Grande Metrópole Nacional”, como atesta o estudo *Regiões de Influência das Cidades* (IBGE, 2020). A obra da geógrafa Helena Kohn Cordeiro, nesse sentido, também se faz imensamente importante, conceituando o processo de transformação urbana exigido pelo exercício das corporações no meio intraurbano paulistano. A autora, que subscreve a leitura de que esses atores consistem nos “mais importantes agentes da reorganização espacial capitalista em escala mundial” (Cordeiro, 1992, p. 6), formula o conceito de “complexo corporativo da metrópole” definido como “o conjunto das sedes das grandes empresas de todos os setores da economia transacional e [...] seus serviços correlatos” (Cordeiro, 1992, p. 9), ou seja, todas aquelas atividades e objetos anexos exigidos no funcionamento cotidiano dos escritórios centrais, concentrados em porções seletas da metrópole, tais como consultorias diversas (financeiras, jurídicas, marketing), infraestruturas (vias de circulação, eletricidade, cabeamento) e demais serviços de luxo (galerias de arte, restaurantes cinco estrelas e hotéis). Tem-se então que o estudo das variáveis reunidas nesse complexo revela não apenas as centralidades no interior da metrópole³ como também daquela que se projeta sobre o território em sentido mais amplo.

A produção recente de assimetrias no interior do meio intraurbano foi profundamente documentada e interpretada por diversos autores, tais como Ana Fani Alessandri Carlos (2001) e Mariana Fix

3. “Dentro do espaço metropolitano, o Centro é o exemplo mais significativo da organização microespacial desse sistema” (Cordeiro, 1992, p. 8).

(2007). Assim como Cordeiro, essas autoras convergem no entendimento de que a cidade de São Paulo, em seu processo de transformação articulada — mas não mecânica — com as convulsões que se dão em escalas mais amplas, produziu em seu interior uma policentralidade com três unidades bem consolidadas e inter-relacionadas, com graus de hierarquia: o Centro Histórico/Antigo, o Centro Paulista e o Setor Sudoeste. No caso das autoras mencionadas, bem como em nossos esforços anteriores⁴, houve uma preocupação em identificar as dinâmicas que se desenrolaram nessa última centralidade, historicamente mais recente, na medida em que, para o nosso juízo, apresentaria as novas tendências de maneira mais clara e menos emaranhada com o peso de tendências inerciais do passado.

Ganha relevo a importância do uso de recursos urbanísticos ligados ao que Harvey denomina “empreendedorismo urbano”, expressão dos “poderes em declínio do Estado-nação para controlar fluxos multinacionais de dinheiro, de modo que o investimento cada vez mais assume a forma de uma negociação entre capital financeiro internacional e poderes locais [...]” (2020, p. 155). No exemplo paulistano, é possível elencar duas iniciativas que revelam esse fenômeno: as operações urbanas, que permitem a redefinição dos usos de determinadas áreas para além do zoneamento e o estabelecimento de projetos de infraestrutura que visem a requalificação de certas áreas e os CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), títulos emitidos pelo poder municipal a agentes privados interessados em intensificar o uso de determinados lotes das operações urbanas, comercializáveis como ativos financeiros. Fundamentalmente, autorizam “nessa área, cujo perímetro é definido por lei específica, que o Poder Público Municipal conceda índices e parâmetros urbanísticos adicionais aos previstos na legislação da cidade sobre uso e ocupação do solo em troca de contrapartida a ser paga pelo interessado” (SP Urbanismo, 2020, p. 9). Na medida em que a bibliografia tende a concordar com a importância das operações urbanas para a definição das áreas de maior centralidade no

4. Ver Reis (2023 e 2021).

município de São Paulo, a mais recente dessas iniciativas, a *Operação Urbana Consorciada Água Espreada*, situada em uma área limítrofe de expansão do “Centro Expandido” representa um lócus de atuação privilegiado para o exame do uso do território promovido pelas grandes corporações.

A partir de um recorte das 200 maiores empresas por faturamento em atuação no Brasil, foi possível identificar, na edição de 2023 do anuário *Valor 1000*, da revista Valor Econômico, 20 exemplares sediados na porção da cidade marcada pelos limites da operação. Em outros termos, 10% dos agentes de maior faturamento no país possuem a parcela hierarquicamente mais elevada de suas operações brasileiras, sua sede corporativa, instalada em uma porção muito específica da cidade de São Paulo. As empresas em questão podem ser verificadas no Quadro 1.

No presente texto, busca-se apenas permanecer em uma descrição preliminar de um caso particular, de maneira a tornar possível, através de sua exposição, a apresentação de um procedimento de pesquisa e um certo número de questões que possam contribuir futuramente para a investigação dos usos do território projetados a partir desses escritórios, tendo como ponto de partida as transformações intraurbanas que as ensejam. É importante mencionar, no entanto, que se trata de um esforço assumidamente influenciado por trabalhos anteriores, como o do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, em especial, por seu estudo sobre a gestão do território promovida pelo grupo Souza Cruz (Corrêa, 1992).

Dado o amplo processo de reprimarização da economia brasileira em sua pauta de exportações e balança comercial⁵, como foi amplamente discutido e até mesmo denunciado por diferentes atores que compõem a “consciência nacional”⁶, opta-se aqui por iniciar a

5. Como demonstram os sucessivos dados sobre a composição do PIB brasileiro, disponibilizados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE (SCNT, 2024).

6. Seria possível realizar uma listagem extensa, mas apenas para título de ilustração, pode-se mencionar a crítica realizada por Celso Furtado em seu *Brasil: Construção Interrompida*, de 1992.

Quadro 1: As Maiores Empresas com Sede na Operação Urbana Água Espaiada

Posição	Empresa	Setor de Atividade	Origem do Capital	Endereço
9	Cargill	Agronegócio	US	Avenida Doutor Chucri Zaidan, 1240
16	Copersucar	Bioenergia	BR	Avenida Das Nações Unidas, 14261
18	Cofco Internacional	Agronegócio	HK	Rua Sansão Alves Dos Santos, 400
25	Telefônica Brasil	TI & Telecom	EP	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376
29	Mosaic	Química Petroquímica	US	Avenida Dr Chucri Zaidan, 246
31	Claro Participações	TI & Telecom	MX	Rua Henri Dunant, 780
33	Mercado Livre	Comércio Varejista	AG	Avenida Das Nações Unidas, 3000
46	Syngenta	Química Petroquímica	SU/HO	Rua Dr Rubens Gomes Bueno, 691
52	Basf	Química Petroquímica	AL	Avenida Das Nações Unidas, 14171
60	Latam	Transporte Logística	BR/CL	Rua Atica, 673
65	Nestlé	Alimentos Bebidas	SU	Rua Dr Rubens Gomes Bueno, 691
86	Novelis	Metalurgia Siderurgia	IN	Avenida Dr Chucri Zaidan, 1240
97	Copa Energia	Petróleo e Gás	BR	Avenida Das Nações Unidas, 14171
119	Unigel	Química Petroquímica	BR	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105
130	CBA	Metalurgia Siderurgia	BR	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105
152	Eurofarma	Farmacêutica Cosméticos	BR	Rua Pascal Pais, 525
172	BP Bunge	Bioenergia	US/GB	Avenida Das Nações Unidas, 12399
182	Granol	Agronegócio	BR	Rua Quintana, 887
185	São Martinho	Bioenergia	BR	Fazenda São Martinho, S/N
193	Accenture	Serviços Especializados	US	Rua Alexandre Dumas, 2051

Fonte: Valor Econômico (2023). Organização Própria.

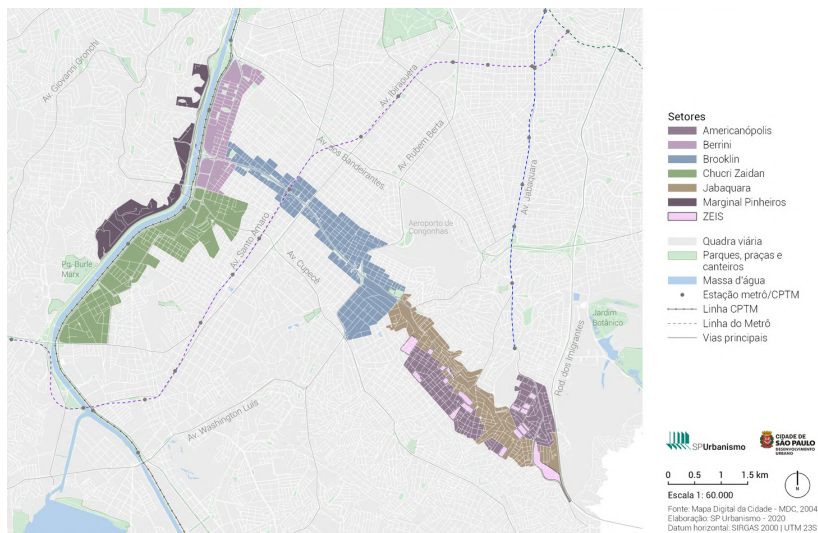
exposição desse universo corporativo selecionado a partir de uma das empresas ligadas ao agronegócio. Por razões práticas e de conveniência no acesso aos dados, a escolhida neste momento é a *Cofco International*. Trata-se de uma empresa chinesa, com sede em Hong Kong, com forte atuação no mercado mundial de commodities agrícolas. De acordo com seu *factsheet* (COFCO, 2022), a partir de seu acesso privilegiado ao mercado consumidor chinês, opera globalmente nos ramos de oleaginosas, grãos, softs, transportes e serviços financeiros, fazendo-se presente sobretudo na América do Sul (Cone Sul e Brasil), Europa (em especial, no mar Negro), Caribe, América do Norte, Ásia-Pacífico, África Subsaariana e, evidentemente, na própria China.

A empresa possui um certo número de escritórios globais e administrativos, com um *head office* em Genebra, na Suíça, e uma série de instalações menores dispersas pelos demais continentes e regiões. No Brasil, seu principal endereço, vinculado à razão-social informada no anuário Valor1000 (*Cofco International Brasil S.A*), encontra-se na rua Sansão Alves dos Santos n 400, no 2 andar do edifício *Arquiteto Carlos Bratke*⁷, situado em paralelo entre as avenidas Nações Unidas e Luís Carlos Berrini. Assim, situa-se, também, no subsetor Berrini da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (Mapa 1), sendo diretamente beneficiada pelas intervenções urbanas mencionadas.

O edifício em questão (Figura 1), como é possível verificar em seu site, possui uma lista enorme de especificações técnicas, fundamentais para o exercício cotidiano de atividade quaternárias, tal como descreve Gerônimo Almeida dos Santos (2012), que aponta a importância dessas especificações para o recebimento do título de “edifício inteligente”. Esses objetos, eminentemente relacionados com sua carga técnica-científica e informacional, passam então a ser comercializados em mercados corporativos que movimentam vastas somas de dinheiro.

7. O edifício recebe o nome de um dos principais arquitetos e empresários responsáveis pela edificação corporativa da avenida a partir da década de 1970, que inclusive foi chamada de “bratklândia” (FIX, 2007).

Mapa 1: Mapa dos Setores da Operação Urbana Consorciada Água Espreada

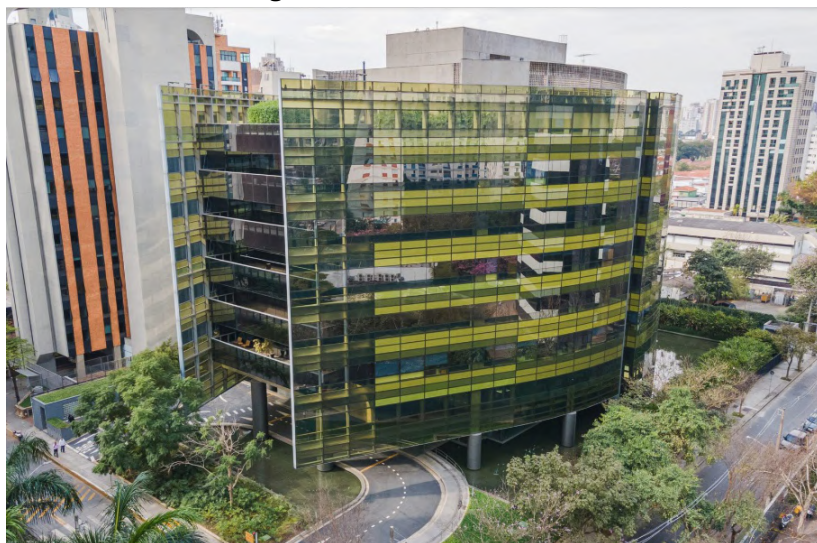


Fonte: SP Urbanismo

Como se verifica em seu sítio digital, algumas das características são, dentre outras:

Lajes com 2.200 m + cobertura diferenciada com terraços e jardins para descompressão; Formato que permite flexibilidade para layouts diversos; Número de andares reduzido, o que permite o deslocamento vertical rápido e eficiente; Sistema de ar condicionado VRF com alta eficiência energética (com COP acima de 4); Usina geradora com capacidade para assumir áreas comuns, privativas e sistema de ar condicionado; Pré-certificação Gold – US Green Building Council: uso consciente recursos naturais; Consumo individualizado de água e ar-condicionado. Luminárias LED com protocolo DALI (Digital Addressable Lighting Interface). (Arq Carlos Bratke, 2024)

Figura 1: Edifício Carlos Bratke



Fonte: ENGENFORM: Desenvolvimento Imobiliário. Sítio digital.

A partir desse edifício, a *Cofco* realiza o comando de uma série de instalações dispersas pelo território brasileiro que, em conjunto, compõem uma das múltiplas etapas nacionais de seu processo internacional de produção, sendo essa uma característica típica desse tipo de agente (Santos, [1996]2014). O Brasil, em verdade, representa uma parcela destacada na topologia da empresa, mobilizando neste território o maior contingente de seus trabalhadores, cerca de 7.200 funcionários. Dessa forma, não surpreende o peso concedido em seu relatório anual de sustentabilidade (COFCO, 2023), que dedica um capítulo inteiro ao país intitulado “Expandindo sustentavelmente nossas operações no Brasil” (COFCO, 2023, p. 24, tradução nossa). Nele, Wang Yunchao, diretor administrativo para o Brasil e América do Norte da *Cofco*, afirma que:

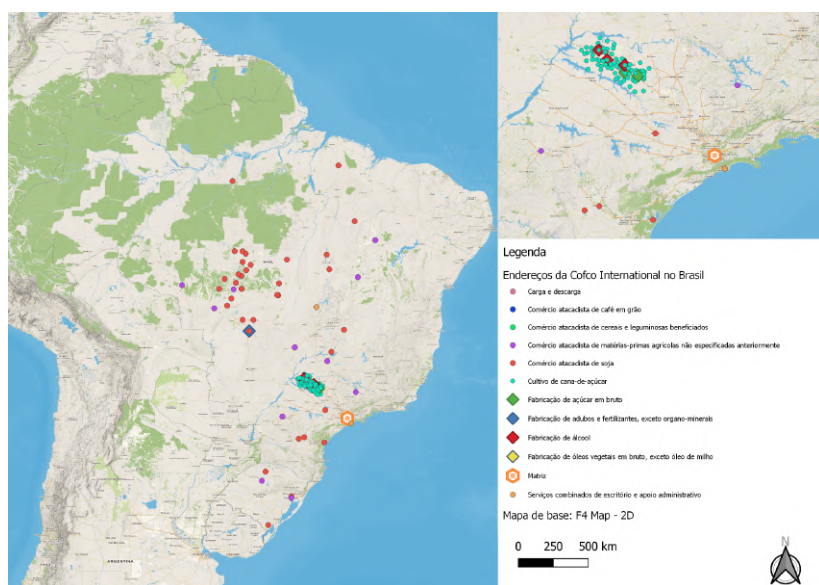
O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de soja. É estrategicamente importante para nós, pois é a origem da maioria das nossas commodities e o país onde operamos nossa própria cana-de-açúcar, plantações e moinhos. Estamos, portanto, presentes em toda a cadeia de valor, conectando os agricultores do Brasil com os mercados globais. Gerenciamos terminais portuários, esmagamento de soja e instalações de produção e armazenamento de biodiesel. Assim, o porto de Santos é fundamental para o nosso negócio. Ele expandiu-se e diversificou-se ao longo dos anos e hoje é o maior da América Latina, sendo o centro de exportação mais movimentado, conectando mais de 600 portos em 125 países. (COFCO, 2023, p. 24. Tradução nossa).

Essa topologia, ou rede de relações entre suas diversas localidades, avaliada pela “densidade relacional” (Lencioni, 2008) não é detalhada de maneira suficientemente precisa no relatório. Tal inconveniência pôde ser contornada pela consulta ao banco de dados do CNPJ da Receita Federal⁸, a partir do qual foi possível levantar sistematicamente as diferentes instalações que compõem a topologia intra-firma da *Cofco*, resultando no Mapa 2.

Nele, é possível identificar as diferentes localidades em que se instalam as atividades da empresa, agrupadas a partir de seu registro na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Ainda que o propósito deste texto não seja o de realizar uma análise pormenorizada nem conceitualmente densa dessa topologia, o quadro apresentado levanta algumas questões e permite certas observações preliminares.

Combinando-se o mapa com os dados do relatório, em primeiro lugar, chama atenção a predominância de dois tipos de estabelecimentos produtivos ligados à economia agrícola. As instalações de cultivo de cana-de-açúcar, fortemente concentradas nas mesorregiões setentrionais do estado de São Paulo, e as unidades atacadistas de comercialização de soja, mais dispersas em um arco que articula zonas

8. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em 03/11/2024.

Mapa 2: Mapa de Localizações da Cofco International

Fonte: Base de dados da Receita Federal. Organização própria

produtoras que vão do Sul ao MATOPIBA, cruzando o Centro-Oeste. Revelam, assim, duas estratégias bastante distintas que coexistem no interior da espacialidade da empresa, sendo respectivamente adotada uma exploração direta e indireta do solo agrícola. Orientam, assim, usos distintos e com grandes consequências de frações do território sob as ordens de uma mesma unidade corporativa em regiões diferentes, cujo centro de controle é a capital paulista. Dessa maneira, futuras incursões mais detalhadas sobre esse aspecto da produção da empresa seriam capazes de revelar de que maneira a ação dessa firma em particular contribui para a produção de novas assimetrias regionais.

Além disso, existe uma porção de instalações industriais, administradas diretamente pela *Cofco*, situadas em algumas porções-chave

do território, responsáveis pelo beneficiamento de alguns dos produtos agrícolas e respondendo por um acréscimo de valor agregado que representa uma complexificação da rede constituída pela empresa. Nesse sentido, pode-se mencionar localidades que são responsáveis pela fabricação de açúcar bruto, adubos, fertilizantes e álcool (COFCO, 2023). Assim como no caso anterior, as características selecionadas das corporações, apresentadas por Roberto Lobato Corrêa ganham concretude, em especial, a multilocalidade integrada em um sistema multifuncional e segmentado. Assim, como se verifica, constituem padrões espaciais profundamente distintos daqueles que certas parcelas dos setores denominados “dinâmicos” da economia brasileira ostentaram em momentos distintos, formando redes “dendríticas” extrovertidas. Segundo o autor, “A passagem de um padrão para o outro implica em uma maior complexidade na esfera da produção, circulação e consumo” (Corrêa, 2010, p. 49). Ainda que esse não seja um dado simples e definitivo, certamente contribui para uma dinâmica contraditória, ensejada pela espacialização corporativa.

Por fim, outra frente de questionamentos possíveis a partir da análise diz respeito às condições de fluidez do território. Na medida em que se complexifica o quadro dinâmico de relações caracterizado pela topologia dos agentes corporativos, estruturados de maneira reticular, o mesmo pode ser identificado, ainda que de maneira própria, no domínio da circulação, expressa em uma ampliação crescente de fluxos diversos (de mercadorias, informações, finanças e pessoas) que se avolumam na esfera de influência das grandes firmas e em sua modernização do território, articulando as diferentes unidades que se espriam de maneira crescente. Nesse sentido, ganha importância o conceito de fluidez territorial, como

a qualidade que têm os territórios nacionais de permitir uma aceleração cada vez maior dos fluxos que estruturam, a partir da existência de uma base material formada por um conjunto de objetos concebidos, construídos e/ou acondici-

onados para garantir a realização de fluxos (Arroyo, 2001, p. 59).

A importância dessa dimensão não pode ser subestimada, sendo verificada em seu próprio relatório de sustentabilidade e no levantamento de suas unidades. Para além das instalações de carga e descarga de administração em municípios como Votuporanga, a empresa realizou um investimento de R\$ 764,8 milhões na instalação de um dos maiores terminais portuários do país, em Santos (Santos, 2022), com o objetivo de dar vazão à exportação daquelas mercadorias produzidas regionalmente e dispersas na hinterlândia. Certamente, outras infraestruturas e sistemas de transporte exercem enorme influência na configuração da empresa, inclusive compartilhados com outros agentes, sendo desejável levantar essas relações em outro contexto.

Ainda que limitados, os apontamentos acima demonstram que o estudo da imbricação entre as dimensões urbana e regional possui múltiplas e variadas facetas, tendo no seu centro o tema da espacialização dos grandes agentes corporativos. Através da análise e da comparação entre diferentes empresas — inclusive de diferentes setores — sediadas nos limites da referida operação urbana, certas lacunas podem ser preenchidas e melhores perguntas podem ser formuladas. Argumentamos, assim, que o caminho que reúne as discussões em torno das transformações intra-urbanas, da fluidez territorial e da própria natureza organizacional das grandes firmas, somados a outros aspectos, que ainda carecem de maiores elucidações, como a temática do ordenamento jurídico e institucional, reunidos no conceito de porosidade territorial (Arroyo, 2001), representa um terreno fértil para uma leitura mais clara do quadro complexo em que o uso do território brasileiro se efetiva.

Referências bibliográficas

ARQ CARLOS BRATKE. **ARQ CARLOS BRATKE**. Sítio Digital. Disponível em: <http://www.edificiocarlosbratke.com.br/index.htm>. Acesso em 20/10/2024.

- ALMEIDA, G. **As Consultorias Imobiliárias para as Empresas e os “Edifícios Inteligentes”**: Uma análise para a cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- ARROYO, M. **Território Nacional e Mercado Externo: Uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2001.
- AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS. **Cofco arremata terminal para graneis vegetais no Porto de Santos e investirá mais de R\$ 760 milhões**. Sítio digital. Santos, 2022. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/2022/03/30/cofco-arremata-terminal-para-graneis-vegetais-no-porto-de-santos-e-investira-mais-de-r-760-milhoes/>. Acesso em 24/10/2024.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- COFCO INTERNATIONAL. Construindo um agronegócio global comprometido em fornecer o alimento que o mundo precisa de maneira responsável. **Factsheet**. Sítio digital, 31 de Dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/>. Acesso em 20/10/2024.
- COFCO INTERNATIONAL. Raising sustainability ambitions. **Sustainability Report 2023**. Sítio digital. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/sustentabilidade/>. Acesso em 23/10/2024.
- CORDEIRO, H. K. A “Cidade Mundial” de São Paulo e o Complexo Corporativo do seu Centro Metropolitano. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 54, n. 3. Rio de Janeiro, Set/Out. de 1992.
- CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 54 n. 3. Rio de Janeiro, set.-out. de 1992.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- FIX, M. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FURTADO, C. **Brasil: A Construção Interrompida**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GOTTMANN, J. Por uma geografia dos centros transacionais. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3177>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- HAESBAERT, R. **Regional e Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, D. **Os Sentidos do Mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de Influência das Cidades, 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15777-regiao-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes**, abr.-jun. 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2024_2tri.pdf. Acesso em 23 de out. de 2024.
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n. 39, p. 7-20, maio de 2008. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002&lng=es&nr=iso.
- REIS, A. **A. Entre torres e escritórios no setor Chucrí Zaidan: expansão recente do complexo corporativo da metrópole em São Paulo**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/61dbd567-6542-4260-a2b7-2a8c1771a417/2023_AndreAnuattiReis_TGI.pdf.
- REIS, A. A. Novas Centralidades na Cidade de São Paulo: Transformações recentes na Avenida Doutor Chucri Zaidan. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 11, n. 1, 2021.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1996].
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023 [1985].
- SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2018 [2000].
- SANTOS, M. Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, junho de 1977.
- SP URBANISMO. **Operação Urbana Consorciada Água Espreada 2017-2020**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=19525. Acesso em: 20 de out. de 2024.
- VALOR ECONOMICO. **Valor1000: 1000 maiores empresas e as campeãs em 27 setores e nas 5 regiões**. São Paulo: Organizações Globo. Anuário, n 23. Agosto de 2023.

A dimensão espacial da rede comercial de plantas ornamentais em Embu das Artes (SP)

Felipe Alves Leão

Introdução

Considerando as suas particularidades, o comércio de plantas ornamentais mostra-se altamente complexo. Por se tratar de um setor que comercializa produtos vivos, é necessário um grande dispêndio de energia, tempo e recursos em seus processos de produção, armazenagem e transporte.

Dados de alcance mundial relativos ao comércio global de flores e plantas ornamentais revelam um aumento na produção e no consumo desse setor ao longo das últimas décadas, inclusive no Brasil. Esse estudo evidencia a estruturação do comércio de flores e plantas ornamentais na forma de redes geográficas, à medida em que tanto a produção quanto o consumo estabelecem conexões entre diferentes espaços.

Na formação da rede de comércio de flores e plantas ornamentais, torna-se fundamental a identificação dos seus participantes ou componentes espaciais, bem como das interações que se estabelecem entre eles. Essas interações entre os participantes ocorrem em diversas escalas (local, regional, nacional e global) e apresentam dimensões espaciais que podem ser caracterizadas por conexões internas ou externas. Tanto a natureza das conexões quanto a escala em que ocorrem — características essenciais da dimensão espacial — são amplamente moldadas pelo fator temporal, que, por sua vez, é influenciado pela intensidade, duração e frequência dos fluxos (Reis, 2019).

Tais considerações desempenham um papel relevante na identificação das distintas redes de flores e plantas ornamentais abordadas ao

longo da pesquisa: a rede global, que é liderada pelas relações estabelecidas pela Holanda, e a rede nacional, que surge a partir das atividades cooperativas em São Paulo, além da rede local menor, que ocorre em Embu das Artes e que este projeto de pesquisa pretende analisar.

Embu das Artes é uma cidade localizada na Região Metropolitana de São Paulo, na microrregião sudoeste. Suas raízes remontam à antiga aldeia indígena M'Boy, que, no século XVI, foi ocupada por missionários jesuítas. Em resumo, o núcleo inicial da cidade foi formado muito antes de qualquer sinal de urbanização, antecedendo também sua emancipação de Itapecerica da Serra, que aconteceu no fim da década de 1950 (Langenbuch, 1971).

Enquanto o centro da cidade se desenvolvia ao seu próprio ritmo ao longo dos anos, de certa forma sem acompanhar diretamente a expansão de São Paulo, a área leste foi ocupada rapidamente devido à expansão da área urbana da capital paulista.

Essa segunda área possui uma trajetória histórica bem distinta e, em certo sentido, independente do progresso do centro da cidade. Seu povoamento e ocupação ocorrem quase de forma súbita a partir das décadas de 1960 e 1970, funcionando mais como uma continuação da grande expansão urbana da metrópole de São Paulo do que como um estágio de desenvolvimento interno da cidade. Essa característica se torna ainda mais clara quando se observa a homogeneidade das características físicas dessa região em comparação com os bairros logo após ela, já localizados dentro dos limites paulistanos, como Parque Fernanda, Jardim das Rosas, Jardim Macedônia, entre outros (Melo e Franco, 2008).

Com a expansão do regime de acumulação flexível, a industrialização começou a se espalhar da metrópole para as áreas vizinhas, levando ao crescimento industrial nas cidades da Região Metropolitana e reduzindo um pouco a concentração no eixo centro-periferia. Embu das Artes seguiu essa tendência, com seu centro passando por um intenso processo de industrialização, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando a ocupação na área leste já estava praticamente

estabilizada. Esse fenômeno foi impulsionado principalmente pelas mudanças no regime de acumulação, embora outros fatores também tenham contribuído (Morato, 2004).

O comércio de plantas e flores ornamentais é um setor presente em praticamente todas as cidades do Brasil (é claro que em suas devidas proporções), com uma cadeia produtiva bastante complexa e, como veremos, em franca mudança de distribuição ao consumidor final.

Dentro de um cenário econômico-urbano tão complexo, existem ainda outros microprocessos em que agem diferentes fatores. O comércio de plantas em Embu das Artes deve ser analisado buscando entender também como a formação histórica da cidade e da sua dimensão espacial ajudam a elucidar suas tendências e aspectos específicos.

Embu das Artes

A cidade de Embu das Artes, apesar de apresentar uma relevância econômica graças principalmente ao desenvolvimento de sua indústria no contexto da descentralização industrial e da localização espacial apresenta uma notável desigualdade econômica entre suas regiões. A infraestrutura do município, por exemplo, apresenta diversas deficiências, principalmente nas áreas em que se apresenta a economia de circuito inferior (Azevedo, 2017).

Mas como explicar tais desigualdades? O fator econômico é, sem dúvida, preponderante para analisar as condições materiais de uma população. As localizações dos diferentes possíveis agentes econômicos, portanto, também interferem no desenvolvimento econômico de cada uma das regiões, ainda mais em escala municipal.

Nesse sentido, faz-se necessária a verificação de como ocorrem tais relações desiguais no município, principalmente com o intuito de conceder direções para saná-las. O desenvolvimento contemporâneo e futuro da economia urbana no município deve considerar tais fatores.

Tratando-se especificamente sobre a literatura existente sobre o município em questão, foram encontrados poucos resultados. Ainda assim, existem algumas pesquisas já realizadas num âmbito mais geral,

que contribuem bibliograficamente. Dentre elas, destacam-se Langenbuch (1971), com um estudo sobre a estruturação geográfica de toda a Região Metropolitana de São Paulo, incluindo especificamente Embu das Artes na análise, e Oliveira (1972), com um estudo mais específico sobre a área em si. Das questões socioambientais, Embu das Artes possui um Atlas Socioambiental (Melo e Franco, 2008) que respalda praticamente todo o conteúdo concernente a áreas pertinentes da geografia física.

O conteúdo mais completo e mais próximo ao tema deste projeto pode ser encontrado na dissertação de doutorado “O processo de transformação socioespacial de Embu das Artes: um diálogo com a metropolização de São Paulo”, de Azevedo (2017). Aí, constata-se os problemas já relatados, que deverão ser relacionados com os circuitos urbanos:

O município, estância turística, que se vê em grande parte das regiões oeste e centro, contrasta com o que se vê nesta região de aspectos distintos e contraditórios: de um lado temos belas casas, ruas arborizadas, galerias e restaurantes variados; de outro lado escancaram-se os problemas comuns às grandes cidades e seus espaços urbanos densamente povoados, ocupações irregulares nos mais variados estágios, um reflexo de diferentes condições econômicas e sociais. (Azevedo, 2017, p. 73)

O centro histórico de Embu das Artes é valorizado como um polo turístico, atraindo também significativa atividade econômica. No entanto, o circuito superior se concentra principalmente na zona industrial localizada perto do centro histórico, e não exatamente nele. Atualmente, o município se vê novamente dividido, não apenas pelo vazio espacial físico, que foi intensificado pela construção do Roda-anel entre a região Leste e o Centro, mas também pela dinâmica dos circuitos urbanos que, em certa medida, se inverteram à medida que os regimes de acumulação foram sendo alterados.

No passado, a região Leste se conectava quase exclusivamente à metrópole de São Paulo, especialmente devido à conurbação que as unia. Hoje, porém, é o centro de Embu das Artes que se relaciona com a metrópole através dos fluxos econômicos do circuito superior. A região Leste, agora uma periferia distante tanto do centro paulistano quanto do centro de Embu das Artes, passou a desempenhar um papel “obsoleto”, acolhendo o circuito inferior. Surgem pequenos núcleos comerciais em bairros como Jardim Santo Eduardo e Jardim Santa Tereza, onde predominam o “capital de baixa intensidade” e o comércio varejista (Santos, 2002).

A indústria localizada no centro de Embu das Artes gera capital que ainda se relaciona ao circuito superior da metrópole, mas que geralmente não é comercializado diretamente na cidade. Esse capital é inicialmente redistribuído para o centro da metrópole e, ao retornar ao município, agora na área leste, assume formas mais típicas de um circuito inferior, através do varejo e de operações mais informais, como autônomos, camelôs, pequenas quitandas e mercearias. Esse “retorno” do capital reproduzido no centro municipal impulsiona a alta presença do setor terciário nessa região. Assim, o ciclo se completa, com os circuitos superior e inferior se transformando mutuamente em uma relação interdependente:

Dessa maneira, o circuito superior ganha autonomia, mas não independência, pois está unido ao resto da sociedade por uma relação de necessidade. Para ampliar os lucros, seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres. (Silveira, 2009, p. 66)

Assim, o município de Embu das Artes apresenta dois circuitos urbanos que coexistem de maneira próxima, integrados à dinâmica metropolitana, mas também separados entre si dentro do próprio município. Devido ao capital reproduzido e distribuído por meio de atacadistas em uma escala macroestrutural, o capital do circuito superior

começa a se mesclar ao circuito inferior ao retornar ao mesmo município onde foi gerado. Ao voltar, agora em um contexto urbano diferente, esse capital passa a atuar com novos objetivos e em diferentes relações comerciais (Santos, 2008, p. 41).

A fundamentação teórica pertinente ao tema foi dividida em três partes: a primeira (já demonstrada) sobre o município de Embu das Artes; a segunda especificamente no tema de comércio de plantas ornamentais, jardinagem e floricultura; e a terceira especificamente sobre os circuitos da economia urbana.

Comércio de plantas ornamentais, *garden centers* e floriculturas

Reis et al. (2020) contribuem com o estudo material mais atualizado dentro do setor, porém com um estudo de escala nacional que traça o perfil do produtor e do varejista de plantas ornamentais. Dentro do campo de estudo da geografia, Reis (2019) disserta sobre a dimensão espacial da rede de comércio de plantas dentro do estado do Rio de Janeiro, utilizando como ponto de partida e exemplo a cidade de Nova Friburgo.

Um ponto preponderante para todas as discussões que envolvam trabalhos que tratem do comércio de plantas ornamentais é o advento relativamente recente de um novo tipo de segmento dentro daqueles já estabelecidos: os “*garden centers*”.

Assim como ocorreu com os *shopping centers*, os *garden centers* também sofreram o calque lexicológico em que a primeira palavra que denomina um estabelecimento comercial se torna o próprio substantivo que define o estabelecimento. O “*garden center*” se popularizou simplesmente como “*garden*”, ocupando um papel aparentemente novo dentro do ramo de comércio de plantas e insumos.

Caracterizado por preencher diversos papéis anteriormente separados em diferentes tipos de estabelecimento, os *gardens* crescem em número, tamanho e proporção desde 2008 (Junqueira; Peetz, 2014). Geralmente consistem em espaços relativamente grandes, que comportam

grande quantidade de plantas ornamentais, vasos e elementos de decoração de jardins, ferramentas para jardinagem, insumos (fertilizantes minerais e orgânicos) destinados especificamente ao microconsumo, em pequenos vasos ou canteiros caseiros. Coadunam, na maioria das vezes, uma floricultura ou similar dentro de suas dependências, fornecendo a opção de produtos com maior valor agregado ao cliente.

Ao mesmo tempo em que são parte do varejo, também podem atuar como estabelecimento de consumo em atacado, por possuir uma capacidade maior do que as floriculturas tradicionais.

[...] as alternativas mais modernas e dinâmicas da distribuição, capazes de inovar e fornecer diferenciais significativos não apenas de preços, mas também de comodidade, conforto e conveniência, como os supermercados e garden centers vêm conquistando rapidamente maiores segmentos deste mercado. (Junqueira; Peetz, 2014, p. 44)

Além dos *gardens* “exclusivos”, em que a dedicação ao comércio de plantas e derivados é a única atividade do estabelecimento, há também aqueles “incorporados”. Se tratam de supermercados, atacadistas, lojas de móveis e lojas de materiais de decoração e construção que separam áreas, internas ou externas, para esse segmento.

Já as floriculturas que, apesar da nomenclatura, não cultivam flores e, na maioria das vezes, consistem em espaços comerciais pequenos, focados em produtos de maior valor agregado e em datas comemorativas, têm perdido espaço diante de uma alta por demandas demasiadamente grandes proporcionalmente.

O ano de 2020 e a pandemia global de COVID-19 foram, ao que tudo indica, um marco nas mudanças dentro desse setor do comércio. Tratando-se de um serviço não essencial, muitas floriculturas estiveram de portas fechadas por quase um mês durante o período de isolamento social. Muitas tiveram que se adaptar, aderindo ao comércio online ou e-commerce (Anacleto et al., 2021).

Ao mesmo tempo, um fenômeno economicamente interessante ocorreu: um maior interesse por plantas vivas, em vasos, as chamadas

“plantas envasadas”. Em tempos de maior isolamento social, uma boa parte da população adquiriu hobbies de jardinagem e similares. Estudos concluíram que as pessoas se sentiram mais confortáveis e confiantes quando possuíam ou tinham acesso a “espaços verdes” durante o isolamento social na pandemia de COVID-19 (Celuppi et al., 2023).

Portanto, constata-se na literatura consolidada diversos sintomas de uma mudança drástica acontecendo dentro do comércio de plantas ornamentais e de corte. Tal mudança já vinha se acentuando nos últimos anos, principalmente com a tendência decorativa “Urban Jungle”. Com a pandemia, ela se tornou praticamente irreversível (Vetorazzi, 2022).

A teoria dos dois circuitos da economia urbana

A literatura estabelecida na área indica que, em nações subdesenvolvidas, surgem dois circuitos dentro da economia urbana. Essa teoria foi formulada, solidificada e revisitada por estudiosos como Milton Santos (2008), Maria Laura Silveira (2009, 2015), Silvana Silva (2012) e Marina Montenegro (2010, 2011, 2012). Essa perspectiva é pertinente para examinar o processo de desenvolvimento do município de Embu das Artes.

Santos simplifica tal teoria em:

[...] pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“Capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (Santos, 2008, p. 45)

Assim, os dois circuitos urbanos teriam um papel fundamental para explicar a desigualdade econômica e espacial em Embu, aliados também ao ponto de vista da divisão territorial do trabalho:

Também é necessário considerar as diferenças e desigualdades regionais de cada território. A divisão territorial do trabalho deve ser analisada para situar o papel de cada lugar no contexto nacional e mundial. Assim, verifica-se como as diferenças quantitativas e qualitativas da distribuição da população, dos sistemas de transporte e telecomunicações, dos equipamentos de saúde e educação, entre outros, condicionam o processo de urbanização e com ele se estabelece a dialética dos dois subsistemas urbanos, inferior e superior. Em outras palavras, o lugar importa na constituição do estabelecimento das atividades econômicas. Isso significa que para a operacionalização da teoria dos dois circuitos da economia urbana é fundamental considerar a constituição regional do território nacional. Há características “locais” que agregam particularidades aos subsistemas urbanos, por isso, sem dúvida, o tamanho da população pobre, e parte das classes médias, condiciona a existência de um circuito inferior [...] (Cataia; Silva, 2013, p. 65)

É, portanto, fundamental que sejam analisadas, conjuntamente às operacionalizações gerais da teoria, as especificidades do local abordado. Nesse sentido, é fundamental também a análise documental.

Se, no ramo de comércio de flores e plantas ornamentais, as floriculturas têm perdido seu espaço para *gardens* e afins, há, conseqüentemente, uma dimensão espacial em jogo. É papel da geografia analisar como se dão tais dinâmicas espaciais e econômicas e, por isso, foi utilizada a teoria dos dois circuitos urbanos.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, M. P. **O processo de transformação socioespacial de Embu das Artes: um diálogo com a metropolização de São Paulo**. Dissertação de doutorado em Geografia Humana da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

- CATAIA, M.; DA SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.
- LANGENBUCH, J.R. **A estruturação da grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971
- MELO, M.A.; FRANCO, M.I. (coord.). **Atlas Socioambiental de Embu**. Embu: Prefeitura da estância turística de Embu, 2008.
- MONTENEGRO, M. R. O circuito inferior no centro de São Paulo frente às dinâmicas da globalização e ao uso corporativo do território. *Revista Tamoios*, v. 6, n. 2, p. 42-53, 2010.
- MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista geográfica venezolana**, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.
- OLIVEIRA, M. N. L. **Embu e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana**. 1972. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, S. C. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros da Brás e Bom Retiro (SP)**. 2012. 327 p. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

- SILVEIRA, M.L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana. **Cad. CRH [online]**, v. 11, n. 55, p. 65-76, 2009.
- SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015.
- REIS, J. L. C. S. **A dimensão espacial da rede de flores e plantas ornamentais do estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir do município de Nova Friburgo, entre os anos de 2002 e 2018**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- CELUPPI, M. C. et al. The impact of green spaces on the perception and well-being of the academic population in face of the COVID-19 pandemic in the Amazon and Southeast Brazil. **Cities**, v. 141, p. 10503, 2023.
- MENEGAES, J. F. et al. Diagnóstico do mercado varejista de flores de Santa Maria, RS. **Ornamental Horticulture**, v. 21, n. 3, p. 291-298, 2015.
- JUNQUEIRA, A. H.; PEETZ, M. S. O setor produtivo de flores e plantas ornamentais do Brasil, no período de 2008 a 2013: atualizações, balanços e perspectivas. **Ornamental Horticulture**, v. 20, n. 2, p. 115-120, 2014.
- REIS, M. V. et al. Profile of producer and retailer of flower and ornamental plant. **Ornamental Horticulture**, v. 26, p. 367-380, 2020.
- PAIVA, P. D. O. et al. Flower and ornamental plant consumers profile and behavior. **Ornamental Horticulture**, v. 26, p. 333-345, 2020.
- ANACLETO, A. et al. Between flowers and fears: the new coronavirus pandemic (COVID-19) and the flower retail trade. **Ornamental Horticulture**, v. 27, p. 26-32, 2020.
- VETTORAZZI, E. Urban Jungle: Influência da vegetação na climatização do andar 43 no edifício Mirante do Vale em São Paulo. **Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído**, v. 19, p. 1-10, 2022.

REIS, S. N.; REIS, M. V.; NASCIMENTO, A. M. P. Pandemia e isolamento social — importância da interação plantas-pessoas. **Ornamental Horticulture**, v. 26, n. 3, p. 399-412, 2020.

O circuito inferior na cidade de São Paulo: Dinâmicas e estratégias das empresas de confeção de vestuário

Vanir de Lima Belo

Introdução

A cidade de São Paulo é uma totalidade moldada por processos que se realizam na formação socioespacial brasileira (Santos, 1977) sob a influência de processos históricos globais como urbanização, modernização, globalização e divisão territorial do trabalho. Ela abriga e ainda concentra o renovado meio técnico-científico-informacional, consolidando-se como polo da Região Concentrada (Santos e Silveira, 2001), o que a torna um centro de atração do capital, do dinheiro, do novo e do moderno, bem como de pessoas. Essa força centrípeta viabiliza uma diversidade de fluxos materiais e imateriais, possibilitados pelos fixos estabelecidos no território, os quais são ao mesmo tempo causa e consequência de seu dinamismo.

Sabemos, no entanto, que a modernização tecnológica e as diversas transformações ou revoluções no modo de produção transformam as cidades e as relações sociais, mas mantém e aprofundam a desigualdade, em especial nos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, a cidade de São Paulo continua atraindo pessoas em busca de melhores condições de vida, em função das possibilidades que oferece, assim como mantendo o tradicional e o obsoleto. A cidade, contudo, se desenvolve e se organiza priorizando os interesses das grandes corporações em detrimento dos interesses comuns e da população mais pobre, configurando-se como uma metrópole corporativa e fragmentada, na qual “o cidadão não raro é ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor [...]. Daí a busca de privilégios em vez de direitos” (Santos,

2005 [1993], p. 121). Isso não é uma novidade deste período; pelo contrário, é algo que se perpetua e que pode ser definido como um traço comum às grandes cidades dos países subdesenvolvidos. Essa dinâmica e profunda desigualdade levou Santos (1979) a desenvolver a teoria dos dois circuitos da economia urbana — circuito superior e circuito inferior.

O objetivo desse capítulo é refletir acerca do circuito inferior associado ao ramo de confecção de vestuário na cidade de São Paulo no meio técnico-científico-informacional, revelando a importância do território para a sua manutenção e seu desenvolvimento. Como princípio de método, compreendemos o espaço geográfico como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1999, p. 51). A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 1979), dado seu potencial explicativo, é o alicerce de nossa fundamentação teórica. O que distingue os circuitos da economia urbana são os diferentes níveis de capital, tecnologia, trabalho e organização, por isso nossa reflexão se desenvolve a partir desses elementos.

Circuito inferior: definição e aproximações

Ao analisar a urbanização e a economia dos países subdesenvolvidos, Milton Santos chama a atenção para o fato de que seus espaços são marcados por “enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes” (Santos, 1979, p. 15). Para ele “as cidades não podem ser analisadas como uma máquina maciça” (p. 16) e isso o leva a postular a existência de dois subsistemas: o circuito superior e o circuito inferior da economia urbanas. O primeiro é originado diretamente da modernização tecnológica e seu comando está, no geral, fora da região que o abriga. O segundo é

formado por atividades de pequena dimensão, é enraizado e mantém relações privilegiadas com a sua região.

Santos (1979) ensina, entretanto, que circuito inferior também é um produto da modernização e que, por isso, não pode ser chamado de tradicional e tampouco é sinônimo de informal. Não há, portanto, dualismo, pois ambos os circuitos se originam do mesmo conjunto de causas e são interligados, mantendo significativas relações de complementaridade, concorrência e subordinação e caracterizando-se como subsistemas do sistema urbano — características que revelam a “dialética dos dois circuitos” (Santos, 1979, p. 204). Há também o circuito superior marginal (Santos, 1979), que, sem “chegar a ser um circuito intermediário (...) revela um movimento de transição permanente” (Silveira, 2017, p. 74).

Essa teoria revela-se atual e fértil para a compreensão das relações espaciais de produção. Porém, as novidades do período atual que reorganizam os arranjos espaciais também atuam sobre os circuitos, que ganham novas características, as quais necessitam ser analisadas. De acordo com Montenegro (2017, p. 368) “o circuito inferior participa hoje de circuitos espaciais de produção mais amplos do que em um período anterior e, por conseguinte, fenômenos que pareciam locais devem ser, cada vez mais, pensados em uma escala global”.

A contiguidade ainda se caracteriza como um fator fundamental para o circuito inferior, pois possibilita “apesar da fragmentação do urbano, uma certa socialização dos fatores de produção ao conviver, lado a lado, mão-de-obra, pequenos capitais, técnicas diversas e pessoas com vontade de consumir” (Silveira, 2017, p. 75). É nas cidades que se encontram as condições necessárias para a sua realização, pois elas permitem “mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, abrigo uma multiplicidade de redes, fluxos, conexões, projetos, representações e interpretações” (Arroyo, 2017, p. 53).

O circuito inferior ligado à confecção de vestuário na cidade de São Paulo é heterogêneo, complexo e abriga empresas de diferentes tamanhos além de uma série de atividades formais e informais. Ao

analisar a produção do vestuário na metrópole paulista e sua relação com os circuitos da economia urbana, Silva (2017) afirma que o

[...] circuito superior da economia urbana do ramo do vestuário vem se valendo das habituais estratégias produtivas do circuito inferior para se expandir. Tal dinâmica ocorre quando a grande empresa varejista ou as empresas atacadas transferem a produção às pequenas oficinas por meio de contratos de prestação de serviço (Silva, 2017, p. 163).

Essa situação corrobora a ideia de que “a difusão das variáveis modernas aumenta a divisão do trabalho e as respectivas formas de cooperação, ainda que, ao mesmo tempo desvalorize boa parte do trabalho” (Silveira, 2017, p. 74).

Assim, como o circuito inferior do ramo de confecção de vestuário se realiza na cidade de São Paulo, utilizando-se das possibilidades oferecidas pelo meio técnico-científico-informacional? Como se relaciona com o circuito superior a partir dos elementos que os distinguem? Essas são questões que embasam e fomentam nossa reflexão.

Capital

Diferentemente do circuito superior, que se utiliza de grande volume de capital, no geral, beneficiando-se de políticas de incentivo e créditos bancários, o circuito inferior baseia-se no crédito de pequena dimensão e no dinheiro líquido. No que se refere aos mecanismos financeiros, Santos (1979) elenca três elementos essenciais para o circuito inferior: crédito, intermediários financeiros e dinheiro líquido: o crédito é, muitas vezes, a única possibilidade de iniciar e permanecer na atividade; os intermediários fornecem créditos, em dinheiro ou mais frequentemente em mercadoria, para os agentes do circuito inferior; e o dinheiro líquido assegura diversas funções nesse circuito.

O Pix, modalidade gratuita e instantânea de pagamento e transferência bancária, possibilita certa liquidez, configurando-se inclusive como uma forma de pagamento segura para as transações comerciais do circuito inferior. A utilização de cartões de débito e crédito,

viabilizada pela difusão das maquininhas, também é comum, embora pressuponha taxas e/ou aquisição dos equipamentos. Mas o dinheiro em espécie ainda se faz presente, em especial quando se pretende manter a informalidade na transação comercial. Por todos esses fatores é comum o valor final da mercadoria variar de acordo com a forma de pagamento.

Atualmente o crédito bancário é desburocratizado e mais acessível para os pequenos, com modalidades específicas para microempreendedores individuais (MEIs), tornando o risco um grande negócio (Silveira, 2022). No entanto, para acessá-lo é necessário comprovação de renda. Por isso, no circuito inferior, ainda é usual a obtenção de crédito por meios alternativos, como intermediado por terceiros através dos empréstimos consignados, ou através de agiotagem. Seja como for, o crédito é um risco para ambas as partes, pois, além dos juros embutidos nos parcelamentos, a inadimplência gera juros exorbitantes, elevando significativamente o endividamento e podendo levar à falência os pequenos negócios.

As empresas de confecção ligadas ao circuito inferior têm portes e níveis de capital diversos e buscam diferentes alternativas para a realização de sua produção. A aquisição das máquinas de costura, por exemplo, pode ser feita com utilização de empréstimos ou financiamento. As máquinas podem ser adquiridas novas ou usadas, havendo inclusive um significativo mercado de máquinas de segunda mão. A matéria-prima por sua vez é adquirida em lojas de atacado ou varejo, em geral nas regiões da cidade que concentram empresas de confecção, como nos bairros Brás e Pari, ou na Rua 25 de Março, locais onde se vende tecidos e aviamentos a preços considerados baixos. Ainda assim, comparado aos valores pagos pelas grandes confecções aos grandes atacadistas ou importadores, o preço é muito elevado em função da quantidade adquirida e dos diversos intermediários, o que se reflete no valor final da peça.

O lucro global e o lucro por unidade são fatores que explicam a diferença dos preços das peças de vestuário nas confecções de diferen-

tes tamanhos. Muitas vezes, o preço das pequenas é muito elevado se comparado ao das maiores, inclusive no circuito superior. No caso das micro e pequenas confecções que produzem roupas com marca própria ou sem marca, a concorrência com as grandes empresas de moda rápida, ou *fast-fashion*, é severa, pois, além do custo da matéria prima, a produção industrial em grande escala, com exploração de mão de obra barata ou utilizando, inclusive, os serviços de confecções do circuito inferior, reduz consideravelmente o custo. Os preços nas grandes lojas varejistas de moda são significativamente inferiores, e as formas de pagamento, diversas e atrativas, revelando que a concorrência entre os produtores de vestuário dos diferentes circuitos é desleal, com larga vantagem para o circuito superior. Isso ajuda a explicar a fragilidade dos pequenos e, em muitos casos, a opção por servir ao circuito superior como mão de obra barata.

Tecnologia

O circuito inferior está cada vez mais permeado pelas variáveis chave do período atual, em especial, a técnica, o consumo, a informação, a comunicação e as finanças (Montenegro, 2012). Essas variáveis interferem na realização do circuito inferior ligado às confecções na cidade de São Paulo e, combinadas e digitalizadas, potencializam as diferentes etapas de sua produção, ampliando o alcance de suas ações. Por outro lado, revelam uma crescente dependência do sistema técnico moderno do circuito superior por parte do circuito inferior.

Mas a técnica materializada na máquina de costura, elemento fundante da indústria de confecção e do circuito inferior ligado a esse ramo, permanece central. Embora sua tecnologia tenha avançado e se aprimorado, o que pode tornar esse trabalho menos degradante, não há interesse por parte da indústria brasileira em investir efetivamente nessas tecnologias, pois ainda é mais interessante economicamente manter a terceirização da etapa da costura, com precarização e exploração do trabalho em domicílio e nas oficinas de costura (Abreu, 1986).

A tecnologia da informação é uma variável fundamental que viabiliza e comanda a produção de vestuário nos diferentes circuitos da economia urbana, pois, como afirma Santos (1999), é a informação o motor da divisão do trabalho. Além disso, o acesso às novidades do período contribui para o aprimoramento das ações e das práticas do circuito inferior, possibilitando outros usos, criativos e mais flexíveis, das técnicas e das tecnologias de informação e comunicação, hoje digitalizadas.

Os agentes do circuito inferior, utilizam de forma crescente o computador, os *smartphones*, a internet e os mais variados recursos, como os aplicativos de redes sociais e de mensagens rápidas, e as plataformas digitais, como os sites de comércio eletrônico. No caso das confecções há também uma série de aplicativos, sites e *softwares* que facilitam o *design*, a modelagem e outras etapas da produção, alguns deles gratuitos. No circuito inferior de confecção de vestuário é crescente a utilização desses recursos, que atravessam as diferentes etapas do processo produtivo, desde a concepção da peça até a venda.

Apesar da influência das variáveis dominantes e do maior acesso ao aparato tecnológico disponível, concordamos que “a distância entre os circuitos não deixa de aumentar, pois os limites entre eles são, sempre, relacionais” (Montenegro, 2012, p. 28), e a distância se alarga ainda mais quando consideramos a digitalização do território (Venceslau, 2023). Essa nova realidade reforça a importância da articulação entre informação e consumo para a compreensão da economia urbana no período atual. Santos (1979), ao analisar a modernização tecnológica como importante fator na formação dos circuitos da economia urbana, chamou atenção para o fato de que, embora o comando das criações do sistema tecnológico seja da grande indústria,

pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo – a primeira estando a serviço do segundo –, cuja generalização constitui um fator fun-

damental de transformação da economia e da organização do espaço [...] A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica” (Santos, 1979, p. 28).

Apesar das novidades do período e do maior acesso às tecnologias, as ações do circuito inferior ainda dependem do meio construído e das relações de contiguidade, mas trata-se de uma dependência que ganha novas feições.

Trabalho

As transformações nas relações de trabalho e nos direitos do trabalhador que favorecem as grandes empresas e demais agentes do circuito superior e, mais recentemente, a ampliação do uso das técnicas informacionais e digitais sob o comando do capital, impactam o mercado de trabalho provocando transformações também no circuito inferior, o qual abriga boa parte das pessoas que não encontram ocupação formal no mercado de trabalho ligado diretamente ao circuito superior ou que buscam uma fonte de renda complementar. O circuito inferior emprega menos pessoas por unidade, mas, por ser muito amplo, tem grande potencial de geração de trabalho e renda (Santos, 1979). Entretanto, ali o trabalho assume diferentes aspectos e não há garantia de permanência, entre outros fatores, pela própria instabilidade dos negócios.

No ramo de confecções a tecnologia empregada na produção ainda não foi capaz de impactar significativamente a demanda por trabalhadores, em especial na fase da costura. Apesar da especialização e do maquinário moderno, a máquina de costura e a/o costureira/o ainda são fundamentais para a produção e, nesse caso, a relação entre os dois circuitos da economia urbana é de complementaridade, pois as pequenas confecções, facções ou oficinas de costura são no geral contratadas para atender às demandas produtivas das grandes empresas do setor de vestuário ligadas ao circuito superior (Silva, 2017; Souchaud, 2023).

As relações de trabalho são diversas e podem ser formalizadas ou não. Quando uma grande ou média empresa contrata os serviços de uma confecção, por exemplo, a contratada, quando formalizada, deve emitir nota fiscal de prestação de serviço. Mas é comum a subcontratação de pequenas confecções, facções e oficinas de costura que, por sua vez, contratam costureiras/os para realizar o serviço, situações nas quais a informalidade é mais usual.

Outras formas de trabalho apontadas por Santos (1979) como práticas comuns no circuito inferior são o trabalho familiar e o trabalho autônomo, as quais podem ser facilmente observadas no ramo de vestuário ligado a esse circuito, seja através da subcontratação ou da criação de pequenos negócios. Dentre as empresas de confecção de vestuário ativas em São Paulo, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida (CNAE 14.12.60/1), em maio de 2023, com fundação ou regularização até 31 de dezembro de 2022¹, 52% eram microempreendedores individuais, 30% microempresas, 13% empresas de pequeno porte e 5% médias e grandes empresas.

De acordo com a legislação (Lei n 123 de 2006 e Lei n 128 de 2008), os MEIs podem contratar apenas um funcionário, mas é comum trabalharem sozinhos, realizando todas as funções, ou contarem com ajuda dos familiares, sem formalização da relação de trabalho. Os MEIs são, portanto, uma alternativa ao desemprego e aos baixos salários. Mas, embora estimulado pelo governo, na figura do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com a finalidade de formalizar os trabalhadores e seus pequenos negócios, torna-se de uma alternativa frágil e se configura como mais uma forma de exploração do trabalho. Com o incentivo ao empreendedorismo e o maior acesso às tecnologias pelo maior número de pessoas das diferentes classes sociais, o circuito inferior se alarga abrigando outras formas de produção, comercialização e trabalho.

1. Receita Federal, 2023. Dados compilados da empresa GESTÃO MAX, obtido em 17 de maio de 2023.

De acordo com Santos (1979, p. 159) “o circuito inferior constitui também uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional”. No caso das confecções em São Paulo, a participação da população migrante é histórica e bastante expressiva (Silva, 2012; Souchaud, 2023). Devido ao desemprego estrutural, à precarização do trabalho (Antunes, 2018) cada vez mais acentuada e ao desmonte da legislação trabalhista, muitas pessoas de diferentes áreas, qualificadas e com formação profissional criam seus negócios ou buscam trabalho no circuito inferior, muitas vezes através de plataformas digitais (Praun e Antunes, 2020).

Uma característica do circuito inferior ligado ao ramo de confecções na atualidade é a presença de pessoas qualificadas e/ou em busca de qualificação. Há diversos cursos, pagos e gratuitos, ligados à confecção — desde a concepção, desenho da peça, modelagem, corte e costura, até a organização do negócio e a comercialização final — oferecidos pelas mais variadas instituições, de universidades públicas e privadas a organizações não governamentais e programas ou projetos sociais oferecidos por instituições públicas ou órgãos governamentais. Os cursos de formação tornam-se, também, mais uma possibilidade de negócio no circuito inferior, inclusive com uso das tecnologias informacionais e digitais.

Embora o estudo cuidadoso acerca dos microempreendedores individuais seja fundamental para a compreensão do circuito inferior na atualidade, ele não se resume a esses agentes, pelo contrário, é composto por atividades formais e informais de produção, de prestação de serviços, comércio, transporte entre outras. Além disso, como afirma Santos “o trabalho no circuito inferior é uma realidade difícil de definir, pois compreende tanto o trabalho mal remunerado como o trabalho temporário ou instável” (Santos 1979, p. 158).

Organização

A organização é um elemento central para a compreensão dos circuitos da economia urbana. Santos (1979) apresenta as característi-

cas que estão na base da organização dos circuitos, as quais expomos resumidamente à luz do período atual.

De modo geral, as empresas do circuito superior dispõem de importante volume de capital. Empregam alta tecnologia — “capital intensivo” — ao longo de todo o processo produtivo e podem manipular grande quantidade de mercadorias quando o objetivo é alcançar um amplo mercado consumidor, ou pequenas quantidades quando o objetivo é a especialização e/ou a exclusividade. Criam tendências e mercados fazendo uso intensivo de publicidade, propaganda e marketing. No geral, empregam cada vez menos pessoas em função da mecanização e da precarização do trabalho e contam com linhas de crédito e incentivos governamentais. Definem os preços e, em parceria com instituições financeiras, viabilizam crédito para os consumidores, atingindo elevadas taxas de lucro. Em função dessas características, essas empresas demandam uma organização maior e mais burocrática (Santos, 1979).

Já no circuito inferior, as empresas contam com capital reduzido e baixo emprego de tecnologia, ou fazem uso de tecnologias menos modernas — “trabalho intensivo” —, em especial na fase de produção. No geral, manipulam pequenas quantidades de mercadorias e seguem as tendências criadas no circuito superior, almejando alcançar a parcela de consumidores que não tem acesso ou que só acessa parcialmente o consumo naquele circuito. Em relação à publicidade, uma parte dos agentes acessa um público maior, graças à massificação do uso de redes sociais e das plataformas digitais. Individualmente, o número de empregados é reduzido, mas, no montante, absorvem e empregam, formal ou informalmente, um grande número de pessoas. Há linhas de crédito e alguns incentivo governamentais, mas de alcance reduzido, pois se destinam, basicamente, às empresas formalizadas, por isso boa parte delas ainda conta com crédito não institucional. Os preços dos produtos são, no geral, variáveis e abertos à negociação; os lucros são reduzidos e, no geral, por unidade. As transações são realizadas de diversas formas, inclusive a crédito, embora ainda haja uma valori-

zação do dinheiro líquido (em espécie ou via Pix). Em função dessas características, ao contrário do circuito superior, sua organização pode ser menos burocrática (Santos, 1979), porém mais complexa do que em períodos anteriores.

De acordo com Santos (1979), as empresas do circuito inferior são mais dependentes da contiguidade e dos lugares em que se localizam, ao passo que as empresas do circuito superior possuem um alcance mais abrangente, integrando-se com outras localidades, inclusive em escala global. Montenegro (2017) já revelou o alargamento do alcance do circuito inferior como consequência da maior influência das variáveis da globalização; na atualidade, a escala se amplia ainda mais. No circuito inferior ligado às confecções, parte das matérias-primas é proveniente do circuito superior e de diferentes lugares do Brasil e do mundo. Há um uso crescente das redes sociais e plataformas digitais. Isso revela a existência de um circuito espacial de produção que deve ser considerado, pois como ensina Arroyo (2017), todo circuito inferior é parte de um circuito espacial de produção, ou forma, ele mesmo, um circuito produtivo completo.

O consumo é uma variável fundamental que afeta a organização da produção de confecções no circuito inferior. O avanço das tecnologias de comunicação e informação, agora codificadas e articuladas ao setor financeiro, cria um ambiente virtual propício ao desenvolvimento do comércio eletrônico (Venceslau, 2023), que possibilita também a ampliação da escala de ação do circuito inferior. Nesse contexto, muitos agentes ou empresas do circuito inferior ligado ao ramo de confecções passam a utilizar as redes sociais — como o Instagram e o Facebook — para divulgar suas marcas e seus produtos, e os aplicativos de mensagens rápidas — como o WhatsApp — para realizar o contato com o cliente e efetivar a transação comercial, cujo pagamento é, de modo geral, realizado via Pix. A entrega pode ser feita via Correios, aplicativos ou mesmo pessoalmente — normalmente, em lugares estratégicos, como terminais de ônibus ou estações de metrô. Também é comum a criação de grupos de divulgação e venda nas redes sociais, os quais

aglutinam em um único perfil uma série de produtores ou prestadores de serviço com alguma característica em comum.

No entanto, ainda observamos práticas menos modernas, ainda dependentes do mercado local e do “boca a boca”, como vendas na própria residência ou na casa dos clientes, feiras temáticas, feiras de artesanato, pequenas lojas em galerias de centros comerciais populares e lojas colaborativas, além daqueles que trabalham de forma híbrida, utilizando o comércio eletrônico e mantendo relações estreitas com o lugar onde estão inseridos.

A relevância dessas ações, entre outras possíveis, não se reduz ao seu aspecto quantitativo. Pelo contrário, os aspectos qualitativos das ações revelam que, apesar das transformações e novidades do período atual, a organização do circuito inferior ainda é diversa, flexível, criativa e solidária.

Considerações Finais

Vivemos um período de transformação em diferentes setores devido às novidades informacionais e digitais. Porém, todo o aparato tecnológico, embora cada vez mais acessível, não chega a todos os lugares e a todas as pessoas da mesma forma, ou chega de forma predatória, ou não chega. Em suma, essas transformações não superam a pobreza, pelo contrário, contribuem para seu agravamento, impactando diretamente o circuito inferior da economia urbana na medida em que ele é inflado pela massa de desempregados ou subempregados que se reproduz diariamente.

No processo crescente de precarização do trabalho, as pessoas pobres ou empobrecidas buscam no circuito inferior ocupação e renda incentivadas pelo empreendedorismo, resultando no aumento significativo do número de micro e pequenas empresas que surgem e desaparecem na mesma velocidade. Isso se torna evidente no ramo de confecção e facção de vestuário, um ramo complexo e dinâmico. Sabemos que o dinamismo do circuito inferior deve ser analisado com cautela e criticidade, considerando o contexto da economia urbana. No

caso de São Paulo, entre outras cidades do mundo subdesenvolvido, a pobreza é uma realidade estrutural e, apesar de todas as possibilidades presentes e de todas as efetivas realizações a partir do circuito inferior, a situação de desigualdade social e territorial se mantém. Mas os agentes desse circuito seguem ativos, buscando construir alternativas ao sistema que os oprime a partir das possibilidades que o próprio sistema oferece.

O circuito inferior ligado ao ramo de confecção de vestuário é afetado por uma série de fatores ligados às variáveis dominantes do período como a técnica, a informação, o consumo e as finanças, todas elas atravessadas pela digitalização, ampliando as possibilidades de ação e relação com o circuito superior e o circuito superior marginal. Dessa forma, contribui para as transformações nas relações de complementaridade e subordinação entre os circuitos da economia urbana (Montenegro, 2023).

Na cidade de São Paulo, a relação do circuito inferior do ramo de confecção de vestuário com os demais circuitos está presente nas diferentes etapas de sua realização, o que revela sua inserção em um circuito espacial de produção cada vez mais amplo. Ao mesmo tempo, porém, revela-se dependente da coexistência e da contiguidade existente na cidade, utilizando-se de forma cada vez mais intensa das possibilidades oferecidas pelo meio técnico-científico-informacional.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. R. P. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. In.: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (orgs.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo vermelho, 2017, p. 53-62.

- MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém.** 2012. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.
- MONTENEGRO, M. R. Da contiguidade ao alargamento das escalas: topologias do circuito inferior no período atual. In. DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (orgs.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos.** Natal: Sebo vermelho, 2017, p. 361-386.
- MONTENEGRO, M. R. **Os circuitos da economia urbana em questão: da formulação da teoria ao seu debate na atualidade.** In. BALBIM, R.; ARROYO, M.; SANTIAGO, C. Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2023. ISBN: 978-65-5635-063-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>.
- PRAUN, L.; ANTUNES, R. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020, p. 179-192.
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005 [1993].
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- SILVA, S. C. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)**. São Paulo, 328f, 2012. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas, 2012.
- SILVA, S. O circuito espacial de produção do vestuário e os dois circuitos da economia urbana. In.: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (orgs.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo vermelho, 2017, p. 159-184.
- SILVEIRA, M. L. Urbanização latino-americana e circuitos da economia urbana. In.: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (orgs.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo vermelho, 2017, p. 63-82.
- SILVEIRA, M. L. Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana. In: ARROYO, M; SILVA, A. M. B. (Org.). **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 137-151.
- SOUCHAUD, S. **Geografia da oficina: confecção, migração, urbanização em São Paulo**. São Carlos: EdUFSCar, 2023.
- VENCESLAU, I. **Espaço geográfico e economia digital: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico**. São Paulo, 328f, 2023. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.

Parte V

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCALA MUNDIAL E LOCAL

O jogador de futebol no Brasil: Da estruturação de um mercado global à venda da força de trabalho local

Rodrigo Accioli Almeida

Introdução

Início do mês de novembro de 2024. O calendário aponta dois meses até a abertura da próxima janela de transferências de jogadores de futebol, informação primordial para os clubes de futebol do Brasil na busca do planejamento para a temporada do ano seguinte. Nas redações dos meios de comunicação, jornalistas preparam-se para a cobertura das contratações e vendas de cada clube de futebol e os torcedores começam a criar expectativas sobre permanências e saídas. O mercado de transferências de jogadores de futebol se reacende.

O que é um mercado de transferências de jogadores? Segundo Marx (1977 [1865]), mercado é o local onde um indivíduo A realiza a troca de uma mercadoria com um indivíduo B, sendo que, em uma sociedade cujo modo de produção é o capitalismo, é comum que o dinheiro esteja envolvido nessa troca. Assim, a mercadoria de A é trocada pelo dinheiro de B. No caso do mercado de transferências, clubes de futebol trocam entre si jogadores de futebol da mesma forma, pois um clube A paga para ter os direitos federativos de um jogador B.

Isso não significa que, neste trabalho, se assume o jogador de futebol enquanto mercadoria, pois, antes de tudo, todos os jogadores e jogadoras de futebol são pessoas que constituem, majoritariamente, a classe trabalhadora. Contudo, não é possível analisar as dinâmicas globais do futebol atual sem apontar a existência de um mercado de transferências cuja principal mercadoria é o direito de pôr um jogador de futebol para jogar em seu plantel. Essa contradição é a discussão

principal deste trabalho, afinal, o jogador de futebol no Brasil vive entre um movimento global da formação desse mercado e as condições de trabalho nos mais diversos clubes e regiões do país. Para essa análise, partimos do conceito de espaço geográfico enquanto uma instância da sociedade, entendido como um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações, tal como definido por Santos (2014 [1996]). Através do conceito de espaço geográfico e a relação totalidade-unicidade com o local, é possível entender a articulação de uma economia política do futebol em diferentes escalas, pois estes formam circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação.

O que se propõe aqui é, primeiramente, elucidar a existência de uma economia política do futebol, para que, em um segundo momento, se discuta a profissão de jogador de futebol no Brasil e, em um último momento, se discutam questões relativas ao corpo do jogador de futebol, tal como pensado por Harvey (2004) em sua obra “Espaços da Esperança”. Assim, o texto se subdivide em três partes correspondentes à divisão proposta no início deste parágrafo.

O jogador e a economia política do futebol

A definição de economia política deste trabalho está amparada em Marx (1984), para quem a economia política envolve os processos contraditórios de produção, circulação, distribuição e consumo de uma mercadoria. Isso se relaciona com o futebol a partir do momento em que se estrutura um circuito espacial produtivo e um círculo de cooperação a partir do jogador de futebol. O circuito espacial produtivo está relacionado com a circulação de bens e produtos, cujo movimento é comandado por fluxos imateriais (Santos, 1988; Castillo et al., 2010). Dessa forma, trata-se de um olhar dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo com o foco na espacialidade existente nesses processos. O circuito espacial produtivo é comandado por fluxos imateriais, tais como as ordens produzidas por agentes econômicos que se organizam através de círculos de cooperação, cuja definição

são as articulações, os ordenamentos e o comando que esses agentes produzem (Santos, 1988; Castillo et al., 2010).

Pensar em uma economia política no futebol pressupõe um circuito espacial produtivo no futebol. Como afirmado anteriormente, a economia política do futebol se dá por uma mercadoria principal, que são os direitos federativos de um jogador de futebol. A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) é o principal agente normatizador, pois monopoliza toda a atividade profissional de futebol, tanto de homens quanto de mulheres, a partir de seu sistema associativo. O “*Regulations on the Status and Transfer of Players*” (Regulamentações sobre o Status e a Transferência de Jogadores, RTSP¹) é a principal normatização em relação às confederações nacionais e federações estaduais para a inscrição de atletas amadores (abaixo dos 18 anos de idade) e profissionais (a partir dos 18 anos, quando pode assinar um contrato de no máximo 4 anos de duração), os assim chamado direitos esportivos de um atleta. Os direitos esportivos são vinculados à entidade esportiva na qual o atleta pratica a sua modalidade, sendo que o RTSP prevê a observação das leis trabalhistas de cada país. Assim, cada jogador de futebol tem relações trabalhistas, observadas pelo Estado nacional, e relações esportivas, observadas pela FIFA e pelo Tribunal Arbitral do Esporte.

Além de regularizar os direitos federativos e suas respectivas inscrições, a FIFA controla e normatiza todo o processo de aproximação entre as partes para a negociação entre clubes e entre jogadores e clubes (Nicolau, 2017). No RTSP, é determinado o que cada parte pode fazer durante a negociação, os mecanismos financeiros envolvidos, o período para a transferência e o período de possibilidade de aproximações para pré-contrato. É um controle para além do campo de jogo, estendido ao campo das negociações de um mercado bilionário e das relações internacionais, o que torna palpável um olhar sobre a FIFA não apenas como uma entidade privada monopolizadora de uma ativi-

1. Mantém-se a sigla em inglês dada a tradução livre do título do documento feita pelo autor.

dade esportiva profissional e amadora, senão como uma organização supranacional tal qual a Organização das Nações Unidas.

Dessa maneira, os jogadores, as informações e capitais circulam por todo o globo dentro do modelo associativo da FIFA, com suas regras valendo para os membros filiados a uma federação estadual brasileira, a um clube pertencente à federação togolesa de futebol e ao atual campeão europeu Real Madrid. As janelas de transferência também são normatizadas pelo RTSP, sendo que os clubes que comprem direitos esportivos de jogadores de outra nacionalidade só podem inscrevê-los de fato na confederação de seu país dentro do período das janelas de transferências.

Além das normatizações, é preciso entender os fixos geográficos desse circuito espacial produtivo. Dentro da infraestrutura dos clubes brasileiros, uma das principais áreas é o setor de base. Em terminologia do futebol, a base corresponde à formação de novos jogadores desde a infância até os 20 anos de idade. Em observância às leis de trabalho no Brasil, a Lei n 9516/1998 (Lei Pelé) estabelece que os jogadores de futebol podem assinar contratos profissionais aos 16 anos de idade com duração máxima de 4 anos de contrato. Assim, ao menos em teoria, os jogadores de futebol no Brasil têm 4 anos para fazer a transição entre a base e o futebol profissional, podendo permanecer no grupo de jovens até os 20 anos.

Ferreira (2023) nos mostra que há clubes de futebol no Brasil cujo grande propósito é a revelação de jogadores para o mercado externo, alguns dos quais não possuem um time profissional, como é o caso do Desportivo Brasil de Porto Feliz/SP. Essa é uma informação importante sobre a centralidade do mercado de transferências de jogadores em relação ao futebol profissional masculino. Pensando que as bases são o ponto coletor, formador e distribuidor de jogadores em escala regional, nacional e internacional, é ressaltada a importância da análise através do circuito espacial produtivo.

Ao contrário ao que possa parecer, ao sair da base o jogador não tem o aumento do valor monetário de seu passe vinculado ao estádio

de futebol. Na realidade, ao subir da base a um time profissional, o jogador terá seu desenvolvimento em outro fixo importante, que é o centro de treinamento do time profissional. Da mesma forma que há desigualdades na formação pela diferença de estrutura entre os clubes de maior capital acumulado e os de menor capital acumulado, especialmente em séries inferiores, o mesmo pode ser dito sobre o centro de treinamento profissional.

A atual preparação do atleta conta com uma série de elementos implacáveis: o trabalho de preparação física, os treinamentos táticos e técnicos, a fisioterapia, a alimentação, o trabalho com a saúde mental e a recuperação médica aos lesionados. Isso faz com que um clube de futebol profissional, seja na Europa Ocidental ou no Brasil, busque uma área com diversos campos de jogo, um centro médico equipado para diversas situações de recuperação ortopédica, centro de fisioterapia e recuperação pós-jogo e uma gama de profissionais aptos para o treinamento e condicionamento desses atletas. Assim, tanto os centros de treinamento de base quanto os centros de treinamento profissionais passaram por uma especialização de modo a produzir jogadores com corpos e funcionalidades táticas no jogo de alta precisão.

A partir dos treinamentos, o jogador de futebol entra em campo. Até a década de 1980, Mascarenhas (2014) aponta que o grande ganho com as partidas de futebol se dava na bilheteria. Com o tempo, o autor afirma que as placas de publicidade, os patrocínios nas camisas dos times começaram um processo de mudança que culminaria na construção de modernas arenas construídas no intuito de ampliar a capacidade de consumo de cada espectador, garantindo novas formas de renda a partir do jogo. Além dos fatores acima, outro ponto importante na conta tanto dos clubes quanto das confederações são os ganhos com as transmissões de partidas. Dentre as novas formas de acumulação, a transmissão das partidas de futebol também possibilitou o acúmulo de informação e conhecimento de jogadores ao redor do globo de uma forma nunca vista anteriormente, algo só realizável no período da

globalização (Santos, 2001), a partir de objetos técnicos, como satélites, cabeadamentos de Internet, computadores e televisores.

Atualmente, há uma série de bancos de dados, criados a partir de análises realizadas por analistas e jornalistas especializados, aos quais clubes de futebol e intermediários têm acesso. Com isso, a procura por jogadores tornou-se global e a informação se tornou base fundamental para as transações envolvendo jogadores de futebol. Obviamente, os locais de maior capital acumulado têm acesso às melhores informações, inclusive com a movimentação de compra de clubes de futebol de regiões mais pobres por parte dos clubes mais ricos.

Do global ao local: a venda da força de trabalho pelos jogadores de futebol no Brasil

Como visto anteriormente, há um circuito espacial produtivo relativo aos jogadores de futebol. Ao terem seu jogo aprimorado, os jogadores tornam-se aptos a participarem do mercado de transferências, podendo ser comprados ou vendidos pelos clubes de futebol. esse cenário global, o Brasil é um exportador de “pés-de-obras”, ou seja, o país no mundo com maior número de jogadores atuando no exterior — 1219 jogadores frente a 978 franceses e 865 argentinos, segundo a FIFA (2020). Dos 27 jogadores anunciados pelo técnico Tite para a Copa de 2022 pela Seleção Brasileira, 24 atuavam no exterior e apenas 3 em território nacional. Assim, as redes globalizadas chegam desde a Série A, a primeira divisão, até as ligas de menor expressão do futebol brasileiro, porém nestas não há envolvimento de valores milionários. Nesses casos, no máximo, melhores condições de trabalho e a perspectiva de salários em dólares para ajudar no sustento da casa são alguns dos atrativos para jogadores que, nas divisões inferiores dos estaduais, muitas vezes, não encontram sequer vagas de trabalho com a estabilidade para além de 3 meses.

É curioso notar que não há tentativa de protecionismo por parte do Estado brasileiro ou da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), tendo os clubes de arcar com os desafios de obter renda suficiente

através de transmissões, patrocínio, bilheteria, produtos outros em moeda local, enquanto as transferências internacionais estão pautadas em moedas valorizadas, como o euro e o dólar. Isso aumenta a atração do jogador ao exterior, pois, mesmo jogando em clubes menores e ligas fora das *Big 5 Leagues*², ou com o salário sendo baixo para os padrões do exterior, a saída acaba sendo compensadora quando o dólar está aproximadamente cinco vezes o valor do real em 2024, segundo o Banco Central. Aos clubes de futebol, uma cotação mais alta do dólar torna os negócios no exterior mais chamativos para vendas, desde que não haja um aumento expressivo nos valores pagos em salários e transferências domésticas.

Analisando o “Relatório de Transferências” (CBF, 2020), há três fluxos distintos no mercado externo brasileiro:

1. Os fluxos com grandes valores de transferência envolvidos, ou seja, as negociações que ultrapassam o valor de R\$ 10 milhões para clubes brasileiros. Normalmente, os receptores são das *Big 5 Leagues* ou de clubes de outras regiões da Europa, especialmente a primeira divisão de Portugal;
2. Fluxos que envolvem um grupo intermediário com capacidade de investimento, porém, com menor representatividade esportiva internacional, caso de China, Estados Unidos, Índia e clubes provenientes do Oriente Médio; e
3. Fluxos de pouco valor, cujas transferências para ligas menores ou países de baixa representatividade no futebol, como Vietnã, Indonésia, Austrália e uma enormidade de países.

A maioria dos jogadores de futebol no mundo pertencem ao terceiro grupo, e os jogadores de futebol no Brasil não fogem à regra.

2. Premier League (Inglaterra), La Liga (Espanha), Ligue 1 (França), Bundesliga (Alemanha) e Serie A (Itália). A terminologia foi criada pela própria FIFA de modo a diferenciar as ligas de maior centralização de capital e capacidade de atração de jogadores a partir de salários e grandes orçamentos para transferências.

Em 2021, 666 clubes participaram dos campeonatos profissionais nas federações estaduais do Brasil. É interessante notar que, segundo a FIFA (2022), o Brasil possui apenas 630 clubes profissionais, porém, na metodologia que utilizamos, consideramos profissionais os clubes aptos a contratarem jogadores em regime profissional vigente pela Lei Pelé. Apenas a segunda divisão do Campeonato Catarinense, com 9 clubes inscritos, inscreve todos os jogadores como amadores. Há outras restrições, como a quarta divisão do Campeonato Paulista, as segunda e terceira divisões do Campeonato Mineiro, a terceira divisão do Rio Grande do Sul, e as segundas divisões de Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que possuem limite de idade máxima para a participação, todos campeonatos de categoria sub-23, com permissões de 3 a 4 jogadores acima dessa idade, totalizando 148 clubes nessa situação.

Isso nos dá uma dimensão do futebol profissional masculino no Brasil. Esses são os clubes que ofertam vagas de trabalho a garotos e homens que desejam seguir uma carreira profissional no futebol. Embora de número livre em termos trabalhistas, segundo os quais cada clube pode contratar o número de jogadores que quiser, é comum que as listas de federações estaduais estabeleçam entre 25 e 32 jogadores em uma equipe para um campeonato. Levando o número máximo de 32 jogadores e excluindo aqueles pertencentes à Segunda Divisão de Santa Catarina ou que apresentem restrições a maiores de 23 anos de idade, existiriam aproximadamente 16.288 vagas anuais.

A realidade de muitos estados é a existência de uma segunda divisão apenas para suprir a falta de campeonatos na primeira divisão. Por conta disso, esta costuma ocorrer em tempos distintos da primeira divisão, sendo concomitante aos campeonatos estaduais, nos quais jogam clubes da Série A³ nacional, com a segunda divisão ocorrendo em algum momento no segundo semestre. Aos jogadores de destaque

3. No Brasil dividem-se as divisões nacionais hierarquicamente em: Série A, Série B, Série C e Série D. Os melhores clubes dos campeonatos estaduais classificam-se para a Série D nacional quando não participam de qualquer outra divisão nacional. Cada estado tem sua pirâmide organizativa de competições, podendo chegar, como no Rio de Janeiro, a uma quinta divisão estadual.

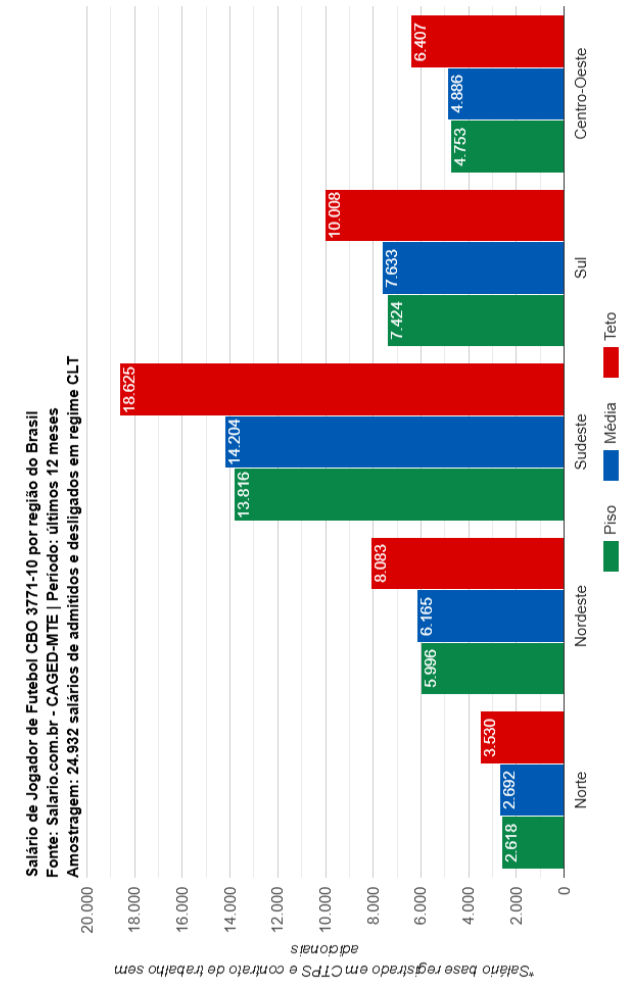
no campeonato estadual, há a esperança de um contrato com clubes que disputarão a Série D nacional, enquanto aos demais resta procurar vagas em outras regiões ou apostar nos clubes da segunda divisão estadual.

Embora a problemática acima ocorra em todo o território, não é possível afirmar que haja equidade de condições entre as regiões. O Gráfico 1, abaixo, elucida essa disparidade entre regiões do IBGE a partir do salário. Salienta-se que a média do piso nacional é por volta de R\$ 900 por mês em todo o território, sendo os valores no gráfico sobre piso salarial a média dos valores mais baixos pagos a jogadores de futebol. É notável que o salário mais baixo do Sudeste é mais alto que os das demais regiões do país, sendo que a média salarial nesta região é de R\$ 14.204, na região Sul é de R\$ 7.600, na região Nordeste é R\$ 6.165, na região Centro-Oeste R\$ 4.886 e na região Norte é R\$ 2.692.

A desigualdade de salários é refletida na desigualdade do calendário do futebol profissional no país, pois, dos 666 clubes profissionais, apenas 40 possuem jogos garantidos para todo o ano, que são os clubes participantes das duas primeiras divisões nacionais. Nesse caso, há uma desigualdade importante: a maioria dos clubes do Campeonato Brasileiro nas Series A e B são das regiões Concentrada (Santos et al., 2001), sendo que, em 2024, dentre 20 clubes, apenas 5 são de outras regiões. No caso dos 20 clubes atuantes na Série B, levemente melhor distribuída, a região Norte tem apenas 2 representantes, a região Centro Oeste tem 2 representantes e a região Nordeste está representada por 3 clubes.

A partir das Séries C e D do Campeonato Brasileiro, a probabilidade de não ter calendário o ano todo aumenta devido às possibilidades de eliminação em fases pretéritas da competição. A CBF só garante acesso a todos os estados à Série D, que, inclusive, é a mais curta entre todas as demais e aquela com o maior número de jogos eliminatórias. Os clubes que jogam apenas campeonatos estaduais possuem calendários com três meses garantidos, que podem ser dobrados a seis meses caso haja convite e organização de um torneio estadual eliminatório.

Gráfico 1: Brasil. Salários de jogadores de futebol por região



Fonte: Salário.com.br – dados do CAGED-TEM (2024)

Portanto, a maioria dos jogadores de futebol no Brasil exercem a função por três meses e, depois, têm de procurar outras formas de venda da força de trabalho.

Essas desigualdades também se refletem na capacidade do jogador de futebol em exercer sua profissão. O corpo é essencial para um jogador poder realizar todas as tarefas em campo que lhe cabem, sendo que, quando não há calendário e há a necessidade de vender a força de trabalho em outras atividades, o desgaste do corpo e a dificuldade em mantê-lo apto à prática de futebol profissional são evidentes.

O corpo do jogador de futebol enquanto um objeto técnico

De modo a elucidar a relação entre o jogador de futebol e a noção de objeto técnico é necessário um detalhamento daquilo que se entende como objeto. Segundo Santos (2014 [1996], p. 67), um objeto pode ser entendido como algo que, “tendo lugar no tempo e no espaço, se concebe como existente com independência do sujeito que conhece”, sendo possível de ser apreendido através da linguagem. Simondon (2012 [1958]) argumenta que os objetos técnicos passam de uma fase abstrata a uma fase concreta, o que podemos interpretar superficialmente como uma periodização entre um modelo artesanal de produção de objetos a um modelo industrial de produção de objetos. Quanto maior o grau de industrial, maior será a coerência do sistema do objeto quando comparada à coerência das necessidades (Simondon 2012 [1958]); ou seja, conforme a industrialização avança, os objetos vão perdendo a característica de estarem intrinsecamente ligados às necessidades básicas humanas. Observando o meio técnico-científico-informacional, aquilo que Simondon entende como artesanal e industrial, observamos em Santos (2014 [1996]) enquanto objeto técnico e objeto técnico-científico-informacional. Este último tipo de objeto está relacionado ao período da globalização e ao meio técnico-científico-informacional, quando a ciência e a informação se tornam partes do processo produtivo, ou seja, aquilo que era visto como arte-

sanal, uma técnica apenas, torna-se algo cuja constituição necessita de uma informação e de uma ciência prévias.

Portanto, quando se aponta o jogador de futebol enquanto um objeto técnico, refere-se não ao indivíduo, porém àquilo que pode ser moldado pela técnica, pela ciência e pela informação de modo a cumprir uma tarefa preestabelecida com eficiência: seu corpo. O corpo do jogador de futebol deve ser entendido enquanto uma fronteira de acumulação, e esta é possibilitada pela forma de objeto técnico que o corpo tem quando submetido a todos os processos técnicos, táticos, psicológicos e de condicionamento físico ao qual é submetido desde a infância. Tanto é objeto que sua reprodução se dá, assim como apontado por Simondon (2012 [1958]) através da padronização de sua constituição, e tal padronização é o que torna possível essa reprodução.

Dessa forma, há todo um processo de desenvolvimento corporal pelo qual o atleta deve passar. As ciências da saúde apontam que há um padrão de corpo estabelecido com índices em relação à massa muscular, ao tecido adiposo, peso total e tamanho dos jogadores (Smpokos et al., 2022; Bjelica et al., 2020; Atakan, 2017). Esses valores são seguidos desde o momento em que os jogadores adentram nas bases e o crescimento corporal vai sendo avaliado até o fim da carreira.

Bjelica e Gardasevic (2020) mostram que os times que se classificaram para competições europeias na temporada 2019 tiveram índices parecidos em termos de tamanho corporal, peso, circunferência da cintura, a dobra cutânea do tríceps, a dobra cutânea do bíceps, a dobra cutânea das costas, a dobra cutânea abdominal e os índices de massa corporal, porcentagem de gordura e massa muscular. Os autores apontam que os demais itens foram relativamente parecidos e não diferem de maneira tão significativa dos padrões, por exemplo, de porcentagem de gordura e altura de jogadores da Premier League inglesa.

Atakan et al. (2017) realizaram um teste com jogadores de base na Turquia de modo a entender questões relativas a peso e altura dos jogadores para as movimentações e deslocamentos realizados por jogadores dentro de campo. As conclusões alcançadas dão conta da

possibilidade de aumento da massa corporal para o aumento da velocidade e da resistência dos jogadores sem a perda de velocidade. Em outras palavras, os clubes de futebol podem investir em musculação no desenvolvimento dos jogadores sem que estes percam agilidade. Smpokos et al. (2022) apontam que essa evolução corporal do jogador vem conforme o avanço da idade entre os 16 e os 19 anos, sendo que, quanto mais próximo aos 20 anos de idade, maior a força física, a resistência corporal, a agilidade e a velocidade que o jogador pode atingir. Basicamente, ao chegar à idade adulta, o jogador atinge seu ápice físico.

Campa e Coratella (2021) discutem como, em termos corporais, é possível definir as diferenças entre um atleta e um praticante de exercícios físicos, dizendo que é necessário parâmetros e testagens mais complexas para que não haja qualquer tipo de confusão entre atletas e pessoas que praticam exercícios físicos com frequência, para além das questões entre a motivação da atividade ou a profissionalização. Esse estudo é interessante, pois mostra uma necessidade de estudos clínicos, ciência, cada vez mais apurada para entender o corpo como um corpo preparado para atividades de alto nível de desempenho. Aliás, esse é um ponto bastante importante de todos esses estudos ao combinarem ciência e técnica para pensar o corpo humano voltado para a performance e as funções esperadas.

Inclusive, estudos como o de Mathisen e Sundgot-Borgen (2019), apontam para a maneira em que as expectativas sobre o corpo afetam o psicológico de atletas, especialmente as mulheres. O estudo aponta que, entre o corpo obtido e o corpo esperado, há uma diferença que, entre as atletas, as leva ao adoecimento psicológico assim como a transtornos alimentares. Quanto maior for a exposição do corpo, tal como fisiculturistas, maior será a exigência de um padrão corporal a ser seguido.

Com isso, pensamos o corpo de atletas, inclusos os jogadores de futebol, enquanto um objeto técnico, cuja necessidade de padronização é exigência para que os clubes atinjam as performances e resultados

exigidos nas competições a serem disputadas. Uma das principais contradições trazidas por Harvey (2004) em “Espaços da Esperança” é o corpo enquanto capital variável e o corpo enquanto espaço de acumulação. Por capital variável, trazendo Marx (1984), Harvey está pensando na força de trabalho vendida pelo trabalhador ao seu patrão de maneira adiantada. A força de trabalho é repostada pelo trabalhador em seu tempo de descanso e seu salário serve para a manutenção de sua força de trabalho. Esse corpo basicamente é coisificado como um insumo produtivo à disposição do capitalista, enquanto, de outro modo, esse corpo é impelido ao consumo de diversas formas, sendo assim uma fronteira nova de acumulação (Harvey, 2004).

O geógrafo britânico continua sua linha de raciocínio dizendo que o corpo tem vontades e necessidades próprias a serem saciadas. O corpo humano não só é receptáculo, mas também realiza e executa ações para a sua própria manutenção, desde respirar até a busca por abrigo ou comida. É interessante pensar nos jogadores que começam em categorias abaixo de dez anos de idade e passam por todo o período da adolescência até o início da vida adulta com suas vontades, desenvolvimento corporal e hormonal e que precisam manter o foco mental e corporal em seu desenvolvimento enquanto atletas para, muitas vezes, não chegar à profissionalização.

Considerações Finais

A economia política do futebol possibilitada pelo meio técnico-científico-informacional acabou viabilizando a existência de jogadores bilionários, como o português Cristiano Ronaldo, o argentino Lionel Messi e o brasileiro Neymar Júnior. No entanto, através da análise da venda da força de trabalho no território brasileiro, afirma-se que esse *status* é uma condição rara e totalmente fora da curva no tocante ao que ocorre com o profissional de futebol no país. O jogador de futebol no Brasil, em sua grande maioria, precisa complementar a renda durante o ano ou precisará desse complemento a partir do momento em que chegar a aposentadoria, o que ocorre por volta dos 35 anos de idade.

É necessário refletir se essa produção de um corpo apto ao alto rendimento é saudável para os atletas, especialmente nas fases de desenvolvimento durante a adolescência. Além disso, é necessário garantir a todos os atletas o mínimo de seguridade social e a oportunidade de um trabalho em condições plenas pela universalização de competições que durem o ano inteiro. Por fim, é imprescindível o olhar geográfico para essas desigualdades existentes entre os clubes e os jogadores nas regiões brasileiras de modo a mitigá-las a partir de planejamento e ações por parte da CBF e do Estado brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ATAKAN, M. M. et al. Effect of body composition on fitness performance in young male football players. **Turkish Journal Of Sport And Exercise**, Ankara, v. 19, n. 1, jan. de 2017, p. 54-59. Acesso em: 08 de out. de 2023.
- BJELICA, D. GARDASEVIC, J. Body composition differences between football players of the three top football clubs. **Int. J. Morphol**, v. 38, n. 1, 2020, p. 153-158.
- BRASIL (1998). **Lei federal n. 9.615**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 09 de jul. de 2020.
- BUSH, M.; BARNES, C; ARCHER, D; BRADLEY, P; HOGG, B. Evolution of match performance parameters for various playing positions in the English Premier League. **Human Movement Science Journal**, v. 39, fev. de 2015, p. 1-11. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167945714001808>.
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, dez. de 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadeenatureza/article/view/11336>. Acesso em: 4 de nov. de 2024.

- ÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Relatório de Transferência de Jogadores**. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/registro-transferencia>. Acesso em: 5 de ago. de 2020.
- ÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Relatório do Impacto do Futebol Brasileiro na Economia**. 2019. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf. Acesso em: 5 de ago. de 2020.
- FEDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Big 5 Report**. Disponível em: <https://www.fifa.com/who-we-are/official-documents/>. Acesso em: 5 de ago. de 2020.
- FEDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Regulations on the Status and Transfer of Players**, 2020. Disponível em: <https://www.fifa.com/who-we-are/official-documents/>. Acesso em: 5 de ago. de 2020.
- FERREIRA, J. **Futebol e a emergência dos clubes-empresa no Brasil: da lógica territorial à lógica reticular de organização**. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/8c9ce1c8-f42a-4240-afa2-655c24000ed6>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- HUANG, H.. Effectiveness of intensity in sports tactics training of soccer players. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 29, 2023, p. e2022_0455.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977 [1865].
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume 1, Livro 1, Tomo 2. São Paulo: Editora Victor Civita, 1984.
- MASCARENHAS, G. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- MATHISEN, T. F.; SUNDGOT-BORGEN, J. Mental Health Symptoms Related to Body Shape Idealization in Female Fitness Physique

Athletes. **Sports**, v. 7, n. 11, p. 236, 14 de nov. de 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/sports7110236>.

NICOLAU, J. E. B. **Direito internacional privado do esporte: estudos sobre uma disciplina em construção**. 2017. Tese (Doutorado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-13112020-172803/pt-br.php>.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed, 8 reimpr. São Paulo: Edusp, 2014 [1996].

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, M. **Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIMONDON, G. **On The Mode of Existence of Technical Objects**. Minneapolis: Univocal Publishing, 2012.

SMPOKOS, E.; MOURIKIS, C.; TSIKAKIS, A.; KATSIKOSTAS, N.; LIGNARDAKIS, M. Reference performance values of pre-seasonal physical fitness in elite youth male football players. **Greece. Journal Of Public Health**, v. 30, n. 5, 18 de nov. de 2020, p. 1307-1318. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10389-020-01408-7>.

Papéis do trabalho na formação do município de Jandira e seus limites históricos¹

Evellyn Nogueira de Almeida

Introdução

As transformações das relações de trabalho ocorrem cada vez mais rápido e de forma mais intensa na periferia da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Partindo desse princípio, este artigo é produto de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento com o intuito de dar continuidade aos estudos sobre a crise do trabalho na Zona Oeste da RMSP, iniciados durante a graduação (Almeida, 2024)². Temos analisado as transformações das relações de trabalho dos moradores do município de Jandira, acompanhando o cotidiano dos trabalhadores, como vendedores ambulantes, motoristas de aplicativo e proprietários de pequenos empreendimentos de bairro. Através de conceitos como mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) territorialização do capital, (Toledo, 2019) e produção e reprodução das periferias (Giavarotti, 2012), acreditamos que Jandira pode ser caracterizada como uma cidade do colapso (Rocha, 2007), visto que sua formação — através da migração de trabalhadores de outros estados — teria se

-
1. Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de 01/06/2024 a 21/05/2026.
 2. Esse Trabalho de Graduação Individual (TGI) é resultado da Iniciação científica desenvolvida no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no período de 01/02/21 a 31/12/21.

dado a partir da terceira revolução industrial e da crise fundamental do sistema capitalista (Botelho, 2019).

Para além do processo de formação do município, também buscamos analisar diferentes teses sobre as mudanças das relações de trabalho ao redor das décadas e confrontá-las, como o conceito de precariado (Braga, 2012) e de superfluidade (Scholz, 2008). As análises sobre as condições de trabalho têm se dado, sobretudo, através de entrevistas e análises de campo no centro da cidade e em bairros pré-definidos de acordo com os interlocutores alcançados durante os anos de pesquisa, colocando o cotidiano em contraste com a teoria a fim de compreender se a crise do capital vem de fato transformando os processos de reprodução dos moradores e suas relações de trabalho, baseados na lógica contraditória do capital (Kurz, 1993).

O trabalho enquanto categoria moderna

Discutir a história do município de Jandira e dos outros da Zona Oeste da RMSP sem falar sobre trabalho é insistir em uma discussão que obscurece pontos importantes sobre a história da periferia de São Paulo. Ainda nesse sentido, discorrer sobre o trabalho sem questionar sua formação histórica ou sua naturalização enquanto características responsáveis pelo desenvolvimento do homem é igualmente infrutífero no momento histórico em que vivemos.

O *ethos* do trabalho, peça fulcral para a valorização e acumulação do capital (Marx, 2013 [1867]), consolidou-se através de um processo de expropriação violento. Marx (2013 [1867]) apresenta o movimento da acumulação primitiva de transformação da exploração feudal, caracterizada pela partilha do solo entre o maior número possível de servos, em uma exploração capitalista, com a expulsão de camponeses de suas casas e o cercamento de terras comunais para fortalecer as manufaturas de lã.

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transfor-

mação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (Marx, 2013 [1867]. p. 340)

Os proprietários fundiários apresentaram a vantagem de enriquecer e entrar no movimento de valorização do capital, transformando o solo para a exploração agrícola. O número de proletários expropriados cresceu e, nessas circunstâncias, muitos se converteram em mendigos, assaltantes e “vagabundos”. É nesse contexto que, durante o século XV,

surgem as leis sanguinárias na Europa ocidental contra a vagabundagem, validando o açoite, o corte de orelhas ou a queima de sujeitos que pareciam “avessos” ao trabalho. Depois de ter sua terra violentamente expropriada, a população rural não tinha opção senão submeter-se a um disciplinamento do sistema de trabalho assalariado, sob a pena de ter também seu corpo violado.

Gaudemar (1977) apresenta que a expropriação leva o sujeito a uma condição de dupla liberdade: livre de qualquer traço de servidão para vender a sua força de trabalho como quiser, mas igualmente livre de qualquer outro meio de produção ou bem além da própria força de trabalho. Não resta opção a não ser vendê-la para garantir a própria reprodução. Esse fenômeno é chamado de mobilidade do trabalho, não apenas porque fortalece o processo de migração do trabalhador para outros locais, mas principalmente porque este passa a ser indiferente sobre as funções de seu trabalho, suas qualidades. O trabalho, nessa situação, assume uma condição tautológica: garantir a venda da força de trabalho em troca de um salário para a própria reprodução. Já não importa se estão plantando trigo ou produzindo casacos, o trabalho tem um fim em si mesmo: a remuneração.

Nesses termos, compreende-se que a constituição do trabalho abstrato (Marx, 2013 [1867]) enquanto fundamento básico para a acumulação se deu de forma violenta, resultado da expropriação dos trabalhadores. Hoje, a vida sem trabalho é inconcebível, e o trabalho, naturalizado como uma ação inerente a todos os homens, sinônimo de dignidade. O trabalho é, dentro da teoria de Marx (2013 [1867]), uma categoria do contexto formal fundamental, assim como a mercadoria, a forma valor, dinheiro, a terra e o capital. A análise das categorias esteve muito presente na crítica da economia política, mais evidentemente no capítulo sobre a fórmula trinitária, mas essas formulações vem sendo escamoteadas e deixadas de lado, de maneira que o marxismo tornou-se basicamente o estudo das lutas de classes. Kurz (2014) argumenta que as categorias, contexto formal fundamental do capitalismo, são apresentadas de forma contraditória por Marx (2013 [1867]).

Essa distinção é apresentada como um “duplo Marx”, que ora atribui às categorias um caráter histórico e moderno, ora as naturaliza, como influência da ciência iluminista burguesa. A análise apologética das categorias do capital sem passar pela crítica de seu caráter moderno é, segundo o autor, um erro que enfraquece o debate acerca das mudanças estruturais que o sistema patriarcal produtor de mercadorias vem sofrendo.

Por um lado, embora a revolução teórica de Marx represente uma ruptura com a racionalidade iluminista do capitalismo, de acordo com as condições da época e com as suas formas de expressão teóricas, ela carrega ainda as escórias dessa racionalidade (como, antes de mais, a metafísica burguesa da história e do processo na sua representatividade hegeliana). Uma ruptura mais ampla nem sequer era possível nas condições históricas dadas, visto que o capital e a sua razão ainda tinham pela frente um longo desenvolvimento assente nas suas próprias bases. É por isso que a crítica categorial da constituição fetichista do capital esbarra, por vezes, nos resquícios da ontologia burguesa contidos no pensamento de Marx. Por outro lado, Marx vinculou necessariamente a sua teoria, em muitos aspectos, ao movimento operário ainda incipiente, cujo objectivo imanente, no entanto, era apenas o seu próprio reconhecimento como sujeito funcional no terreno das categorias capitalistas: uma tarefa que fazia parte da própria “modernização” capitalista, e não da ruptura com a mesma. Daí nasceu uma tensão, não só entre a teoria de Marx e a ideologia burguesa do movimento operário, mas também no seio da própria teoria de Marx. A velha ortodoxia ainda tinha resolvido esta tensão, em grande medida unilateralmente, com recurso ao paradigma da modernização e do reconhecimento. Assim, podemos caracterizar todo o marxismo até hoje como um “marxismo do movimento operário” sob a alçada (ou cativo) das categorias do contexto formal capitalista. Mas hoje, no início do século XXI, o capitalismo já se desenvolveu até a notoriedade de sua essência fetichista e da sua maturidade

para a crise. Precisamente por isso, o marxismo até agora existente teve de se esgotar em todas as suas correntes, na medida em que a intenção de modernização e de reconhecimento se tornou pura e simplesmente irrelevante. (Kurz, 2014. p. 25)

A partir de Kurz (2014), Toledo (2019) busca observar a consolidação destas categorias em território nacional através de um conceito chamado territorialização do capital. De acordo com o autor, este fenômeno se materializa em conformidade com a formação dos Estados nacionais, criando as condições necessárias para a naturalização categorial. As leis sanguinárias e a expropriação de terras são legitimadas justamente a partir do momento em que os Estados nacionais se delinearão pelo espaço, naturalizando e movimentando suas fronteiras. O Estado é lido como uma entidade “neutra”, o único com a legitimidade necessária para praticar atos de expropriação e violência sem questionamentos.

Assim, na metrópole, a fronteira interna expropriação avança com a imposição da propriedade privada da terra, fazendo-a coincidir com a fronteira do Estado nacional, e a fronteira externa vai sendo movida na colonização, despejando um imenso contingente de migrantes europeus expropriados pelo avanço da fronteira interna. Esses colonizadores, por sua vez, passam a impor o poder dos Estados absolutistas sobre populações escravizadas da África e América, Ásia e Oceania, cujo limite aparente será a independência das colônias. Ambos os movimentos de fronteira territorializam a totalidade capitalista transformando as relações na metrópole e na colônia contraditoriamente. (Toledo, 2019. p. 87)

A formação do Estado nacional é peça chave para legitimar as categorias do capital e viabilizar a acumulação. Quando consolidados, os processos se autonomizam, a terra não se separa da propriedade privada e da renda fundiária e o capital aparenta ser apenas fruto de

uma mente “prudente o suficiente” para poupar as economias e investir no processo produtivo. Já a categoria trabalho, nosso foco nesta pesquisa, também é tida como uma característica universal do homem, a habilidade de criar, dominar e aperfeiçoar as técnicas. Os acontecimentos históricos que permitem a constituição dessas categorias são cada vez menos questionados, o que enfraquece a discussão sobre as transformações das relações de trabalho na atualidade. O trabalho, enquanto categoria moderna, sofre transformações históricas com as mudanças críticas do modo de produção capitalista, e esses impactos se escancaram na periferia da RMSP.

Mobilidade do trabalho e a formação de Jandira

A discussão sobre a territorialização da categoria trabalho no Brasil deve ser aplicada sobretudo para a seguinte análise: como esses processos de consolidação categorial podem ser observados na formação do município de Jandira? No século XX, observamos as tentativas de desenvolvimento da industrialização do território nacional, com o objetivo de melhorar a posição brasileira na divisão internacional do trabalho. O estado de São Paulo apresentou o maior índice de industrialização, atraindo migrantes de todo o país, vítimas do avanço da expropriação de terras e das condições precárias de reprodução.

Nas décadas de 1940 e 1950 o desenvolvimento da industrialização levou à metropolização da capital paulista, “explodindo” o tecido urbano para a reprodução das periferias (Seabra, 2004) como consequência da mobilização intensa da força de trabalho no território brasileiro. O município de Jandira é apenas mais um dos destinos para a população migrante, que encontrou ali a chance de adquirir um terreno e autoconstruir a casa própria.

Fundada em 1964³, Jandira faz divisa com os municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia e Itapevi, possui cerca de 73 bairros e 100%

3. A vila Jandira era um subdistrito do município de Cotia, mas a administração municipal deixava a região abandonada em virtude da distância. Em 1951, Jandira tornou-se um distrito de Cotia, e entidades locais buscaram reivindicar a melhora

de sua população reside em área urbana. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jandira apresenta, em 2022, uma área territorial de 17,449km, uma população de 118.045 e uma densidade demográfica de 6.765,14 hab/km. O município de Jandira é um dos menores da Zona Oeste da RMSP, apesar de apresentar densidade demográfica consideravelmente alta, visto que os bairros da cidade são pequenos.

Com a constituição do centro industrial em São Paulo, é possível observar a distribuição das indústrias por todo o território da região metropolitana, ainda que de maneira desigual. As sub-regiões leste e sudeste apresentaram maior concentração graças à existência de linhas férreas e rodovias estaduais e federais (Silva, 2009). Municípios como Jandira, no entanto, apresentaram um processo de urbanização tardio quando comparados com o restante da região metropolitana, apenas a partir dos anos 1970 e 1980, quando a industrialização, já incipiente, passou a perder força.

A ocupação da cidade de Jandira deu-se sobretudo por migrantes, resultado da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977). A conquista da casa própria é o que moveu a ocupação do município, uma vez que os valores de reprodução na capital cresciam cada vez mais (Silva, 2009). Giavarotti (2012) observou fenômenos semelhantes em sua pesquisa sobre o Jardim Ibirapuera, bairro que, assim como Jandira, se constituiu historicamente como espaço de autoconstrução⁴ e reprodução de migrantes que buscavam vias mais baratas de sobrevivência. Assim, o tempo de reprodução desses moradores/trabalhadores era o tempo de reprodução da própria periferia (Giavarotti, 2012).

A obra de Rocha (2007) nos permite observar o fenômeno discutido por Giavarotti (2012) no município de Jandira. Ambos os autores fazem uso do conceito de autoconstrução, mas Rocha (2007) também

das condições de vida da região. Foi em 1963 que ocorreu o plebiscito em que a maioria votou pela emancipação da vila de Jandira, que se tornou um município.

4. Movimento em que os trabalhadores constroem, em um processo lento, a própria casa e também a infraestrutura do bairro, sem grande apoio do Estado, com ou sem o auxílio de mutirões, fora do horário de serviço.

trabalha com outros níveis de análise sobre a periferia. Em geral, o autor classifica a formação da periferia como uma válvula de escape do déficit habitacional do espaço metropolitano, uma expressão da limitação do Estado no papel de organização total da sociedade. Reconhecemos nos trabalhos de Giavarotti (2012) e Rocha (2007) um meio de interpretação da particularidade de Jandira no processo de produção e reprodução dos espaços periféricos a partir do conceito de mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977). Essas formulações são cruciais para interpretar as transformações observáveis nos últimos anos e responder questionamentos como: Os moradores de Jandira mantiveram as mesmas condições de trabalho de antes? Como as transformações do trabalho modificaram os bairros e as possibilidades de moradia?

Transformações e crise do trabalho

Nos itens anteriores, discutimos a consolidação da categoria trabalho no território brasileiro e sua relação com a formação das periferias metropolitanas (Giavarotti, 2012). É importante mencionar, no entanto, que nas últimas décadas as relações de trabalho parecem ter se transformado quando comparadas com o período de formação do município de Jandira, na década de 1960, o que implica a necessidade de observar o motivo dessas transformações.

Expandir a acumulação de riquezas para reinvesti-las novamente no processo produtivo é o objetivo final da lógica do capital. Nesse sentido, as empresas estão sempre aperfeiçoando as técnicas de produção para reduzir os custos do capital variável e aumentar os lucros. A revolução microeletrônica do processo produtivo na década de 1970 é um exemplo desse processo, que foi marcado pela ultrapassagem histórica dos limites do capital. A composição orgânica do capital aumentou com os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo que os trabalhadores — e sua força de trabalho — passaram a ser expulsos em números absolutos. Esse movimento leva a uma crise de acumulação,

visto que a única forma de valorização do capital é através do trabalho vivo (Marx, 2013 [1867]).

O que se observa a partir de então é o aumento acelerado de capitais em busca de uma valorização que não pode se realizar com a crescente ausência da força de trabalho na produção. A incapacidade de valorizar os capitais aplicados leva, portanto, à falência de empresas. Nas últimas décadas, a aparente solução dos problemas veio na forma de mercado financeiro, recebendo o enorme contingente de capitais que migram em busca de títulos de propriedade para tentar realizar a valorização que se perdeu. Uma valorização que, no entanto, não se realizará sem trabalho vivo no processo produtivo. Em nossa leitura, esse movimento transforma os capitais em capital fictício.

[...] Aqui a categoria marxiana de capital fictício passa por nós a ser mobilizada para designar a simulação de acumulação de capital, que não mais se realiza substancialmente ao nível da totalidade do mesmo. Kurz, assim, não se refere ao capital portador de juros a se valorizar por meio do comércio de dinheiro nos mercados de capitais, que se apropriaria de parte da mais-valia global produzida a valorizar o valor em processos produtivos. Kurz formula o capital fictício como desacoplamento [Entkopplung] entre criação de dinheiro (como representante do valor a ser produzido e a substancializá-lo) e o próprio valor, cuja valorização, a partir de então se tornara inviável historicamente (KURZ, 2019, p. 55), já que a massa absoluta de valor produzido ao nível da totalidade do capital declina desde então, em razão da expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos de mercadoria (mesmo com a expansão da produção desta). Em Kurz, o capital fictício passou a ser, a partir dos anos 1970, a determinação para a simulação de acumulação capitalista e sua reprodução, ou seja, ele se tornara a forma de ser da própria mediação social da mercadoria. [...] (Pitta, 2020. p. 39-40)

Em linhas gerais, foi observado que as movimentações do capital fictício estão diretamente associadas ao estouro de bolhas financeiras

— como a bolha da NASDAQ⁵ na década de 90 e a bolha de títulos imobiliários de 2008 — e as crises econômicas subsequentes (Pitta, 2020). Os impactos do capital fictício no caso brasileiro são observáveis no estouro da bolha das *commodities* em 2008. A aparência de uma economia forte, o aparente crescimento do PIB e o aumento dos investimentos públicos⁶ decaem em 2012⁷ com a crise econômica escancarando qual o verdadeiro problema do processo de valorização. Cresce o desemprego e a inflação, e uma série de medidas liberais são assumidas ao final do governo de Dilma Rousseff, antes do *impeachment*. As condições precarizadas do trabalho também ficam mais evidentes, aumentando a revolta dos trabalhadores com a dificuldade de encontrar vagas no regime CLT (Carvalho, 2018).

Evidentemente, mudanças tão grandes no processo de acumulação também levam a transformações no trabalho. Para além da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo, Braga (2012) argumenta que a partir do governo de Fernando Collor na década de 1980 houve uma transição do regime para uma “regulamentação neoliberal”, aplicando ajustes que culminaram no nascimento do que ele chama de “pós-fordismo financeirizado”. É a partir de então que se observa o ciclo de privatizações, a onda de desemprego em massa e a enorme reestruturação produtiva das empresas, endurecendo a concorrência entre os trabalhadores. Para Braga (2012), a integração brasileira ao “neoliberalismo” consolidou a dominância dos capitais internacionais liberados pela tendência à queda da taxa de lucro.

[...] Por sua vez, a financeirização da gestão estimula a multiplicação das forças de contratação da força de trabalho,

5. National Association of Securities Dealers Automated Quotations.

6. O momento oportuno foi aproveitado pelo governo de Lula, que assumiu medidas de distribuição de renda para melhorar o acesso ao consumo da população brasileira, além de facilitar o acesso ao crédito e também o ingresso em universidades privadas. (Carvalho, 2018)

7. Carvalho (2018) e Pitta (2020) apresentam que os efeitos do estouro da bolha em 2008 só alcançaram o Brasil a partir de 2012, visto que os preços das *commodities* só passaram a cair de fato a partir desse período.

a terceirização, o aumento da rotatividade, o achatamento dos níveis hierárquicos, a administração por metas e a flexibilização da jornada de trabalho, em uma escala inédita se comparada ao regime de acumulação fordista. Como resultado, é possível perceber o fortalecimento da individualização do trabalho, o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores e o colapso das formas de solidariedade fordista. (Braga, 2012. p. 187)

Essa leitura sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil apresenta o “pós-fordismo financeirizado” como novo período de acumulação no capitalismo, caracterizado pelos avanços tecnológicos e também pela inserção do Brasil no mercado financeiro. As empresas agora encontram-se dominadas por mecanismos financeirizados de controle de excedentes para potencializar a acumulação de capital, e como consequência, os trabalhadores sofrem com as demandas abusivas dos investidores institucionais e acionistas, que buscam acima de tudo o rendimento de seus títulos, tornando as condições de trabalho mais precarizadas. Essa seria a principal característica do conceito de “precariado”: uma população superexplorada que tem capacidade de reivindicação, mas que não a exerce visto que a flexibilização dos direitos trabalhistas e o aumento da exploração de trabalho dificultam a organização coletiva.

Os impactos dessas transformações são mais expressivos em municípios como Jandira, que tem sua população mais velha composta sobretudo por migrantes e outras minorias sociais que dificilmente apresentam mais do que o ensino médio completo. Para além do “precariado” de Braga (2012), existe também uma parcela significativa de sujeitos que encontram dificuldades para entrar no mercado de trabalho e não têm opção a não ser recorrer ao trabalho informal e ao empreendedorismo.

Esses sujeitos, que não são bem representados pelo conceito de “precariado” de Braga (2012), podem ser observados a partir do conceito de “supérfluo”, de Scholz (2008): aquele que não consegue encontrar emprego porque já não apresenta utilidade para o processo produtivo,

mas que, ainda assim, precisa vender sua força de trabalho, o que faz com que aceite condições cada vez mais precárias de reprodução. Diferente da hipótese de “novo período de acumulação do sistema capitalista” apresentada por Braga (2012), Scholz (2008) defende que o processo de precarização do trabalho é, na verdade, uma consequência da expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, uma expressão da crise estrutural do sistema patriarcal produtor de mercadorias.

Em Jandira, encontramos todos os tipos de trabalhadores: aqueles que fizeram faculdade ou que são servidores públicos, aqueles que concluíram apenas o ensino médio, mas que possuem um emprego CLT e, por fim, aqueles que não conseguem encontrar emprego com carteira assinada e que optam pelo trabalho informal. Num primeiro instante, a discussão teórica aqui presente levanta reflexões importantes, mas pede por um aprofundamento das análises de campo e um contato maior com os trabalhadores de Jandira, para compreender como eles observam esse movimento crescente de optar pela informalidade e pelo empreendedorismo. Seja qual for o incentivo, as relações apresentam-se fundamentalmente diferentes daquelas analisadas no período de formação do município.

Considerações finais

Em linhas gerais, esta pesquisa encontra-se em estágios iniciais, boa parte dos procedimentos e metodologias de pesquisa ainda estão sendo aplicados, bem como as revisões bibliográficas. Isso não reduz, no entanto, a importância de observar as transformações do trabalho no município de Jandira, não só para expandir as informações acerca da zona oeste da RMSP, mas também para atualizar os conhecimentos acadêmicos sobre como se dá a reprodução na periferia atualmente. As produções sobre essa temática há algumas décadas descreviam a periferia como uma área homogênea, “cidades dormitório” para os trabalhadores. Os processos, no entanto, vêm se complexificando cada vez mais, visto que a relação dos trabalhadores com o trabalho no processo produtivo se transformou totalmente e a presença da

financeirização e o aumento do crédito colocaram a periferia em uma posição não vista antes.

Compreendemos que, para iniciar qualquer discussão sobre as transformações das relações de trabalho, é necessário, primeiramente, questionar a sua naturalização e observar como se deu a sua formação histórica no território brasileiro. Não realizar essa análise é olhar para a categoria trabalho sem uma observação crítica, naturalizando a maneira como ela vem organizando as relações sociais. Uma vez esclarecidos os processos de formação do trabalho no Brasil, podemos observar como são as relações dessa categoria com os espaços periféricos. É assim que mobilizamos o conceito de mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) e a tese de Giavarotti (2012) para discutir o movimento de produção e reprodução das periferias. Sua obra é importante para analisar a particularidade do município de Jandira e o cotidiano dos trabalhadores que constroem as relações e a própria periferia, mediados pela lógica do capital, ainda que de forma alienada.

Discutir como o trabalho construiu as periferias é o ponto central dessa pesquisa, e é justamente por isso que precisamos nos atentar às suas transformações. Nas entrevistas com os interlocutores, temos encontrado casos semelhantes com o que Braga (2012) apontou como “precariado”. Porém, igualmente, encontramos situações que não se encaixam nesse conceito, aqueles que Scholz (2008) chamou de “superfluos”, mediados pelo trabalho informal seja pela dificuldade em encontrar emprego com carteira assinada, seja porque assumiram o discurso de empreendedorismo e a falsa ilusão de que essas novas condições de trabalho são menos precarizadas.

De um jeito ou de outro, as relações de trabalho não são mais as mesmas. Porém, ao ler o trabalho enquanto uma categoria natural a todos os homens, não existe a possibilidade de observá-lo em crise, em seu limite histórico, tal como todo o sistema capitalista, que já não é mais capaz de valorizar os capitais. A apreensão das transformações das relações de trabalho ficarão para sempre presas em “ciclos de superexploração”, sem dar-se conta de que cada vez menos trabalhadores

se encontram presentes no processo produtivo. Urge a necessidade de questionar os limites históricos do sistema produtor de mercadorias e de suas respectivas categorias modernas, através do rompimento com o fetichismo da mercadoria, como único caminho de superar a crise de reprodução dos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, E. **O Comércio ambulante nos trens da linha 8 Diamante da Via Mobilidade: Uma análise da crise do trabalho**. Trabalho de Graduação Individual em Geografia — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- BOTELHO, M. Superacumulação e colapso do capitalismo no Brasil em retrospectiva. **Revista Geografares**, n. 28, p. 182-199, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24392>. Acesso em julho de 2023.
- BRAGA, R. **A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo, Todavia, 2018.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIAVAROTTI, D. A persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera. **Revista Áskesis**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2016.
- KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, R. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Antígona, 2014.
- MARX, K. **O Capital**. Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

- PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. **Sinal de Menos**, São Paulo, v. 1. n. 14, maio de 2020.
- ROCHA, A. **Objetos, atos e situações no morar na periferia da metrópole. Momentos e implicação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SEABRA, O. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/476>. Acesso em julho de 2023.
- SCHOLZ, R. **O ser-se supérfluo e a angústia da classe média: o fenómeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo**, 2008. Tradução de Boaventura Antunes e Lumir Nahodil. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm. Acesso em julho de 2023.
- SILVA, J. **Trabalho autônomo e conflitos: O Comércio Ambulante no Território dos Trens**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
- TOLEDO, C. A fronteira da territorialização do capital. In: **A necessidade da Geografia**. Editora Contexto, São Paulo, 2019.

A precarização do trabalho e o urbano: Um estudo a partir dos entregadores de comida em São Paulo

Lucas Andrade Alves de Lima

Introdução

O trabalho mediado por plataformas digitais inaugurou novas formas de exploração laboral, cada dia mais precárias e intensas, revelando conteúdos inéditos da cidade e do urbano que ainda estão sendo compreendidos. Um ponto central que se desvela neste processo refere-se à relação entre a precarização do trabalho e o urbano: o que essas novas formas de trabalho, mediadas por plataformas digitais, revelam sobre o espaço urbano? Essa pergunta não tem uma resposta única e tampouco definitiva, mas alguns caminhos podem ser traçados observando a cristalização dessas novas formas de trabalho na cidade, tanto pela presença massiva de entregadores em diversas áreas, quanto pela produção de infraestruturas necessárias ao processo produtivo de tais empresas, como iFood e Rappi.

No contexto dos estudos urbanos, em especial dentro da Geografia, não basta dizer que os deslocamentos promovidos por essas empresas-aplicativo (Abílio, 2022) ocorrem *no* espaço, afinal, a cidade não é um mero palco das atividades humanas. Assim, para compreender a relação entre a precarização do trabalho e o urbano, busca-se deslocar o pensamento da organização do espaço para a produção do espaço, entendendo o espaço como produto, condição e meio, de forma que se objetiva apresentar o modo como essas empresas-aplicativo de entregas de comida em São Paulo promovem a produção do espaço não apenas como materialidade, mas também a partir das práticas socioespaciais dos entregadores engajados nessas empresas.

Dessa forma, busca-se defender que a plataformização e a consequente precarização do trabalho que são promovidas pelas empresas-aplicativos produzem o espaço além da materialidade, que pode ser observado pelas *dark kitchens*, *dark stores* e pontos de aluguel de bicicleta para entregadores, mas também por meio das suas relações constitutivas e das suas práticas socioespaciais. Isso impõe a necessidade de compreender os entregadores não apenas como força de trabalho, mas também como agentes da produção do espaço capazes de revelar os tempos-espacos da vida.

Para isso, apresenta-se inicialmente a concepção de espaço a ser utilizada, baseada em Carlos (1982). Na sequência, argumenta-se sobre como esse processo produtivo mediado por plataformas digitais se materializa no espaço e altera os ritmos da vida. Por fim, conclui-se com a ideia de que essa nova forma de engajamento laboral reforça a relação centro-periferia não enquanto localidades, mas trazendo novas qualidades a tais áreas.

Entre a precarização e o urbano

Entende-se a plataformização como um novo estágio de exploração laboral no qual os trabalhadores são gerenciados e organizados por meio de plataformas digitais que estabelecem, baseados em algoritmos, quando e onde uma tarefa deve ser realizada e quanto o trabalhador receberá por ela (Abílio, 2021). As empresas que operam a plataformização são nomeadas como empresas-aplicativo (Abílio, 2022), responsáveis por mediar o trabalho mediante um aplicativo de celular, como nos casos do iFood e Rappi no ramo de entrega de alimentos, que compõem o objeto de estudo.

Nesse contexto, entende-se o espaço como uma autocriação constante entre o homem e o meio, engendrado através de um trabalho criador, que o produz como produto, condição e meio da atividade humana e, portanto, como uma cadeia sucessiva de transformações (Carlos, 1982). Assim, entende-se que, para a compreensão da precarização do trabalho, a fim de elucidar as condições espaciais dessa

nova forma de trabalho, faz-se necessário o movimento de mudar a perspectiva da organização do espaço para a da sua produção.

Dessa forma, entende-se que o espaço é produzido, ou seja, produto, condição e meio de uma atividade criadora entre o homem e a natureza que transforma ambos simultaneamente. Essa atividade criadora entre homem e natureza pode ser compreendida como trabalho criador, um mediador entre homem e natureza, mas não (ainda) como o trabalho capitalista (exploração). No que se refere às relações entre o trabalho capitalista e o espaço, propõe-se essa visão a partir da produção do espaço e da forma com que o modo de produção se materializa nele, entendendo a produção do espaço como uma expressão da sociedade, realizada por meio da simultaneidade dos processos espaço-temporais e a indissociabilidade da sociedade do espaço (Carlos, 2011).

O processo de produção do espaço é um processo imanente de produção da vida (Carlos, 2011) à medida em que, por meio de análises que partiram do cotidiano (Lefebvre, 1991) dos entregadores, identifica-se a concretude dessas ações não apenas como uma massa de trabalhadores, mas como agentes ativos da produção do espaço, ao modo que, como apresenta Alvarez (2019, p. 498):

O espaço não diz respeito apenas à materialidade (o que poderia reduzir sua análise ao papel dessa materialidade na produção e circulação de capitais), mas a suas relações constitutivas e, portanto, às práticas socioespaciais (que, de todo modo, não estão dissociadas do processo do capital, mas não se restringem a elas). Assim, mais do que força produtiva, o espaço revela os tempos-espaços da vida, as fragmentações, a segregação, as alienações, e também as transgressões e resistências. A análise a partir da produção do espaço permite então descortinar o papel do Estado, dos capitais (o econômico) e do social, no processo de reprodução social.

Nesse sentido, a autora defende que o espaço precisa ser compreendido não apenas a partir da sua materialidade, mas também por

meio das práticas socioespaciais e relações constitutivas que o produzem. Assim, compreende-se que a produção da infraestrutura de deslocamento das empresas-aplicativo juntamente com as práticas socioespaciais, também produzidas a partir dessas empresas, indicam que essa nova forma de engajamento laboral atualiza elementos da produção do espaço que reforçam a relação centro-periferia, trazendo novas qualidades a essas áreas.

A materialidade produzida pelas empresas-aplicativos pode ser identificada de três formas: (i) no aparato construído para permitir a produção e circulação da comida, como as *dark kitchens*; (ii) no novo papel dado a infraestruturas urbanas já construídas, como as ciclovias; e (iii) na utilização gratuita de infraestruturas urbanas e de circulação, como praças e ruas.

As empresas-aplicativos produzem diversas infraestruturas para possibilitar e otimizar o seu processo produtivo, como cozinhas e depósitos exclusivos para *delivery*, as *dark kitchens* e *dark stores*, pontos de apoio para entregadores com microondas, cadeiras e água, *hubs* para a retirada de pedidos em lugares de grande movimento, como shopping centers e também por empresas além das plataformas de entrega, como as empresas que alugam motos exclusivamente para entregadores, a exemplo da Mottu cujas motos pretas e verdes, atualmente, representam a maior frota de motos da América Latina (Mottu, 2024).

Quanto ao novo papel dado a infraestruturas urbanas, destaca-se a utilização das ciclovias como parte do processo produtivo dessas empresas. Um entregador entrevistado, morador da São Remo, localizada na zona oeste de São Paulo, argumenta que, após a construção da ciclovia nas avenidas Corifeu Azevedo Marques e Vital Brasil, que liga a região da sua casa até o bairro de Pinheiros, local de grande demanda de entregas na cidade, a locomoção no eixo casa-trabalho foi extremamente facilitada. Nas palavras do entregador:

Agora ficou muito mais rápido, né? A gente não precisa ficar disputando espaço com os carros, com medo. A gente

sabe que não foi construída pra gente, mas *nóis* [entregadores] *usa* muito. Tem muita gente que entrega aqui [Pinheiros] que mora lá [São Remo].¹

A referência feita pelo entregador ao dizer que “sabe que a ciclovia não foi feita para eles” diz respeito à construção da ciclovia no âmbito do projeto Ciclofaixa de Lazer, da Prefeitura de São Paulo, que destina faixas das avenidas exclusivamente para bicicletas aos domingos e feriados. No desenrolar da entrevista, o entregador disse, ainda, que atualmente essa ciclovia serve como fator de incentivo aos moradores da São Remo ingressarem nas entregas, dado a facilidade do deslocamento à região de Pinheiros, principalmente se comparado aos deslocamentos impostos a entregadores que moram em outras partes da zona oeste, principalmente no eixo da Rodovia Raposo Tavares, que acabam tendo que se deslocar às regiões de maior demanda em uma via de alta velocidade e extremamente movimentada. Nesse contexto, as ciclovias parecem cumprir um novo papel, diferente daquele que foi proposto em sua construção: além do lazer, elas têm servido como parte da locomoção entre a casa e o trabalho, mas principalmente, como parte do processo produtivo das empresas-aplicativo, afinal, os entregadores de bicicleta relatam que preferem trabalhar em regiões com ciclovias, pois isso oferece condições de entregas mais rápidas, como será apresentado a seguir.

Outro exemplo da importância das ciclovias para a realização das empresas-aplicativo pode ser observado ao longo da Av. Rebouças, importante via de São Paulo, que liga a Ponte Eusébio Matoso, em Pinheiros, à Av. Paulista. A Rebouças é, em grande parte, margeada por ciclovias nos dois sentidos e tem, ao longo de todo o seu trajeto, diversas infraestruturas produzidas pelas empresas-aplicativo, como *dark kitchens*, além de ser uma via em que facilmente se observam trabalhadores circulando com mochilas térmicas de algum aplicativo, realizando entregas.

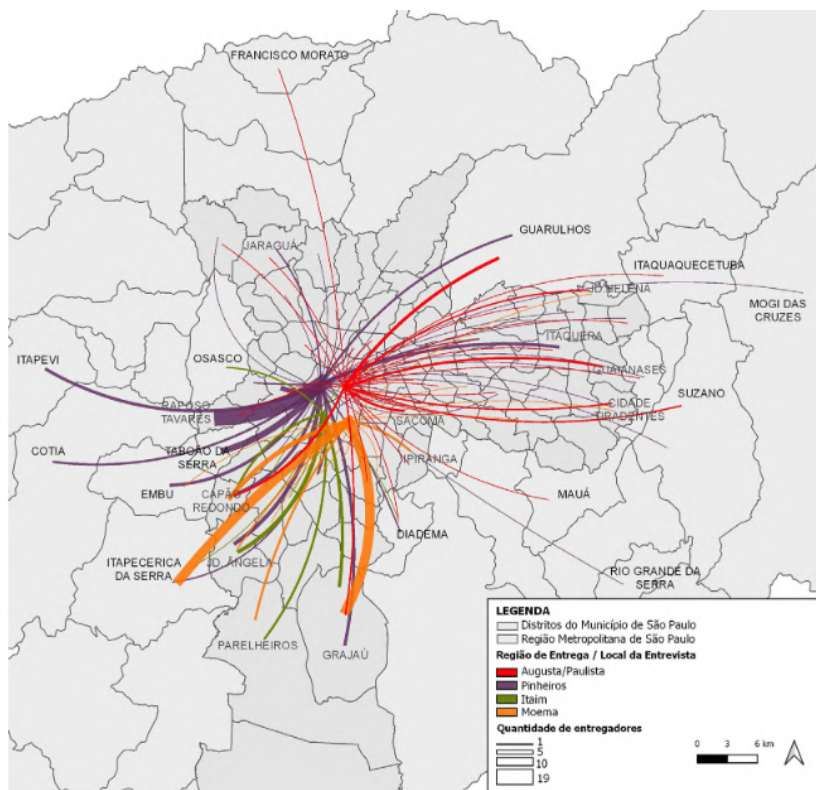
1. Trecho de uma entrevista realizada no iFood Hub do shopping Eldorado, Pinheiro, sob condição de anonimato.

Porém, o uso das infraestruturas urbanas não se limita às ciclovias, existem outras infraestruturas, públicas ou particulares, que agem como fator de incentivo/desincentivo para a presença dos entregadores e, conseqüentemente, a realização de entregas. Aparecem como exemplo para os motoentregadores a utilização de vias com a faixa azul, faixas de uso exclusivo para motos que, segundo os entrevistados, permitem mais agilidade (e, em muitos casos, maior velocidade) nos deslocamentos com entregas. Também há preferência por vias de melhor circulação, como avenidas mais amplas, como as avenidas Paulista e Faria Lima. Outro fator de atenção para os entregadores é a presença ou não de radares ou policiamento constante, a fim de evitar multas por excesso de velocidade, comuns devido à exigência de tempos cada vez menores, e evitar a fiscalização no caso dos entregadores com motos ou mobiletes irregulares.

Um exemplo também bastante destacável das infraestruturas produzidas pelos próprios aplicativos eram as bases denominadas iFood Pedal (Lima, 2022), pontos de aluguel de bicicletas elétricas promovidas pelo próprio iFood a partir de uma empresa contratada, a TemBici. Essas bases existiram entre 2021 e 2023 e representavam não apenas pontos marcantes na paisagem urbana, por conta das extensas filas de entregadores mesmo em períodos de pandemia, como em 2021, mas também agiam como um forte alterador no cotidiano dos entregadores. Os seus deslocamentos (que podem ser observados no Mapa 1), seja no eixo casa-trabalho ou durante o trabalho, precisavam ser planejados para retirar e devolver as bicicletas nessas bases, que eram montadas em lugares de grande demanda de entrega, como nas regiões da Paulista, Pinheiros, Itaim e Moema — sem nunca ter havido a divulgação precisa dos critérios de escolha de cada endereço.

Além disso, existem outros condicionantes aos deslocamentos desses entregadores, como a busca por acesso a banheiros, água potável e gelada, frequentemente feitos em shoppings. Como argumenta Abílio (2024), apenas 33,5% dos entregadores entrevistados pela autora (em pesquisa realizada em Campinas) consomem a quantidade

Mapa 1: Deslocamentos de 210 entregadores por bicicleta do local de moradia até centralidades privilegiadas para entrega na cidade de São Paulo, 2022



Fonte: Fioravanti (2023)

mínima adequada de água por dia, em torno de 2 litros. Nesse mesmo contexto, os entregadores tendem a organizar seu horário de almoço para estar próximo dos chamados pontos de apoio, onde frequentemente estão instalados microondas, ou de restaurantes que aceitem esquentar marmitas. Foi observado em campo, inclusive, restaurantes

que cobravam uma taxa, em torno de R\$ 2, para esquentar as marmitas dos entregadores.

No que se refere às relações socioespaciais constitutivas do espaço urbano, destacam-se os pontos de pouso (Fioravanti, 2023), que são elementos particularmente notáveis na paisagem de São Paulo. Esses pontos de pouso são locais onde os entregadores se reúnem enquanto aguardam novos pedidos, fazem manutenção em suas bicicletas, descansam e, muitas vezes, socializam. Eles se tornam áreas de convivência e apoio mútuo e são marcados pela criação de laços entre os trabalhadores. Esse fenômeno é carregado de significados sociais, pois tais locais acabam consolidando grupos de identificação e homogeneidade com base em aspectos como amizade, morar próximo (exemplo apresentado acima pelos entregadores da São Remo) e rotinas compartilhadas.

Os pontos de pouso não são apenas locais de descanso ou espera, eles se tornam representações visíveis e materiais da organização e, muitas vezes, resistência coletiva dos trabalhadores de entrega. São pontos de conexão nos quais a experiência comum e o apoio mútuo se transformam em formas de solidariedade prática ante as condições adversas do trabalho. Dessa maneira, eles configuram uma expressão de identidade coletiva e de pertencimento que transcende o próprio ato de trabalhar e que conecta as vivências individuais a um contexto social mais amplo.

Para compreender a complexidade desses espaços e sua relevância no cotidiano dos trabalhadores, a ritmanálise (Lefebvre, 2019) surge como uma ferramenta metodológica adequada. A ritmanálise permite observar as dinâmicas de repetição e variação no uso desses pontos, levando em conta os ritmos diários, as interações sociais, e as práticas que se desenrolam nesses locais. O estudo do cotidiano, sob a ótica da ritmanálise, revela como o espaço é produzido a partir das práticas diárias e de como essas práticas refletem os ritmos de um trabalho cada vez mais intenso. É nos pontos de pouso que os ritmos inconstantes e exaustivos do trabalho de entrega são, momentaneamente, interrom-

pidos, criando uma pausa que permite aos trabalhadores não apenas descansar, mas também estabelecer trocas e fortalecer laços que humanizam suas jornadas. Essas manifestações espaciais são, assim, muito mais do que pontos de espera, elas representam adaptações sociais e coletivas às condições impostas pelo trabalho de plataforma.

Para Lefebvre (2019), a ritmanálise é uma metodologia voltada a entender a vida social a partir dos ritmos presentes nos espaços urbanos e no cotidiano das pessoas. A ritmanálise busca captar os ritmos que estruturam e condicionam as práticas diárias, permitindo que se observe como o tempo e o espaço influenciam e são influenciados pela vida cotidiana. Esses ritmos podem incluir tanto os ciclos biológicos — como o sono, a alimentação e o movimento — quanto os ritmos sociais, como o trabalho, o transporte, e os fluxos de consumo e interação na cidade.

Lefebvre argumenta que o cotidiano é profundamente marcado pela repetição de práticas e pela alternância entre momentos de tensão e relaxamento, ação e descanso. A ritmanálise, então, serve para desvendar as regularidades e rupturas nesses padrões repetitivos, revelando como os ritmos do cotidiano refletem as condições sociais. Para ele, o cotidiano não é um mero plano de fundo para a vida, mas um espaço de produção e reprodução da sociedade, onde a repetição dos ritmos cria hábitos e rotinas que moldam as subjetividades e os modos de vida.

Assim, a ritmanálise ajuda a entender como os espaços urbanos são apropriados e vividos. Ela permite ver como o espaço urbano é um palco no qual os ritmos sociais e individuais se entrelaçam e onde as contradições sociais se manifestam. Em contextos como o dos entregadores de aplicativos, por exemplo, a ritmanálise permite observar como esses trabalhadores experimentam o tempo de forma fragmentada, alternando entre momentos de espera e de atividade intensa, o que evidencia as condições de trabalho e os desafios de viver sob as novas morfologias do trabalho.

Considerações Finais

Por fim, em vista do cenário apresentado, evidencia-se que as novas formas de trabalho observadas entre os entregadores de comida em São Paulo ilustram um reforço das já conhecidas dinâmicas de centro e periferia, nas quais a periferia não deve ser interpretada como uma ausência ou uma simples borda da cidade. Pelo contrário, ela é parte ativa e essencial de um processo dialético com o centro, em que ambos se revelam heterogêneos e interdependentes, nesse caso, por meio das empresas-aplicativo.

A periferia, assim, não é meramente uma localização física ou uma extensão marginal da cidade, mas um espaço produtivo e dotado de condições próprias que impactam diretamente o funcionamento do mercado de entregas e a organização da vida urbana. O espaço, mais que uma localização, é um elemento central para a valorização e para as dinâmicas de desigualdade. Na prática, quanto maior a distância do centro, maiores são os custos e tempos de transporte, o que reduz o tempo de lazer e intensifica as desigualdades para os trabalhadores da periferia.

Nesse cenário, a compreensão da vida social urbana, vista a partir do cotidiano desses trabalhadores, permite enxergar as complexidades e contradições que definem centro e periferia, ambos formados por processos de desigualdade e raridade espacial. A relação centro-periferia, portanto, revela não apenas um arranjo espacial, mas uma condição estrutural que molda a vida urbana e suas desigualdades (Carlos, 2007).

Conclui-se que a ritmanálise e o estudo do cotidiano são ferramentas indispensáveis para a interpretação do trabalho dos entregadores de aplicativo, especialmente em uma cidade como São Paulo. Esses trabalhadores experimentam o espaço urbano e o tempo de maneira singular, marcada pela alternância de ritmos que revelam as dinâmicas de exclusão, exploração e adaptação que permeiam as suas jornadas. A ritmanálise permite captar os ciclos de espera e atividade intensa, momentos de pausa e deslocamento, e como essas oscilações influen-

ciam as experiências subjetivas dos entregadores, afetando sua saúde, sociabilidade e percepção da cidade e do urbano.

Em última análise, a ritmanálise e o cotidiano desvelam como o trabalho de plataforma reconfigura o espaço urbano e as relações sociais. Compreender os ritmos e as práticas diárias desses trabalhadores permite ver além dos números e da produtividade, evidenciando as dimensões humanas e sociais desse tipo de trabalho.

Referências bibliográficas

- ABILIO, L. C. Perfis e Trajetórias Ocupacionais. In: MACHADO, S.; ZANONI, A. P. **O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR – Clínica Direito do Trabalho, 2022.
- ABILIO, L.; SANTIAGO, S. **Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos motofretistas da cidade de Campinas**. Campinas: Diretoria Executiva de Direitos Humanos, Unicamp, 2024.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, A.F.A. **A condição espacial**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CARLOS, A.F.A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A.; CARRERAS, C. (Orgs.). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, p. 105-111, 1982.
- FIORAVANTI, L. M. Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos cicloentregadores da metrópole de São Paulo. **GEOSP**, v. 27, p. e-201427, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/201427>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- FIORAVANTI, L. M.; MARTINS, F. R.; RIZEK, C. Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário

- rio. **Cadernos Metr pole**, v. 26, n. 59, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/TSqKFZWbjtDZ3gVfnydgGL/>.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. 1 ed. São Paulo: Editora  tica, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- LIMA, L. Ifood Pedal: o funcionamento e a localização das bases de empréstimos de bicicletas para os entregadores Ifood em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 20., 2022. **Anais...**, 2022. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=6#L>. Acesso em: 04 maio 2024.
- MOTTU. **Aluguel**. Disponível em: <https://mottu.com.br/>. 2024.

Informalidade e apropriação do espaço: Uma análise do trabalho informal numa centralidade periférica

Mariane Carvalho

Introdução

O avanço do desemprego, sobredeterminado por diferentes processos, como a desvalorização da mercadoria trabalho frente aos avanços tecnológicos, a desregulamentação das relações trabalhistas, a desindustrialização seletiva, tem relegado um contingente expressivo da força de trabalho a uma condição indeterminada dentro da economia urbana. Para as classes subalternizadas, excluídas das possibilidades de ascensão via mercado de trabalho formal, a opção que lhes resta é criar as próprias condições de reprodução. Esse é um dos desdobramentos mais contraditórios da modernidade capitalista, a necessidade de se reinventar frente a perda dos referenciais sociocomunitários numa sociedade cada vez mais individualizada. O que resta para esses sujeitos? Reinventar-se por meio dos referenciais existentes, ou seja, via economia de mercado.

O mundo da mercadoria cresce exponencialmente. Há tempos a extensão do consumo tem sido um dos principais motores de reprodução do modo de produção capitalista, sobretudo nesta quadra histórica, pois as possibilidades de obtenção de valor via produção estão limitadas pelos próprios avanços tecnológicos e pelo nivelamento da taxa de lucro. Assim, as atividades ligadas à circulação de mercadorias passam a ter um novo impulso no ordenamento atual da economia capitalista, como expressão da reprodução crítica do modo de socialização baseado na forma mercadoria. Os avanços tecnológicos tendem a agudizar essa crise, expressa na incapacidade do capital em transformar

o trabalho-morto sobreacumulado em investimento produtivo, resultando na perspectiva das classes trabalhadoras na crise do trabalho ou no desemprego. A economia informal passa a concentrar, para além dos contingentes historicamente excluídos¹ das relações contratuais de trabalho, o afluxo de mão de obra proveniente das atividades que foram sucessivamente substituídas pela automação ou que foram transferidas para localidades com melhores condições de lucratividade.

A facilidade em produzir com baixo custo uma quantidade quase infinita de mercadorias tem sido um dos imperativos organizacionais da economia informal. Os sujeitos se organizam a partir dessa imensa profusão de mercadorias, que são passíveis de serem vendidas e propiciar a realização do valor em diferentes localidades do mundo, mobilizando trabalhadores em diferentes momentos de rotação desses produtos. Para parte dos sujeitos que não conseguem ou não querem² se integrar ao mercado de trabalho formal cada vez mais precarizado, a orientação a partir dessa força motriz denominada economia de mercado aparece como solução. Essa orientação para o mundo da mercadoria se dá da forma mais precarizada possível, pois se dá num contexto em que o próprio trabalho passa a ser desvalorizado pelo capital.

Para muitos sujeitos em idade produtiva o que lhes resta é se “autogerenciar” de forma subordinada a esse próprio sistema, como menciona Abílio (2020). Autogerenciar pois, apesar de estar “livre”

-
1. O preterimento de parte do trabalhador nacional em ocupações mais estáveis têm motivações racialistas. Esse processo, que se estende desde do escravismo colonial até os dias presentes, tem resultado na subordinação e opressão dos grupos racializados, incluindo também os migrantes de origem nordestina.
 2. Fato que vem sendo notado por pesquisadores que trabalham com o tema “informalidade” é que há uma negação do trabalho formal como horizonte social devido o alto grau de estratificação social e competitividade nesse segmento. Além das recentes reformas trabalhistas que têm contribuído para o avanço da precariedade, para muitos sujeitos em idade produtiva as possibilidades de ganho nesse setor são efêmeras, o que tem tornado a informalidade mais *palatável* para alguns trabalhadores, sobretudo para as trabalhadoras que frequentemente combinam outras jornadas de trabalho ou que incluem as atividades de cuidado, as quais são menosprezadas pelos contratantes (Abílio, 2021 p. 33).

das diretrizes normativas do mercado de trabalho formal, o sujeito é responsável por todas as dimensões que propiciam a sua realização como trabalhador precarizado, o que exige uma complexa organização, compreendendo tanto uma leitura espacial e temporal a fim de alcançar uma remuneração propícia à sua reprodução. Na acepção da autora, o subordinado está vinculado ao processo de *plataformização*³ do trabalho, porém, quando olhamos para as condições necessárias à remuneração dos trabalhadores na informalidade no geral, deparamo-nos com a necessidade de subordinação desse trabalho à cotidianidade da metrópole como condição determinante para a remuneração.

A precariedade do tempo: A simbiose entre trabalhadores informais e formais

Além de estarem numa condição vulnerável dentro da economia urbana, pois qualquer interdição nos fluxos de pessoas e objetos pode resultar no declínio de suas rendas, os trabalhadores informais estão reféns de uma relação de codependência com os transeuntes e os demais trabalhadores, pois, sem eles, não há remuneração. Além dos elementos citados anteriormente, os trabalhadores informais dependem de uma localização em específico para remuneração e, como dependem da atração dos transeuntes, é necessário ocupar um espaço que lhes possibilite ter o maior contato com os consumidores em potencial, sobretudo aqueles vendedores que não conseguem transitar com os seus carrinhos e produtos.

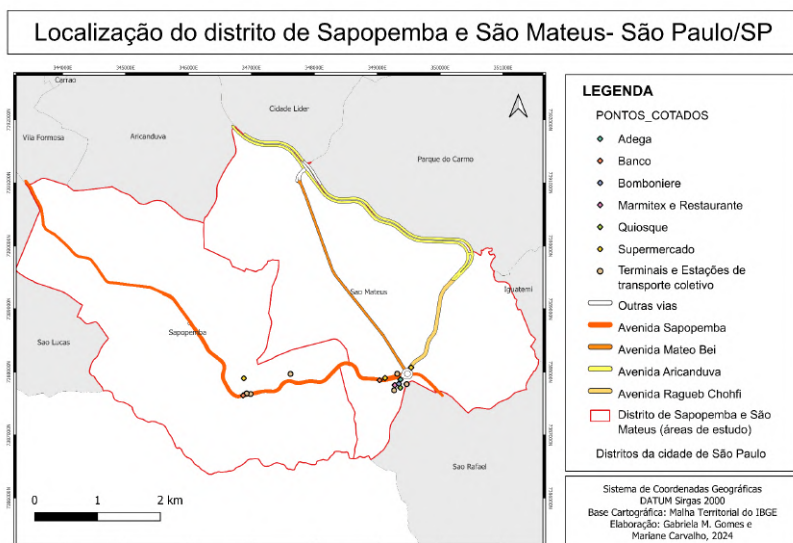
3. A *plataformização* do trabalho corresponde a uma forma de gestão/organização dos trabalhadores via as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que mascaram as relações de assalariamento, pois os trabalhadores devem, apesar de desprovidos de vínculos empregatícios, executar determinadas metas, frequentemente dentro de um período definido. A gestão do trabalho ocorre via dados que conectam o trabalhador com as empresas e os consumidores. A plataforma que gestiona esse intercâmbio lucra em todos os momentos da transação até a realização do consumo. A fim de negar as ligações trabalhistas, os detentores dessas tecnologias alegam que os trabalhadores são clientes de seus produtos e não se responsabilizam por nenhuma dimensão que envolva a realização do trabalho (Antunes e Filgueiras, 2020, p. 63-76).

Uma das localidades que abarcam essas dinâmicas são as intermediações do Largo São Mateus. O pujante comércio informal que se estende pelas calçadas da estação e do terminal de ônibus homônimos é o ponto fulcral de nossa análise, situado na centralidade periférica⁴ Sapopemba-São Mateus, distritos do extremo leste da capital paulista. Esse ordenamento sintetiza a importância de uma localização como fundamento para a remuneração.

O Mapa 1 ilustra a centralidade Sapopemba-São Mateus. No canto direito da imagem, é possível observar o ponto fulcral dessa centralidade, onde está localizado o pujante comércio informal. Os pontos contados se correlacionam com a existência desse comércio, são mercados, bancos e até mesmo outros estabelecimentos de trabalhadores informais que, dispondo de um espaço para locação, também se relacionam com os vendedores localizados nas intermediações do Terminal São Mateus, servindo de aporte para eles.

A própria disposição das barraquinhas das vendedoras e vendedores indicam a realização de uma leitura espacial, pois cada elemento presente na paisagem influencia na remuneração final, devido à diferença no afluxo dos transeuntes e trabalhadores e das características da própria localidade. Um elemento central para a remuneração desses trabalhadores informais é a precariedade do tempo do trabalhador *comum* que circula na centralidade periférica. Como sabemos o ritmo metropolitano é insano, a maioria dos trabalhadores passa a maior parte do seu tempo fora de suas casas, restando-lhes um pouco de tempo para a realização de atividades fundamentais para a sua própria reprodução, como a alimentação, sem mencionar o caso das trabalhadoras, que comumente têm que se dividir em outras jornadas de trabalho envolvendo o cuidado. A busca pelos produtos ofertados pelos trabalhadores informais, situados no Largo São Mateus, é fundamentada por essa precariedade. Tanto que os horários escolhidos pelos trabalha-

4. O termo de *centralidade periférica* foi desenvolvido por Glória da Anunciação Alves em seu estudo acerca do processo de expansão e desdobramento da centralidade, processo ligado à própria dinâmica de reprodução capitalista (2010, p. 8).

Mapa 1: Localização do distrito de Sapopemba e São Mateus — São Paulo/SP

Fonte: Elaborado pela autora

dores informais para estarem disponíveis para as vendas convergem com o início do horário de pico, momento de maior fluxo de pessoas advindas de seus trabalhos, muitas das quais estão ávidas por qualquer alimento que lembre uma refeição ou, simplesmente, querem algo que as faça se desligar do cotidiano estafante.

Existe uma espécie de simbiose entre os trabalhadores informais que vendem seus produtos nessa localidade e os demais trabalhadores ou transeuntes. Ao mesmo tempo em que os vendedores informais dependem da própria precariedade de tempo que leva os demais trabalhadores a recorrerem aos seus serviços, eles também possibilitam a reprodução “continuada” dessa precariedade ao ofertarem produtos que são passíveis de serem consumidos durante o ir e vir da vida cotidiana,

“alimentando” os cansados corpos desses trabalhadores com alimentos frequentemente pobres em valores nutricionais. Os alimentos não devem ter preparos complexos, pois não há condições estruturais que os possibilite a isso, por isso a maioria do que é ofertado são alimentos fritos ou assados como os churrasquinhos e lanches: tudo deve ser rápido e ágil, até porque em qualquer momento o transporte público pode chegar, atrapalhando uma venda em potencial.

Portanto, a precariedade do tempo do trabalhador comum é um dos fundamentos para a reprodução dos trabalhadores informais, pois a sua inserção na própria cotidianidade da metrópole se dá através dessa característica. A precariedade do tempo é intensificada pelo uso do cartão de crédito, que media a maioria dos intercâmbios comerciais. Os usos do crédito pelas classes subalternizadas são diversos: alguns, a fim de se integrarem aos nichos de consumo da moda que conferem status, recorrem a este serviço, porém, para a maioria dos sujeitos subalternizados, o uso do cartão de crédito está relacionado ao atendimento das necessidades elementares. De acordo com pesquisa Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), 50% dos gastos das faturas das famílias que compõem as classes de consumo D e E foram realizadas a fim de obter alimentos, seguidos por gastos com farmácia. Ainda de acordo com a pesquisa, 80% das pessoas com dívidas com as prestadoras de crédito correspondem às classes de consumo D e E, ou seja, dos segmentos mais subalternizados da população nacional, que viram o seu poder de compra decair nos últimos anos, sendo induzidos ao endividamento. Para os trabalhadores informais, esse fenômeno do endividamento das classes trabalhadoras aparece como fundamental para a sua reprodução, sobretudo para esse segmento que vende produtos ligados às necessidades fisiológicas, frequentemente negligenciadas pelos trabalhadores pela insanidade do tempo metropolitano.

No limite da reprodução crítica

A informalidade no município de São Paulo atingiu no último trimestre de 2023 a taxa de 32,6% da população ocupada, correspondendo a mais de 6,6 milhões de trabalhadores (PNAD-Contínua/SEADE, 2024). Os segmentos que mais engrossam essas estatísticas são os grupos estruturalmente subalternizados pelo capitalismo patriarcal e racista, ou seja, a população negra e as mulheres. As taxas da metrópole paulista são inferiores à média nacional — de acordo com os dados do último censo do IBGE (2023), a taxa de trabalhadores na informalidade no país foi de 46,4%, números que refletem a agudização da crise do trabalho no país. Na última década ocorreu um incremento de trabalhadores nesse setor, com taxas expressivas de crescimento nos últimos anos da década de 2010, influenciados também pela desregulamentação das relações trabalhistas. Atualmente, as taxas de trabalhadores formais e informais estão parelhas, tendo uma variação percentual de apenas 1,2%, diferindo abruptamente dos dados do último censo, quando a diferença era de 8,6%.

Para além dos impactos da reforma trabalhista, o aumento de trabalhadores na informalidade está associado a uma determinada forma de enquadramento da pobreza pelo poder público que, aliado às diretrizes do mercado financeiro, ou seja, ao neoliberalismo, passam a compreendê-la como um problema financeiro. Essa forma de compreensão da pobreza como um problema de gestão das finanças pessoais corresponde a um alinhamento político-econômico do Estado com o capital, no sentido de funcionalização da pobreza para além de expressar a ineficiência do Estado em atender às demandas da sociedade, em prol de manter os seus compromissos com as elites, quando transfere para os indivíduos a responsabilidade de questões de ordem social e coletiva, enquanto o orçamento público é sequestrado para o pagamento de juros e dívidas, para que a credibilidade do país não seja ferida perante os interessantes supremos do mercado. Tornando a pobreza útil, o Estado maximiza as possibilidades de ganhos do capital financeiro, ampliando a cultura da finança e do risco financeiro, através

das políticas de concessão de microcrédito, “transferência de renda”, entre outras políticas públicas que apenas visam administrar a pobreza, que, de acordo com Benzaquen (2022, p. 423), geram outros ganhos para o Estado:

Os problemas sociais aparecem como problemas individuais de acesso às finanças, deixando de lado questões políticas e de organização econômica. Dessa maneira, as políticas sociais baseadas no crediário assumem uma superioridade moral, pois promoveriam o engajamento dos sujeitos com a superação da condição de pobreza. Há, portanto, um ganho político-social na microfinança que se junta ao ganho econômico.

O processo de financeirização da pobreza inicia-se ainda no primeiro governo do PT⁵, com incentivo a bancarização da população através dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Desde então, o Estado brasileiro, em convergência com as diretrizes do Banco Mundial, tem atuado no sentido de minimizar os efeitos da condição de pobreza via inserção no consumo e do acesso às finanças (Benzaquen, 2022, p. 407). Durante o governo Temer, essa política tomou diferentes conotações, passando a compreender as ações que visavam minimizar os efeitos da crise econômica para as classes abastadas através de medidas centradas na ampliação do acesso aos recursos financeiros para os mais pobres como solução ao desemprego e à subocupação, num contexto de redução dos gastos públicos. Um exemplo disso foi o Plano Progredir, que consistia na oferta de microcrédito para

5. A tendência é que, cada vez mais, o mantra de uma economia informatizada-informal se aprofunde. O atual governo Lula (2023) tem seguido a trilha deixada pelos seus precedentes recentes. Do ponto de vista econômico, as diretrizes pouco diferem, persistindo um tipo de desenvolvimento altamente destrutivo, encabeçado pelo agronegócio e preso às amarras das finanças, incluindo um direcionamento das políticas públicas voltadas ao trabalho para a microfinança, consubstanciado na formação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPE), em 2023.

os indivíduos que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, mediante cadastro no CadÚnico, visando torná-los empreendedores.

Em seu trabalho, Benzaquen (2022) analisa esse processo de financeirização da pobreza, como este se articula com o processo de desmonte das políticas públicas e corresponde a uma mudança na forma de enquadramento do trabalhador para o de empreendedor, acompanhando o processo desregulamentação das relações trabalhistas, aprofundado durante os governos Temer e Bolsonaro, em consonância com as transformações macroeconômicas que visam conformar o papel do país como plataforma de valorização financeira. Nesse contexto, a reforma do Ensino Médio também entra em convergência com esse alinhamento do Estado brasileiro às demandas do mercado financeiro, sobretudo quando o desmonte das disciplinas científicas é aclamado como expressão de uma pretensa modernização a fim de adequar a formação dos estudantes, futuros trabalhadores, com a nova morfologia do trabalho, informatizada e precária, onde os próprios trabalhadores são responsáveis por prover as suas condições de trabalho.

Por isso não é de se estranhar que, nos últimos anos, a palavra *empreendedorismo* venha ganhando espaço, pois temos um forte empenho do Estado brasileiro em tornar uma força de trabalho subutilizada em fonte de arrecadação financeira. Como mencionado anteriormente, essa mudança de abordagem, além de promover um ambiente adequado para os investidores financeiros, alija o Estado brasileiro de suas responsabilidades. O fortalecimento da palavra empreendedorismo, não apenas pelos aparelhos ideológicos de Estado, mas também por instituições financeiras, empresas, etc., visa dissimular a realidade da pessoa trabalhadora informal/autônoma — realidade que está marcada por uma jornada de trabalho exaustiva e praticamente ininterrupta, se considerados todos os momentos envolvidos na produção desses trabalhadores enquanto *informais*, à medida em que promovem a valorização do

dinheiro mediante a ampliação da circulação do dinheiro em diferentes circuitos⁶.

Este direcionamento do Estado brasileiro as teorias da microfinança produzem novas contradições, ao mesmo tempo que existem políticas públicas que apresentam o *empreendedorismo* como solução para a inserção da (o) trabalhadora (o) no mercado de trabalho, quando esta está no exercício de sua ocupação sem o aporte de um Termo de Permissão de Uso (TPU), por exemplo, corre o risco de perder suas mercadorias para as forças de repressão do Estado. Em decorrência da volatilidade pertencentes à condição informal, no caso dos trabalhadores situados nas intermediações do Largo São Mateus, poucos se 'regularizam', pois a modalidade existente para obtenção de TPU é apenas trimestral, correspondendo a um comprometimento da remuneração incompatível com a realidade desses trabalhadores.

A intermediação das vendas pelas instituições financeiras, através das maquininhas de débito/crédito, ou até mesmo pela concessão de crédito, alteram as características da informalidade, que cada vez mais está integrada aos circuitos avançados da economia. Esses trabalhadores acabam sendo aportes da valorização fictícia de dinheiro, pois movimentam uma quantidade expressiva de dinheiro e mercadorias — geralmente pertencentes às grandes redes do setor varejista. Portanto, cada vez mais, a informalidade refere-se mais às condições de trabalho do que uma suposta diferença de organicidade do capital no setor, pois as transações nesse setor cada vez mais compreendem empresas de faturamento bilionário, para além dos bancos. Na centralidade de Sapopemba-São Mateus é possível observar essas conexões, sobretudo no caso de trabalhadores informais que vendem alimentos: todos re-

6. Em 2021, de acordo com o índice de Economia Subterrânea (IES), feito pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a economia informal movimentou o equivalente a R\$ 1,3 trilhão, o equivalente a 16,8% do PIB do país na época, ainda num contexto de desaceleração da economia informal em decorrência dos impactos da crise sanitária nesse segmento. Para efeitos comparativos, em 2019 a informalidade movimentou o equivalente a 17,3% do PIB.

correm ao atacado Assaí⁷ para a compra dos insumos necessários à produção. Mesmo aquelas que vendem produtos provenientes dos circuitos da camelotagem⁸ não deixam de estar integradas às dinâmicas da economia global, em decorrência das atividades e ocupações que ativam para a realização da venda (e do valor), sem mencionar que também utilizam as maquininhas no seu dia a dia.

Apesar de estarmos analisando uma determinada forma de manifestação do trabalho informal, convergente com aprofundamento do neoliberalismo no país, esse fenômeno em si é bastante plural, sendo impossível associá-lo apenas aos movimentos recentes de desregulamentação das relações trabalhistas e à maior propaganda dos aparelhos ideológicos de Estado e outras instituições em prol das teorias da microfinança. Entretanto, o que foi possível identificar na centralidade de Sapopemba-São Mateus, em específico nas intermediações do Largo São Mateus, é a presença de trabalhadores informais “formados” por tais transformações. Neles, encontramos uma aderência ao discurso do empreendedorismo, da microfinança como solução para a inserção ao mundo de trabalho. Ou seja, mesmo que as condições sociais que

7. De acordo com levantamentos da Sociedade Brasileira de Consumo e Varejo em 2022, das 173 empresas que tiveram faturamento bilionário, 84 eram do setor supermercadista. Entre as empresas com o maior arrecadamento nesse setor, destaca-se o Grupo Carrefour, por ser um conglomerado com forte poder financeiro, e, em seguida, vem o Grupo Assaí, que também possui capital aberto. Ambos os grupos atuam na modalidade de venda atacado. O Assaí é a principal rede de venda atacado no estado de São Paulo e seu crescimento está intrinsecamente relacionado à sua atuação de subsidiária de outras atividades ligadas ao ramo varejista: 60% do volume das vendas desse grupo são para pessoas jurídicas.

8. A camelotagem foi identificada por Rodrigues (2007). Ela corresponde às atividades conexas e de suporte que possibilitam que um conjunto de mercadorias diversas, frequentemente provenientes do leste asiático, sejam comercializadas nos grandes centros urbanos. Nas palavras do autor: “Essas mercadorias têm em comum a característica essencial de ser fruto de um trabalho social combinado, que influencia no seu preço final, e a necessidade de serem transportadas de um país para outro para serem comercializadas. Tal característica conecta os laços de ligação entre a produção, a circulação e a destinação final das mercadorias” (Rodrigues, 2007, p. 124).

levaram esses trabalhadores à informalidade difiram entre si, o que foi possível observar é uma identificação com esse discurso, que também opera como horizonte de projeção social, pois há uma crença que, se tivessem mais dinheiro para investir, o retorno financeiro seria diferente. Nesse sentido, nos deparamos com outros desdobramentos do fetichismo do dinheiro, mais ainda atrelados à crença de que “dinheiro produz mais dinheiro”.

Não devemos menosprezar esse número significativo de trabalhadores que vivenciam tal condição indeterminada na economia urbana em decorrência da própria necessidade do capital fictício de se valorizar neste contexto de crise, através da profusão de atividades ligadas à circulação de mercadorias para a valorização, sobretudo, do dinheiro, mesmo de empresas de setores do varejo como o Grupo Assaí, que também atua como fundo de investimento financeiro por ser uma empresa de capital aberto. Estamos vivenciando um período cheio de contradições, no qual uma economia que produz a informalidade gera um exército de pessoas que movimentam um volume significativo de mercadorias e dinheiro, mas que apenas obtêm uma renda ínfima para atender às suas demandas mais elementares e para se reproduzir enquanto trabalhadores precarizados.

A ficção do dinamismo

Nos últimos anos, vêm ocorrendo transformações significativas na centralidade Sapopemba-São Mateus, sobretudo em decorrência da inauguração da linha 15-Prata do metrô, que resultam numa profusão de lançamentos imobiliários nas áreas adjacentes às estações, em consonância com a valorização promovida pela chegada desse serviço. Tal valorização atrai inúmeros investimentos, incluindo grandes redes ligadas ao setor varejista e de serviços, como academias, farmácias, instituições de ensino privado entre outros. Apesar da intensificação das atividades ligadas a diferentes setores da economia e da maior concentração de fluxos, o dinamismo é apenas aparente, sobretudo para os sujeitos que estão numa condição vulnerável, dependente dos

próprios fluxos que tal centralidade passa a comportar. Isso se deve a diferentes razões, mas, em primeiro lugar, a o fato de que, apesar de integrarem esses “fluxos”, contribuindo para uma circulação expressiva de “dinheiro”, sobretudo em sua forma fictícia (crédito). Esse dinheiro não corresponde necessariamente à remuneração, mas sim a todas as atividades envolvidas na produção desses trabalhadores enquanto informais, restando-lhes um rendimento que apenas possibilita reproduzir a sua própria condição de subsunção precária à forma-valor.

O dinamismo das transformações espaciais na região é expressão da própria crise estrutural do capital. A própria edificação do espaço é a reposição crítica de seus termos, não gerando repasses aos trabalhadores, a não ser para aqueles que dispõe de um imóvel, os quais podem usufruir da valorização imobiliária mediante a venda ou locação do imóvel, mas, para a imensa maioria, esse *dinamismo é apenas aparente*: aparente porque aí predominam os intercâmbios comerciais baseados no crédito, aparente porque aí predomina a precariedade. Algo que é, inclusive, identificado pelos trabalhadores informais em São Mateus, os quais reconhecem as diferenças de uma centralidade periférica, tanto que se adaptam a essas características, adequando o preço de seus produtos à realidade orçamentária dos moradores da região, o que gera outras contradições, como a necessidade de estender a jornada de trabalho para terem acesso ao montante necessário para o retorno às suas condições iniciais. Esse ciclo é a expressão da precariedade — que é, contraditoriamente, o fundamento para a mobilização dos produtos desses trabalhadores informais pelos demais transeuntes e trabalhadores —, sobretudo a precariedade do tempo.

A precariedade do tempo para o trabalhador periférico não corresponde apenas ao tempo da jornada de trabalho — que pode ser acrescida pelas contingências do cotidiano, incluindo o próprio endividamento. O tempo do trabalhador periférico é precário também pelo dispêndio de tempo em espera por um transporte público ineficiente, precário pela cisão da vida cotidiana decorrente da fragmentação imposta pela modernidade capitalista. A racionalidade irracional do

capital e o seu ritmo incessante e frenético levam milhares de sujeitos ao adoecimento: o Brasil concentra uma das a populações mais ansiosas do mundo, e estamos também no topo da lista de casos de *burnout*⁹, sendo mais um identificativo dos limites dessa sociabilidade baseada na exploração do trabalho.

Considerações Finais

A precariedade do tempo é um fenômeno intrínseco à modernidade capitalista, expressa num ordenamento do cotidiano no qual o trabalho é o elemento que fundamenta as demais atividades dos sujeitos. A precarização do tempo toma novos contornos com o atual regime de acumulação capitalista imbricado com o capital financeiro, que passa a determinar os ritmos dessa organização societária. Os movimentos do capital são sobredeterminados pela necessidade de valorização do montante de capital fictício que adentram a produção. Esse fenômeno não se limita aos movimentos mais abstratos da economia, tendo repercussões no mundo do trabalho, em decorrência da transferência do próprio capital dos custos de sua reprodução para os trabalhadores, que viram nas últimas décadas seu rendimento salarial decair. Estes passam a recorrer ao crédito como mecanismo de expansão artificial de suas rendas, resultando no comprometimento de suas rendas futuras. Vemos como o endividamento aparece como fundamento para a reprodução dos trabalhadores informais, que são dependentes dessa expansão artificial da renda dos demais trabalhadores para a sua inserção precária no cotidiano metropolitano. Essa dependência se traduz nas formas organizacionais dos trabalhadores informais, que, para se integrarem à economia urbana, dependem de uma leitura temporal e espacial precisa para atrair os potenciais consumidores. Por isso, as áreas adjacentes aos terminais de ônibus e

9. SÍNDROME de burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros. **Jornal da USP**, 27 de abr. de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

estações de metrô são as mais disputadas, sendo necessário também a compreensão das formas de atuação dos agentes de repressão do Estado para garantir a sua remuneração.

Referências bibliográficas

- ABÍLIO, L. C. Relatório de Pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo In: MARQUES, L. (Org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador Just-in-Time In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ALVAREZ, I. P. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, dez. 2019, p. 494-505. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163370>.
- ALVES, G. A. Centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. In: CARLOS, A.F.A.; SANTOS, C. S; ALVAREZ, I.P. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ALVES, G. A. O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação: FFLCH, 201
- ALVES, G. A. **O uso do centro da Cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05042022-125543/pt-br.php>.
- ANTUNES, R.; FILGUEIRAS V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ASSAÍ se consolida como o maior atacadista do estado de São Paulo.

Exame, 4 de jul. de 2023. Disponível em: <https://exame.com/bussola/assai-se-consolida-como-o-maior-atacadista-do-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

BENZAQUEN, G. F. O estímulo do governo Michel Temer à financeirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza), v. 53, n. 2, v. 53, n. 2, jul.-out. de 2022, p. 399–436. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/nw44vbevzfvvgw6rmgfdp3tmq/access/wayback/http://periodicos.ufc.br/revciens/o/article/download/71799/226188>.

CANETTIERI, T.; FERNANDES, B. S.; PEREGALLI, A. Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo. **Cadernos Metr pole**, v. 26, n. 59, jan.-abr. de 2024, p. 97-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/YYgg7QpXbDXpzCc6P7F7JWR/>

CLASSES D e E são 80% dos inadimplentes no cartão de crédito; veja dicas para não se tornar uma vítima. **G1**, 9 de jul. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/classes-d-e-e-sao-80-dos-inadimplentes-no-cartao-de-credito-veja-dicas-para-nao-se-tornar-uma-vitima.ghml>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJO. Atividades informais e ilegais movimentam R\$ 1,3 tri no Brasil, o equivalente ao PIB da Su a. **IDV.org.br**. Disponível em: <https://www.idv.org.br/noticia/atividades-informais-e-ilegais-movimentam-r-13-tri-no-brasil-o-equivalente-ao-pib-da-suica/>. Acesso em: 30 de out. de 2024.

LEFEBVRE, H. **Elementos de Ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

MARTINS, F. E. S. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras**

- e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25052011-123730/pt-br.php>
- PARA 78%, trabalho ou a falta dele são responsáveis por doença e sofrimento. **Folha de S. Paulo**, 1 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/para-78-trabalho-ou-a-falta-dele-sao-responsaveis-por-doenca-e-sofrimento.shtml>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.
- RIBEIRO, A. S. M.. **“Vai crédito hoje?”: do “curto-circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082015-144002/pt-br.php>
- RODRIGUES, I. D. **Dinâmica geográfica da camelotagem: um estudo do trabalho precarizado.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96724>.
- SIMONI, C. Espaços penhorados e gestão militarizada da fronteira urbana. In: BARROS, A. M.; ZANOTELLI, C. L.; ALBANI, V. (Orgs.). **Geografia urbana: Cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- SÍNDROME de burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros. **Jornal da USP**, 27 de abr. de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros>. Acesso em: 12 de jul. de 2024.

Parte VI

INFRAESTRUTURAS URBANAS E PRODUÇÃO DE CENTRALIDADES

As lutas pelo direito à cidade em Altamira-PA: O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Iago Dias dos Santos

Introdução

O debate acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo monte ou UHEBM) acontece sobretudo na década de 1970, com a tentativa de sua implantação ainda no período da ditadura militar. Os estudos ou anúncios sobre a construção de uma usina em pleno rio Xingu que deslocaria centenas de indígenas e ribeirinhos das suas terras mobilizou o Brasil e o mundo. Os povos indígenas brasileiros foram os grandes protagonistas da luta para que não se construísse a Usina Hidrelétrica Kararaô¹, justamente por verem em conjunto com especialistas da área e movimentos sociais a falta de estudos técnicos que detalhassem os reais impactos da construção de uma Usina Hidrelétrica no Rio Xingu.

Para ganhar a confiança da sociedade em geral, o governo federal apoiou-se no discurso de que o projeto da UHE Belo Monte resultava de estudos técnicos acumulados em mais de 30 anos, ressaltando, ainda, que essa obra era “estratégica para o desenvolvimento do país, inserido num contexto de políticas públicas sustentáveis para a Amazônia”, especialmente para a região do Xingu, onde se vinculava ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região – Xingu (PDRS–Xingu)² com previsão de injetar 500 milhões de reais na região.

1. Primeiro nome da UHEBM em “homenagem” aos povos indígenas.

2. R\$ 400,000,000 já foram “destinados” à região, faltando ainda cem milhões de reais que deverão ser investidos por meio de edital que poderá ser captado pelas organizações da sociedade civil.

Figura 1: Tuíra se manifestando contra a proposta da Usina Hidrelétrica de Kararão no Rio Xingu, em 1989.



Fonte: Amazônia Real, 2015

A partir de 2010, a UHE Belo Monte vai a leilão. A proposta vencedora para instalar e operar a hidrelétrica por 35 anos foi feita pelo Consórcio Norte Energia S/A (NESA), formado, à época, por uma parceria de empresas públicas e privadas. Para construir Belo Monte, a NESA contratou dois grandes consórcios: o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), formados pelas seguintes empresas: Andrade Gutierrez (18%), Odebrecht (16%), Camargo Corrêa (16%), Queiroz Galvão (11,50%), OAS (11,50%), Contem (10%), Galvão (10%), Serveng (3%) e J.

Malucelli (2%) e Cetenco (2%), que ficou responsável pelas obras civis da hidrelétrica; e o Consórcio Montador Belo Monte (CMBM), formado pelas empresas Toyo Setal e ENGEVIX, que ficou responsável pela montagem dos equipamentos elétricos do empreendimento (ANEEL, 2010).

Deve-se destacar que, na composição do CCBM, encontravam-se as empreiteiras Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa, empresas que haviam patrocinado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Belo Monte em 2007, em parceria com a Eletrobrás. A pretexto de um “Acordo de Cooperação Técnica”, essa parceria foi questionada pelo MPF (MPF, 2007), mas o processo não avançou. As empreiteiras (Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa) que ajudaram a financiar o EIA/RIMA da UHE Belo Monte, passaram a se apoderar, sem riscos, de bilhões e bilhões de reais oriundos, em grande parte, dos cofres públicos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (MAGALHÃES MARINHO, 2019).

Não é aceitável e eticamente decente que as mesmas empresas que financiam/fazem os estudos de impactos ambientais de uma grande obra sejam as mesmas que as realizem. Empresas que porventura construam obras e financiem estudos de impactos ambientais dessas mesmas obras certamente negligenciarão aspectos sociais, econômicos, culturais, em detrimento de custos e lucros. Isso foi e é uma realidade em obras da Amazônia brasileira e é nessa envergadura que os movimentos sociais da região do Xingu, especificamente em Altamira, precisam lutar pela garantia da vida e dos seus direitos que foram e estão sendo violados.

Lutas pelo direito à cidade em Altamira-PA

Iniciaremos tentando refletir sobre as possibilidades de mudanças na apropriação do espaço através da transformação da militância dos movimentos sociais de caráter mais amplo. Ao pensarmos este artigo, dirigimo-nos para a relação entre espaço abstrato e espaço social como forma de elucidação das transformações do espaço urbano Amazônico.

Estamos entendendo espaço abstrato como a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado; ele é fragmentado, homogêneo e hierárquico. No que concerne ao espaço social, trata-se do espaço dos valores-de-uso produzidos pela complexa interação de todas as classes no cotidiano.

Nesse sentido, podemos afirmar que é a tensão entre valor-de-uso e valor-de-troca que produz o espaço social de usos, produzindo também, simultaneamente, um espaço abstrato de expropriação. Ou seja, “o espaço social incorpora as ações sociais, as ações dos sujeitos tanto individuais como coletivos” (Lefébvre, 1994, p. 33). Queremos enfocar como os agentes que produzem o espaço urbano da cidade de Altamira o fazem a partir dos impactos de grandes projetos, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte — projeto este que quase sempre tentou obliterar os direitos básicos dos sujeitos envolvidos. Tais processos encontram-se ligados à atuação dos agentes a partir de relações construídas em escalas local-local e local-global.

O que estamos tentando deixar claro é que vivenciamos um conflito entre interesses engendrados em torno do espaço social, que é esse espaço local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações sociais no espaço, e em torno do espaço abstrato. Nesse sentido, concordando com Gottdiener (1997, p. 131), compreendemos que a hegemonia da classe capitalista é renovada através da segregação espacial e através dos efeitos da força normatizadora da intervenção estatal no espaço.

O capitalismo, como modo de produção, sobreviveu pela utilização do espaço como reforçador das relações sociais necessárias a essa sobrevivência. Harvey (2003; 2002; 2000; 1981), influenciado por Lefébvre (1994), afirma que o capitalismo conseguiu escapar das crises de sobreacumulação através da produção do espaço. Obviamente, ele não se referia apenas a “novos espaços”, já que a refuncionalização também tem que ser considerada. A produção do espaço se realiza também nessa relação dialética entre valor-de-uso e valor-de-troca, ou seja, caminhamos para além da percepção de, apenas, espaço de

consumo para a de consumo do espaço (Carlos, 2005; 2001; 1999; 1994). Dito de outra maneira, para além de considerarmos apenas o espaço de consumo, devemos considerar também o próprio espaço como objeto de consumo.

Por meio da compreensão do direito à cidade criada por Henri Lefebvre, é possível perceber que essa expressão se constrói a partir da luta de diversos sujeitos políticos no espaço urbano. Para Henri Lefebvre (2001) o direito à cidade se expressa na reivindicação de uma outra sociabilidade, contrária à do capital, bem como na sua dimensão utópica, onde reside a possibilidade de construir um outro espaço. É importante destacar que o direito à cidade em Lefebvre não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos: ele seria o conjunto dessas demandas, apontando para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, sendo um elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada por toda a sociedade. A cidade como obra de arte, ócio, lazer, festa, como algo passível de apropriação pelo uso.

Em uma das perspectivas do debate sobre o direito à cidade, compreende-se que tais reivindicações surgem em regiões do Brasil concebidas a partir do espaço urbano, abrangendo direitos como o direito à moradia, o direito à mobilidade urbana, ou simplesmente o direito de ir e vir. Por outro lado, aqui na Amazônia, muitos movimentos se engajam na luta pelo direito à cidade mesmo sem ter uma identificação imediata com bandeiras mais específicas do Movimento pela Reforma Urbana no Brasil, agindo de forma reativa, sobretudo, aos diversos empreendimentos executados pelo Estado brasileiro que, em síntese, reforçam a desigualdade socioespacial. A luta pelo direito à cidade na Amazônia acontece há muito tempo e de diversas formas, num contexto em que os conceitos de urbano e de rural não dão conta da diversidade regional.

Por isso, para entender as lutas urbanas nas cidades da Amazônia, as quais compõe o nosso direito à cidade, não podemos tomar por base apenas os referenciais teóricos europeus e as lutas de sujeitos coletivos

de outras regiões do Brasil, embora essas também sejam importantes contribuições para as nossas análises. Isso indica um novo olhar sobre a maneira como nós, que moramos na Amazônia, temos a nossa própria forma de produzir o espaço, forma essa que vem sendo construída e reconstruída há muitos séculos. Essa construção se faz por meio de práticas, tempos culturalmente diversos, que impõem o conhecimento da formação do espaço amazônico por meio de uma diferenciação de períodos, combinando variáveis endógenas ou exógenas para a compreensão final em termos de uma formação socioespacial (Vicentini, 2004, p. 14).

É em contraposição a esses grandes empreendimentos que acen-tuam a desigualdade socioespacial que os diversos segmentos sociais, na sua pluralidade de bandeiras e cores, se unificaram na luta contra os discursos e práticas daqueles que querem, a qualquer custo, impor um modelo de desenvolvimento predatório para a região. A reflexão e a ação política fazem-se ainda mais necessárias em tempos de ataques e violações aos direitos duramente conquistados nas últimas décadas e de desmonte de quaisquer garantias mínimas de participação no planejamento, gestão e autogestão das cidades. O capital se impõe “a todo vapor”, e o aprofundamento da espoliação da Amazônia e do seu povo está na agenda do Estado nas três esferas federativas. Construir novas formas de reivindicar esse direito, assim como consolidar espaços outros de participação popular, podem ser caminhos importantes para conquistarmos a cidade que queremos.

Para compreendermos o direito à cidade na Amazônia, a partir dos sujeitos que aqui vivem, da experiência ocorrida na luta contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tomaremos por objeto a atuação dos dois principais movimentos sociais de Altamira na luta contra a UHE Belo Monte, a saber: o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é uma organização social que, desde 2008, atua na região de Altamira e nas áreas de influência do projeto da UHE Belo Monte. É uma das principais forças que se opuseram à instalação da usina no rio Xingu, atuando com organizações territoriais, comunidades tradicionais, pescadoras, ribeirinhas, movimentos de mulheres, trabalhadoras e moradoras das periferias, entre outros, e contando com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais.

Os megaprojetos de infraestrutura construídos na Amazônia brasileira têm provocado mudanças no espaço urbano e no modo de vida de grupos sociais diversos. Quando se trata de grandes hidrelétricas, os impactos nas cidades e no campo são multidimensionais e colocam em risco a sobrevivência de grupos urbanos, camponeses e povos originários que dependem dos rios para sua reprodução social. Em reação a tais implicações, tem surgido nas áreas atingidas por grandes hidrelétricas movimentos/organizações sociais que atuam politicamente com os grupos atingidos, buscando promover a defesa e/ou a reconquista de frações do espaço urbano, além da luta por outros direitos em face das consequências decorrentes de tais empreendimentos.

De acordo com Carlos (2020):

...explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas. Esses conflitos ganham visibilidade nos espaços públicos, hoje, lugar de manifestações dos movimentos sociais como consciência reveladora do processo de alienação atual. Podemos afirmar que a reprodução da cidade hoje sob um novo momento da acumulação – financeira- atualiza a alienação do mundo através do afastamento do sujeito produtor de sua obra – a cidade - vivida como estranhamento (Carlos, 2020, p. 351).

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) forma-se no contexto de lutas contra o projeto hidrelétrico Belo Monte. A construção dessa hidrelétrica na bacia do Rio Xingu já fazia parte dos planos

Figura 2: Página no facebook do MXVPS

Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2012

do governo federal desde a ditadura militar, com o nome de hidrelétrica Kararaô. Esse projeto, porém, foi inviabilizado devido a mobilizações de indígenas e movimentos sociais camponeses e urbanos, com apoio da comunidade internacional, nos anos 1980 e 1990. Nos anos 2000, entretanto, o projeto foi retomado, desta feita com o nome de Belo Monte (Melo, 2005; Silva, 2017; Vieira, 2017).

No contexto de resistência à realização desse novo projeto, ocorreu em Altamira, em 2008, um encontro denominado de “Encontro Xingu Vivo Para Sempre” (Figura 2). O MXVPS formou-se a partir desse encontro, que reuniu povos indígenas, camponeses, mulheres, juventudes, pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do mundo, jornalistas, advogados e moradores da cidade de Altamira e de outras localidades da rodovia Transamazônica e do Xingu.

O Movimento dos Atingidos por Barragens

O Movimento dos Atingidos por Barragens (Figura 3) tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década

de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, transformou-se em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas desta sociedade.

O conceito de “atingido” não é um dado neutro, mas fruto de uma construção histórica conflituosa. Existem ao menos duas concepções distintas sobre o conceito de “atingido por barragem”: a que impera no setor elétrico (considerando as empresas, sejam públicas ou privadas e os órgãos de Estado relacionados) e a que foi construída pelos atingidos por barragens em seu processo histórico de organização e luta. Essas duas formas de abordar a questão (existem outras) também não são estáticas, mas se transformam de acordo com o movimento da realidade (Stronoli, 2021).

Ao conceito de atingido formulado pelas empresas corresponde uma certa concepção de espaço. Em uma primeira aproximação, trata-se do *espaço absoluto* (Santos, 2004; Haesbaert, 2018), o espaço da geometria, passível do cálculo de distâncias, larguras, volumes. Essa concepção parte da ideia de que o espaço é o lugar da estabilidade, imutável, em oposição ao tempo, dinâmico. É o espaço tomado de forma independente e anterior às coisas, numa perspectiva de certa forma idealista, um *a priori* (Haesbaert, 2018, p. 23).

Esse espaço contém as coisas, é um “espaço-continente” (Santos, 2004), ou, em outras palavras, é uma espécie de recipiente das coisas. Assim, o espaço é considerado somente em seu aspecto físico, priorizando o sentido óptico, visual (Lefebvre, 1974). Essa concepção de espaço aparece claramente na ideia de limitar os atingidos a áreas com limites definidos e concentrar as políticas de reparação às perdas materiais imediatas, adotando um marco temporal que propicia um efeito de congelamento da realidade, em consonância com essa perspectiva estática do espaço. É o espaço da lógica formal por excelência,

Figura 3: Ato de rua do MAB

Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens, 2018

onde impera o princípio do nexo causal para dimensionar os impactos socioespaciais.

Também se pode aproximar essa concepção do que Lefebvre chama de visão “tecnocrática” do espaço (Lefebvre, 1974). Trata-se de uma visão do espaço dentro do escopo do planejamento, sempre necessária no processo de desenvolvimento e expansão capitalista, que se apresenta como técnica, mas está carregada de ideologia. Outros termos usados por Lefebvre para se referir a essa concepção de espaço seria “representação do espaço”, ou espaço “concebido”.

Las representaciones del espacio, es decir, el espacio concebido, el espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales y hasta el de cierto tipo de artistas próximos a la cientificidad, [...]

Es el espacio dominante en cualquier sociedad (o modo de producción) (Lefebvre, 2013, p. 97).

Aqui fica claro que se trata da concepção de espaço *dominante* no modo de produção capitalista. Por ser caráter hegemônico, essa visão serve à acumulação de capital e adquire um caráter “instrumental” neste tempo, em que a reprodução do capital se dá através da produção do espaço. Essa dimensão do espaço se sobrepõe ao *espaço percebido*, da experiência cotidiana, e ao *espaço vivido*, o espaço do simbólico e da imaginação e da busca por outras realidades (Lefebvre, 2013).

O espaço deve receber um valor de troca (mesmo aproximativo, mesmo se os preços se afastam dos “valores”). Ora, a troca implica e supõe intercambialidade. A cambialidade de um lugar, que faz dele uma mercadoria análoga a uma quantidade de açúcar ou aço, exige que ele seja comparável a outros lugares, e mesmo a todos os lugares do mesmo gênero (Lefebvre, 2008, p. 126).

A concepção de atingido por barragem predominante no setor elétrico tem por fundamento um tipo de visão que desconsidera a natureza do espaço e seu aspecto relacional. Essa visão se adequa às necessidades de acumulação do capital, porque contribui para reduzir as externalidades do processo produtivo. A limitação do conceito de atingido contribui para a redução de custos na construção de barragens e produção da energia. Em sua luta de resistência, os atingidos mostram os limites dessa concepção (Stronioli, 2021). De acordo com Carlos (2020):

As ações dos movimentos sociais passam a ser absolutamente centrais e importantes para revelar à análise os conteúdos da prática. Apontam exigências diferenciadas, tanto a urgência da moradia, do emprego e dos serviços, quanto do questionamento das políticas públicas (questionando o planejamento estatal que aprofunda, as desigualdades) e do esvaziamento da democracia. Esses movimentos no

seio da sociedade corroboram a instabilidade, a fragmentação, a produção de um espaço segregado, que tem na sua origem a existência da propriedade privada (do poder da concentração de renda) na prática socioespacial vivida.

Assim, esses movimentos se organizam para defender os interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia elétrica. Sua prática é orientada por princípios e valores que encontram na pedagogia do exemplo e na solidariedade entre os povos a melhor forma de convencimento.

Apesar das diversas formas de lutas que esses vários movimentos sociais praticam em cidades da Amazônia, o caminho mais importante para buscar a transformação, o verdadeiro direito à cidade e a justiça social tem que ser percorrido guardando múltiplas escalas espaciais e temporais de ação. No que tange às escalas espaciais, é preciso “costurar” os particularismos militantes, os ativismos sem pretensões mais amplas (mas de grande importância para aqueles que àquilo reivindicam) com ações de âmbito global; ou seja, que levem em conta não apenas os problemas conjunturais, mas também os problemas ligados à estrutura. Embora os movimentos sociais tenham em seu nascedouro problemas que acontecem no lugar, é necessário buscar as conexões com escalas espaciais mais amplas, em um movimento do lugar ao mundial e de volta ao lugar. Esse movimento obriga-nos, também, a pensar em escalas temporais de ação diferenciadas, ou seja, a trabalhar com ações de curto e longo prazo.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F. A., CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- GOTTDIENER, M.. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 06, ano II, 1982, p. 06-35.
- IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2898-atlasdaviolencia2017completo.pdf>. Acesso em 05 de dez. de 2022.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início – fev. 2006.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, EDUFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARINHO, J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio do Rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19122019-163007/pt-br.php>.

A contradição centro-periferia e suas atualizações: A expansão imobiliária sob a forma de condomínios de galpões na Baixada Fluminense

Gabriel Souza Alves

Introdução

O texto a seguir busca compreender as novas determinações socioespaciais correlatas à expansão imobiliária atualmente em curso em municípios historicamente produzidos como periferia metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente na região da Baixada Fluminense. Para apreender os novos conteúdos desse processo de reprodução urbana capitalista, faz-se necessário um método capaz de sustentar reflexões que vão desde a apreensão do fragmento espacial dos empreendimentos imobiliários até a totalidade social que comanda a escala global, aberta pelos imperativos do capital. O método em questão é o materialista-dialético, que busca analisar como a realidade concreta é subsumida às abstrações praticadas em prol do funcionamento do capitalismo¹.

A forma imobiliária em franca ampliação é a de condomínios de galpões odulares, produzidas como estratégia de apropriação do mais-valor através do aluguel de tais infraestruturas produtivas para outros capitalistas. Ainda que já se façam presentes desde o final da década de 1990, é sobretudo a partir de 2013 que passam a ser predominantes na paisagem observada a partir das rodovias, indicando uma profusão

1. O artigo compreende alguns dos resultados parciais da pesquisa de doutoramento em curso, sob supervisão da Professora Dr. Ana Fani Alessandri Carlos e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2022/10366-1.

de empreendimentos com crescente dimensão de área construída. Ao serem produzidos em localizações seletas na mancha metropolitana e concretizarem uma arquitetura que potencializa a eficiência dos fluxos de caminhões, é possível desvendar os termos da competição pelas taxas de lucro que se dão no espaço-tempo da metrópole.

Os grandes muros e cercas destes condomínios de galpões, que buscam demarcar a propriedade privada como fundamento, são formas de lidar com as contradições capitalistas produtoras do urbano. Todavia, as disputas pelo espaço e sua relação com a reprodução das periferias metropolitanas se chocam com a necessária velocidade da mercadoria. As estratégias capitalistas são confrontadas pelo desafio de um urbano que reproduz a negação da riqueza socioespacial e que é, portanto, capaz de desvalorizar as mercadorias que chegam e saem dos galpões para serem entregues aos compradores. Nesse imperativo da acumulação capitalista, novas centralidades são produzidas no entorno das rodovias, mas somente nas partes da metrópole em que a fragmentação ainda não suprimiu as grandes extensões de terra em prol da apropriação de lucros.

A prática de produzir condomínios de galpões

Para que a investigação em curso possa superar as impressões obtidas a partir da paisagem, é necessário compreender as práticas socioespaciais que produziram as transformações identificadas anteriormente. Somente dessa maneira será possível a realização de uma análise da *produção do espaço* (Lefebvre, 2013), compreendendo não somente os processos que resultaram nos casos particulares da metrópole do Rio de Janeiro, mas também como essas últimas são manifestações do futuro incerto e contraditório da totalidade social capitalista. A sociedade que vivemos e analisamos tem sido capaz de solucionar os entraves originados em seu imperativo por acumulação da riqueza, mas, ao superar e destruir suas condições limitadoras, cria também novas determinações sociais para si.

O surgimento dessas determinações diz respeito ao funcionamento do capital total, ou em geral, justamente porque não aparece como característica da prática de um ou outro capitalista, mas de seu conjunto. A identidade dos capitalistas diz respeito a como eles ocupam um papel social específico e dominante no processo de produção e de apropriação do excedente social, mas cada um deles atua em setores e por meio de estratégias concretamente distintas. Decerto que as suas funções dizem respeito ao movimento de valorização do valor estabelecido e se orientam pela expansão e consolidação da mercadoria-dinheiro enquanto abstração portadora da verdade. Todavia, o papel de capitalista só pode ser cumprido de maneira concreta por meio de práticas estabelecidas em espaços-tempos determinados. Assim, o espaço também tem o potencial de contribuir com a identificação dessas práticas, ou melhor, das estratégias desses sujeitos.

Ainda que se beneficiem amplamente, ao ocupar as melhores posições da hierarquia de rendimentos da sociedade, para serem sujeitos, os capitalistas se sujeitam à competição pela repartição do excedente social. Por sua vez, ser capitalista envolve tomadas de decisão a respeito de suas práticas enquanto estratégia, definindo meticulosamente o espaço-tempo delas e executando-as conforme a lógica imposta pela competição.

Ao reconhecer não apenas poucas, mas múltiplas construções de grandes instalações nas imediações rodoviárias da metrópole do Rio de Janeiro, pode-se elaborar perguntas e hipóteses acerca dos elementos comuns e concretos dessas estratégias. Para compreender melhor as referidas práticas, torna-se oportuno investigá-las a partir da própria representação capitalista sobre as mesmas, apurando em materiais publicitários e meios de comunicação especializados quais são os entendimentos que estes possuem sobre si.

Ao se tornar uma mídia importante para a tomada de decisão dos capitalistas interessados na locação de espaços em condomínios de galpões, a *Revista Builgings* se empenha em elaborar estatísticas e especificar os eixos de cada negócio imobiliário. Na edição do quarto

trimestre de 2018, o estado do Rio de Janeiro aparece dividido nos eixos Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Dutra RJ e Rio de Janeiro, com suas respectivas quantidades de condomínios, estoque total, área disponível, taxa de vacância e faixa de preço pedido de locação², além de uma classificação (Tabela 1) que reparte os condomínios em “Classe A” (C. A) e “Outros” (O.). Este conjunto de quantificações é de extrema relevância para a realização de estratégias capitalistas, assim como evidencia uma diferenciação espacial dos eixos imobiliários a partir dos signos do custo de produção e da funcionalidade.

Além de novas estatísticas, com a inclusão das medidas em metros quadrados (m²) de novos estoques de áreas inauguradas durante o trimestre da publicação e da medida absoluta da vacância (m²), a primeira edição de 2020 também trazia marcadores que indicam redução, aumento ou perpetuação dos índices publicados em comparação aos da edição anterior. Assim, buscava transmitir um diagnóstico preciso e confiável a respeito das variações da oferta e de preços nesse mercado de áreas construídas para atividades “industriais” e “logísticas”, no qual a organização dos anúncios em eixos e classes refletem o quanto essas duas características são cruciais. Antes de indagarmos o porquê destas localizações e classificações, porém, faz-se necessário identificar o que são esses produtos imobiliários e as estratégias que os mobilizam.

Em paralelo às estatísticas produzidas por essa mídia, há também uma coleção de matérias textuais, publicadas desde sua primeira edição especial (*Buldings Industrial*), que fornecem informações mais qualitativas a respeito do conteúdo desses produtos. Apesar da profusão ampla e, por vezes, confusa de termos e conceitos utilizados na caracterização do produto imobiliário, os aspectos arquiteturais comunicados nas reportagens contribuem com uma maior compreensão da aparência —

2. Estoque total: medida em metros quadrados (m²) de todas as áreas construídas pelos empreendimentos imobiliários de um referido segmento; área disponível: medida em metros quadrados (m²) de áreas efetivamente ofertadas para aluguel; taxa de vacância: proporção em percentual (%) de área disponível em relação ao estoque total; faixa de preço pedido de locação: média monetária em reais (R\$) requisitada pelos proprietários para cada metro quadrado e pelo período de um mês.

Tabela 1: Estado do Rio de Janeiro

Eixo	Nº de Condomínios		Estoque Total (m²)		Área Disponível (m²)		Taxa de Vacância (%)	
	C.A	O.	C.A	O.	C.A	O.	C.A	O.
Campos dos Goytacazes	1	1	24.555	37.673	-	1.640	-	4,3
Duque de Caxias	10	4	634.319	133.104	277.656	18.040	43,7	13,5
Dutra RJ	11	1	492.698	32.000	132.041	32.000	26,8	100
Rio de Janeiro	7	9	572.378	437.078	122.055	57.456	21,3	13,1
Total	29	15	1.723.950	639.854	531.752	109.136	30,8	17

Fonte: Buildings (2019). Adaptado.

movimento iniciado a partir da paisagem, porém limitado pela visão do exterior e pelo desconhecimento técnico do observador. Intitulado “Centro Logístico Embu: localização estratégica e infraestrutura completa”, o primeiro material textual busca, logo de início, propagandear o diferencial de seu produto com base em sua localização³, mas também descreve uma arquitetura relativamente comum entre os mesmos:

O Centro Logístico Embu é dividido em quatro blocos identificados como 100, 200, 300 e 400. Ao todo, o espaço é subdividido em 62 galpões modulares. [...] O pé-direito livre de cada galpão é de 12 metros, característica que segue um novo padrão de ter mais espaço de armazenamento. O pé-direito é medido desde o chão até o ponto mais baixo da luminária ou sprinkler, ou seja, a área utilizável. Nos galpões, mais importante do que os metros quadrados são os metros cúbicos, para que se calcule a disponibilidade do empilhamento das cargas. Quanto maior a altura e a capacidade de armazenamento, melhor deve ser a resistência do piso. Para que este esteja apto a suportar as cargas, cada galpão possui piso nivelado a laser em 5 tf/m, atendendo as mais altas exigências técnicas. [...] Os galpões também são equipados com duas docas por módulo com plataformas niveladoras que oferecem mais agilidade na carga e descarga dos caminhões. As portas dos espaços são do tipo toldo de chapa trapezoidal, indicadas para estas operações logísticas. Cada galpão conta com seis vagas privativas para veículos e duas vagas para caminhões (Buildings, 2012, p. 12-13).

Ainda que se trate de uma construção no estado de São Paulo, fora do escopo da paisagem descrita anteriormente, as informações

3. “Em breve a cidade de Embu vai receber um dos Centros Logísticos mais bem equipados do estado. O município de mais de 240 mil habitantes conta com diversos fatores facilitadores para as empresas interessadas em obter maior fluidez em suas entregas, entre eles a localização, já que fica a cerca de 23 km da capital paulista e fácil acesso ao Porto de Santos, principal do país. O Centro Logístico Embu (CLE) também está às margens da Rodovia Régis Bittencourt, que alimenta o Mercosul” (Buildings, 2012, p. 10).

arquitetônicas se assemelham minuciosamente ao que foi observado no decorrer da rodovia Washington Luís (BR-040). Estamos diante da arquitetura de galpões: (i) repartidos internamente em módulos de grandes dimensões em altura e perímetro; (ii) com sistema elétrico, hidráulico e de incêndio (*sprinklers*) situados fora das paredes; (iii) com pisos nivelados com precisão e capazes de suportar cargas elevadas (5 toneladas por metro quadrado); e (iv) com um número satisfatório de acessos para a área externa, chamados de docas, equipados com portas metálicas do tipo toldo de chapa trapezoidal e com plataformas niveladoras, com condição de se ajustarem à altura dos caminhões que operam as cargas e descargas. Ainda que as especificações técnicas possam variar, parece que estamos diante de galpões modulares.

A construção desses condomínios de galpões modulares num espaço-tempo determinado é um processo decisivo para a viabilização de todo o negócio, mas não deve ser confundida com as relações sociais que compõem o conjunto da estratégia capitalista em curso. É necessário ter em mente que estamos olhando, tão somente, para a aparência do fenômeno, assim como as suas aparentes utilidades, extremamente relevantes para os inquilinos, e que resultam em modificações de grandes proporções na paisagem metropolitana. Todavia, o que foi descrito na matéria para o empreendimento em Embu das Artes (SP), poderia ser facilmente repetido nas peças publicitárias feitas para os empreendimentos presenciados ao longo da Washington Luís (BR-040), comprovando como a sociedade acaba elaborando padrões tanto arquitetônicos quanto de linguagem.

Seria possível, então, correlacionar os referidos produtos imobiliários? Sim e não. Ambos compartilham entre si o fato de serem mercadorias produzidas pela expansão e inovação de uma estratégia capitalista no setor imobiliário voltada aos processos dos capitais especializados na produção e circulação de bens de consumo que encontram, na metrópole, seu espaço-tempo privilegiado de conversão em dinheiro. Todavia, cada empreendimento baseado em condomínio de galpões modulares resulta de processos de transformações concretas

do espaço metropolitano; assim, cada uma dessas construções conta com o esvaziamento das práticas socioespaciais presentes na paisagem precedente, ressaltando as qualidades úteis do empreendimento em suas mídias na mesma medida em que omitem qualquer informação acerca dos conflitos específicos envolvendo cada um deles.

Mapear os empreendimentos para se entender a centralidade

Assim como cada condomínio de galpões modulares apresenta qualidades técnicas e proporções específicas, também pode-se dizer que a localização de cada um dos mesmos é única, uma vez que a propriedade privada da terra também exclui os capitalistas do setor imobiliários entre si. Essas especificidades, entretanto, são relativas, pois, mesmo que elas proporcionem determinadas condições espaciais de produção para os seus inquilinos, o crivo final acerca do êxito dessas estratégias capitalistas é definido por seu desempenho mercadológico. Dessa maneira, a possível singularidade de cada empreendimento é convertida em hierarquização por meio da prática social que as equipara no mercado. Assim, ao invés da identificação dos aspectos comuns ou particulares de cada condomínio de galpões, é preferível entender o processo que determina os limites nas variações das formas que aparecem nessa produção imobiliária.

Para facilitar a compreensão do processo de produção do espaço que resulta na produção da localização de cada empreendimento, realizou-se o mapeamento dos condomínios de galpões por meio da seguinte correlação de fontes e metodologias: (i) trabalhos prévios que já mapearam uma parte desses imóveis (Oliveira, 2017; Alves, 2021); (ii) trabalhos de campo; (iii) reportagens e anúncios imobiliários encontrados em mídias especializadas no mercado de condomínios de galpões (como a *Revista Buildings*, que publicizou os do Rio de Janeiro entre 2016 e 2020); (iv) publicação de “fatos relevantes” no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e (v) imagens de satélite do Google Earth.

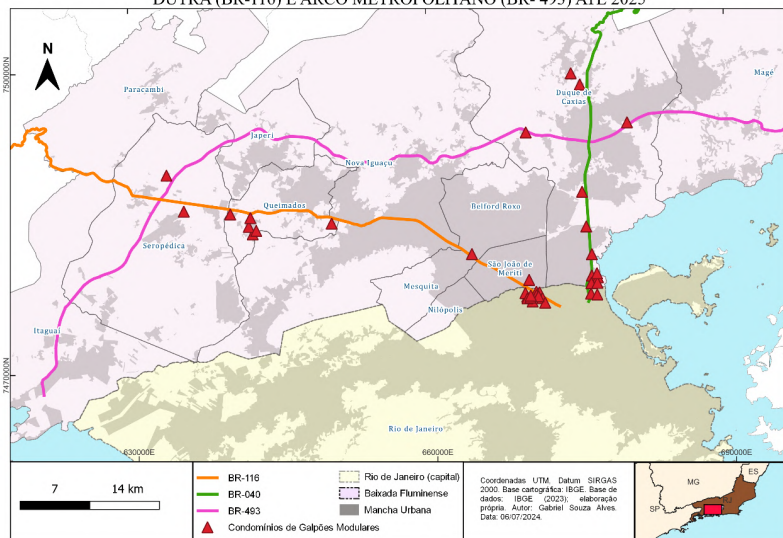
Ao proceder com essa metodologia, percebeu-se que o fenômeno integrava não apenas a rodovia Washington Luís (BR-040), mas também as imediações da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), Arco Metropolitano (BR-493) e Avenida Brasil (BR-101). Até o desfecho do presente trabalho, as quatro rodovias reúnem 40 condomínios de galpões instalados, havendo uma grande concentração no entorno das duas primeiras, com 21 nas proximidades da Presidente Dutra (BR-116) e 13 nas da Washington Luís (BR-040). Com uma quantia menor e mais pontual, contabilizaram-se três desses empreendimentos na Avenida Brasil (BR-101) e três no Arco Metropolitano (BR-493). A proximidade dos referidos condomínios com as conexões do Arco Metropolitano com as duas principais rodovias mencionadas, contudo, levanta dúvidas sobre sua própria efetividade como infraestrutura determinante (Mapa 1).

O primeiro aspecto que se sobressai no mapa de localização é a sua relação de proximidade com as vias expressas, especialmente a Presidente Dutra e a Washington Luís, que interligam a mancha metropolitana do Rio de Janeiro a outras áreas urbanizadas do sentido São Paulo (BR-116) e Minas Gerais (BR-040), respectivamente. Com o intuito de dar conta da expressividade do fenômeno em nossa investigação, optou-se por aprofundar a análise nas duas principais infraestruturas viárias, de modo que o acréscimo do Arco Metropolitano ocorre de maneira complementar, servindo ora como contraste (demarcando os limites espaciais da estratégia), ora como possibilidade de uma futura expansão. Assim, o mapa cartográfico deixa ainda mais evidente um elemento seguidamente vangloriado nos materiais de propaganda desses imóveis: suas distâncias em relação aos principais eixos rodoviários.

Em entrevista para a *Revista Building*, ainda em sua primeira edição especial *Industrial*, o arquiteto Marcel Monacelli comenta sobre os aspectos mais relevantes de um galpão e comenta dos riscos que acompanham sua relação com a rede viária:

Mapa 1: Localização dos Condomínios de Galpão Modulares

LOCALIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS DE GALPÕES NA WASHINGTON LUÍS (BR-040), PRESIDENTE DUTRA (BR-116) E ARCO METROPOLITANO (BR- 493) ATÉ 2025



Fonte: Buildings (vários anos). Disponível em:

<https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 05 nov. 2024; Google Earth (2024); CVM (2024); Valores Elaborado pelo autor.

A localização de um empreendimento deve ser avaliada em relação aos trajetos feitos pelos caminhões, para que estes não passem por muitos semáforos, não cruzem vilas, centros comerciais ou locais de muita movimentação e, enfim, corram menos riscos e evitem incidentes. Este fator favorece a negociação até com a companhia de seguros, posteriormente, que avalia o trajeto a ser percorrido e os possíveis perigos (Monacelli, 2012, p. 20).

Produzido para obter sua taxa de lucro na relação de troca com os seus inquilinos, os condomínios de galpões antecipam as condições dos processos produtivos que serão reproduzidos no interior de suas cercas

e muros. E vem em decorrência disso a determinação espacial que assegura a otimização dos trajetos dos veículos de transporte a partir de uma localização concreta na malha rodoviária. Os “riscos” que comprometem a eficiência do fluxo e da comercialização das mercadorias são elencados numa lista de problemas que emanam de contradições inerentes da urbanização capitalista. Para complexificar as tomadas de decisão que definem a estratégia capitalista, as grandes extensões de terras necessárias à construção desses empreendimentos impõem limitações diante do processo geral de fragmentação do espaço.

Considerações finais: A contradição

A mercadoria-espaço é produzida considerando os elementos da reprodução social no interior de seu valor de uso, uma vez que seu conteúdo permite o ato de “localizar-se” no movimento da reprodução — o que, por sua vez, envolve determinar também as bases concretas nas quais dar-se-ão os momentos socio-tempo-espaciais da circulação do capital. Portanto, não se trata tão somente de uma localização física, mas de um posicionamento em relação ao movimento aberto de reprodução da totalidade social, ou seja, de definir a qualidade da inserção do sujeito dentro do processo de subordinação à abstração capitalista e suas contradições.

O espaço é condição para as relações de troca enquanto ele é constituído e mediado pelo momento da compra e venda de mercadorias necessárias ao processo de produção do mais valor (combinando força de trabalho e meios de produção). A esfera abstrata chamada de “mercado” existe concretamente como uma sucessão e uma simultaneidade de relações de compra e venda que precedem ou antecedem o momento privado da produção no qual o capital se retira para consumir o trabalho de determinada classe (despossuída das condições sociais de produção). Nesse momento da produção capitalista, o espaço serve de mediação para a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, apropriando-se de um excedente na forma de mais-produto.

A contradição centro e periferia se complexifica, pois envolve a produção do espaço-mercadoria como mediação necessária para a reprodução, sendo dramático para o polo da relação cujo acesso à riqueza social é vetado (periferia). Esta ocupa as piores condições da reprodução, pois é para onde se destinam e de onde partem aqueles que são expropriados cotidianamente, cuja negação dialética resulta na afirmativa do mais-valor para o capitalista. A estratégia de reprodução da periferia pode contornar o acesso pelo mercado, por meio de mediações baseadas na cooperação entre os da mesma classe; todavia, a forma socialmente aceita pelo capitalismo e pelo Estado segue sendo a aquisição por meio de relações de compra e venda.

No polo socioespacial da centralidade se apresentam os capitais que competem pelo momento socio-espço-temporal da venda da mercadoria; ali se reproduzem aqueles que melhor se apropriam do lucro extraordinário e que conseguem pagar pelo preço do espaço produzido pelo imobiliário. No polo socioespacial da periferia, tem-se a produção dos que foram historicamente privados pelo capital, mas cuja reprodução é decisiva para a perpetuação do trabalho como fonte da riqueza social. Restritos pela forma salário e pelos níveis de renda que este último pode significar, a periferia é o espaço produzido pela estratégia de reprodução da classe obrigada a se vender para a apropriação capitalista.

Ao investigar o surgimento de novas centralidades por meio da incorporação imobiliária que adianta a infraestrutura de galpões modulares em condomínios, começa-se a reconhecer que há uma reestruturação da contradição entre centro e periferia, que inova e se atualiza sem romper o que lhe é fundamental. Com as novas centralidades, concretiza-se o tempo de trabalho previamente apropriado e concentrado na forma dinheiro nas mãos dos capitalistas, manifestação genuína da privação socioespacial da riqueza. Em correlação, tem-se, também, uma deterioração socioespacial da periferia, uma vez que seus usos estão correlacionados às transformações do sítio urbanizado, próprias da redefinição do equilíbrio morfológico que decorre do

aterramento de extensas áreas, assim como da aniquilação de espaços vizinhos disponíveis para as estratégias da periferia, menos violentados pela lógica da mercadoria.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. S. **A reestruturação espacial e a produção de condomínios industriais em Duque de Caxias**. 2021. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/27972>.
- BUILDINGS. **Buildings: industrial**. São Paulo: Hablar Comunicação, v. 1, n. 1 (edição especial), abr. 2012. 56 p. Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 05 nov. 2024
- BUILDINGS. **Buildings: escritório e industrial**. São Paulo: Editora Nova Gestão, v. 11, n. 44, jan. 2019. 84 p. Disponível em: <https://www.buildings.com.br/revista>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing, 2013.
- MONACELLI, M. Marcel Monacelli comenta a realidade dos galpões e aponta as principais tendências do mercado industrial. **Buildings: industrial**. São Paulo: Hablar Comunicação, v. 1, n. 1 (edição especial), abr. 2012.
- OLIVEIRA, P. **Empreendedorismo Urbano Periférico: um estudo sobre os municípios da Borda Oeste Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- OLIVEIRA, P. M. **Empreendedorismo Urbano Periférico: um estudo sobre os municípios da Borda Oeste Metropolitana do Rio de Janeiro**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) — Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Instituto de Ciências Humanas e

Sociais, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12093>.

Assalto à mão letrada: O papel do planejamento urbano na produção e reprodução da periferia no extremo leste da cidade de São Paulo

Jhonny Bezerra Torres

Violências sentidas e percebidas

“Muitas vezes, o Estado só está presente na periferia com a polícia, para bater¹.” Essa frase foi dita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 15 de março de 2023 ao anunciar o novo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Nessa afirmação, o presidente, representante máximo do nosso Estado, indica que o Estado aparece na periferia sobretudo através de sua faceta de detentor da violência, representada pelas forças policiais, militares e jurídicas. Nesse contexto, o presidente Lula indica uma realidade marcante das periferias brasileiras, a violência policial.

A violência policial na periferia, bem como a própria temática periferia, são temas de amplos debates, não apenas em geografia, como também nas ciências humanas de forma geral. Tal interesse em pesquisa é explicado pelo fato de milhões de brasileiros viverem em áreas periféricas — só na cidade de São Paulo, a maior do país, mais da metade dos paulistanos diz ser morador dessas áreas, segundo pesquisa do Datafolha sobre a percepção dos moradores da cidade a respeito do local onde moram. Na pesquisa, 52% dos paulistanos dizem morar na periferia, 42% dizem não morar, 5% dizem ser moradores de favelas e 1% diz não saber definir o local onde mora (Datafolha, 2016).

1. Trecho retirado de reportagem de Ingrid Soares, do Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5080428-lula-muitas-vezes-estado-so-esta-presente-na-periferia-com-a-policia-para-bater.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Na pesquisa, os participantes foram questionados sobre a primeira ideia que lhes vem à mente ao pensar nas periferias de São Paulo. As quatro palavras mais citadas, em ordem de frequência, foram “pobreza”, “violência”, “favela” e “área abandonada”. A pesquisa também revela que, para 70% dos paulistanos, as periferias deveriam receber mais investimentos em políticas públicas como medida compensatória (Datafolha, 2016). Logo, a percepção corriqueira da periferia está diretamente associada a um lugar de pobreza, violência, precariedade habitacional e abandono do poder público.

Embora a “violência” relatada na pesquisa não seja especificada e detalhada, a partir de indagações acerca de qual tipo de violência seja sentida pelos moradores da periferia, podemos supor que seja oriunda da insegurança pública, uma vez que o discurso anticriminalidade ainda é um fator que garante palanque para muitos políticos de São Paulo (haja vista, por exemplo, que entre os 10 deputados federais mais votados de São Paulo em 2022, metade ganhou votos através de um discurso populista anticriminalidade²). Por outro lado, essa pode ser, também, uma percepção proveniente da própria ação do Estado e de seu aparato jurídico policial nessas áreas, como relata o presidente Lula.

Fato é que a associação da periferia com um lugar violento e uma “área abandonada”, em que o poder público não investe seus recursos, ou, onde o Estado só chega por meio da força policial, seja no combate ao crime ou na repressão ao crime que vitima muitos inocentes, sobretudo jovens negros, é corriqueira e comum entre a população em geral, como indica a pesquisa.

2. Entre os dez deputados mais votados no estado de São Paulo, aqueles que sustentam uma visão predominantemente punitivista no combate à criminalidade incluem Eduardo Bolsonaro, Ricardo Salles, Delegado Bruno Lima, Delegado Palumbo e Carla Zambelli. Destaca-se ainda o aumento de 35,7% na quantidade de policiais eleitos para a Câmara dos Deputados em nível nacional, tendência que se reflete também no estado de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/apuracao/1turno/sp/deputado-federal.shtml>.

Nesse contexto, não se manifestaria, nessas regiões, outra face importante dos Estados capitalistas modernos (além da faceta que coloca o Estado enquanto detentor do uso da violência por meio das forças militares, jurídicas e policiais) - a gestão, o planejamento urbano, a forma de ser do Estado no espaço ou a forma como o ele se realiza no espaço. Nessa concepção, a privação do urbano e os problemas socioeconômicos que dela decorrem seriam provenientes da ausência da gestão, ou da ausência da presença do Estado nas periferias para além dos mecanismos de violência.

Logo, a busca pela resolução dos problemas das regiões periféricas, os quais supostamente seriam resultado da falta do planejamento urbano, estaria imediatamente ligada à exigência da atuação do Estado gestor nesses lugares supostamente abandonados. Tal posicionamento deposita as possibilidades de mudanças sociais apenas no Estado, sem questioná-lo enquanto instrumento de representação de classe e, sobretudo, sem indagar seu papel na perpetuação da pobreza e, simultaneamente, das periferias.

Nesse contexto de investigação sobre o papel do Estado na perpetuação e manutenção da situação de miserabilidade imposta a milhões, insere-se o planejamento urbano — a forma de ser do Estado na produção e organização do espaço. É nesse quadro, marcado pela atuação estatal em projetos urbanísticos, que se compreende a formação de parte dos bairros periféricos da Zona Leste de São Paulo. Nos distritos de Itaquera e São Miguel Paulista, onde concentro minha pesquisa, o adensamento populacional parece ter sido impulsionado por intervenções do Estado, orientadas pelo discurso tecnocrático da urbanização científica, por meio de propostas de Habitação Econômica e Social. Assim, o Estado e o planejamento urbano emergem como agentes centrais na produção da periferia. Dado que a produção e a expansão do urbano tratam do controle do tempo, em uma busca pela inserção de espaços e tempos na lógica na reprodução, por meio da planificação urbana, procura-se o controle da prática social e, assim, a sua reprodução.

Em São Miguel Paulista e Itaquera, os trilhos de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), linhas “Tronco” e “Variante”, representaram no passado a infraestrutura indutora da produção dessa parte da periferia. Já no século XXI, a substituição desses mesmos trilhos nos bairros por uma avenida, a avenida Radial Leste, revelariam, além do aumento da espoliação urbana já vivida pelos habitantes, a produção do espaço pelo Estado, garantindo a reprodução do capital pelo espaço produzido para o automóvel frente ao transporte coletivo e, dessa forma, a própria manutenção da condição de isolamento com relação ao centro e empobrecimento dos habitantes desses bairros.

O Expresso Leste — A manutenção da pobreza e isolamento em parte de Itaquera e São Miguel Paulista

Eu acho que quem mora na Vila Mariana, lá que tem um metrô na porta com a grana do investimento do trabalhador da periferia, ela tem que pagar, no mínimo, o preço do transporte que esse morador da periferia paga. No mínimo. Igual, não precisa ser diferente, não precisa pagar a mais que nós. Não precisa pagar menos, não vai pagar menos! Hoje, como está o sistema, ela paga menos! (Geraldo, 2023, informação verbal)³

Essa fala é do Sr. Geraldo, entrevistado durante a pesquisa, que é morador do bairro Vila Progresso em São Miguel Paulista, região da periferia e extremo leste da cidade de São Paulo. Nela, Geraldo expressa sua revolta com a injustiça proveniente da desigualdade do modelo socioespacial ao afirmar que um morador da periferia, para se deslocar na cidade, paga mais que um morador de uma área central, uma vez que os moradores das áreas centrais possuem melhor acesso aos trens da companhia de Metrô da cidade.

Aqui, o entrevistado demonstra sua revolta e indignação ao depreender que no espaço se revela a luta de classes. A seu ver:

3. Entrevista com Sr. Geraldo Silva, realizada em 25 de março de 2023.

[...] a grana do investimento do trabalhador da periferia, a força de trabalho da periferia, é o que financia a infraestrutura no centro e, ainda por cima, esses mesmos trabalhadores pagam mais para ter acesso ao transporte público [...] não precisa pagar a mais que nós. Não precisa pagar menos, não vai pagar menos! Hoje, como está o sistema, ela paga menos. (Geraldo, 2023)

Porém, para além da revolta, nessa mesma frase, Geraldo também exige a mudança. Ele trabalha no centro da cidade de São Paulo e faz o percurso de São Miguel Paulista ao centro quase todos os dias, mesmo movimento de milhares de trabalhadores do bairro. Esse movimento pendular da periferia ao centro e do centro à periferia, que já é longo e caro, torna-se mais sofrido pelo fato de Geraldo precisar economizar dinheiro com o transporte e não utilizar, portanto, as linhas do Metrô (Linha 3-Vermelha) ou o da CPTM (Linha 11-Coral), que seriam opções mais rápidas de acesso ao centro para quem sai do bairro Vila Progresso. Ao invés disso, ele utiliza apenas ônibus, que é uma opção mais lenta, porém mais barata, para ir ao centro saindo do seu bairro. Como ele coloca: “Eu sou uma dessas pessoas que eu te contei a história, das pessoas que pegam o ônibus aqui e descem em Itaquera e pega o ônibus em Itaquera e vai para o Parque Dom Pedro para economizar os R\$ 6,60” (Geraldo, 2023).

São Miguel Paulista, distrito da Zona Leste da cidade de São Paulo, atualmente conta com uma população de 92.081 habitantes (IBGE, 2020), muitos dos quais, assim como o relatado por Geraldo, têm o deslocamento diário a caminho do centro como parte do cotidiano. De acordo com a pesquisa *Viver em São Paulo: Mobilidade Urbana* (setembro de 2022)⁴, da Rede Nossa São Paulo, o morador da Zona Leste é o que mais sofre com os deslocamentos diários para realização da “atividade principal” e com o “deslocamento diário em geral”. A pesquisa mostra que população da região leste é a que gasta mais tempo

4. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/09/ViverEmSP-Mobilidade-2021-apresentacao.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

diário no deslocamento casa-atividade principal, com uma média de 2 horas e 9 minutos, seguidas pela região sul (1 hora e 31 minutos), região norte (1 hora e 18 minutos), região oeste (1 hora e 14 minutos) e região central (1 hora e 7 minutos). Na mesma pesquisa, evidenciando o deslocamento diário geral feito pela cidade, temos o morador da Zona Leste gastando em média 3 horas e 3 minutos diários de deslocamento, seguido pela região sul (2 horas e 2 minutos), região norte (1 hora e 50 minutos), região central (1 hora e 44 minutos) e região oeste (1 hora e 38 minutos).

Logo, se considerarmos a média de 3 horas e 3 minutos diários de deslocamento geral, segundo a pesquisa *Viver em São Paulo: Mobilidade Urbana*, durante 12 meses, um morador da Zona Leste gasta em média, aproximadamente, 42 dias do ano apenas se locomovendo. Esse cenário de muitas horas no transporte é, como demonstra a pesquisa, comum a milhares de outros moradores que residem na mesma região, não apenas a Geraldo.

O cotidiano de deslocamento, que gera a perda de dias e qualidade de vida, potencializa o sentimento de injustiça de Geraldo pelo fato de que ele sabe que, mesmo sendo morador da periferia da cidade, há alguns anos atrás ele fazia parte de um seleto grupo de apenas 25% dos habitantes da capital paulista que possuem acesso a pé a uma estação de transporte público de metrô, trem, BRT ou VLT⁵ em um raio de um quilômetro de casa, segundo estudo realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) e pelo WRI Brasil Cidades Sustentáveis em 2016.

Há alguns anos, ele não precisaria pagar uma passagem a mais para acessar as linhas de trem em seu deslocamento para o centro e nem gastar tanto tempo no transporte, uma vez que seu bairro possuía acesso aos trilhos de trem da CPTM que foram sistematicamente retira-

5. O BRT (Bus Rapid Transit) é um sistema de transporte urbano no qual ônibus articulados circulam em corredores exclusivos, isolados do tráfego geral, permitindo maior velocidade e frequência no deslocamento. Já o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) é um sistema ferroviário de superfície, movido por energia elétrica.

dos da população. Geraldo viveu todo esse processo de perda (ou roubo) dos trilhos sofrido por parte dos moradores de São Miguel Paulista e Itaquera na Zona Leste. Não apenas presenciou esse acontecimento como buscou e busca formas de lutar contra a espoliação vivida por ele próprio e por milhares de outros habitantes dessa parte da periferia paulistana, em uma disputa que já dura mais de duas décadas seguidas. Com relação a essa luta, Geraldo demonstra seu desconforto com a perda da estação:

Nossa! Depois você percebe, você fica...você conhece, começa a conhecer a vida, aí fala: “pô, a gente tinha estação. Eram 700 metros, 800 metros de casa e a gente achava longe”. Agora, para você acessar um...de vez em quando, eu vou a pé para a Praça José Bonifácio também, dá 3 e pouquinho, 3 km. É essa perda que a gente teve, não tem muito, mas eu ainda estou disposto. (Geraldo, 2023)

No dia 27 de maio do ano 2000 foi inaugurado o “Expresso leste”, projeto urbanístico que visava ser um divisor de águas na mobilidade urbana da Zona Leste da cidade de São Paulo, por meio da modernização e reestruturação de parte dos antigos trilhos e estações da Linha E-Laranja, ou eixo tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Nesse dia, o “Expresso Leste”, ou Linha 11 coral da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), começou a funcionar com a promessa de melhorar o deslocamento e possibilitar acesso rápido e confortável ao centro para seus usuários. Porém, para parte dos moradores de Itaquera e São Miguel Paulista, essa operação urbana resultou justamente no efeito contrário da proposta inicial.

Com o projeto de intervenção do “Expresso Leste”, houve a reestruturação das antigas estações e as linhas de trem do “Eixo Tronco” da EFCB. Especificamente, o alvo da maior mudança foi o trecho entre as estações de Itaquera e Guaianazes dessa antiga linha. Nesse trecho, os trilhos foram substituídos por asfalto, prolongando a avenida Radial Leste até o extremo leste da cidade. Ali também ficava a antiga estação de trem “Parada XV de Novembro”, que foi demolida; o fim

dessa estação e suas consequências para seus antigos usuários serão pontos de partida do presente trabalho, sobretudo.

A antiga estação de trem Parada XV de Novembro encerrou suas atividades em 27 de maio de 2000, com a entrada em operação do “Expresso Leste”. Com o fechamento da estação, os antigos usuários, majoritariamente moradores dos bairros Vila Progresso e Parada XV de Novembro, respectivamente dos distritos de São Miguel Paulista e Itaquera da cidade de São Paulo, foram duplamente prejudicados. De um lado, para acessar as estações mais próximas (Corinthians-Itaquera, José Bonifácio ou Dom Bosco), agora é necessário pagar um transporte complementar, como ônibus ou micro-ônibus, o que dobrou o custo diário de transporte desses moradores. Além disso, o tempo de deslocamento aumentou, pois é preciso enfrentar o trânsito das avenidas e ruas do bairro antes de finalmente embarcar nos trens.

O fato de o valor pago com transporte ter dobrado com o fim da estação afetou diretamente a organização financeira de muitos moradores dos bairros, chegando ao ponto de alguns venderem suas casas em busca de uma nova moradia em outros pontos da cidade a partir dessa mudança no percurso dos trilhos. Esse é o caso de Val, moradora do bairro durante a década de 1990 até 2001, que relata ter precisado se mudar com o fim da estação de trem e o decorrente aumento do valor gasto com transportes. A entrevistada relata que, com a nova necessidade de se utilizar uma condução a mais para ir ao trabalho, ela e o marido, Elenilson, correram o risco de perder os empregos pela recusa dos patrões em pagar a mais pelo transporte; logo, tiveram que buscar residência em outro bairro. “É, uma condução a mais e as mulheres não pagavam duas conduções, só pagava uma. A firma de Elenilson também só pagava uma, então tem que mudar para um lugar mais próximo”⁶ (Val, 2023).

6. Fala de Val em entrevista realizada em 16 de junho de 2023. As “mulheres” mencionadas por Val eram suas patroas, que se recusaram a arcar com o custo adicional de uma passagem de condução após o fechamento da estação.

Valdeci e Elenilson eram proprietários de uma casa que ficava exatamente em frente à antiga estação no bairro Vila Progresso. Não diferente de muitos outros moradores do bairro, ambos são migrantes nordestinos que se mudaram para São Paulo na década de 1970. Eles moraram inicialmente no centro, mas, devido ao encarecimento do preço dos aluguéis e do custo de vida, buscaram a alternativa da casa própria nas regiões periféricas da cidade. De forma semelhante a muitos outros moradores da periferia e do bairro, como também nos relata Geraldo, o casal comprou um pequeno lote e foi, aos poucos, construindo a sua própria casa.

“Eu sinto muita revolta!” em decorrência da necessidade de se mudar para outro bairro e, mais uma vez, largar um lugar no qual havia construído uma vida — esse é o sentimento que Valdeci descreve ao tratar da necessidade de ter que procurar um novo bairro para morar depois do fim da estação. “Olha, na época eu senti muita revolta, porque eu teria que mudar, porque a condução aumentou e as pessoas só queriam pagar uma condução. Então na época eu fiquei bem revoltada” (Val, 2023, grifo nosso). A transferência da família se deu poucos meses depois do fim da estação para o bairro do Belenzinho, localizado também na Zona Leste, mas mais próximo ao centro, onde passaram a pagar novamente aluguel, dessa vez, porém, em uma comunidade, a Favela do Belenzinho, que ficava ao lado da antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM) do bairro.

Para além do aumento dos gastos com transporte e a possibilidade de perda dos empregos pela recusa dos patrões de Val e Elenilson de lhes pagarem mais uma condução, outros dois fatores fizeram com que a família se mudasse do bairro e fosse morar na “Favela da FEBEM”, como era conhecida na época: a distância que percorriam a pé, a fim de economizarem uma condução, e o aumento da violência no bairro.

A entrevistada conta que, com o fim da estação, ela e o esposo precisavam caminhar cerca de três quilômetros ou mais de meia hora a pé até a estação mais próxima (“Estação José Bonifácio”), inaugurada como parte da proposta do Expresso Leste. O desgaste do novo

percurso e o replanejamento da gestão do tempo cotidiano também foram fatores importantes na decisão de mudar de bairro. Além disso, outro fator relatado por Val foi o aumento a violência na região — a entrevistada relata um episódio em que Elenilson foi assaltado pouco tempo depois do fim da estação, quando ele se deslocava para a Estação José Bonifácio. Esses fatores fizeram com que a favela do Belenzinho, a seu ver, fosse uma melhor opção de moradia:

Olha, mudou em questão de transporte e ficou...já era violento, ficou mais ainda. [...] Aumentou a violência. Elenilson mesmo chegou a ser assaltado uma vez indo para José Bonifácio. [...] Porque não tinha ônibus até a estação José Bonifácio. Então tinha que ir a pé. Então ele chegou ainda a ser assaltado uma vez. (Val, 2023).

O fato de Parada XV de Novembro e Vila Progresso serem bairros mais antigos que os bairros vizinhos causa estranhamento quanto ao tímido desenvolvimento comercial da região. Mais de cem anos após o início de suas ocupações, que datam da primeira década do século passado, esses bairros não apresentam concentrações comerciais consolidadas nem estabelecimentos tradicionais e antigos, algo incomum para localidades centenárias. Esse cenário é, em grande parte, resultado do fechamento da estação de trem, que trouxe graves consequências para o núcleo comercial de ambos os bairros.

Esses dois bairros da zona leste da cidade de São Paulo são hoje bairros que não possuem centros comerciais consolidados e expressivos, quando comparados com os centros comerciais de bairros vizinhos. Os moradores desses dois bairros que precisam ir a um banco, por exemplo, devem obrigatoriamente se deslocar para bairros adjacentes, lugares próximos que possuem agências bancárias. Acontece o mesmo com aqueles que desejam comprar roupas, calçados ou ir a um supermercado com mais variedade em opções de compras, para além do oferecido pelos pequenos comércios desses dois bairros. Assim, para os moradores do Quinze e da Vila Progresso, os centros comerciais de referência são, hoje, o centro de Itaquera, o shopping Itaquera ou até

mesmo o centro de Guaianases — que ficam a uma distância, a pé, de 30 minutos ou mais de uma hora desses bairros.

É importante destacar que a centralidade que desapareceu nesses bairros não era apenas uma concentração aglomerada espacialmente de comércios e serviços, mas sim uma centralidade com um profundo lastro histórico, carregando consigo elementos de identificação e enraizamento para os moradores. Assim, as mudanças pelas quais os bairros passaram com o declínio comercial local não resultaram apenas no fechamento de uma pastelaria, padaria, bar ou supermercado quaisquer, mas na perda do “pastel mais gostoso do mundo!”, “do bar onde seus pais começaram a namorar”⁷, o mercado que existia a décadas e onde gerações fizeram compras, ou seja, todas as referências históricas que esses comércios representavam para os moradores dos bairros se perderam. Logo, o declínio que houve na região não foi apenas econômico, mas também afetou os espaços de sociabilidade, os lugares de encontro e as memórias coletivas.

Assim, a perda dessa centralidade não decorreu apenas da perda comercial propriamente dita, mas ela atingiu também o cerne da vida social e comunitária, fruto de um processo de construção coletiva que agora foi drasticamente interrompido. O empobrecimento, o aumento do isolamento, a precarização das moradias e a degradação do espaço foram perdas graves e profundas para os moradores, mas outra perda também grave, foi a do “lugar das memórias”, que agora permanece como um vazio, um espaço estéril onde, entre os escombros da destruição, restam apenas as lembranças e a saudade de uma vida mais vibrante que um dia ali existiu.

Após o fechamento da estação, conforme sugerem alguns depoimentos coletados na pesquisa, a região tornou-se mais violenta. A padaria, começou a ser alvo de frequentes assaltos e acabou fechando as portas, pouco tempo depois, foi ocupada e transformada em moradias e um depósito de reciclagem. Outros estabelecimentos comerciais, como a antiga lotérica, o supermercado, a loja de roupas e calçados e

7. Trechos de depoimentos colhidos em diferentes momentos da pesquisa.

o açougue, deixaram a região, e seus prédios foram convertidos em moradias, pontos de coleta de material reciclável, borracharias e lojas voltadas para serviços automotivos. Esses novos comércios atendem principalmente ao fluxo de veículos na Avenida Radial Leste, que substituiu os trilhos e a estação de trem que antes serviam à comunidade.

Poder-se-ia imaginar que, com o fim da linha e da estação de trem na região e o surgimento da Avenida Radial Leste, os bairros perderiam um modal de transporte e ganhariam outro, substituindo os trilhos pelo asfalto da Radial. Contudo, não foi isso que ocorreu, pelo menos no caso do bairro Vila Progresso. Diferente da Parada XV de Novembro, que é totalmente interligada à Avenida Radial Leste, a Vila Progresso é apenas cortada pela avenida, sem uma integração efetiva. Somente em 2020, quase 15 anos após a inauguração desse trecho da Radial, o bairro recebeu uma via de acesso para automóveis, pela “Avenida Lara Campos”, avenida local. Ainda assim, o acesso é insuficiente para comportar o tráfego intenso nos horários de pico. Dessa forma, a Radial Leste passa pelo bairro, mas sem, de fato, conectá-lo adequadamente à sua estrutura viária, ou seja, aumentando o isolamento e precarizando ainda mais a mobilidade na região.

Logo, nessa parte da periferia paulista, a intensificação da espoliação urbana não decorre da ausência de políticas públicas para mitigar a pobreza, mas, paradoxalmente, é o resultado de uma política pública. “Espoliação urbana”, nos termos de Kowarick, é descrita da seguinte maneira:

[...] vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação. (Kowarick, 2000, p. 22)

Desse modo, nesta análise entende-se que a gestão e o planejamento urbano não estão ausentes na periferia. Do contrário, eles aparecem justamente enquanto produtores, ou intensificadores da pobreza e privação do urbano. Logo, o urbanismo enquanto técnica de planejamento e/ou modo de ser no coração dos Estados capitalistas modernos “acaba sendo produtor/indutor da lógica capitalista que produz o espaço abstrato através da produção do habitat e contra o habitar” (CARLOS, 2017 p.56). Destarte, ele acaba por tornar-se ferramenta da reprodução capitalista na produção do espaço.

Ao remodelar os trilhos na zona leste da cidade de São Paulo e abrir espaço para o prolongamento da avenida Radial Leste, o “Expresso Leste” acaba por intensificar o empobrecimento e a privação do urbano em parte de Itaquera e São Miguel Paulista. Concomitantemente a isso, revela a produção do espaço segundo a necessidade de reprodução do capital, representado na produção do espaço dos automóveis.

A produção do espaço encontra, nesse contexto, centralidade como objeto analítico no entendimento do processo geral de reprodução capitalista, no qual entende-se que não apenas a sociedade inteira torna-se lugar da reprodução, mas também todo o espaço. Nesse processo, o Estado aparece como figura central, assumindo um posicionamento em direção à produção do espaço como valor de troca contrário aos interesses da vida e dos corpos.

É importante pontuar que talvez seja muito difícil imaginar um novo modelo de sociedade igualitária no qual não exista nenhum nível de planejamento urbano. Porém, não se trata aqui de negar o planejamento, meus questionamentos giram em torno de se questionar de que formas o planejamento, enquanto modo de ser no espaço de um Estado sequestrado e, por assim dizer, representante dos interesses da classe dominante, atua na reprodução da precarização do vivido. Portanto, o fundamento da minha análise é a busca pela ruptura dos processos e pela contradição subjacente.

Nesse sentido, Lefebvre coloca que poder-se-ia objetar que “sem os urbanistas seria caos. Ora, exatamente, é o caos, sob uma ordem

imposta” (Lefebvre, 2002, p. 139). Assim, o urbanismo e seus projetos de intervenções urbanas acabam por se tornarem ferramentas de organização do espaço para as irracionalidades da reprodução do capital. Esse parece ser o mote principal na compreensão da atuação do planejamento urbano enquanto ferramenta da reprodução capitalista pela produção do espaço e, portanto, abordagem central que marca o presente trabalho.

Referências bibliográficas

Artigos, livros e monografias

- ALVAREZ, I. P. **A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 494-505, 2019.
- ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 65-79.
- ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço. In: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.
- ALVES, G. Privação, Justiça espacial e o direito à cidade. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de (org). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 167-178.
- BONETT NETO, J. **Planejamento urbano e formas ideológicas: o caso de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo, 2014.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de (org).

- Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017, p. 33-62.
- CARLOS, A. F. A. Geografia crítica-radical e a teoria social. In: CARLOS, Ana F. A.; SANTOS, César S; ALVAREZ, Isabel P. (org.) **Geografia Urbana Crítica, teoria e método.** São Paulo: Contexto, 2018.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007. 132 p.
- GIESBRECH, R. M. **O desmanche das ferrovias paulistas (1945–2017).** [S.l.:] Ebook Kindle, 2017.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Editora UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- SOARES, I. Lula: “Muitas vezes, Estado só está presente na periferia com a polícia, para bater”. Correio Braziliense, Brasília, DF, 15 de mar. de 2023. Política. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5080428-lula-muitas-vezes-estado-so-esta-presente-na-periferia-com-a-policia-para-bater.html>.
- SILVA, Geraldo. Entrevista [2023]. Entrevistador: Jhonny Bezerra Torres. São Paulo, 2023 (mimeo).

Sites consultados

- <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/09/ViverEmSP-Mobilidade-2021-apresentacao.pdf> Acesso em: 3 de nov. de 2024
- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/apuracao/1turno/sp/deputado-federal.shtml> Acesso em: 3 de nov. de 2024.

Transporte metroviário e organização espacial: Uma análise sobre o Metropolitano de São Paulo

Lúcio Cerri Guimarães

Introdução

O transporte metroviário — populamente conhecido como metrô — se constitui num importante modal de transportes no contexto urbano contemporâneo. Trata-se de um conjunto de sistemas de engenharia que configura um segmento do sistema de movimento ferroviário (Santos, 2014 [1988]; Contel, 2012 [2001]), caracterizando-se por sua alta capacidade de passageiros e seu caráter estruturante do sistema de transportes urbanos, o que lhe confere intensa interrelação com outras redes de transportes urbanos, e garante o deslocamento diário de milhões de pessoas nas grandes cidades e metrópoles.

Além de sua função transportante, o metrô se apresenta como uma importante ferramenta de organização, estruturação e transformação do espaço urbano, já que se constitui como catalisador de fluxos, dinâmico, capaz de gerar alterações na cidade (CMSP, 1984), seja em relação ao seu processo construtivo e à consolidação de suas infraestruturas, seja por atividades sociais, econômicas, culturais, resultantes de suas instalações. Por consequência, isso implica na influência de fatores políticos, econômicos e sociais que regem o uso e a ocupação do solo urbanos, evidenciando conflitos de interesses entre grupos e classes sociais (Santos, 2005 [1993]; Carlos, 2015 [1992]), o que se reflete nas desigualdades na distribuição e no acesso a infraestruturas, equipamentos, bens, serviços, empregos, dentre outros recursos, no espaço urbano.

Levando esse contexto junto às especificidades de São Paulo, município de maior contingente populacional do Brasil, com aproximadamente 12,3 milhões de habitantes, distribuídos heterogeneamente por uma área de pouco mais de 1.521 km (IBGE, 2020), ressaltamos a desigualdade na distribuição e no acesso às infraestruturas do transporte metroviário, concentradas nas áreas centrais da cidade, em detrimento das áreas periféricas. O sistema de metrô de São Paulo, com seu caráter radial e concêntrico, conta atualmente com seis linhas (cinco de metrô e uma de monotrilho), que somam, juntas, 91 estações, distribuídas por 104,4 km de extensão, mas que possuem baixa inserção em áreas periféricas, não ultrapassando os limites do município (o que contradiz, ironicamente, o próprio nome do modal “metrô”, abreviação para “metropolitano”), deixando o atendimento das áreas mais longínquas a cargo de outras modais de transporte público urbano, como os trens urbanos e os ônibus municipais e intermunicipais.

A partir das características acima descritas sobre o modal metroviário e, mais especificamente, sobre o estado atual do sistema metroviário paulistano, nos surgem questionamentos: como o metrô funciona (tanto em relação à sua função transportante, quanto em relação às empresas que o operam)? Como esse sistema de transportes se organiza no espaço urbano? Por que suas linhas seguem determinados traçados? Como os fluxos que ocorrem na cidade o afetam ou são afetados por ele? É a partir dessas perguntas norteadoras que se constitui o objetivo deste estudo: analisar a rede metroviária do município de São Paulo enquanto um sistema técnico, sua organização espacial, distribuída de forma desigual pelo território, e suas relações com o espaço urbano paulista, à luz das diferenciações espaciais entre as áreas do município, no que concerne à localização das atividades urbanas.

O metrô de São Paulo: Um macrossistema técnico e um objeto social

Inicialmente, desenvolvemos a ideia do metrô enquanto um objeto técnico, buscando entendê-lo tanto como um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações, quanto como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 2017 [1996]; Santos, 2021 [1988]). Essas definições se relacionam diretamente com o metrô, tanto em aspectos materiais, quanto sociais.

Tratando-se do aspecto material, o conjunto de infraestruturas concernentes ao funcionamento de um sistema metroviário indica um sistema de objetos técnicos e um conjunto de fixos, o que se torna visível a partir do exemplo das estações de metrô: fixos geográficos localizados em determinados pontos de uma cidade ou metrópole, bem como todo o restante de seus equipamentos.

Em relação aos aspectos sociais, o metrô representa, por analogia, um sistema de ações e um conjunto de fluxos, a partir dos deslocamentos efetuados pelos passageiros que o utilizam, estabelecendo fluxos que interligam os diversos fixos de sua rede, e efetivando um amplo leque de interações espaciais (Ullman, 1973; Corrêa, 1997). Isso evidencia o metrô enquanto um macrossistema técnico e um objeto social, viabilizado pelos fluxos, verificando assim a indissociabilidade entre os sistemas de objetos e sistemas de ações.

Além disso, a articulação entre os fixos e fluxos se dá a partir de uma determinada lógica, buscando suprir uma determinada necessidade. Pensando no processo de produção (a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo), faz-se imprescindível a existência de um sistema de transportes que viabilize esse ambiente de circulação (Vasconcellos, 2001).

A partir do ambiente de circulação, visualizamos processos que estruturam a produção e reprodução do espaço. Segundo Carlos (2015 [1992], p. 26), “a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social”. Por conta disso, a distribuição de infraestruturas de transporte no es-

paço urbano, a exemplo do metrô, obedece a uma lógica de organização espacial, que resulta de decisões com grande carga de racionalidade em sua disposição (Corrêa, 1989), concomitante à organização espacial da própria cidade e sua economia política, que, como afirma Santos (2012 [1994], p. 118), “seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”.

Dada a especificidade dos lugares, organizações espaciais geram diferenciações espaciais. A pura e simples aplicação dessa máxima a um sistema metroviário seria mera obviedade (nem todos os locais terão uma estação de metrô, por exemplo). No entanto, a organização espacial de uma cidade ou metrópole terá uma distribuição de usos e de ocupação do solo diretamente relacionada ao modo de reprodução daquela sociedade. Levando em conta os fatores políticos, econômicos e sociais, tal como conflitos de interesses entre os diversos atores e grupos sociais, isso se reflete em desigualdades na distribuição e no acesso a infraestruturas, equipamentos, bens, serviços, empregos, dentre outros recursos no contexto urbano, incluindo a rede metroviária.

Assim, para além de um sistema, analisamos o transporte metroviário enquanto uma rede técnica e geográfica (Corrêa, 2011) que é estruturante em relação e a um sistema de transportes urbanos que interage com a organização espacial na qual está inserido (Corrêa, 1987), seja em razão da materialidade dos objetos técnicos, seja em relação à locomoção dos cidadãos e cidadãs que o utilizam, estabelecendo fluxos; e, ao mesmo tempo, uma rede que é estruturante do próprio espaço urbano, na medida em que contribui para a sua produção e reprodução (Carlos, 2015 [1992]), além de operar como um instrumento de poder (Raffestin, 1993 [1980]) ao auxiliar no funcionamento de uma ordem dentro do território que viabiliza o processo de produção, a diferenciação espacial e o desenvolvimento desigual entre as áreas da cidade.

Outrossim, o sistema de fixos e fluxos que caracteriza o metrô também age como um formador de centralidades. Corrêa (1989) nos

fornece, a partir dos processos sociais e suas respectivas formas e funções espaciais, elementos para entender a formação de centralidades como a centralização (com a concentração de atividades econômicas em determinadas localizações do espaço urbano) e a descentralização (atração de atividades em áreas não centrais, dotadas de infraestruturas). Em consonância com Barreto (2010), compreendemos as centralidades a partir do poder de atração ou difusão de um elemento ou equipamento polarizador, como uma estação de metrô, que transforma em centralidade um determinado ponto no espaço.

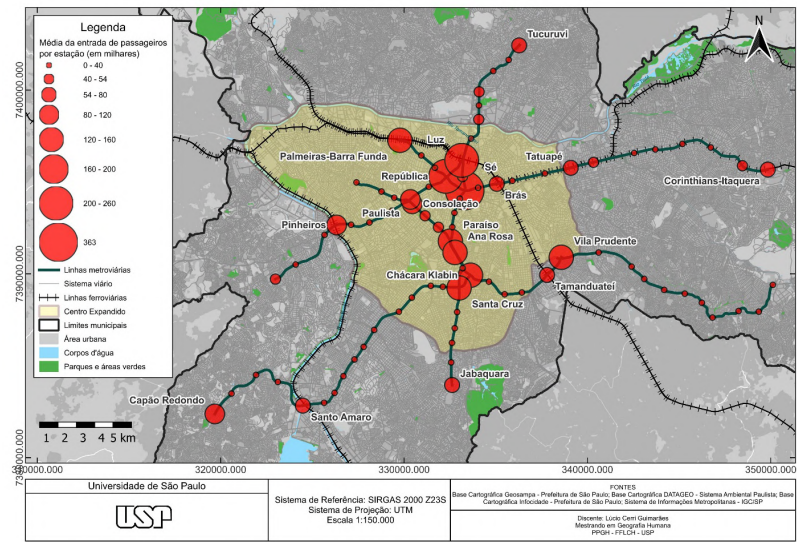
Nessa perspectiva, Gimenes (2005) fala na cidade enquanto uma “rede de centralidades”, considerando que estações intermodais metro-ferroviárias se constituem como “os mais fortes elos físicos entre os centros econômicos da metrópole” (p. 15), associando-se com a localização das atividades urbanas desempenhadas nas suas proximidades — o que corrobora com a ideia da relação mútua entre a organização espacial de um sistema de metrô e a organização espacial da própria cidade na qual está inserido.

Diante dessas reflexões, partimos para a compreensão do objeto técnico em si, ou seja, como funciona o metrô enquanto um meio de transporte (considerado como a “espinha dorsal” de um sistema de transportes urbanos, possuindo conexões e interrelações com outras redes), seu processo de planejamento, construção e operação. Aqui, entendemos que a organização espacial de um sistema metroviário se dá não apenas levando em conta fatores técnicos, como também econômicos, políticos e sociais. Por conta disso, aspectos como o uso e a ocupação do solo, bastante mencionado como um fator que auxilia na distribuição de estações e disposições de linhas de metrô numa determinada cidade, podem revelar padrões que privilegiam determinadas áreas em detrimento de outras, levando à formação, consolidação e adensamento de centralidades e subcentralidades dentro do território, ou seja, promovendo ou reforçando a diferenciação espacial.

No caso de São Paulo, apresentamos, a partir de dados obtidos pelos sítios oficiais das empresas responsáveis pela operação e manu-

tenção da rede metroviária paulista – a Companhia do Metropolitano de São Paulo (CMSP) e os consórcios ViaQuatro e ViaMobilidade – o perfil da demanda de passageiros das linhas e das estações. Junto às informações referentes os uso do solo urbano, relacionamos tais dados quantitativos com as atividades econômicos e sociais que se desenvolvem no espaço urbano paulistano, a fim de apontar possíveis centralidades e subcentralidades na rede metroviária paulistana, subsidiando reflexões acerca do desenvolvimento desigual da própria cidade de São Paulo.

Mapa 1: Média de entrada de passageiros por estação/dia útil (em milhares) do sistema metroviário paulistano, 2023



Como resultados parciais, os dados evidenciam as estações de conexões entre linhas (sejam entre linhas de metrô, sejam conexões intermodais, ou seja, entre metrô e trem) como centralidades dentro da rede. Entretanto, há de se considerar o papel das estações “interme-

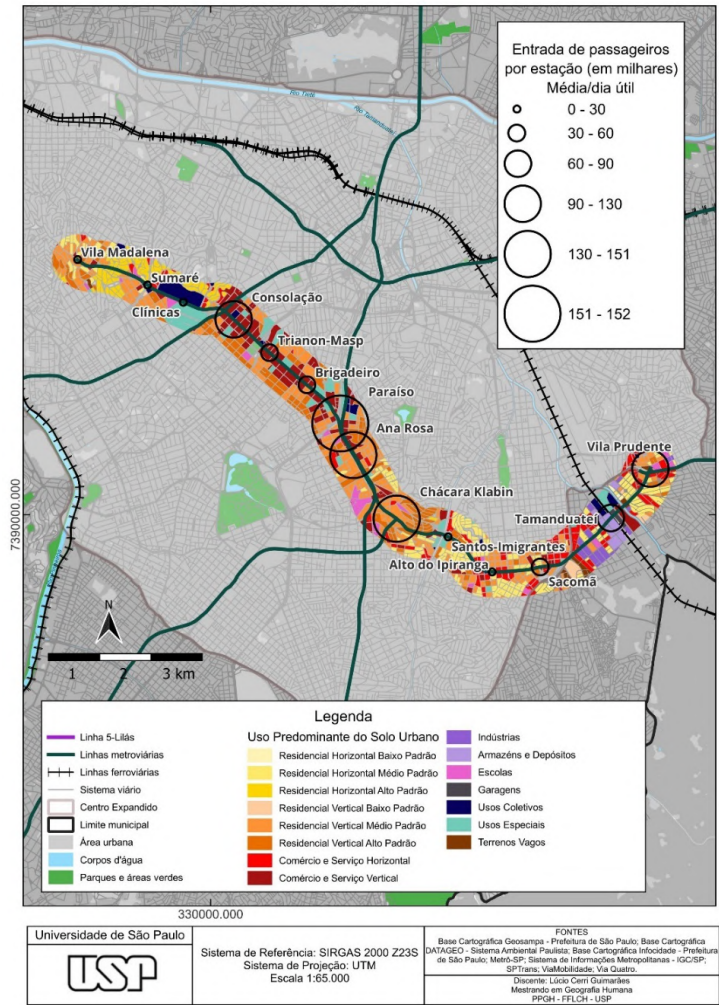
diárias”, que exercem uma função local específica que as aproximam da noção de subcentralidades e que auxiliam a integrar esses locais com o restante da cidade a partir da rede metroviária, como podemos visualizar no mapa 1, relativo à média de entrada de passageiros por estação/dia útil (em milhares) do sistema metroviário paulistano no ano de 2023.

É importante destacar, também, no tocante à mobilidade e à acessibilidade, a presença de equipamentos pertencentes a outras modalidades de transporte, como os terminais de ônibus, o que confere a determinadas estações intermediárias uma atração maior de passageiros em relação a outras que não os possuem, a exemplo de estações como Artur Alvim (Linha 3-Vermelha), Armênia e Santana (Linha 1-Azul). Também podemos perceber a importância das estações terminais, que servem como polos de atração de viagens por serem os pontos finais de cada linha, conectando-se com a capilaridade promovida pelo sistema de ônibus, como são os casos das estações Palmeiras-Barra Funda (Linha 3-Vermelha), Capão Redondo (Linha 5-Lilás), Jabaquara (Linha 1-Azul), entre outras.

Observando a relação das estações com o uso do solo urbano em seu entorno, reiteramos o elo entre os transportes e as atividades e práticas socioespaciais, atributos que se traduzem na verificação da mobilidade e da acessibilidade num determinado recorte espacial. Um elo importante que nos ajuda a pensar sobre os padrões de ocupação é a idade das estações, que pode refletir no nível de consolidação da ocupação e das atividades urbanas.

Para o presente artigo, focamos nas linhas 2-Verde e 5-Lilás, que, como característica em comum, possuem inserção nas áreas centrais do município de São Paulo, e se cruzam no distrito da Vila Mariana. A Linha 2-Verde conta atualmente com 14 estações distribuídas numa extensão de 14,7 quilômetros, interligando a zona oeste a partir dos distritos de Pinheiros e Perdizes à zona sudeste do município, no distrito da Vila Prudente; enquanto a Linha 5-Lilás possui 17 estações e estende-

Mapa 2: Linha 2-Verde: Uso Predominante do Solo Urbano (2021) x Entrada de passageiros por estações (em milhares) (média/dia útil) (2023)

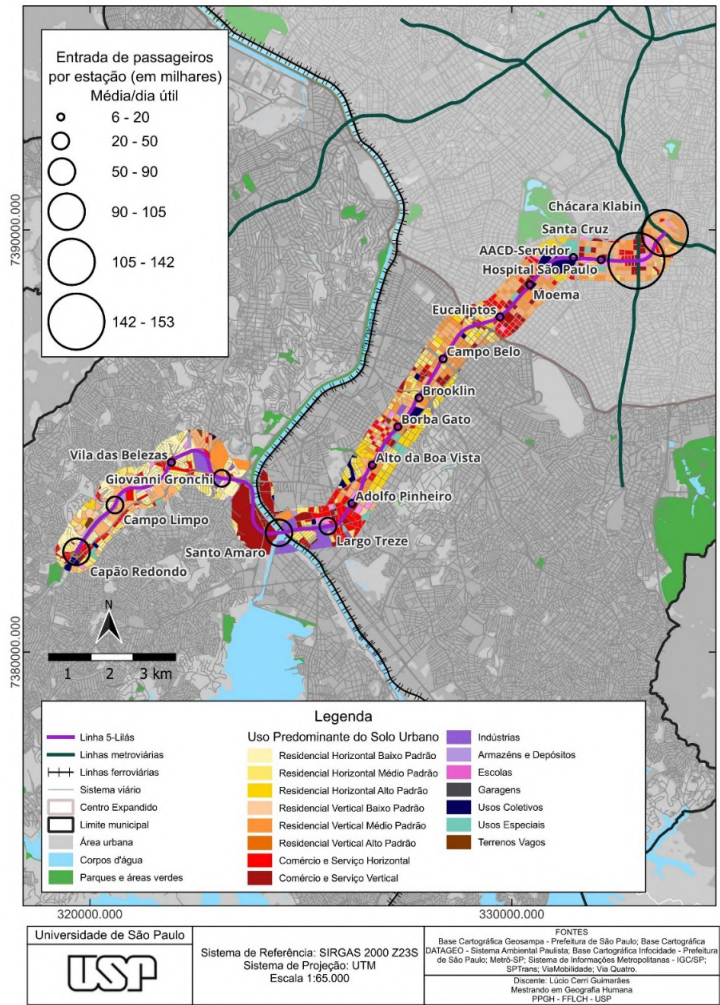


se por 20,1 quilômetros, interligando a área da Vila Mariana, no Centro Expandido, ao distrito do Capão Redondo, na zona sul.

Como característica geral, evidenciamos fortes tendências de verticalização no entorno de várias estações de ambas as linhas, principalmente para uso residencial de médio e alto padrão, além da presença de uso comercial e de serviços nas estações situadas nas áreas mais centrais do município. Cruzando as informações de uso do solo com os dados de entrada de passageiros, podemos reiterar alguns pontos:

1. As estações com maior demanda são as que possuem conexões com outras linhas de metrô e/ou trem (Paraíso, Ana Rosa, Vila Prudente, Consolação e Tamanduateí, na Linha 2-Verde; Santo Amaro, na Linha 5-Lilás; além da estação Chácara Klabin, compartilhada pelas duas linhas);
2. Em relação ao terminal de ônibus enquanto única ligação intermodal, na Linha 2-Verde, Sacomã possui maior demanda em relação à Vila Madalena. Já na Linha 5-Lilás, observamos grande demanda nas estações Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Largo Treze;
3. As estações sem conexões intermodais que geram mais demanda na Linha 2-Verde se localizam em áreas com intensa atividade comercial e de serviços, como é o caso de Trianon-Masp e Brigadeiro, localizadas na Avenida Paulista; há também o caso de Clínicas, localizada próxima a locais de uso especial e coletivo, em especial equipamentos de saúde;
4. Em contraste, na Linha 5-Lilás, observamos pouca demanda das estações do trecho entre Adolfo Pinheiro e Hospital São Paulo, localizado em distritos que caminham rumo ao Centro Expandido do município e que contam com atividade residencial de médio para alto padrão, em grande parte, horizontal, ainda com poucas concentrações de edificações verticalizadas.

Mapa 3: Linha 5-Lilás: Uso Predominante do Solo Urbano (2021) x Entrada de passageiros por estações (em milhares) (média/dia útil) (2023)



Essas indicações nos apontam caminhos que, mais uma vez, reiteiram o elo entre os transportes e as atividades e práticas socioespaciais, atributos que se traduzem na verificação da mobilidade e da acessibilidade num determinado recorte espacial. Nas linhas de metrô analisadas, vemos locais dotados de infraestruturas, usos especiais e coletivos, residenciais verticalizados de alto padrão, privilegiados pela presença deste equipamento de transporte, que se insere de forma incipiente em locais mais afastados da área mais central do município, ainda que auxilie na efetivação dos deslocamentos de passageiros da cidade e também da metrópole.

Considerações Finais

A compreensão do funcionamento de um sistema de transportes como o metroviário nos permite o entendimento do próprio processo de produção, reprodução e transformação do espaço urbano. As relações sociais conflituosas entre os diversos atores que produzem a cidade dão origem a diferenciações espaciais que implicam em diferentes realidades dentro de uma mesma cidade, mas que fazem parte de um processo contraditório e dialético de reprodução social que contém suas especificidades em cada local. Isso vale para os equipamentos de transporte, incluindo o metrô, que por seu caráter estruturante do sistema de transportes urbanos e do próprio espaço urbano, obedece a essa lógica, sendo um instrumento que compõe a organização espacial da cidade.

Isso se reflete na realidade da cidade de São Paulo. Entender a organização espacial de seu sistema metroviário passa por entender a organização espacial da própria cidade. Ao analisarmos dados de demanda de passageiros e os relacionarmos com a localização das estações e das atividades urbanas buscando estabelecer possíveis centralidades e subcentralidades no sistema metroviário, observamos a concentração de determinados serviços, determinadas atividades comerciais, determinados equipamentos urbanos, em determinadas áreas

da cidade, em detrimento de outras. Dessa forma, entender tais relações é imprescindível para compreender o metrô enquanto um sistema.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, R. O centro e a centralidade urbana – aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos Curso de Doutorado em Geografia**, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, p. 23-41, 2010.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2015 [1992]. 98p. (Repensando a Geografia).
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. **Rede Básica do Metrô: estudo preliminar de expansão**. São Paulo: Metrô/DM, 1984.
- CONTEL, F. B. (2001). Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CORRÊA, R.L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, 2011.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1987.
- GIMENES, L. U. Estação Intermodal como gerador de centralidades Metropolitanas: O nó Metroferroviário da Luz. **Concurso de Monografias CBTU: A cidade nos trilhos**. Rio de Janeiro: CBTU, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Paulo. População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 1 julho. 2024

- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed, 9 reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2017 [1996].
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2005 [1993].
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6.ed, 2 reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2014 [1988]
- SANTOS, M. **Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo**. 2.ed 1 impressão. São Paulo: EDUSP, 2012 [1994].
- ULLMAN, E. L. **Geography as Spatial Interaction: studies in regional development cities, and Transportation**. Washignton: University of Washington Press, 1973.
- VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 2001.

Sobre os autores e as autoras

Alessandro Fagundes Lima

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), no período de 2012 a 2019, é Mestrando em Geografia Humana pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – PPGH, da USP desde 2024.

E-mail: alessandrogeo75@gmail.com

Ana Karina Gomes Alencar

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tem Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Desde 2010 é Professora da Rede de Educação Básica do Estado do Ceará e atualmente é doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-USP).

E-mail: anak@usp.br

Anderson Pereira dos Santos

Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade de São Paulo (2013) e mestrado em Geografia Humana também pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP) e exerce a função de Serviços Técnicos Educacionais na Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados (COCEU) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Tem experiência como professor de geografia no ensino básico e como pesquisador em Geografia, atuando em temas como crítica social, mo-

dernização capitalista e questão agrária brasileira.

E-mail: anderson.pereira.santos@usp.br

André Anuatti Reis

Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo, mestrando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo no PPGH. Professor de Geografia no colégio Objetivo CSA.

E-mail: anuattireis@usp.br

Bruno Pereira Reis

Professor do ensino básico junto à Secretaria Municipal de São Paulo (SME/SP). Graduado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP) e doutorando em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

E-mail: brunop.reis@usp.br

Carlos Andrés Pachón Pinzón

Graduação em Antropologia na Universidade Nacional da Colômbia. Mestrado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Doutorando em Geografia Humana no PPGH.

E-mail: capachonp@usp.br / cappandres@gmail.com

Dante Chiavareto Pezzin

Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Participou do programa Global Research Academy (AUCANI/USP), em parceria com o Kings College London e a Freie Universität Berlin. É Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e Geógrafo pela UNICAMP, ambos com bolsa CNPq.

E-mail: dantepezzin@usp.br

Emerson Marques de Santana

Atualmente é doutorando junto ao PPGH-USP, sob orientação da prof Dra. Marta Inez Medeiros Marques. Possui bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e mestrado em Geografia Humana pelo PPGH-USP. Desenvolve pesquisa voltada aos seguintes temas: relação CapitalxTrabalho; Reprodução Social da Classe Trabalhadora; Produção do Espaço Sob o Capitalismo; Agroindústria; trabalho em frigorífico; Mobilidade do Trabalho e Financeirização.

E-mail: emersonems@usp.br

Evellyn Nogueira de Almeida

Graduação em geografia na Universidade de São Paulo, mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada ao Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) e Coordenadora da Sala Verde Barueri da Prefeitura Municipal de Barueri.

E-mail: evellynnogueir4@gmail.com

Felipe Alves Leão

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo. Mestrando em Geografia Humana no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Desde 2022, professor da rede pública do estado de São Paulo.

E-mail: felipeleao7@usp.br

Fernando Soares de Jesus

Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor vinculado ao Departamento de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFSC, Câmpus São Carlos.

E-mail: fernandojesus@usp.br

Gabriel Souza Alves

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade (PPGH) de São Paulo (USP). Graduiu-se em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e obteve o título de mestre nesta mesma instituição, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO). É membro do Grupo de Estudos Geografia Crítica Radical (Gesp), do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2022/10366-1.

E-mail: gabrielsouzaalves@usp.br

Guilherme Cardoso Estevão

Graduação em Geografia – Licenciatura na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestrado em Política Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutorando no PPGH (USP).

E-mail: gestevao@usp.br

Iago Dias dos Santos

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará – Campus Altamira, Mestrado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo, doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Atualmente é graduando em Direito na PUC-SP.

E-mail: iagodiassantos@usp.br

Jhonny Bezerra Torres

Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo. É escritor e produtor de conteúdo para livros didáticos voltados a professores e estudantes de Geografia. Atualmente, cursa o Mestrado em Geografia Humana no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP) e atua como professor de Geografia concursado pelo município de São Paulo

e no Colégio Santa Cruz, também em São Paulo.

E-mail: Jhonny.torres@usp.br

Juliana Santos de Oliveira

Graduada em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), Mestra em Geografia Humana pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp) e Doutoranda em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

E-mail: julianaoliveirageo@usp.br

Lucas Andrade Alves de Lima

Bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo e atualmente é mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana também na USP.

E-mail: lucasaalima@usp.br

Lucas Coutinho Marcelino da Silva

Bacharel e licenciado pela Unesp de Rio Claro, mestre em Geografia Humana pelo PPGH-FFLCH-USP e doutorando no mesmo programa. É vinculado ao Laboratório de Geografia Política (Geopo) e financiado com bolsa pela CAPES.

E-mail: coutinhos@usp.br

Lúcio Cerri Guimarães

Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo. Mestrando em Geografia Humana no PPGH-Universidade de São Paulo. Professor assistente no Colégio COC Vila Yara, Osasco/SP.

E-mail: lucio.guimaraes@usp.br

Mariana Queiroz Guimarães

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH-USP), bacharel e licenciada em Geografia pela mesma instituição, atua profissionalmente como professora de Geografia do Ensino Fundamental II. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a reestruturação urbana associada à implementação das PPPs no bairro da Luz, na área central de São Paulo. Dedica-se aos estudos sobre urbanização, políticas sociais e mercado imobiliário.

E-mail: mariana.queiroz.guimaraes@usp.br

Mariane Carvalho

Graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) - USP.

E-mail: mariane.carvalho@usp.br

Mônica Arroyo

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH-USP). Possui graduação em Geografia pela Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras (1981), mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo / PROLAM - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (1997) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (2001). Atualmente é Professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Atua como professora visitante no curso de Doctorado e Maestría en Políticas Ambientales y Territoriales da Universidad de Buenos Aires. Foi membro do Comitê de Arquitetura, Demografia, Geografia e Turismo e Planejamento Urbano e Regional, no Comitê Assessor de Ciências Sociais e Aplicadas (CA-SA) do CNPq, de 2017 a 2020. Foi membro da Comissão de Avaliação de Pós-Graduação na área de Geografia da Capes, de 2011 a 2013 e de 2016 a 2017. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica e Regional,

atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, regionalização, América Latina, usos do território, desigualdades socioespaciais.

E-mail: mmarroyo@usp.br

Rodrigo Accioli Almeida

Doutorando, mestre, licenciado e bacharel em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Membro do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan/USP), do Grupo de Estudos “Mundo dentro e fora das quatro linhas” (G.E. Mdf4l/Unesp) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens/USP). Colaborador do Ludopédio sobre a temática de Globalização e Futebol. Atualmente é professor de Geografia da rede privada de ensino em Osasco/SP e educador popular no Cursinho Popular da FEA-USP. Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Econômica, Geografia Política e Geografia Cultural.

E-mail: rodrigo.almeida@usp.br

Rodrigo Altair Pinho

Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André - CUFSA (2002). Mestre em Geografia Humana (2007) e Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. PPGH-DG/FFLCH USP. Professor da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo – SME-SP

E-mail: rodrigoalta@usp.br

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan

Graduação em Comunicação Social (FIAM); Graduação em Geografia (IFSP), Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Doutoranda no PPGH, Universidade de São Paulo.

E-mail: falecomruthalexandre@gmail.com / ruthalexandre@alumni.usp.br

Valéria de Marcos

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH-USP). Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo (1991), graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade de São Paulo (1990), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1996) sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira e doutorado em Geografia e Pianificazione del Paesaggio - Università degli Studi di Genova (2004) sob orientação do Prof. Massimo Quaini. Atualmente é Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: produção camponesa, produção coletiva, produção comunitária, agricultura camponesa, geografia e anarquismo, educação quilombola, educação antirracista. Parecerista Ad Hoc Fapesp. Coordenadora do Agraria - Laboratório de Geografia Agrária do Depto de Geografia da FFLCH USP.

E-mail: demarcos.vale@usp.br

Vanir de Lima Belo

Bacharelado e Licenciatura em Geografia na Universidade de São Paulo, Mestrado em Geografia na Universidade de São Paulo, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP

E-mail: vanirbelo@usp.br / vanirbelo@ifsp.edu.br

Victoria Chaves Ribeiro

Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP), com ênfase em Território, Agricultura e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Valéria de Marcos. Trabalho atual como Analista de SEO e conteúdo na WebPeak.

E-mail: victoria.chaves.ribeiro@usp.br

Este livro foi editado pela **Lapidar**, em Campinas/SP. A tipografia do corpo de texto é a *Libertinus*, a dos títulos, a *Fira Sans* e a das URLs, a *Fira Mono*. As duas famílias tipográficas são publicadas sob uma licença livre, SIL Open Font License 1.1.

A capa representa a parte rural da Região Metropolitana de São Paulo, na região de Santana do Parnaíba.

Mônica Arroyo
Valéria de Marcos
(Orgs.)

DISPUTAS NO USO DO TERRITÓRIO: TRABALHO, PRODUÇÃO E ECONOMIA NA CIDADE E NO CAMPO

O presente livro, *Disputas no uso do território: trabalho, produção e economia na cidade e no campo* traz reflexões acerca das transformações em curso, na cidade e no campo, nesse início do século XXI. Temas como financeirização, tecnologias de informação, precariedade do trabalho, novas configurações centro-periferia, agronegócio, circuitos econômicos, comércio e consumo, infraestruturas urbanas e de logística estão no centro das análises que compõem esta coletânea. Trata-se de assuntos diversos e complexos que tentam captar as dinâmicas que ocorrem no território, em suas diferentes manifestações, a partir de distintos enfoques e conceitualizações. Reside aqui, no nosso entender, sua principal contribuição, dada a riqueza de olhares que buscam desvendar o mundo contemporâneo, suas dinâmicas e contradições.

